



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1347

Quarta-feira - 16 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### **Municípios**

Antônio Carlos .....	2
Atalanta .....	2
Biguaçu .....	2
Bom Retiro .....	12
Braço do Trombudo .....	13
Brunópolis .....	39
Caçador .....	39
Camboriú .....	57
Campo Alegre .....	62
Campos Novos .....	67
Canoinhas .....	73
Capinzal .....	90
Catanduvas .....	92
Chapadão do Lageado .....	96
Cocal do Sul .....	97
Concórdia .....	97
Coronel Martins .....	103
Corupá .....	106
Curitibanos .....	106
Forquilha .....	108
Fraiburgo .....	109
Garopaba .....	109
Garuva .....	113
Gaspar .....	113
Governador Celso Ramos .....	114
Grão Pará .....	115
Guaramirim .....	116
Herval d'Oeste .....	116
Ibiam .....	118
Ilhota .....	118
Imbituba .....	118
Ipumirim .....	121
Irineópolis .....	122
Itaiópolis .....	128
Itapiranga .....	128
Itapoá .....	129
Jacinto Machado .....	130
Joaçaba .....	131
Lages .....	132
Lauro Muller .....	138
Leoberto Leal .....	139
Luzerna .....	141
Macieira .....	143
Maracajá .....	150
Massaranduba .....	150
Meleiro .....	151
Monte Carlo .....	152
Morro da Fumaça .....	177
Navegantes .....	179

Nova Trento .....	180
Palhoça .....	182
Papanduva .....	182
Passos Maia .....	183
Paulo Lopes .....	186
Pescaria Brava .....	187
Pinheiro Preto .....	187
Pomerode .....	188
Porto Belo .....	190
Porto União .....	191
Presidente Castello Branco .....	192
Rio do Sul .....	193
Salto Veloso .....	196
Santa Rosa do Sul .....	197
Santa Terezinha do Progresso .....	197
São Bento do Sul .....	201
São Domingos .....	215
São João do Sul .....	216
São José .....	218
São Lourenço do Oeste .....	221
São Pedro de Alcântara .....	224
Schroeder .....	224
Serra Alta .....	226
Timbé do Sul .....	227
Timbó .....	230
Três Barras .....	253
Tunápolis .....	253
Turvo .....	254
Vargeão .....	256
Videira .....	256
Vitor Meireles .....	292
Xavantina .....	292

### **Associações**

AMFRI .....	293
EGEM .....	293

### **Consórcios**

CIGA .....	294
CIM-AMAVI .....	295
CINCO .....	296
CIS/AMUNESC .....	298
CIS/AMURC .....	300

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### Decreto N.º 107/2013

DECRETO n.º 107/2013

Dispõe sobre a Comissão de Levantamento e Reavaliação do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário do Município de Antônio Carlos.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em Exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 56, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Levantamento e Reavaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município de Antônio Carlos, composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente - Ana Paula Weber Kindermann

II - Secretário - Carlice B. Schmitz

III - Membros - Silvia Tessari; José Roberto de Amorim e Arlete B. Junkes Pauli.

Art. 2º Compete a esta Comissão proceder o levantamento físico dos bens do Município de Antônio Carlos, para efeito de ajustes contábeis e patrimoniais, bem como, proceder as devidas depreciações e avaliação a valor justo dos bens móveis e, reavaliação dos bens imóveis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Parágrafo único - o serviço de levantamento físico e os ajustes referidos no caput deste artigo poderão ser realizados por empresa contratada, devendo nesse caso, a comissão validar todas as etapas do processo por meio de atas.

Art. 3º O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Antônio Carlos/SC, 15 de outubro de 2013.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

## Atalanta

### PREFEITURA

#### Processo Licitatório N° 32/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2013

REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial n°9702; 23/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CESTAS BASICAS PARA OS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ATALANTA - GRATIFICAÇÃO NATALINA Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 31 de outubro de 2013 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações ou no e-mail [compras@atalanta.sc.gov.br](mailto:compras@atalanta.sc.gov.br), no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 15 de outubro de 2013.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Lei N° 3410/2013

LEI N° 3410/2013 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA LUIZA ANSELMO CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Luiza Anselmo Cardoso, a via pública com extensão de 660,00 m, que inicia-se a direita da Rua Elisbão Miguel Cardoso, após a ponte sobre o rio Biguaçu no Bairro Santa Catarina, em nosso município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3410/2013, de 09/10/2013

Sancionada em 09/10/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Resolução Nº 03/2013**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**RESOLUÇÃO Nº 03/2013**

Dispõe sobre o Plano de Ação para o Cofinanciamento do Governo Federal - SUAS/2013, sobre o Termo e Aceite para os serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Termo de Aceite ao ACESSUAS para 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 24 de maio de 2013.

- A ATA nº 06/20013.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal - SUAS/2013;

Art. 2º Aprovar o Termo de Aceite do Programa do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS que integra as Ações do Plano Brasil sem Miséria;

Art. 3º Aprovar o Termo de Aceite Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de outubro de 2013.

SIMONE PEREIRA MARÇAL

Presidente do CMAS/ Biguaçu

**Resolução Nº 04/2013**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**RESOLUÇÃO Nº 04/2013.**

Dispõe sobre reprogramação de saldos do Fundo Municipal de Assistência Social provenientes de transferência de fundo a fundo do FNAS para o FMAS e do FEAS para FMAS para o exercício de 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 22 de fevereiro de 2013.

- A ATA nº 02/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reprogramação de saldos (superávit) de 2012 dos recursos provenientes de repasse fundo a fundo do FNAS para FMAS para serem utilizados no exercício de 2013 conforme saldos descritos em cada Piso: Piso de Alta Complexidade (PAC I) R\$13.654,02 (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos, ACESSUAS R\$ 21.952,00 (vinte e um mil novecentos e cinquenta e dois reais); Piso Básico variável II (PBV II) R\$ 1.270,59 (um mil duzentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos); Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD/PBF no valor de R\$30.757,43 (trinta mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos); Piso Fixo de média Complexidade II (PFMC II) no valor de R\$48.180,91 (quarenta e oito mil cento e oitenta reais e noventa e um centavos); mais R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) do PFMC II superávit de 2011, Piso Fixo de Média Complexidade III (PFMC III) no valor de R\$10.022,76 (dez mil e vinte e dois reais e setenta e seis

centavos); Índice de Gestão Descentralizada do Sistema único de Assistência Social - IGD/SUAS no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), Piso de Transição de Média Complexidade (PTMC) no valor de R\$1.033, 60 (um mil e trinta e três reais e sessenta centavos); Piso Básico Fixo no valor de R\$200,25 (duzentos reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º O Saldo dos recursos do FNAS deverão ser utilizados respeitando os níveis de Proteção Básica ou Especial.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de outubro de 2013.

SIMONE PEREIRA MARÇAL

Presidente do CMAS/ Biguaçu

**Portaria Nº 2890/2013**

PORTARIA nº 2890/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, AMANDA MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 04/10/2013 a 01/04/2014.

Biguaçu, 07 de outubro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2891/2013**

PORTARIA nº 2891/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, MICHELI CONCEIÇÃO BARBOSA SAGÁS, ocupante do cargo de provimento efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 30/09/2013 a 28/03/2014.

Biguaçu, 07 de outubro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2892/2013**

PORTARIA nº 2892/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, JIANE DE MATTIA BESEN, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 01/10/2013 a 28/01/2014.

Biguaçu, 07 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2893/2013**

PORTARIA nº 2893/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, MARCELINA OS-  
VALDINA DE FARIA, ocupante do cargo de provimento temporá-  
rio de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do  
Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 01/10/2013  
a 28/01/2014.

Biguaçu, 07 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2894/2013**

PORTARIA nº 2894/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, IARA TEIXEI-  
RA, ocupante do cargo de provimento temporário de MONITOR  
DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDU-  
CAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de  
04/10/2013 a 31/01/2014.

Biguaçu, 07 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2897 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2897 de 09 de outubro de 2013

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administra-  
tivo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores Kátia Bernadeth da Silva, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Sandra Rodrigues Jacinto, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais e Edina Correia Soares, ocupante do cargo efetivo de Professor I, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Samara Tatiane Nascimento de Almeida Abreu, conforme CI nº 1.427/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2898 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2898 de 09 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DA GLÓRIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DA GLÓRIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/08/2013 a 06/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 2899 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2899 de 09 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) JOÃO FERNANDES DA SILVA JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOÃO FERNANDES DA SILVA JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/09/2013 a 02/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/09/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 2900 de 08 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2900 de 08 de outubro de 2013

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;  
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;  
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;



CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

# RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;  
 ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;  
 ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;  
 ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;  
 ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
 ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;  
 ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
 ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
 ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;  
 ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;  
 BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cultura;  
 BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;  
 CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
 CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;  
 CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;  
 CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
 CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;  
 CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
 CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar,  
 DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
 DANIEL FRANCISCO GASPAS FILHO, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
 DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
 DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
 DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
 DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;  
 DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
 DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;  
 DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
 DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;  
 DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de

Professor;

EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
 EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
 EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Administração;  
 ELIAS ZACARIAS ROMÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
 FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;  
 FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
 FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;  
 FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro,  
 FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;  
 FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;  
 FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
 GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;  
 GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
 GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
 GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
 HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente de Saúde;  
 IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
 ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
 JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
 JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
 JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;  
 JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calçeteiro;  
 JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
 JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;  
 JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal,  
 JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
 KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
 LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
 LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;  
 LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;  
 LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
 LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
 LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
 LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
 MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
 MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de

Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;  
NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calçeteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calçeteiro;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;  
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito;  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
SILVANA CESCONETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
UÉLITON ROMEU DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras;  
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de

Atendente da Criança e do Adolescente;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 2901 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2901 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Isadora Cristina Gomes Soares e Silva, ocupante do cargo temporário de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Isadora Cristina Gomes Soares e Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Médico Clínico Geral, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos à 01/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 2902 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2902 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Daniele Oliveira Queiroz, ocupante do cargo temporário de Médico da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Daniele Oliveira Queiroz, detentor do cargo de provimento temporário de Médico da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos à 30/09/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2903 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2903 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Marilene Soares Romariz, ocupante do cargo temporário de Médico da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Marilene Soares Romariz, detentor do cargo de provimento temporário de Médico da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 30/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2904 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2904 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Cíntia de Oliveira Tamellini, ocupante do cargo temporário de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Cíntia de Oliveira Tamellini, detentor do cargo de provimento temporário de Médico Clínico Geral, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos à 01/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2905 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2905 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Ariana da Rosa de Jesus Cunha, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Ariana da Rosa de Jesus Cunha, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2906 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2906 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Andréia Valda Dias, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Andréia Valda Dias, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2907 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2907 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Vildineia Longen, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Vildineia Longen, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/09/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2908 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2908 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Alciliete Analia Soares Abreu, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Alciliete Analia Soares Abreu, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais,



na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2909 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2909 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Caroline Soares Grapp, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Caroline Soares Grapp, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2910 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2910 de 09 de outubro de 2013

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Valter Augusto Becker Filho, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Valter Augusto Becker Filho, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito na matrícula funcional nº 9828, a partir de 07/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2911 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2911 de 09 de outubro de 2013

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Luciana Deise Gonçalves, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Luciana Deise Gonçalves, detentor do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito na matrícula funcional nº 10792, a partir de 07/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2912 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2912 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Virginia Schmidt Machado, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Virgínia Schmidt Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2913 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2913 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Márcia Marina Vidal, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Márcia Marina Vidal, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2914/2013**

PORTARIA nº 2914/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de



julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, SUELLYN WES-TPHAL, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (40 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 10/10/2013 a 06/02/2014.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 2915 de 09 de Outubro de 2013**

PORTARIA n° 2915 de 09 de outubro de 2013

Concede demissão ao(a) Servidor(a) Telma Cardoso de Paula, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao(a) servidor(a) Telma Cardoso de Paula, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 10/10/2013.

Biguaçu, 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2916 de 11 de Outubro de 2013**

PORTARIA n° 2916 de 11 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CRISLEY SILVEIRA RAITZ, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de SUPERVISOR DE GEOGRAFIA, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISLEY SILVEIRA RAITZ, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de SUPERVISOR DE GEOGRAFIA, com jornada de 30 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio ambiente, a partir de 08/10/2013 a 08/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/10/2013.

Biguaçu, 11 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2917 de 11 de Outubro de 2013**

PORTARIA n° 2917 de 11 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) IGARA FERREIRA, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IGARA FERREIRA, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/10/2013 a 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 11 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2918 de 11 de Outubro de 2013**

PORTARIA n° 2918 de 11 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CAROLINA ANDRADA SARAIVA, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAROLINA ANDRADA SARAIVA, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 14/10/2013 a 14/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 14/10/2013.

Biguaçu, 11 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2919 de 11 de Outubro de 2013**

PORTARIA n° 2919 de 11 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ALCILIETE ANALIA SOARES ABREU, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALCILIETE ANALIA SOARES ABREU, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de

Educação, a partir de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2013.

Biguaçu, 11 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2920 de 11 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2920 de 11 de outubro de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) GISELE PICHINATTI CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELE PICHINATTI CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 07/10/2013 a 07/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2013.

Biguaçu, 11 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2924 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2924 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSEIAS MORAES INACIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse OSEIAS MORAES INACIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/10/2013 a 31/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2925 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2925 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO DIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MAURICIO DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2926 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2926 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NERI EUFRASIO AMARAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NERI EUFRASIO AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2927 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2927 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE CARLOS BITTENCOURT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSE CARLOS BITTENCOURT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2928 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2928 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOAO MANOEL ALEXANDRE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOAO MANOEL ALEXANDRE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2929 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2929 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NIVALDO CARMELINO ADRIANO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NIVALDO CARMELINO ADRIANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2930 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2930 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSINEI JOSE CUNHA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROSINEI JOSE CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2931 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2931 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HAMILTON REIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na



Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HAMILTON REIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2932 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2932 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSLI ROBERTO DA CUNHA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse OSLI ROBERTO DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2933 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2933 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RONEI JOSÉ DE ANDRADE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RONEI JOSÉ DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do

Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2934 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA nº 2934 de 14 de outubro de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRO JOSÉ DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SANDRO JOSÉ DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 04/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2013.

Biguaçu, 14 de outubro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

## **Bom Retiro**

### **PREFEITURA**

#### **937.10.13 - P. Lic. Trat. Saude Vera L. Urbano**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 937/13 de 15.10.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar exames nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 2013, a funcionária Vera Lucia Urbano, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de



Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 938.10.13 - P. Lic. Trat. Saude Zilmara G. Rosar

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 938/13 de 15.10.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 11 de outubro de 2013, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### Minuta Resultado TP 01 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preços 01/2013, cujo objeto é a para Contratação de empresa especializada para construção de 02 pontes em Concreto armado, uma na Localidade de Caneleira e outra na Localidade de Cambara. Empresa Vencedora: Base Pré-Fabricados Ltda. ME. CNPJ 12.859.913/0001-47, com o valor total de R\$ 181.820,57 (cento e oitenta e um mil oitocentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito.

Bom Retiro, 16 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

**Braço do Trombudo**

**PREFEITURA**

### Decreto 077/2013

DECRETO N° 077/2013.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, parte do imóvel de propriedade de Guido Voigt e Roseli Sasse Voigt, matrícula n° 9.120, situado no Município de Braço do Trombudo, em favor de imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com objetivo de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do

Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n° 2.786, de 21 de maio de 1956.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável em favor da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com objetivo de construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), os lotes 08 e 09 desmembrados junto a matrícula registrada sob n° 9.120, do Registro de Imóveis, da Comarca de Trombudo Central, com área total de 1.180,00m², descritos a seguir:

“Dois lotes urbanos designados sobre lote n° 8 com área de 450,00m², (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) sem benfeitorias e n° 09 com área de 730,00m² (setecentos e trinta metros quadrados), sem benfeitorias, totalizando uma área de 1.180,00m² (um mil, cento e oitenta metros quadrados), situados na Rua Dom Pedro, localidade de KM 15, Braço do Trombudo, devidamente registrado no cartório de registro de imóveis de Trombudo Central, sob a matrícula n° 9.120, propriedades de Guido Voigt e Roseli Sasse Voigt, tudo de acordo com o levantamento planimétrico e memorial descritivo, partes integrantes do presente decreto.”

Art. 2º - O valor pago pela área a ser desmembrada e desapropriada amigavelmente será de R\$ 106.200,00 (cento e seis mil e duzentos reais), conforme ata da comissão especial de avaliação de bens imóveis do Município de Braço do Trombudo.

Parágrafo único: O pagamento será efetuado logo após a assinatura da escritura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 14 de outubro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Ata de Registro de Preços 01/2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/25

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	COMPOSITOS (MEDICAMENTO) P/ CAVIDADES C/ ALVEOLITE DENTÁRIA (1310)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	13,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	iodontosul	0	18,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	19,9600	3
2	CUNHAS DE MADEIRAS FINAS E DELICADAS (PCT C/100 UNID) (1233)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	5,3000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	pharmainox	0	7,2000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	8,7500	3
3	FIO DENTAL PARA USO PROFFISIONAL DE 500 M (1502)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	5,8500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	5,9400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	6,0000	3
4	Fio dental de 25 m (1780)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	0,7500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	0,7800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0000	4
5	Fita matriz de aço 5mm (1645)	RL	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,4200	3
6	Lâmina de bisturi n°12 cx c/ 100 (1651)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxicor	0	14,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	solidor	0	17,5000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	18,2000	3
7	MICROBRUSH (PINCÉIS APLICADORES DE SISTEMA ADESIVO) CX C/ 100 UNID. (1221)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	FGM	0	8,1800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KG	0	8,1900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Kg	0	8,2500	3
8	Papel para articulação 20x100mm (papel carbono) bloco (1658)	BL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,3300	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,8000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	2,1400	3
9	Tricresol formalina liquido frasco c/ 10 ml (curativo para endodontia) (1676)	FRS	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	3,4500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	3,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	5,9800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013**      **Data do Registro: 16/04/2013**      **Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Ponteira universal nº 5 (1801)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KAVO	0	249,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	kavo	0	420,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dabi	0	430,1100	3
11	Fio sutura nº 4.0 c/ agulha 1.7cm odonto seda cx c/24 (1646)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	16,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,7000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	somerville	0	23,0000	3
12	ROLETES DE ALGODÃO C/100 UNIDADES (1320)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ssplus	0	1,2200	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	WA	0	1,4400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSPLUS	0	1,6300	3
13	Sugador plástico descartável pct c/40und (1669)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxclean	0	2,6000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	AG	0	3,0500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maxclean	0	3,1500	3
14	Tiras de Poliéster pct c/100und (1672)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,2800	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	2,1600	3
15	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA N° 6 (974)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLE)	0	37,8500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	37,8900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Golgran	0	50,1800	3
16	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA N° 4 (972)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	37,8500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLE)	0	37,9000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Golgran	0	50,1800	3
17	Gorro p/cabelo tipo touca de banho com elástico descartável, pct c/100 unidades. (1795)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Descarpack	0	5,3000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	6,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	medipluss	0	7,0000	3
18	BROCA DIAMANTADA P/ ACABAMENTO KG GRANA FINA KIT C/ 7 PONTAS (964)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	KG	0	32,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Microdont	0	37,1900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KG	0	44,8000	3
19	BROCA DIAMANTADA P/ ACABAMENTO KG ULTRAFINA KIT C/ 7 PONTAS (965)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KG	0	32,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	KG	0	32,3000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Microdont	0	37,1900	3
20	Agulha gengival curta 30 G CX c/100 unidades (1497)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	injecta	0	13,5500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	13,6000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	13,8300	3
21	Curativo endodôntico Intra-canal Polpa-viva, composto por sulfato de polimixina B 10.000UI, sulfato de neomicina 5mg, hidrocortisona 10mg, frasco c/ 10ml (1640)	FRS	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FQM	0	10,3000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fqm	0	10,3800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	FQM	0	11,0000	3
22	Hidróxido de cálcio pó (capeador pulpar) 10gr (1648)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	2,9800	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	inodon	0	4,1800	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	BIODINAMICA	0	4,8600	3
23	MASCARA DE PROTEÇÃO TRIPLA CAMADA (CX C/ 50 UND) (594)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nph Medical	0	4,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	best fabril	0	5,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	5,8800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Material restaurador temporário. Pó (óxido de zinco (91,5%), resina acrílica e fosfato de cálcio 40gr (1652)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	dentsply	0	40,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentsply	0	51,6100	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTSPLY	0	55,9000	3
25	Material restaurador temporário líquido - (eugenol e ácido acético glacial (0,27%) 15m) (1653)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTSPLY	0	27,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	dentsply	0	27,1900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentsply	0	30,4800	3
26	Revelador de placa bacteriana. Frasco c/500ml (1668)	FR	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	CAITHEC	0	5,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	5,9000	2
27	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1090 (1788)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
28	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 FF (1791)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2100	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	BANDA MATRIX DE AÇO INOX N° 5 (949)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,4200	3
30	Sonda exploradora dupla n° 05 (1799)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	2,6800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLE)	0	2,8000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	3,4000	3
31	Pote dappen de vidro (1800)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,6400	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	2,1400	3
32	Solução bucal de digluconato de clorexidine a 0,12% 250 ml (1803)	FR	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INODON	0	6,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	6,2200	2
33	Férceps odontológico adulto n° 69 (2634)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	33,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	33,3800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	33,4000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Fôrceps odontológico infantil nº 1 (2635)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	32,9500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	33,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	33,3300	3
35	Fôrceps odontológico infantil nº 69 (2636)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	33,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	33,1900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	33,3300	3
36	Pinça clinica para algodão de 15 cm. Ponta delicada e precisa em aço inox. (2641)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	3,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	4,2700	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	trinks	0	5,3000	3
37	Bandeja em aço inox, dimensões comprimento 23 cm, largura 13 cm, altura 1,5cm. (2642)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava 22x12x1,5	0	13,1000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	25,2000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	26,0100	3
38	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tuos de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2643)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DENTAL K	0	0,3700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	0,5400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	medfio	0	0,5800	3
39	Escova dental infantil, cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 28 a 32 tufo de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 15 a 17 cm, anatômica com empunhadura, com protetor de cerdas, cores variadas. (2644)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DENTAL K	0	0,3000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	0,4400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	medfio	0	0,4900	3
40	Escova Robson (1499)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	0,8000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	0,9200	3
41	Escova para limpeza de broca (1641)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	3,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Odontologic	0	6,0400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	iodontosul	0	6,3000	3
42	Eugenol (material restaurador provisório) frasco c/20ml (1642)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	6,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	7,6400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	K-dent	0	8,0000	3
43	Hidróxido de cálcio radiopaco (pasta x pasta) (1647)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technew	0	11,2500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013**      **Data do Registro: 16/04/2013**      **Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNEW	0	11,4000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	tecknew	0	15,3000	3
44	Kit com 120 discos 12,7mm (1/2 ) de diâmetro, discos de lixa Soflex Pop-on c/ mandril de encaixe (abrasivo a base de óxido de alumínio de varias granulações). Em um costato flexível de poliéster e de poliuretano, utilizados para acabamento de resina composta e cimento de ionômero de vidro, série laranja, granulação grossa, média, fina e superfina. (1650)	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	210,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3.M.	0	230,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	245,0000	3
45	Solução hemostática tópico 10ml (1671)	FRS	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNEW	0	14,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	17,2000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	18,0000	3
46	Cabo para espelho clínico n°5 (1677)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	1,6100	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	1,7000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	trinks	0	2,3400	3
47	Banda Matriz de aço inox n°7 (1794)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,2000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,4200	3
48	ESPELHO CLÍNICO N° 5 (1222)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,8400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	2,0600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	2,1000	3
49	BROQUEIRO DE INOX AUTOCLAVÁVEL P/ BROCA DE ALTA ROTAÇÃO (968)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	12,6500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	NOSLIG	0	14,5900	2
50	Ionômero de Vidro (pó ionômero de vidro restaurador - pote com 10gr e líquido ácido poliacrílico pote com 08gr) cor A2 (1649)	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	FGM	0	14,7500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FGM	0	22,2100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fgm	0	22,7400	3
51	LIMA DE ENDODONTIA SÉRIE ESPECIAL 10 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1326)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	QUIMIDROL	0	15,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	injecta	0	27,8500	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MILTEX	0	39,8300	3
52	LIMA DE ENDODONTIA LIMA 1ª SÉRIE 15-40 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1327)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	QUIMIDROL	0	15,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	injecta	0	27,8500	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 12/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDIN	0	31,8300	3
53	Pasta profilática com flúor para profilaxia dental, uso profissional, peso líquido 90gr, contendo em sua composição água, espessante, lauril sulfato, carbonato de cálcio, pedra pomes e sabor menta. (1654)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	4,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	4,2800	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VIGODENTE	0	6,4600	3
54	Lima de endodontia lima 2ª série flexo file (cx c/6) (1783)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	QUIMIDROL	0	15,1500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MILTEX	0	26,2400	2
55	Tiras de lixa de aço 4mm c/ 12 unidades (1674)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	4,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	4,8500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	5,3500	3
56	TIRAS DE LIXA DE AÇO 6 C/12 UND (1331)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	4,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	4,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	4,8700	3
57	Verniz de fluoreto de sódio 5%, frasco de 10 ml (1802)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sswhite	0	17,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 13/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Und.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	17,7400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FGM	0	18,0000	3
58	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 (1631)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
59	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 (1633)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
60	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 (1634)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
61	Broca Alta rotação de aço esférica número 1011 (1777)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 14/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 HL (haste longa) (1636)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
63	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 HL (1778)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
64	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 HL (1779)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
65	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3118 F (1637)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
66	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3168 F (1638)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 15/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013**      **Data do Registro: 16/04/2013**      **Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
67	RESINA COMPOSTA COR A1 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	37,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	39,0000	2
68	RESINA COMPOSTA COR A2 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1305)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	41,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	41,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	42,5000	3
69	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL Z 100 COR A3,5 (CARGA INÓRGANICA ÚNICA DE 100% DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, COMPOSIÇÃO MATRIZ ORGÂNICA: BIS-GMA E TEGDMA, MATRIZ INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SÍLICA (71%VOLUME) SERINGA DE 4G. (1236)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	37,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	39,0000	2
70	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 F (1784)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
71	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 F (1785)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 16/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
72	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 F (1786)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
73	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 F (1787)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
74	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 FF (1789)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
75	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 FF (1790)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 17/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 FF (1792)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
77	CONDICIONADOR DE ESMALTE E DENTINA (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% SERINGA DE 2,5 ML). (1232)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec	0	1,1000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	caithec	0	1,3000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	1,4400	3
78	FLUOR GEL SABOR MENTA 2% C/200 ML (1323)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	2,4000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	3,6500	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	3,9900	3
79	Óculos p/ proteção acrílico (1657)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DANNY	0	2,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Danny	0	3,1500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	ssplus	0	5,3500	3
80	Pedra pomes em pó (1662)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	pasom	0	2,9000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	2,9200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 18/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	3,5700	3
81	Obturador provisório com flúor, pt com 25 gr (1796)	PT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec	0	7,4000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	7,4300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	caithec	0	9,0000	3
82	Moldeira de cera descartável com 100 und, sortidas tamanhos (P E G), material flexível espuma de poliuretano. (2639)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	22,8000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	32,7500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	32,9000	3
83	Babador impermeável descartável para uso odontológico, 2 camadas de papel + 1 camda de plastico, medidas 33x48xm, pct c/100 und. (2640)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ssplus	0	10,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DERMAPLUS	0	12,5200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	biodinâmica	0	14,3500	3
84	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1/2 (1625)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
85	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1 (1626)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 19/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
86	Broca Baixa rotação de aço esférica número 2 (1627)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
87	Broca Baixa rotação de aço esférica número 3 (1628)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
88	Broca Baixa rotação de aço esférica número 4 (1629)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
89	Broca Baixa rotação de aço esférica número 5 (1630)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 20/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Tubetes de cloridrato de mepivacaina com espinefrina com vaso constritor 1:100,000 (tubetes de vidro). Medivacaina 2% c/ vaso tubete cx c/50 (1655)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	51,8500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	52,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	54,0000	3
91	Cloridrato de mepivacaina 2% com levonordefrina cx c/50 (1782)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	48,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	55,7500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dfl	0	61,6500	3
92	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de disco. (1797)	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	38,5000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TDV	0	39,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tdv	0	42,2000	3
93	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de taça. (1798)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TDV	0	39,5000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	40,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tdv	0	41,5000	3
94	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 200 MG/G (POTE LIQUIDO 12 G) DIVERSOS SABORES. (1215)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	5,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 21/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dfl	0	6,7500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	6,7900	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	6,7900	4
95	RESINA COMPOSTA COR A3 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1308)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	38,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	39,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	40,5500	3
96	Resina fotopolimerizável cor A1, com carga inorgânica de zircônia/sílica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1664)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	57,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	58,0000	2
97	Resina fotopolimerizável cor A2, com carga inorgânica de zircônia/sílica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1665)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	56,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	63,3700	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	64,0000	3
98	Resina fotopolimerizável cor A3, com carga inorgânica de zircônia/sílica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1666)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	57,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 22/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	58,1400	2
99	Resina fotopolimerizável cor A3,5, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1667)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	57,5000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	58,1400	2
100	Sistema Adesivo monocomponentes primer e adesivo em um só frasco. 08 gramas (1670)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	156,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	157,0000	2
101	Fluor líquido para bochecho 0,2% NAF - frasco de 500 ml, cuja composição é de 250 mg de fluoreto de sódio com veículo Q.S.P 500 ML sem pigmento do tipo fluor solução. (1781)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	4,6200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	5,8300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	iodontosul	0	6,8000	3
102	Tiras de poliéster para polimento e acabamento cx c/ 150 unidades ( abrasivo a base de óxido de alumínio e costado de poliéster), tamanho das tiras 4mm de largura e 17° mm de comprimento, granulação média (cinza) e fina (branca). Cada tira tem um centro neutro (sem abrasivo) para introdução nas superfícies interproximais dos dentes. (1673)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	5,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	5,2300	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	6,4100	3
103	PLACA DE VIDRO COM ESPESSURA DE 2 CM (1243)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	4,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Jon	0	12,1100	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 23/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

**Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	14,0000	3
104	Resina composta micro hibrida fotopolimerizável radiopaca, composta por partículas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrometros - seringa de 4 gr cor OA3,5. (2638)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	kulzer	0	42,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KULZER	0	42,1400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	44,2500	3
105	Resina composta micro hibrida fotopolimerizável radiopaca, composta por partículas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrometros - seringa de 4 gr cor OA3 (2637)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KULZER	0	41,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	42,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 24/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	kulzer	0	44,5500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 25/25

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013****Número do Registro de Preços: 1/2013      Data do Registro: 16/04/2013      Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 1/2013****PROCESSO N° 3/2013**

(6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA

(6156) - PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.

(6249) - MF DE ALMEIDA &amp; CIA.LTDA.

(6538) - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 16 de Abril de 2013.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### Lei Mun. N° 754

LEI 754, de 14 de outubro de 2013.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2013.

O Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Brunópolis e autorização contida na Lei Municipal nº 698/12 de 28 de Novembro de 2012, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.0004.2.027-FARMÁCIA BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0002 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

04.01.15.451.0009.2.017-Manutenção da Secretaria Mun. Transp. e Obras

3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 3º - Estalei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de Outubro de 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA A LEI NO DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### Lei Mun. N° 755

LEI 755, de 14 de outubro de 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2013.

O Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Brunópolis e autorização contida na Lei Municipal nº 698/12 de 28 de Novembro de 2012, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 308.500,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO

06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio AmbInd e Comercio

06.01.20.601.0007.1.030- Aquisição de Equipamentos Agropecuários

4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0024 - Aplicações Diretas

264.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000 - Aplicações Diretas 44.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados os seguintes recursos:

I - Proveniente da anulação parcial da seguinte dotação

orçamentária:

4 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

04.01.15.451.0009.2.017- Manutenção da Secretaria Mun. Transp. e Obras

3.3.90.00.00.00.00.00- 0.1.0000 - Aplicações Diretas 44.500,00  
II - proveniente do provável excesso de arrecadação de convênio não previsto na lei orçamentária:

Convênio com o Estado - fonte 0.1.0024 264.000,00

Art. 3º - Estalei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de Outubro de 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publica a Presente Lei no DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

### Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 45/2013 - Edital de Carta Convite nº 04/2013

Objeto: Aquisição de Microcomputadores para o Fundo Municipal de Saúde de Brunópolis. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 24/10/2013, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal.

# Caçador

## PREFEITURA

### Lei Complementar N° 268 - FAMPEC

LEI COMPLEMENTAR N° 268, de 10 de outubro de 2013.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 2000, que autoriza a criação do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador - FAMPEC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Os artigos abaixo enumerados da Lei Complementar nº 11, de 16 de dezembro de 2000, que autoriza a criação do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador - FAMPEC, e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Poderão participar do FAMPEC, de forma opcional, todos os servidores públicos efetivos ativos e inativos do Poder Executivo e Legislativo regidos pelos Estatutos, desde que contribuam regularmente com o FAMPEC. (NR)

Art. 4º O servidor efetivo, ativo ou inativo, para ter direito aos benefícios, deverá formalizar sua inscrição, bem como de seus dependentes, mediante a apresentação dos documentos exigidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS), junto ao setor de protocolo da Prefeitura através de REQUERIMENTO-DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, cujo formulário será fornecido e preenchido pelo FAMPEC. (NR)

Art. 5º O Servidor efetivo ativo ou inativo bem como seus dependentes será excluído imediatamente do FAMPEC quando:

I - .....

III - os dependentes do servidor, ativo ou inativo, que obter a qualidade de pensionista, independentemente da idade, a partir da data da publicação desta Lei, mantendo-se os pensionistas inseridos no FAMPEC anteriormente. (NR)

Art. 6º Desde que comprovem dependência civil e financeira, poderão ser inscritos como dependentes do participante as seguintes pessoas:

I - filhos solteiros menores de dezoito anos de idade ou até completar vinte e um anos se universitários ou dependente civil desde que comprove a qualidade judicialmente;

II - filhos inválidos de qualquer idade, comprovado por atestado médico e que não receba qualquer benefício previdenciário;

III - cônjuge inválido, comprovado por atestado médico que não receba qualquer tipo de benefício previdenciário;

IV - esposa ou companheira do funcionário.

§ 1º Considera-se dependente econômico do participante, para efeitos desta Lei, a pessoa que não perceba qualquer tipo de remuneração seja por vínculo empregatício ou autônomo, não perceba qualquer tipo de benefício previdenciário ou não viva às custas de outra pessoa. (NR)

Art. 7º Será exigida a apresentação dos seguintes documentos para a inclusão dos dependentes:

I - da cônjuge: certidão de casamento, documentos pessoais e comprovante de endereço atualizado que possa atestar a vida em comum;

II - da companheira: documentos pessoais declaração de união estável pública ou simples com firma reconhecida, comprovante de endereço atualizado que possa atestar a vida em comum;

III - dos filhos: certidão de nascimento, documentos pessoais, e se universitários cópia da CTPS e atestado de frequência do curso; do dependente civil (guarda ou tutela) comprovação judicial;

IV - (revogado);

V - (revogado).

§ 1º A falta de comprovação da qualificação de dependente, quando solicitada pelo FAMPEC, implicará no cancelamento do direito aos benefícios decorrentes desta Lei.

§ 2º Se houver divergência nas informações referentes a

documentação de comprovação de situação financeira dos dependentes o FAMPEC poderá solicitar o estudo social através do serviço social do Município. (NR)

Art. 8º Preenchidos os requisitos legais, o FAMPEC emitirá a Carteira de Identificação do Beneficiário, sob declaração de responsabilidade civil e penal do participante.

Parágrafo único. Fica autorizado ao FAMPEC exigir qualquer outra documentação não expressa nesta Lei a fim de dirimir dúvidas na inclusão do dependente, bem como alguma outra exigida pela ANS (Agência Nacional de Saúde). (NR)

Art. 9º As alterações supervenientes relativas aos dependentes inscritos, exceto as relativas à idade bem como a existência de novos dependentes, devem ser imediatamente comunicadas pelo participante ao FAMPEC, sob pena de responder pela despesa indevida além de civil e penalmente pelo ato, se comprovada a má fé ou omissão. (NR)

Art. 10. A assistência à saúde aos participantes e dependentes do FAMPEC, corresponderá à prestação de serviços, por profissionais habilitados, preferencialmente especializados, nos diversos ramos de medicina, hospitais, clínicas e laboratórios, mediante convênio firmado entre as partes, a nível local através do Plano Referência instituído no art. 10 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

§ 1º O FAMPEC poderá autorizar procedimentos fora do município desde que não ultrapasse o valor de três salários mínimos, mediante requerimento protocolizado e orçamento comprovando o valor solicitado.

§ 2º Comprovado o valor do procedimento o beneficiário assinará termo de concordância para pagamento do valor integral do serviço, sendo que o valor do desconto não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) do total da remuneração mensal do participante, devendo o valor excedente ser parcelado nos meses subsequentes, no mesmo percentual, até a liquidação total do débito.

§ 3º Os casos não previstos nesta Lei serão avaliados pelo Conselho Diretor, por meio de requerimento devidamente protocolizado, que será respondido no prazo de três dias úteis, podendo ser prorrogado por igual prazo. (NR)

Art. 18. Nos serviços prestados pelo FAMPEC, o usuário cooperará com 30% (trinta por cento) sobre o valor total das despesas realizadas, sendo autorizada a cobrança integral dos atendimentos realizados além dos números estabelecidos em lei. (NR)

Art. 19. Quando da exoneração, demissão ou falecimento do servidor, o Departamento de Recursos Humanos do Município deverá obrigatoriamente verificar junto ao FAMPEC a existência ou não de débitos.

§ 1º Em caso afirmativo, o Departamento de Recursos Humanos procederá o desconto do valor total do débito na rescisão, revertendo o respectivo valor para a conta do FAMPEC. Em caso de débito remanescente, o servidor desligado ou herdeiros deverão complementar o valor, podendo, o valor excedente, ser parcelado, e, no caso de pensionistas, o valor será descontado da sua remuneração mensal, no mesmo percentual de 20% (vinte por cento) do total da remuneração, até a liquidação total do débito.

§ 2º .....

§ 3º Toda vez que um usuário do Plano de Saúde utilizar a rede do SUS o Governo Federal poderá cobrar da Operadora de Saúde a respectiva conta através de ressarcimento ao SUS. Esta cobrança,

depois de esgotadas as possibilidades de defesa, serão repassadas às empresas/instituições contratantes e cobradas do usuário em sua integralidade. (NR)

Art. 20. Os recursos financeiros para a concessão dos benefícios previstos nesta Lei, serão provenientes das contribuições obrigatórias, dos servidores que optarem, calculadas sobre as remunerações constantes nas respectivas folhas de pagamento dos titulares, inclusive após a aposentadoria, no percentual de 3% (três por cento) para o titular e acrescido de 1% (um por cento) para cada dependente até o máximo de 6% (seis por cento). (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Decreto N° 5.748 - Acrescenta Membro Para Compor a Comissão**

DECRETO N° 5.748, de 09 de outubro de 2013.

Acrescenta membro para compor a Comissão para Desenvolvimento de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, nomeada pelo Decreto n° 5.739/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado a servidora pública Ilvaita Maria Faoro Baron, para compor a Comissão para Desenvolvimento de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, nomeado pelo Decreto n° 5.739 de 30 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **Decreto N° 5.749 - Nomeia Conselho Municipal do Meio Ambiente- Comdema**

DECRETO n° 5.749, de 09 de outubro de 2013.

Nomeia Conselho Municipal do Meio Ambiente- COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, Lei Municipal n° 2.030, de 22/12/2003 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Lei Municipal n° 2.030, de 22/12/2003 e suas alterações, na forma que segue:

I - um representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária e do

Interior:

Titular: AMANDA DE ALMEIDA KURSHNER

Suplente: MICHELE BASEGGIO

II - um representante da Polícia Ambiental da 4ª Companhia 3º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina:

Titular: PM MARCOS ANTONIO SPOCZAK

Suplente: PM GIOVANI BERNART

III - um representante escolhido dentre as associações comerciais e industriais de Caçador (AMPE, ACIC e CDL):

Titular: ODELIR NEVES

Suplente: CAREN CATARINA FENDT

IV - um representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento- CASAN :

Titular: ALAN ROQUE DAPPIEVE

Suplente: DIRLETE LOURDES TEO

V - um representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador:

Titular: ANDERSON CAETANO DE SOUZA

Suplente: RAFAEL CARNEIRO SCOPEL

VI - um representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC:

Titular: EVANDRO JOSÉ MARTINS

Suplente: ALVARO ANTONIO RIBAS DOURADO

VII - um representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Difusão Tecnológica de Santa Catarina- EPAGRI:

Titular: DANIELA HELENA CONORATH

Suplente: CARLOS ROBERTO TEIXEIRA

VIII - um representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de

Caçador - IPPUC:

Titular: DILSO EDGAR THOMÉ

Suplente: CAROLINA FREUT DE LIMA

IX - um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - FLONA:

Titular: ANTONIO FABRICIO VIEIRA

X - um representante de entidades ambientalistas reconhecidas e legalmente registradas:

Titular: TATIANA KAZMIERCZAK

Suplente: MONALISA RIBEIRO CAMARGO

XI - um representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: SÉRGIO LUIZ FIGUEROA

Suplente: GIOVANE ERNANDES TELLES DE OLIVEIRA

XII - um representante da Defesa Civil:

Titular: SÉRGIO ELOI BIZOTTO

Suplente: SAMANTHA COSTA BIAVATTI

XIII - um representante escolhido entre os Segmentos de Serviços Empresariais Sociais (SENAC, SESC, SANAI):

Titular: FABIANO BATTISTI ARCHER

Suplente: RICARDO RODRIGUES DA SILVA

XIV - um representante da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe -

UNIARP:

Titular: LUIZ AUGUSTO PADILHA

Suplente: JULIO CÉSAR MOSCHETTA DA SILVA

XV - um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos



de  
Caçador - ADEAC:  
Titular- LUIZ GUSTAVO MODESTI  
Suplente: TIAGO BORGA

XVI - um representante da Fundação do Meio Ambiente- FATMA  
Titular: DARIO FRANCIO  
Suplente: MARIA LUIZA SCHLINDWEIN OECKSLER BORELLA

XVII - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB  
Titular: JACSON ROBERTO GEVIESKI  
Suplente: ARTUR SCHIAVINI JUNIOR

XVIII- um representante do Diretório Central dos Estudantes - DCE  
Titular: RAFAEL SAIDEL  
Suplente: ALEX ATOLLINI

XIX - um representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente  
- FUMDEMA  
Titular: LUIZ GUSTAVO PAVELSKI  
Suplente: RAQUEL GOMES DE ALMEIDA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.518, de 10 de junho de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **Aviso de Licitação - PR 17 - 2013 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC  
Fundo Municipal de Assistência Social  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DANÇA SENIOR E DE  
ARTESANATO PARA ATUAR NOS GRUPOS DA MELHOR IDADE E  
GRUPO DE MULHERES PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SE-  
CRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 31/10/2013.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 31/10/2013.  
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pes-  
soalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa  
Catarina, nº 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações  
ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expe-  
diente em vigor.

Caçador, 14 de Outubro de 2013.  
BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS  
Secretária Municipal de Assistência Social

#### **Aviso de Licitação - TP 05 - 2013 - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 97/2013  
EDITAL: Tomada de Preço nº 05/2013  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
CONSTRUÇÃO DE PASSARELA SOBRE O RIO DO PEIXE LIGANDO  
OS BAIRROS VILA KURTZ AO GIOPPO, CONFORME PROJETOS E  
DEMAIS ANEXOS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14h00min do dia 11/11/2013  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 11/11/2013.  
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na  
Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Avenida Santa Catarina,  
195, no site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacoes@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC, 11 de Outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

#### **Aviso Licitação PR 71-2013 Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 71/2013  
TIPO: Menor Preço Por Lote

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTO-  
RES NOVOS, RECARGAS E RETEXTES DESTINADOS A SECRETA-  
RIA DE EDUCAÇÃO  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 07/11/2013.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 07/11/2013.  
ENVIO DOS ITENS PARA PRÉ QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: no máxi-  
mo até as 17:00 horas do dia 29/10/2013.  
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na  
Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde,  
Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, 14 de outubro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

#### **Edital Para Remoção de Ofício de Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação**

EDITAL PARA REMOÇÃO DE OFÍCIO DE SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATUAN-  
TES NO CARGO DE PROFESSOR DE 1º AO 9º ANO  
EDITAL SEMEC Nº 03/2013

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições le-  
gais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do  
Município de Caçador, de 05 de abril de 1990.

Fixa data e estabelece os procedimentos para a remoção de ofício  
dos ocupantes do Cargo de Professor de 1º a 9º ano, que consta-  
rem especificamente deste Edital, para escolha de vagas.

Considerando que algumas escolas municipais foram desativadas  
e em virtude da diminuição do número de alunos, torna público a  
necessidade de proceder a remoção de ofício, no interesse do  
serviço público, dos professores efetivos indicados neste Edital,  
com fulcro no inciso I, do art. 59, da Lei Complementar nº 056, de  
20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município  
de Caçador.

#### **DA SELEÇÃO**

1.1. Os professores indicados e classificados no quadro abaixo  
participarão dos procedimentos de que trata o presente Edital.  
Professor de 1º a 5º ano.



ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	Vanuza Zart	20h	5658
2º	Ilza Witte Rossa	20h	5658
3º	Luciane do Carmo Padilha	20h	3408
4º	Marilde Scapin	20h	2556

## Professor de Matemática

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	ESCOLA DE LOTAÇÃO	PONTOS OBTIDOS
1º	Mara Terezi-nha Lipka	10h	EMEB Alcides Tombini	5651
2º	Aldonir Anciuti	16h	EMEB Henrique Júlio Berger	5642
3º	Ivonete Aparecida Torrezan Susin	12h	EMEB Henrique Júlio Berger	5630

## Professor de Educação Física

NOME	CARGA HORÁRIA	ESCOLA DE LOTAÇÃO
Jandir Bertotto	12h	EMEB Henrique Júlio Berger

## Professor de Língua Portuguesa e Língua Inglesa

NOME	CARGA HORÁRIA	ESCOLA DE LOTAÇÃO
Vilson Meireles da Silva	20h	EMEB Morada do Sol

## Professor de Geografia

NOME	CARGA HORÁRIA	ESCOLA DE LOTAÇÃO
Helton Calixto	03h	EMEB Alcides Tombini

## Professor de História

NOME	CARGA HORÁRIA	ESCOLA DE LOTAÇÃO
Adriana Loss	03h	EMEB Alcides Tombini

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A remoção de ofício, realizada de acordo com o interesse público, ocorrerá somente com os professores listados em virtude de redução do número de turmas na escola de lotação por falta de alunos, em função de desativação de escola sendo que os mesmos serão aproveitados nos locais que apresentem carência de profissionais com as mesmas características, sendo respeitados os vencimentos dos profissionais removidos, as vantagens funcionais, e a carga horária dos mesmos.

## DA REMOÇÃO

3.1. Os Professores, indicados no item 1.1. do presente Edital deverão, obrigatoriamente por força da remoção de ofício, por interesse público, optar pelas vagas oferecidas, seguindo a ordem de classificação, observando a compatibilidade de horários;

3.2. A remoção poderá acontecer para até duas Unidades Escolares, desde que haja disponibilidade de turmas, interesse público e compatibilidade de horário, a critério da Secretaria Municipal de Educação;

3.3. A escolha de vaga é obrigatória para os servidores listados do item 1.1, sendo que ao profissional que deixar de fazer a opção, dentro das possibilidades das Unidades Escolares oferecidas, será determinado o local para onde será removido, independente da anuência do mesmo.

3.4. Será removido o servidor que tiver menor tempo de lotação na Unidade Escolar que apresentar problemas de redução do

número de alunos.

## DOS CRITÉRIOS

4.1. Para fins de classificação para escolha da Unidade Escolar, adotar-se-á o critério de 01 (um) ponto por dia para o tempo de serviço prestado ao Magistério Público Municipal de Caçador, contados a partir da data de nomeação;

4.2. O cálculo do tempo de serviço será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, e a pontuação obtida será determinante para a classificação do item 1.1. do presente Edital.

4.3 No caso de empate, dar-se-á preferência ao servidor de maior idade.

4.4 O tempo de serviço será contado até 30/07/2013.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação dar-se-á ao Servidor que obtiver maior número de pontos obtidos em tempo de serviço prestado ao Magistério Público Municipal, contados a partir da data de nomeação e encontra-se por ordem de classificação no item 1.1. deste edital;

6.3. O Servidor terá prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do presente edital para interpor recursos junto a Secretaria Municipal de Educação, de forma escrita e fundamentada, constando todos os dados do recorrente;

6.4. A lista de classificação definitiva (após possíveis alterações advindas de pedidos de recurso) será afixada no Mural Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Secretaria Municipal de Educação, (Casa da Cultura), no dia 17/10/2013.

## 7. DAS VAGAS DISPONÍVEIS PARA ESCOLHA

## 7.1 CARGO: Professor de 1º ao 5º

CARGA HORÁRIA	UNIDADE ESCOLAR
20h	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
20h	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
20h	EMEB Hilda Granemann de Sousa
20h	EMEB Hilda Granemann de Sousa

## 7.2 CARGO: Professor de Matemática

CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR
16h	Vesp	EMEB Hilda Granemann de Sousa
24h	24 Mat 08 Vesp	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
12h	Mat	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
26h	Mat	EMEB Alto Bonito
18h	Vesp	EMEB Alto Bonito
22h	Mat	EMEB Ulysses Guimarães
04h	04h Mat	EMEB Morada do Sol

## 7.3 CARGO: Professor de Educação Física – Educação Infantil ao 9º ano

CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR
15h	Vesp	EMEB Alcides Tombini
09h	Vesp	EMEB Alto Bonito
21h	09h Mat 12h Vesp	EMEB Castelhanos
15h	Mat	EMEB Esperança
15h	Vesp	EMEB Esperança
24h	06h Mat 18h Vesp	EMEB Hilda Granemann de Sousa
12h	03h Mat 06h Vesp	EMEB Irmão Venâncio José
21h	12h Mat 09h Vesp	EMEB Nossa Srª da Salete

21h	Mat	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
24h	Vesp	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
06h	Mat	EMEB Tabajara
27h	18h Mat 09h Vesp	EMEB Ulysses Guimarães
27h	09h Mat 18h Vesp	EMEB Ulysses Guimarães
09h	Vesp	EMEB Vereda dos Trevos
09h	Vesp	EMEB Walsin Nunes Garcia
18h	09h Mat 06h Vesp	CMEI Sta Clara
06h	03h Mat 03h Vesp	CMEI Sonho Encantado
09h	Vesp	EMEB Rodolfo Nickel

#### 7.4 CARGO: Professor de Língua Portuguesa

CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR
26h	08h Mat 18h Vesp	EMEB Alto Bonito
13h	13h Vesp	EMEB Hilda Granemann de Sousa
10h	Mat	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
23h	23h Mat	EMEB Ulysses Guimarães
32h	10h Mat 22h Vesp	EMEB Henrique Júlio Berger
20h	Mat	EMEB Henrique Júlio Berger

#### 7.5 CARGO: Professor de Língua Inglesa – 1º ao 9º ano

CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR
24h	18h Mat 06h Vesp	EMEB Alto Bonito
27h	16h Mat 09h Vesp	EMEB Hilda Granemann de Sousa
23h	10h Mat 13h Vesp	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
19h	12h Mat 07h Vesp	EMEB Ulysses Guimarães
12h	04h Mat 08h Vesp	EMEB Henrique Júlio Berger
06h	Mat	EMEB Morada do Sol
05h	03h Mat 02h Vesp	EMEB Nossa Srª da Salete
16h	08h Mat 08h Vesp	EMEB Tabajara
05h	02h Mat 03h Vesp	EMEB Walsin Nunes Garcia
06h	03h Mat 03h Vesp	EMEB Pe. José Chamot
12h	06h Mat 06h Vesp	EMEB Irmão Venâncio José
05h	03h Mat 02h Vesp	EMEB Vereda dos Trevos
08	04h Mat 04h Vesp	EMEB Esperança
23h	15h Mat 08h Vesp	EMEB Pierina Santin Perret
05h	03h Mat 02h Vesp	EMEB Castelhana

#### 7.6 CARGO: Professor de Geografia

CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR
18h	Mat	EMEB Alto Bonito
12h	Vesp	EMEB Hilda Granemann de Sousa
06h	Mat	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
15h	Mat	EMEB Ulysses Guimarães

#### 7.7 CARGO: Professor de História

CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR
15h	Vesp	EMEB Morada do Sol
24h	Vesp	EMEB Hilda Granemann de Sousa
15h	Mat	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa

#### 8. DA ESCOLHA DE VAGAS

7.1. A escolha de vagas será realizada no dia 18 de Outubro, às 14h00 horas na Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Curitibaanos, nº 600.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O presente Edital deverá ser publicado em órgão oficial da imprensa local, bem como ser afixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, (Casa da Cultura), devendo os Servidores listados no item 1.1. do presente edital serem notificados por correio via AR, ou por ofício protocolado, diretamente entregue ao candidato.

9.2. O turno em que está sendo disponibilizadas as vagas oferecidas, se referem ao exercício 2014.

9.3 A remoção de ofício de que trata este edital terá efeito para o exercício de 2014.

9.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de Outubro de 2013.

**GILBERTO AMARO COMAZZETTO**  
Prefeito Municipal de Caçador.

**ALDONIR ANCIUTI**  
Secretário Municipal de Educação



**Programa de  
Gestão de Obras**

**Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Editais de Notificação de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1696/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABG9779	55699199D	6912/0	06/09/2013	232
ABG9779	55699200D	6610/2	06/09/2013	230 * VII
ACO0005	55703416D	6920/0	12/08/2013	233
AEV1673	55703466D	6920/0	11/09/2013	233
BJI8281	55476349C	6599/2	13/09/2013	230 * V
BJI8281	55476586C	5010/0	13/09/2013	162 * I
CTC3341	55476346C	5010/0	13/09/2013	162 * I
HRN6333	55703725D	5010/0	11/09/2013	162 * I
IMS7304	55700605D	6599/2	16/08/2013	230 * V
LXS0074	54150122D	6599/2	02/09/2013	230 * V
LXS0074	54150123D	5010/0	02/09/2013	162 * I
LYF0959	55699952D	5169/1	15/09/2013	165
LYF0959	55699953D	5010/0	15/09/2013	162 * I
LZC9036	55703409D	6920/0	08/08/2013	233
LZL6060	55699650D	6599/2	18/08/2013	230 * V
LZL6060	55699776D	5010/0	18/08/2013	162 * I
MAC0890	55482578C	6599/2	11/09/2013	230 * V
MAE5965	55693979D	6599/2	08/09/2013	230 * V
MAL7229	55703455D	6920/0	05/09/2013	233
MAR3579	55700613D	5010/0	31/08/2013	162 * I
MAR3579	55700614D	5118/0	31/08/2013	164 c/c 162 * I
MAS3358	55703426D	6920/0	14/08/2013	233
MBA6360	55703415D	6920/0	09/08/2013	233
MBO5895	55482584C	5169/1	13/09/2013	165
MEL3312	55693500D	5274/1	17/08/2013	175
MEL3312	55700606D	5010/0	17/08/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL3312	55700607D	6645/0	17/08/2013	230 * X
MEL3312	55700608D	5118/0	17/08/2013	164 c/c 162 * I
MGF8693	55699421D	5045/0	11/09/2013	162 * V
MHA8055	55700040D	6556/3	11/09/2013	230 * I
MHP2164	55700048D	6599/2	11/09/2013	230 * V
MHP7095	55703712D	6599/2	11/09/2013	230 * V
MII5820	55482576C	5010/0	11/09/2013	162 * I
MIN5481	55703716D	6599/2	11/09/2013	230 * V
MJB6769	55699647D	6599/2	17/08/2013	230 * V
MJB6769	55699648D	5010/0	17/08/2013	162 * I
MJJ4626	55482579C	6599/2	11/09/2013	230 * V
MKJ0544	55476344C	6912/0	13/09/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1697/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZC8676	54150313D	5541/2	10/09/2013	181 * XVII
MDH4166	54150062D	5541/2	19/08/2013	181 * XVII
MEL3312	55693493D	5835/0	17/08/2013	195
MEL3312	55693494D	5185/1	17/08/2013	167
MEL3312	55693495D	5185/2	17/08/2013	167
MEL3312	55693496D	5843/3	17/08/2013	196
MEL3312	55693497D	5738/0	17/08/2013	186 * II
MEL3312	55693498D	6378/0	17/08/2013	220 * XII
MEL3312	55693499D	5819/7	17/08/2013	193
MFV9828	54150016D	5541/2	19/08/2013	181 * XVII
MHP4434	54150017D	5541/2	19/08/2013	181 * XVII
MII5820	55482577C	5720/0	11/09/2013	186 * I
MKM8471	54150305D	5541/1	09/09/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1698/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCM8103	55482571C	5169/1	06/07/2013	R\$ 1.915,38	165
CCM8103	55482572C	6599/2	06/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
ICQ3959	55693086D	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
IGN3541	55692237D	5010/0	01/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
INQ2130	55699289D	6920/0	04/06/2013	R\$ 127,69	233
LYK3449	55693557D	5010/0	26/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYU2940	54149602D	5010/0	27/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZA3548	55477166C	5010/0	01/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZA3548	55477167C	6599/2	01/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZA3548	55477168C	5169/1	01/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MBE8134	55699482D	5169/1	04/08/2013	R\$ 1.915,38	165
MBE8134	55703693D	5010/0	04/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBE8134	55703694D	5118/0	04/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBF0289	54149636D	6670/0	28/06/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MDG4803	55699851D	6599/2	24/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEB7457	55700182D	6599/2	17/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEB7457	55700183D	5010/0	17/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHS1582	55699343D	5010/0	31/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHS1582	55699344D	5118/0	31/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHS1582	55699345D	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIG8240	55694425D	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIM9248	55692317D	6912/0	24/05/2013	R\$ 53,20	232



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1699/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP8670	55699342D	5185/1	31/05/2013	R\$ 127,69	167
AFD1887	55699315D	5568/0	20/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AJJ4539	55694092D	5835/0	08/03/2013	R\$ 127,69	195
MBE8134	55703696D	7234/0	04/08/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MBE8134	55703697D	6858/0	04/08/2013	R\$ 85,12	231 * VII
MCV9451	54149683D	5835/0	08/07/2013	R\$ 127,69	195
MKN6812	54149629D	5541/5	26/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1699/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP8670	55699342D	5185/1	31/05/2013	R\$ 127,69	167
AFD1887	55699315D	5568/0	20/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
AJJ4539	55694092D	5835/0	08/03/2013	R\$ 127,69	195
MBE8134	55703696D	7234/0	04/08/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MBE8134	55703697D	6858/0	04/08/2013	R\$ 85,12	231 * VII
MCV9451	54149683D	5835/0	08/07/2013	R\$ 127,69	195
MKN6812	54149629D	5541/5	26/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1700/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BWR3445	55704076D	6599/2	15/09/2013	230 * V
DHK1758	55699956D	6637/1	18/09/2013	230 * IX
DLS0775	55703715D	5045/0	11/09/2013	162 * V
IBP9098	55703435D	6920/0	22/08/2013	233
LWX1105	55704077D	5010/0	15/09/2013	162 * I
LWX1105	55704078D	5118/0	15/09/2013	164 c/c 162 * I
LXK6326	55703542D	6637/1	24/08/2013	230 * IX
LXZ6863	54150139D	5010/0	14/09/2013	162 * I
LXZ6863	54150140D	5118/0	14/09/2013	164 c/c 162 * I
LXZ6863	54150141D	6599/2	14/09/2013	230 * V
LYQ3395	54148930D	6599/2	22/08/2013	230 * V
LYW4625	55703486D	6920/0	18/09/2013	233
MAQ8003	55703483D	6920/0	16/09/2013	233
MCP4252	55703476D	6920/0	16/09/2013	233
MDA3286	55703907D	6599/2	03/09/2013	230 * V
MDC5442	55951339B	6599/2	10/09/2013	230 * V
MEB5247	55703488D	6920/0	18/09/2013	233
MEM4211	54150136D	6599/2	14/09/2013	230 * V
MFC5871	55693983D	5010/0	20/09/2013	162 * I
MFC5871	55693984D	6599/2	20/09/2013	230 * V
MFC5871	55693985D	6556/1	20/09/2013	230 * I
MHI9014	55480425C	6637/2	23/08/2013	230 * IX
MHP1176	55700502D	5169/1	14/09/2013	165
MHS0240	55699955D	6599/2	17/09/2013	230 * V
MML1100	55703475D	6920/0	16/09/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1701/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAQ9492	54150102D	5541/2	27/08/2013	181 * XVII
AJO2821	54149522D	5541/2	23/08/2013	181 * XVII
BKO5897	54150111D	6068/1	28/08/2013	209
BUO1619	54150059D	5541/2	16/08/2013	181 * XVII
CGH2345	54149392D	6068/1	22/08/2013	209
IPB2488	54150015D	5541/2	19/08/2013	181 * XVII
LYD7901	54150120D	5207/0	31/08/2013	169
LYL9142	54149737D	5380/0	20/08/2013	181 * I
MAJ9584	54150127D	5541/2	10/09/2013	181 * XVII
MBI1269	54149973D	5185/1	17/08/2013	167
MEB3709	54150125D	5967/0	08/09/2013	203 * V
MET2265	54149848D	5215/2	30/08/2013	170
MEX7628	54150014D	5541/2	19/08/2013	181 * XVII
MIC2662	54150010D	6050/1	11/08/2013	208
MKI8116	55477172C	6050/1	19/09/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1702/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ6551	55699252D	6920/0	17/05/2013	R\$ 127,69	233
LXJ2597	55107449C	5169/1	11/07/2013	R\$ 1.915,38	165
LXV9846	55693174D	5010/0	08/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXV9846	55693175D	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXV9846	55693176D	5118/0	08/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAN3534	55700115D	6920/0	09/07/2013	R\$ 127,69	233
MBQ6122	55693732D	6599/2	21/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBQ6122	55693733D	5045/0	21/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBQ6122	55693734D	6912/0	21/05/2013	R\$ 53,20	232
MBT7552	54149720D	6670/0	15/07/2013	R\$ 127,69	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1703/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMB6440	54149956D	5541/2	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY7986	55699316D	5410/0	20/05/2013	R\$ 85,12	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE OUTUBRO DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**CÂMARA MUNICIPAL****Edital de Homologação do Resultado Final - Processo Seletivo N° 01/2013**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N° 01/2013

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Caçador, através da comissão especialmente designada, tendo em vista o término do prazo recursal, torna pública a homologação do resultado final do Processo Seletivo 01/2013 para contratação, por prazo determinado, de advogado da Câmara Municipal, em ordem decrescente de classificação:

CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL
DAGMAR JOSÉ BELOTTO	78
THIAGO BIESUS BORSATTI	77,5
OCTAVIO JACQUES DOS REIS MAC NIVEN	77
SANDRA REGIANE GOETTEN	72
SUZANA MIRANDA PORTES	64
MARCELO LICHES COELHO DE SOUZA	53
LUIZ FERNANDO VESCOVI	50,5
SUZANA TESTA MUGNOL	49,25
SAULO GRANEMANN TEIXEIRA JUNIOR	47
ANDERSON DINEI TESSER	41
GENECI DOS SANTOS	39
ADRIAN GREYCE MUCKE	31
CARLOS PHILIPPE POTRICH OLSEN	28
CRISTIANO ZANCHI	0
JAIR PEREIRA	0

Caçador/SC, 14 de outubro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

**Camboriú****PREFEITURA****PR 18/13 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 018/2013- FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INCLUINDO DESPESAS ( MOTORISTA, COMBUSTIVEL E VEÍCULO), PARA DESLOCAMENTO DOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES ( NO CASO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA), PARA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES INERENTES AOS CURSOS DO PRONATEC.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 30 (Trinta) de Outubro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 15 de Outubro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal



## Programa de Gestão Tributária



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1066/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1066/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANA9200	54622734E	6920/0	31/07/2013	233
DFP9944	54623204E	6599/2	14/08/2013	230 * V
DFP9944	54623205E	6912/0	14/08/2013	232
DFP9944	54623206E	5045/0	14/08/2013	162 * V
INO4536	54622546E	5053/1	21/08/2013	162 * VI
KNB1013	54622733E	6920/0	31/07/2013	233
LWT6439	55655110D	6599/2	19/08/2013	230 * V
MAD5367	54622138E	6637/2	31/07/2013	230 * IX
MFH4714	54623217E	5010/0	15/08/2013	162 * I
MFH4714	54623218E	5061/0	15/08/2013	163 c/c 162 * I
MFH4714	54623219E	6599/2	15/08/2013	230 * V
MFN4450	54622549E	6599/2	21/08/2013	230 * V
MFN4450	54622550E	5010/0	21/08/2013	162 * I
MGL0432	54623201E	6610/2	14/08/2013	230 * VII
MIR5946	54457318E	6548/0	17/08/2013	229
MIY5149	54623209E	6610/2	15/08/2013	230 * VII
MIY5149	54623210E	6408/0	15/08/2013	221

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE OUTUBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1070/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1070/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD7600	54456138E	6599/2	05/08/2013	230 * V
AJH6472	54456134E	5320/0	03/08/2013	176 * V
LYF2903	54622770E	5010/0	30/08/2013	162 * I
LYF2903	54622771E	5169/1	30/08/2013	165
LYF2903	54622773E	5274/1	30/08/2013	175
LYF2903	54622776E	6602/0	30/08/2013	230 * VI
LYF2903	54622777E	6637/1	30/08/2013	230 * IX
LYF2903	54622778E	6637/2	30/08/2013	230 * IX
LYF2903	55653394D	6912/0	30/08/2013	232
MDY8695	54456894E	6599/2	25/08/2013	230 * V
MDY8695	54456895E	6580/0	25/08/2013	230 * IV
MEM6244	54623058E	6599/2	13/08/2013	230 * V
MEM6244	54623059E	6637/2	13/08/2013	230 * IX
MEM6691	55653593D	6599/2	05/08/2013	230 * V
MEM6691	55653594D	6556/1	05/08/2013	230 * I
MEX3361	54622853E	6599/2	02/08/2013	230 * V
MEX3361	54622854E	5010/0	02/08/2013	162 * I
MFW6952	54622140E	5010/0	08/08/2013	162 * I
MFW6952	54622141E	5061/0	08/08/2013	163 c/c 162 * I
MFW6952	54622142E	6599/2	08/08/2013	230 * V
MFW6952	54622143E	6912/0	08/08/2013	232
MFW6952	54622144E	6637/2	08/08/2013	230 * IX
MGM1177	54623512E	6637/2	26/08/2013	230 * IX
MGM6670	54623352E	5010/0	28/08/2013	162 * I
MGM6670	54623353E	6599/2	28/08/2013	230 * V
MHW6274	54457417E	6912/0	14/08/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHW6274	54457418E	5061/0	14/08/2013	163 c/c 162 * I
MHW6274	54457419E	6599/2	14/08/2013	230 * V
MHW6274	54457420E	5045/0	14/08/2013	162 * V
MIU2613	54456896E	6610/2	25/08/2013	230 * VII
MJG9768	54623071E	6912/0	22/08/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE OUTUBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto N° 7.989 de 14 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.989 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal n° 3.910 de 17 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

13.392.0082.2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

13.392.0082.2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura

400000.00.136 - Despesas de Capital

440000.00.136 - Investimentos

449000.00.136 - Aplicações Diretas

449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

14 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 14/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto N° 7.990 de 14 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.990 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 014/2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso X da Lei Complementar Municipal n° 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital n° 013/2013, integrada pelos membros abaixo descritos:

§1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Eliziane Smentcoski, matrícula funcional n° 000728;

Patrick Onghero, matrícula funcional n° 000609;

Mariana Lauer Olsen, matrícula funcional n° 000684.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes cargos públicos e função: Médico I e Médico II - Médico, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital n° 014/2013 do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,

14 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais n° 2.416 e 3.386 em: 14/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria N° 10.343 de 15 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.343 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal n° 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Enfermeira, AURIONIZE COSENTINO, Matrícula Funcional n° 000574, Registro no Sistema sob n° 954749, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de janeiro de 2012 pagamento de um Terço de férias referente ao período.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 16 de outubro de 2013 a 14 de novembro de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC,  
15 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria N° 10.344 de 15 de Outubro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.344 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; RESOLVE:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob Protocolo nº 20024050.100026/13-0 emitida em data de 19 de abril de 2013, em favor da Servidora Pública Municipal, Srª. ANATÁLIA SILVIA CORDEIRO, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional nº 0203, Registro no Sistema sob o nº 308050.

Parágrafo único: A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição: de 07 (zero sete) anos e 07 (zero sete) meses e 22 (vinte e dois) dias, Parecer nº 001/2013 expedido pelo Serviço de Pessoal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As averbações de que tratam o caput do deste artigo, em razão do Procedimento Administrativo nº 1396/2013, protocolado sob nº 003366, Parecer nº 001/2013, emitido pelo Serviço de Pessoal desta Municipalidade.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
15 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria N° 10.345 de 15 de Outubro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.345 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; RESOLVE:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob Protocolo nº 20024050.100069/13-0 emitida em data de 15 de agosto de 2013, em favor da Servidora Pública Municipal, Srª. MARIA OSNILDA MARTINS, ocupante do Cargo Público e na função de Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional nº 000050, Registro no Sistema sob o nº 62000.

Parágrafo único: A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição: de 10 (dez) anos e 23 (vinte e três) dias, Parecer nº 001/2013 expedido pelo Serviço de Pessoal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) As averbações de que tratam o caput do deste artigo, em razão do Procedimento Administrativo nº 1401/2013, protocolado sob nº 003300, Parecer nº 001/2013, emitido pelo Serviço de Pessoal desta Municipalidade.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
15 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria N° 10.346 de 15 de Outubro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.346 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA N° 9.605 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 9.605 de 12 de dezembro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional, CRISTIANO CUNHA, Matrícula Funcional nº 000501, Registro no Sistema sob nº 954560, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 20 (vinte) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de dezembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
15 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 e 3.386 em: 15/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 10.347 de 15 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 10.347 DE 15 DE OUTUBRO DE 2013  
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE: Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. CRISTIANO CUNHA, Matrícula funcional nº 000501, Registro no Sistema sob nº 954560, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional, nomeado pelo Decreto Municipal nº 4.664 de 09 de abril de 2007, sua lotação passa ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a partir de 15 de outubro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
15 de outubro de 2013.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 014/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 014/2013

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal em caráter temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

#### DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
01 Imediato	Médico II	Médico	40 horas semanais.	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	Vencimento: R\$ 5.534,76; Adicional de Insalubridade: R\$ 135,60; Gratificação Especial Médica 50%: R\$ 2.767,38. Gratificação de Interior ESF 100% R\$ 5.534,76
01 Imediato	Médico I	Médico	20 horas semanais.	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	Vencimento: R\$2.767,38; Adicional de Insalubridade: R\$ 135,60; Gratificação Especial Médica 50%: R\$ 1.383,69

## 2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 15 à 24 de outubro de 2013, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, sito à rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

### 2.2 – São condições de Inscrição:

Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro;  
Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;  
Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;  
Os estrangeiros deverão comprovar residência fixa no Brasil pelo prazo mínimo de 15 (quinze) anos, salvo os estrangeiros originários de países de língua portuguesa que deverão comprovar residência pelo período de 01 (zero) ano ininterrupto, ou possuir seu diploma reconhecido pelas entidades brasileiras competentes, e não possuir participação como administrador, gestor ou diretor em empresas brasileiras, comerciais ou civis de qualquer natureza;  
Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo;  
f) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

- I- Carteira de identidade;
- II- Cadastro de pessoa física – CPF (fotocópia legível);
- III- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela;
- IV- Comprovante de Quitação Eleitoral;
- V- Certificado Militar;
- VI- Provação do nível de escolaridade exigido;
- VII- Registro do Conselho Regional de Medicina;

VIII- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública.

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato;

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos;

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração;

2.7 – As inscrições deferidas, serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e no Diário Oficial dos Municípios – DOM e na página oficial do Município. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora;

### 3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente Processo Seletivo Simplificado será de Tempo de Serviço do candidato na área;

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 31 de agosto de 2013.

3.3 – Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

3.5 – O resultado final será a maior pontuação do tempo de serviço na área.

3.6 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

– o mais idoso;  
– maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição);

3.7 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., publicado na imprensa, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página oficial do Município, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos;

3.8 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

### 4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de Médico II será de 40 horas semanais e para o cargo de Médico I de 20 horas semanais.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade da Administração.

### 5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo;

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma;

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de Nascimento;
- c) Certidão de Casamento;
- d) CPF/MF;
- e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF/MF;
- f) Título de Eleitor;
- g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral;
- h) Carteira de Trabalho;
- i) Comprovante de Residência;
- j) Certificado de Reservista;
- k) Declaração de dependentes;
- l) Declaração de Imposto de Renda ou de isento;
- m) Certidão Nascimento dos Filhos;
- n) Carteira de Vacina Filhos menores de 06 anos;
- o) Informar se possui Filhos deficientes;
- p) Carteira de Registro no Órgão de Fiscalização Profissional;
- q) Certificado do Nível de Escolaridade;
- r) Pis/Pasep;
- s) Conta corrente no Banco Brasil S/A;
- t) Atestado Admissional;
- u) Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido;
- v) Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do Sul/SC, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional;
- w) O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

### 6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato preencher corretamente a ficha de inscrição conforme o Anexo I do presente Edital e apresentar os documentos conforme itens 2.2 e 2.3 deste

Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogado se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste Edital serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre/SC, 14 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 014/2013

NÚMERO: \_\_\_\_\_ CARGO PRETENDIDO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

TÍTULO DE ELEITOR: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ Nº DEPENDENTES \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

FORMAÇÃO ESCOLAR: \_\_\_\_\_

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 014/2013

DATA: \_\_\_\_\_ ASS: \_\_\_\_\_

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 014/2013

NÚMERO: \_\_\_\_\_ CARGO PRETENDIDO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

#### ANEXO II

#### ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cargo: Médico I

1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3268/57.

Cargo: Médico II

1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3268/57.

#### Extrato do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (Cisnordeste/SC)

EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA (CISNORDESTE/SC)

Os municípios adiante discriminados, consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CIS/AMUNESC), por meio de seus respectivos chefes do poder executivo, reunidos na 2ª Assembleia Extraordinária de Prefeitos do CIS/AMUNESC, na sede da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), na cidade de Joinville, às 14:30 horas do dia 17 de setembro de 2013, resolvem subscrever este Protocolo de Intenções com o objetivo de transformar o CIS/AMUNESC em consórcio público, nos termos da Lei federal nº 11.107/05 e do Decreto federal nº 6.017/07, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, mantida a denominação, alterando-se a sigla para CISNORDESTE/SC.

Uma vez firmado o presente Protocolo de Intenções e devidamente publicado, os chefes do poder executivo dos municípios comprometem-se a encaminhá-lo para ratificação legal, estabelecendo-se o novo consórcio a partir da vigência da ratificação da última lei dentre o número mínimo de municípios exigidos para constituição do consórcio, procedendo-se à celebração do



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Contrato de Consórcio Público.

A transformação do CIS/AMUNESC em consórcio público tem por objetivo a adequação do mesmo às novas normas jurídicas, condição necessária à adequada prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), além de permitir a otimização dos recursos públicos disponíveis e cumprir a atribuição dos municípios na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos a receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Desse modo, os chefes do poder executivo dos Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder, do Estado de Santa Catarina, e Piên, do Estado do Paraná, resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, contendo as cláusulas necessárias para a transformação e funcionamento do CISNORDESTE/SC, as quais integrarão o corpo do Contrato de Consórcio Público a ser celebrado com a ratificação legal do protocolo de intenções.

A íntegra do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC) encontra-se disponível no sítio [www.cisamunesc.sc.gov.br](http://www.cisamunesc.sc.gov.br).

Município de Campo Alegre/SC, 14 de Outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### **Lei N° 3.943/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município**

LEI N° 3.943 /2013 DE 14/10/13

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.442.278,61 (um milhão quatrocentos e quarenta e dois mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ENTIDADE: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino FUNDEB 60%

Elemento de despesa: 33 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 206.764,00

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 - Construções, Ampliações e Reforma nas Creches

Elemento de despesa: 44 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 592.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 - Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil - Pré Escolar

Elemento de despesa: 49 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 313.009,47

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 - Construções, Ampliações e Reforma no Esporte Municipal

Elemento de despesa: 131 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 305.705,14

ENTIDADE: 13 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elemento de despesa: 2 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Elemento de despesa: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

ENTIDADE: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.000 - Reequipamento do Gabinete do Prefeito - Veículos e Equipamentos

Elemento de despesa: 1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 18.300,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elemento de despesa: 4 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.001 - Reformas e Manutenções no Paço Municipal

Elemento de despesa: 5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.002 - Reequipamento da Administração Pública

Elemento de despesa: 8 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.003 - Manutenção do Dep. de Modernização Administrativa e Informatização

Elemento de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 12.380,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
 UNIDADE: 05 - DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO  
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção do Dep. de Contabilidade e Patrimônio do Município  
 Elemento de despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 6.322,34

UNIDADE: 07 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 - Manutenção do Dep. de Compras  
 Elemento de despesa: 20 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 Elemento de despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 77.817,16

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 PROJETO/ATIVIDADE: 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PA-SEP - Prefeitura  
 Elemento de despesa: 29 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 79.974,10

PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 - Manutenção do Departamento de Finanças  
 Elemento de despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 7.150,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.018 - Reequipamento do Ensino Fundamental  
 Elemento de despesa: 31 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.211,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 - Reequipamento da Educação - Recursos FUNDEB 40%  
 Elemento de despesa: 34 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 105.764,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.020 - Construções e Reformas no Ensino com Recursos do FUNDEB 40%  
 Elemento de despesa: 35 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.064 - Aquisição de Terrenos FUNDEB  
 Elemento de despesa: 36 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.010 - Manutenção do Departamento de Planejamento Educacional  
 Elemento de despesa: 32 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 217,79

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR  
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.013 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Infantil  
 Elemento de despesa: 42 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.016 - Reequipamento das Creches  
 Elemento de despesa: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 33.826,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.017 - Reequipamento do Ensino Infantil  
 Elemento de despesa: 48 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.015 - Manutenção de Creches  
 Elemento de despesa: 51 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 34.811,11

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma do Ensino Fundamental  
 Elemento de despesa: 55 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

UNIDADE: 15 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO  
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.023 - Manutenção do Departamento de Assistência Comunitária e Trabalho  
 Elemento de despesa: 65 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

UNIDADE: 16 - DEPARTAMENTO HABITACIONAL  
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 - Implantação de Projetos Habitacionais  
 Elemento de despesa: 69 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 77.288,04

UNIDADE: 17 - DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGOS E RENDA  
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.025 - Manutenção do Dep. de Projetos para Geração de Emprego e Renda  
 Elemento de despesa: 71 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 Elemento de despesa: 72 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 13.500,00

UNIDADE: 18 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL  
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.026 - Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Estrutural  
 Elemento de despesa: 73 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 UNIDADE: 20 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE  
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.029 - Manutenção do Departamento do Meio Ambiente  
 Elemento de despesa: 79 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 3.895,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.004 - Implantação e Obras na Área Industrial  
 Elemento de despesa: 80 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos em Geral  
 Elemento de despesa: 87 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 37,04

UNIDADE: 22 - DEPARTAMENTO DE TURISMO  
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.005 - Reequipamento do Departamento de Turismo e Meio Ambiente  
 Elemento de despesa: 90 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000 - Aplicações Diretas R\$ 2.930,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
 UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.065 - Implantação da Perimetral Oeste  
 Elemento de despesa: 95 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000

000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.011 - Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Elemento de despesa: 119 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 152.869,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.012 - Construção de Redes de Energia Elétrica

Elemento de despesa: 112 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 161.725,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.059 - Construção de Praças, Jardins e Parques Infantis

Elemento de despesa: 126 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 89.163,53

PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 - Manutenção da Iluminação Pública

Elemento de despesa: 115 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 552,50

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 - Manutenção do Departamento de Esportes

Elemento de despesa: 128 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

UNIDADE: 28 - DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 - Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer

Elemento de despesa: 133 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Elemento de despesa: 134 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Elemento de despesa: 135 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

ENTIDADE: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUÁRIO DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

UNIDADE: 01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 - Reequipamento do Fundo Agropecuário

Elemento de despesa: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.041 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

Elemento de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ENTIDADE: 3 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 33 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 03 - MANUTENÇÃO DO MUSEU

PROJETO/ATIVIDADE: 2.045 - Manutenção das atividades do Museu

Elemento de despesa: 10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ENTIDADE: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 0.005 - Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Fdo Habitacional

Elemento de despesa: 1 - 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000

00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 0.006 - Amortização da Dívida Fundada Interna - Fdo Habitacional

Elemento de despesa: 2 - 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.032 - Reequipamento do Fundo Rotativo Habitacional

Elemento de despesa: 6 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

ENTIDADE: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 34 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente

Elemento de despesa: 2 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Trans. Instituições Privadas S/ Fins

Lucrativos R\$ 46.500,00

Elemento de despesa: 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.047 - Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente

Elemento de despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 17.945,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de outubro de 2013.  
NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.944/13 Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro ao Rotary Club Campos Novos Centro**

LEI Nº 3.944/13 DE 14/10/2013

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro ao Rotary Club Campos Novos Centro, CNPJ 13.435.053/0001-87, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para a realização do 3º RYLA.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: 01- Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01- Gabinete do Prefeito

PROJ./ATIV.: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

ELEM. DE DESPESA: 3 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 VALOR: R\$ 1.500,00

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.



Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de outubro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Lei N° 3.945/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Saúde**

LEI N° 3.945/2013 DE 14/10/13

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.054 - Reequipamento do Fdo da Saúde com recursos da Atenção Básica

Elementos de despesa: 7 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0071.0000 00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.077- Manutenção do programa da atenção básica - PAB fixo

Elementos de despesa: 22 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0071.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de outubro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto N° 6.822/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO N° 6.822/13 DE 11/10/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 159 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0062.0 00000 - Aplicações Diretas R\$ 509.824,01

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 509.824,01 (quinhentos e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e um centavo) provenientes de Excesso de Arrecadação - Convênio PAC II, FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,  
em 11 de outubro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto N° 6.823/13 Regulamenta Lei N°3.943/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO N° 6.823/13 DE 14/10/2013

REGULAMENTA LEI 3.943/13 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.442.278,61 (um milhão quatrocentos e quarenta e dois mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ENTIDADE: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino FUNDEB 60%

Elemento de despesa: 33 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 206.764,00

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 - Construções, Ampliações e Reforma nas Creches

Elemento de despesa: 44 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 592.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 - Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil - Pré Escolar

Elemento de despesa: 49 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 313.009,47

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA

**ADMINISTRATIVA**

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 - Construções, Ampliações e Reforma no Esporte Municipal

Elemento de despesa: 131 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 305.705,14

ENTIDADE: 13 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elemento de despesa: 2 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Elemento de despesa: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

ENTIDADE: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.000 - Reequipamento do Gabinete do Prefeito - Veículos e Equipamentos

Elemento de despesa: 1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 18.300,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elemento de despesa: 4 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.001 - Reformas e Manutenções no Paço Municipal

Elemento de despesa: 5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.002 - Reequipamento da Administração Pública

Elemento de despesa: 8 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.003 - Manutenção do Dep. de Modernização Administrativa e Informatização

Elemento de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 12.380,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 05 - DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção do Dep. de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elemento de despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.322,34

UNIDADE: 07 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 - Manutenção do Dep. de Compras

Elemento de despesa: 20 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Elemento de despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 77.817,16

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitura

Elemento de despesa: 29 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 79.974,10

PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 - Manutenção do Departamento de Finanças

Elemento de despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.150,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.018 - Reequipamento do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 31 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.211,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 - Reequipamento da Educação - Recursos FUNDEB 40%

Elemento de despesa: 34 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000 - Aplicações Diretas R\$ 105.764,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.020 - Construções e Reformas no Ensino com Recursos do FUNDEB 40%

Elemento de despesa: 35 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.064 - Aquisição de Terrenos FUNDEB

Elemento de despesa: 36 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.010 - Manutenção do Departamento de Planejamento Educacional

Elemento de despesa: 32 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 217,79

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.013 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Infantil

Elemento de despesa: 42 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.016 - Reequipamento das Creches

Elemento de despesa: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 33.826,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.017 - Reequipamento do Ensino Infantil

Elemento de despesa: 48 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.015 - Manutenção de Creches

Elemento de despesa: 51 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 34.811,11

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 55 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

UNIDADE: 15 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.023 - Manutenção do Departamento de Assistência Comunitária e Trabalho  
Elemento de despesa: 65 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

UNIDADE: 16 - DEPARTAMENTO HABITACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 - Implantação de Projetos Habitacionais  
Elemento de despesa: 69 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 77.288,04

UNIDADE: 17 - DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGOS E RENDA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.025 - Manutenção do Dep. de Projetos para Geração de Emprego e Renda  
Elemento de despesa: 71 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
Elemento de despesa: 72 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 13.500,00

UNIDADE: 18 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.026 - Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Estrutural  
Elemento de despesa: 73 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 20 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.029 - Manutenção do Departamento do Meio Ambiente  
Elemento de despesa: 79 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 3.895,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.004 - Implantação e Obras na Área Industrial  
Elemento de despesa: 80 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos em Geral  
Elemento de despesa: 87 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 37,04

UNIDADE: 22 - DEPARTAMENTO DE TURISMO  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.005 - Reequipamento do Departamento de Turismo e Meio Ambiente  
Elemento de despesa: 90 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 2.930,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.065 - Implantação da Perimetral Oeste  
Elemento de despesa: 95 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.011 - Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo  
Elemento de despesa: 119 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Aplicações Diretas R\$ 152.869,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.012 - Construção de Redes de Energia Elétrica  
Elemento de despesa: 112 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000

0000 - Aplicações Diretas R\$ 161.725,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.059 - Construção de Praças, Jardins e Parques Infantis  
Elemento de despesa: 126 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Aplicações Diretas R\$ 89.163,53

PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 - Manutenção da Iluminação Pública  
Elemento de despesa: 115 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Aplicações Diretas R\$ 552,50

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 - Manutenção do Departamento de Esportes  
Elemento de despesa: 128 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

UNIDADE: 28 - DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 - Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer  
Elemento de despesa: 133 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00  
Elemento de despesa: 134 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
Elemento de despesa: 135 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

ENTIDADE: 2 - FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUÁRIO DE CAMPOS NOVOS  
ÓRGÃO: 32 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA  
UNIDADE: 01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 - Reequipamento do Fundo Agropecuário  
Elemento de despesa: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.041 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária  
Elemento de despesa: 9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ENTIDADE: 3 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS  
ÓRGÃO: 33 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
UNIDADE: 03 - MANUTENÇÃO DO MUSEU  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.045 - Manutenção das atividades do Museu  
Elemento de despesa: 10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ENTIDADE: 6 - FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS  
ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
UNIDADE: 01 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 0.005 - Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Fdo Habitacional  
Elemento de despesa: 1 - 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 0.006 - Amortização da Dívida Fundada Interna - Fdo Habitacional  
Elemento de despesa: 2 - 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.032 - Reequipamento do Fundo Rotativo Habitacional  
Elemento de despesa: 6 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

ENTIDADE: 8 - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS  
ÓRGÃO: 34 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente  
Elemento de despesa: 2 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Trans. Instituições Privadas S/ Fins  
Lucrativos R\$ 46.500,00  
Elemento de despesa: 5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.047 - Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente  
Elemento de despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 17.945,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,  
em 14 de outubro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Decreto N° 6.824/13 Regulamenta Lei 3.945/13 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Saúde**

DECRETO N° 6.824/13 DE 14/10/2013  
REGULAMENTA LEI 3.945/13 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749/12 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.054 - Reequipamento do Fdo da Saúde com recursos da Atenção Básica  
Elementos de despesa: 7 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0071.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.077- Manutenção do programa da atenção básica - PAB fixo  
Elementos de despesa: 22 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0071.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto, em 14 de outubro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **Decreto N° 133/2013**

DECRETO N° 133/2013

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, a partir da presente data até 07/08/2014, conforme nomes a seguir:

#### **REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Titular: Cibele Neudorf Batista  
Suplente: Luciane Aparecida Darmorus Zucco  
Titular: Diogo Carlos Seidel  
Suplente: Dalsom Luis Salomon

#### **REPRESENTANTES DE PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Titular: Maria Lúcia Prust Olescovicz  
Suplente: Rosimari Schiessl dos Passos

#### **REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Titular: Luís Roberto Holler  
Suplente: Zenite Lech

#### **REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Titular: Luciane Wagner  
Suplente: Elisa Linhares da Silva

#### **REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS**

Titular: Elenice Aparecida Karvat  
Suplente: Ruben Silvino Wolf Filho

Titular: Jucinéia Aparecida Unicki Popadiuk  
Suplente: José Odair Alves

#### **REPRESENTANTES DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CANOINHAS**

Titular: Tereza de Jesus Gracia Almeida  
Suplente: Siomara Artner Garret

#### **REPRESENTANTES DO CONSELHO DA EDUCAÇÃO**

Titular: Izane Maria Pereira  
Suplente: Eliane Pereira Pieczarka

#### **REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR**

Titular: Luciele Siems  
Suplente: Mirian Eduarda de Miranda Brandes



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N° 183/2013**

DECRETO N° 183/2013

PRORROGA O DECRETO N° 129/2013 QUE DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INUNDAÇÕES - 1.2.1.0.0.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de CANOINHAS - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Instrução Normativa/MI no 01, de 24 de agosto de 2012;

CONSIDERANDO:

- A continuidade dos efeitos ocasionados pelo excesso de chuvas que iniciaram a partir do dia 17/06/2013;
- Em decorrência das sérias dificuldades de acesso e de circulação do tráfego, devido às inundações nas ruas localizadas em área urbana e das estradas rurais, com a destruição de pontes e bueiros, ocasionando, inclusive, a suspensão das aulas da rede pública municipal em determinadas localidades;
- A recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal - COMDEC, que avaliou e quantificou os efeitos das chuvas, em acordo com a IN/MI N° 01/2012, é favorável à prorrogação de Situação de Emergência;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e a previsão da continuidade do cenário de chuvas no Município para os próximos dias, podendo, causar demais problemas à população.

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 129, de 24 de junho de 2013, que decretou Situação de Emergência por inundação.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelas inundações em decorrência das fortes chuvas, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos, anexos ao Decreto nº 129/2013.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres e reabilitação do cenário e reconstrução, após adaptado à situação real desencadeada pelas inundações.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela

Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado a agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N° 185/2013**

DECRETO N° 185/2013

ALTERA MEBROS PARA COMPOR O CAE - CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 11.947/2009 e Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam alterados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE), mandato 2013/2017, conforme nomes a seguir:

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

Titular: Maria de Lourdes Lemos

Suplente: Maria Elizete de Matos Zibeti

REPRESENTANTE DE DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Titular: Raquel Aparecida Dambroski

Suplente: Cleide de Fátima Kanzler

Titular: Samuel Antônio Ribeiro

Suplente: Sidimeia Dias dos Santos

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS

Titular: Vera Lucia Röver

Suplente: Luciane Metzger de Lima

Titular: Janete Leandro Ferreira Olescowicz

Suplente: Jaqueline Andrea Pacheco de Miranda Lima

REPRESENTANTE DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS (SOCIEDADE CIVIL)

Titular: Sergio Luis Moreira

Suplente: Wilmar Sudoski

Titular: Rosana Gonçalves Damasceno  
Suplente: Lindolfo Martins

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N° 186/2013**

DECRETO N° 186/2013

**DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR VENDAVAL (COBRADE 1.3.2.1.5)**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de CANOINHAS - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Instrução Normativa/MI no 01, de 24 de agosto de 2012, Considerando que:

- A ocorrência do vendaval acompanhado de chuva forte e granizo, nos dias 20, 21 e 22 de Setembro de 2013, trazidos pela mudança climática, ocasionou sérios transtornos nos bairros e localidades rurais do Município, conforme mapa das áreas afetadas que segue anexo a este Decreto,

- Em decorrência do desastre, houve o destelhamento de casas, deixando famílias desabrigadas em determinadas localidades e bairros conforme mapa anexo, bem como ocasionou queda de energia em algumas localidades do Município e interior, causando prejuízos na agricultura e pecuária, conforme FIDE em anexo;

- A recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal - COMDEC, que avaliou e quantificou os efeitos trazidos pelo desastre, em acordo com a IN/MI N° 01/2012, é favorável à declaração de Situação de Emergência;

- Concorre como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e a previsão da continuidade do cenário de chuvas para os próximos dias, podendo, causar demais problemas à população.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal e caracterizada como Situação de Emergência, em virtude do desastre classificado e codificado como vendaval (COBRADE 1.3.2.1.5), desencadeado pela mudança climática que atingiu as áreas do Município contidas no Formulário de Informações de Desastre e demais documentos anexos a este Decreto.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo vendaval em decorrência da mudança climática conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres e reabilitação do cenário e reconstrução, após adaptado à situação real desencadeada pelas inundações.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado a agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N° 175/2013**

DECRETO N° 175/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**RETIFICAR O DECRETO N° 169/2013 QUE NOMEIA NOVA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA - PPAC.**

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº. 169/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor a COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA

**CRIANÇA - PPAC**, para o período de 2013/2016, como segue no-meia :

**PRESIDENTE:**

**CRISTINE RIBEIRO ISPHAIR MAZIERO**

E-mail: cmdca@pmc.sc.gov.br

Telefone: (47) 3621-7700

(47) 3621-7771

(47) 3622-3333

(47) 8477-3777

**ENTIDADES GOVERNAMENTAIS**

**1º Gabinete do Prefeito**

Membro Efetivo: Paulo Roberto Ghislandi Basílio

Membro Suplente: Carlos Eduardo Vipieski

**2º Assessoria Jurídica**

Membro Efetivo: Keiny Rodrigo Burgardt

Membro Suplente: Douglas Antonio Conceição

**3º Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento**

Membro Efetivo: Roseli Dobroshinskei

Membro Suplente: Silvonei Reginaldo Romanovski

**4º Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família**

Membro Efetivo: Rita Cássia Krauss Witt

Membro Suplente: Vera Lucia Piotrowski Cubas

**5º Secretaria Municipal de Educação**

Membro Efetivo: Juceres Maria Wiese Roeder

Membro Suplente: Karina Vieira Carvalho

**6º Secretaria Municipal de Saúde**

Membro Efetivo: Fábía Sagaz Dias

Membro Suplente: Marilin Rosana Munhoz da Silva Werka

**7º Secretaria Municipal de Planejamento**

Membro Efetivo: Liliane Taís Grosskopf

Membro Suplente: Merlen Marciele Guimarães Pepe

**ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**

**1º OAB - Ordem dos Advogados do Brasil**

Membro Efetivo: Diego Roberto Amaral

Membro Suplente: Claudia Marise Preissler Seleme

**2º Associação Canoinhense de Deficientes - ACD**

Membro Efetivo: Franciele Geraldo

Membro Suplente: Arlete Kwitschal Schroeder

**3º Centro de Integração de Estudantes - CINE**

Membro Efetivo: Vanelles Kül

Membro Suplente: Graciele Thais K. Ferreira dos Santos

**4º Hospital Santa Cruz de Canoinhas**

Membro Efetivo: Cristine Ribeiro Isphair Maziero

Membro Suplente: Denise Kreutz Lemos S. Lima

**5º Fundação Universidade do Contestado - UnC Campus Canoinhas**

Membro Efetivo: Maria Luiza Millani

Membro Suplente: Reinaldo Knorek

**6º Associação Vale do Canoinhas - SAVC**

Membro Efetivo: Mozara Carvalho Schadeck

Membro Suplente: Arlete Aparecida Adur Lachman

**7º Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**

Membro Efetivo: Lucimara Pepes

Membro Suplente: Keli Cristina Groth S. de Lima

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de setembro de 2013.

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/09/2013.

**ARGOS JOSÉ BURGARDT**

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto N°. 179/2013**

DECRETO N°. 179/2013

**"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

**DECRETAR**

Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, a partir da presente data até 07/08/2014, conforme nomes a seguir:

**REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Titular: Cibele Neudorf Batista

Suplente: Luciane Aparecida Darmorus Zucco

Titular: Diogo Carlos Seidel

Suplente: Dalson Luis Salomon

**REPRESENTANTES DE PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Titular: Maria Lúcia Prust Olescovicz

Suplente: Rosimari Schiessl dos Passos

**REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Titular: Luís Roberto Holler

Suplente: Zenite Lech

**REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Titular: Luciane Wagner

Suplente: Elisa Linhares da Silva

**REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS**

Titular: Elenice Aparecida Karvat

Suplente: Ruben Silvino Wolf Filho

Titular: Jucinéia Aparecida Unicki Popadiuk

Suplente: José Odair Alves

**REPRESENTANTES DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CANOINHAS**

Titular: Tereza de Jesus Gracia Almeida

Suplente: Siomara Artner Garret

**REPRESENTANTES DO CONSELHO DA EDUCAÇÃO**

Titular: Izane Maria Pereira



Suplente: Eliane Pereira Pieczarka

**REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR**

Titular: Luciele Siems

Suplente: Mirian Eduarda de Miranda Brandes

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº133 de 03/07/2013.

Canoinhas/SC, 06 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto N°. 182/2013**

DECRETO N°. 182/2013

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 1.050,00m<sup>2</sup> (Um mil e cinquenta metros quadrados), procedido por TANIA MARA FRIEDRICH DAVET, situado na Rua Antonio Massaneiro, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 9.048 e 9.049, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 01 com área de 1.050,00m<sup>2</sup> pertencente a quadra nº1.330, conforme requerimento protocolado sob nº. 5627/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto N°. 187/2013**

DECRETO N°. 187/2013

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INUNDAÇÕES (COBRADE 1.2.1.0.0).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de CANOINHAS - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Instrução Normativa/MI no 01, de 24 de agosto de 2012, Considerando que:

- A ocorrência das inundações ocasionadas pelas fortes chuvas que caíram nos dias 20, 21 e 22 de Setembro de 2013 atingiram o Município, conforme mapa das áreas afetadas que segue anexo a este Decreto,

- Em decorrência do desastre, houve dificuldade de acesso e de circulação do tráfego, devido às inundações nas ruas localizadas em área urbana e em estradas rurais conforme mapa anexo, com a destruição de pontes e bueiros, ocasionando a suspensão das aulas da rede pública municipal em determinadas localidades, conforme FIDE em anexo,

- A recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal - COMDEC, que avaliou e quantificou os efeitos das chuvas, em acordo com a IN/MI N° 01/2012, é favorável à declaração de Situação de Emergência;

- Concorre como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e a previsão da continuidade do cenário de chuvas no Município para os próximos dias, podendo, causar demais problemas à população.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal e caracterizada como Situação de Emergência, em virtude do desastre classificado e codificado como inundações (COBRADE 1.2.1.0.0), desencadeado pelo excesso de chuvas que atingiram as áreas do Município contidas no Formulário de Informações de Desastre e demais documentos anexos a este Decreto.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelas inundações em decorrência das fortes chuvas, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres e reabilitação do cenário e reconstrução, após adaptado à situação real desencadeada pelas inundações.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso

o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado a agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N° 188/2013**

DECRETO N°. 188/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 6.000,00 m<sup>2</sup> (Seis mil metros quadrados), procedido por PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, situado na Rua Waldemar Carlos Stange, no Bairro Industrial I, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.546, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 09 com área de 3.000,00 m<sup>2</sup>, lote nº 10 com área de 1.900,00 m<sup>2</sup>, lote nº 11 com área de 800,00 m<sup>2</sup> e lote nº 12 com área de 300,00 m<sup>2</sup>, todos pertencentes a quadra nº 260, conforme requerimento protocolado sob nº. 5810/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N° 189/2013**

DECRETO N°. 189/2013

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 466,00m<sup>2</sup> (Quatrocentos e sessenta e seis metros quadrados), procedido por JEAN PIERRE PEIXER, situado na Rua Paulo Ritzmann, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 11.524 e 32.181, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 192 com área de 466,00m<sup>2</sup> pertencente a quadra nº71, conforme requerimento protocolado sob nº. 5759/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto N° 190/2013**

DECRETO N°. 190/2013

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 27.304,48m<sup>2</sup> (Vinte e sete mil, trezentos e quatro metros e quarenta e oito decímetros quadrados), procedido por CIA CANOINHAS DE PAPEL, situado na Rua Sem Denominação, no Bairro Industrial nº02, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 16.537, 25.995, 14.548, 14.385 e 1877, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 02 com área de 27.304,48m<sup>2</sup> pertencente a quadra nº1.616, conforme requerimento protocolado sob nº. 5719/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto N°. 191/2013**

DECRETO N°. 191/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por MAURO CESAR BECHEL, situado na Rua Álvaro Soares Machado esquina com a Rua Frederico Haag, no Bairro Industrial I, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº10.576, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 360,00 m² e lote nº 30 com área de 240,00m², ambos pertencentes a quadra nº 500, conforme requerimento protocolado sob nº. 5722/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N°. 192/2013**

DECRETO N°. 192/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com

área de 415,12m² (Quatrocentos e quinze metros e doze décimos quadrados), procedido por VALDINEIA VOZNIK DOS SANTOS, situado na Rua Derby Fontana, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº11.484, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 06 com área de 207,56 m² e lote nº 50 com área de 207,56m², ambos pertencentes a quadra nº 01, conforme requerimento protocolado sob nº. 5413/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N°. 193/2013**

DECRETO N°. 193/2013

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 05/SMS/2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **HOMOLOGAR**

Art. 1º - Fica homologada a inscrição do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais – Médico/Odontólogo Suporte - CEO, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 05/SMS/2013, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **MÉDICO – 01 VAGA – 10 HORAS**

Nº Geral	Nº Inscrição	Candidato	Deferimento
1.	02	Giselle Kluppel Lima – CPF: 614.880.979-68	Deferida

## ODONTÓLOGO SUPORTE – CEO – 01 VAGA – 20 HORAS

Nº Geral	Nº Inscrição	Candidato	Deferimento
1.	12	Angeli Fernanda Niemies – CPF: 071.153.679-14	Deferida
2.	08	Carlos Guilherme Silva do Amaral – CPF: 005.349.200-55	Deferida
3.	07	Caroline Stocker – CPF: 078.026.159-33	Deferida
4.	11	Claudia Schappo – CPF: 064.250.049-59	Deferida
5.	03	Fernanda Cristina Fontana Selemme – CPF: 035.630.799-94	Deferida
6.	01	Francine Merlin Ramao – CPF: 059.469.129-09	Deferida
7.	10	Luana Carla Pfau – CPF: 064.234.129-01	Deferida
8.	05	Luis Felipe Bussmann – CPF: 056.665.039-66	Deferida
9.	06	Marcelo Freitas Bastos – CPF: 586.576.659-72	Deferida
10.	09	Marcos Vinicius Romagna – CPF: 046.766.899-00	Deferida
11.	04	Silmara Assunta Castaman – CPF: 066.884.069-26	Deferida

**Decreto N°. 194/2013**

DECRETO N°. 194/2013  
FIXA TARIFAS DE PÁTIO E GUINCHO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 86, inciso I, alínea “i”, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 4.124/2006 que “Dispõe Sobre a Guarda, o Depósito e a Venda de Veículos Removidos, Apreendidos e Retirados de Circulação nas Vias Públicas do Município e dá Outras Providências”; resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Ficam autorizadas, a partir da presente data, as tarifas do Pátio e Guincho do Município, de acordo com as informações fornecidas pela Comunicação Interna nº60/Detracan/2013.

Art. 2º - As tarifas passarão a vigorar com os seguintes valores:

ESTADIA DE MOTOCICLETAS E SIMILARES			
Diárias	Abrev.	Taxa valência R\$	Equi-

Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.M.	20,00 UFM R\$ 47,20
Diárias que excedem o 6º dia	D.M.	1,00 UFM por dia R\$ 2,36

**ESTADIA DE AUTOMÓVEIS E CAMINHONETAS**

Diárias	Abrev.	Taxa valência R\$	Equi-
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V	45,00 UFM R\$ 106,20	
Diárias que excedem o 6º dia	D.V.	1,00 UFM por dia. R\$ 2,36	

**ESTADIA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES**

Diárias	Abrev.	Taxa Equivalência R\$	
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.P	100,00 UFM R\$ 236,00	
Diárias que excedem o 6º dia	D.V.P	8,00 UFM por dia. R\$ 18,88	

As tarifas atinentes ao serviço de guincho ficam estabelecidas conforme o quadro abaixo e quando o guinchamento ocorrer numa distância superior a 10 km do Centro da cidade, a Concessionária poderá cobrar o equivalente a 0,80 UFM (R\$ 1,88) por quilômetro rodado:

Discriminação	Abrev.	Taxa Equivalência R\$
Remoção/transporte de motocicleta e similares com veículos plataforma	T.M.	40,00 UFM R\$ 94,40

Discriminação	Abrev.	Taxa Equivalência R\$
Remoção/transporte de automóveis com veículos plataformas	T.V.L.	50,00 UFM R\$ 118,00

Discriminação	Abrev.	Taxa Equivalência R\$
Remoção de ônibus e caminhões – veículos pesados.	T.V.P.	90,00 UFM R\$ 212,40

Observação: se uma moto, veículo, caminhão ou ônibus der entrada no Pátio e Guincho, e permanecer lá menos de 06 dias, a taxa de retirada é a equivalente aos 06(seis) dias especificada acima.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**Decreto Nº. 195/2013**

DECRETO Nº. 195/2013

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.172 de 25/09/2013, resolve:

**DECRETAR**

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.173 de 25 de setembro de 2013, no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Projeto 1.082 - Aquisição de Retroescavadeira  
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 195.000,00  
Recursos 153 - Recursos de Convênio União  
Produto: Retroescavadeira  
Unidade de Medida: unidade  
Meta física: 1.

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica utilizado os recursos provenientes de convênio nº 784848 firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA / PRODESA e o Município de Canoinhas no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil Reais).

ART. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.173 de 25 de setembro de 2013, no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Projeto 1.082 - Aquisição de Retroescavadeira  
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 21.000,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários  
Produto: Retroescavadeira  
Unidade de Medida: unidade  
Meta física: conforme "I" do artigo 1º.

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 4º da Lei 5.172 de 25 de setembro de 2013, o valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Atividade 2.016 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 21.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 196/2013**

DECRETO Nº. 196/2013

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.170 de 25/09/2013, resolve:

**DECRETAR**

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.170 de 25 de setembro de 2013, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 15.000,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 2º da Lei 5.170 de 25 de setembro de 2013, o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 15.000,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 197/2013**

DECRETO Nº. 197/2013

**RATIFICA DECRETO Nº. 005/2013 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei



Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 005/2013, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 534,00m² (Quinhentos e trinta e quatro metros quadrados), procedido por MÁRIO DE OLIVEIRA CUSTÓDIO, situado à Rua Bernardo Szkudiarek, no Distrito de Marcílio Dias, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 3.277, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº55 com área de 294,00m², lote nº 66 com área de 240,00m², conforme requerimento protocolado sob nº. 7989/2012.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### Decreto Nº. 198/2013

DECRETO Nº. 198/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.173 de 25/09/2013, resolve:

#### DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.173 de 25 de setembro de 2013, no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM

Unidade 15.01: FUNREBOMPM

Projeto 5.005 - Reforma do Prédio do Corpo de Bombeiros

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 21.000,00

Recursos 602 - Recursos Ordinários Funrebom - CB Superávit

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 2º da Lei 5.173 de 25 de setembro de 2013, o valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM

Unidade 15.01: FUNREBOMPM

Atividade 2.030 - Manutenção do FUNREBOM de Canoinhas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 21.000,00

Recursos 602 - Recursos Ordinários Funrebom - CB Superávit

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### Decreto Nº. 199/2013

DECRETO Nº. 199/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica incluído no Decreto nº004/2013 o art. 6º-B, conforme a seguinte redação:

Art. 6º-B. Fica autorizado o servidor JOSÉ CARVALHO JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto à instituição financeira denominada Banco do Brasil S/A, exclusivamente no tocante à conta corrente nº29.300-8, devidamente cadastrada na agência 0343-3, vinculada ao Poder Executivo Municipal, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 83.102.384/0001-80.

Parágrafo Único. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 200/2013**

DECRETO Nº. 200/2013

AUTORIZA O PROTESTO EXTRAJUDICIAL DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e, considerando a disposição contida no parágrafo único do artigo 1º, da Lei Federal nº 9.492/1997, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.767/2012,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria da Fazenda do Município de Canoinhas a promover o protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa (CDA) por créditos tributários ou não do Município, sem prejuízo do oportuno ajuizamento do processo de execução.

Parágrafo único: As CDA's cuja cobrança já tenha sido ajuizada poderão, igualmente, ser levadas a protesto extrajudicial.

Art. 2º - O encaminhamento das CDA's para distribuição aos Tabelionatos de Protesto dar-se-á por meio eletrônico.

Art. 3º - O apontamento da CDA ou extração do protesto não obstam o parcelamento administrativo do crédito.

Art. 4º - O parcelamento requerido e devidamente deferido que importe na suspensão da exigibilidade do creditado tributário autorizará o Tabelionato a sustar a extração do protesto, após pagos pelo devedor os emolumentos e demais despesas.

Art. 5º - O parcelamento requerido e deferido após a lavratura do protesto também deverá ser formalizado em termo próprio, que acompanhado do termo extraído, autorizará o Tabelionato a cancelar o protesto, após pagos pelo devedor os emolumentos e demais despesas.

Art. 6º - Verificado o inadimplemento do parcelamento administrativo ou judicial, a Secretaria da Fazenda deverá expedir CDA pelo saldo atualizado do crédito e promover o seu protesto.

Art. 7º - No caso de pagamento administrativo ou judicial após a lavratura do protesto, a Secretaria da Fazenda emitirá autorização que, acompanhada do instrumento extraído, autorizará o Tabelionato a cancelar o protesto, após pagos pelo devedor os emolumentos e demais despesas.

Art. 8º - As disposições deste Decreto são extensíveis aos créditos das autarquias e fundações públicas municipais.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de Setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 201/2013**

DECRETO Nº. 201/2013

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 05/SMS/2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**HOMOLOGAR**

Art. 1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais – Médico/Odontólogo Suporte - CEO, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 05/SMS/2013, conforme relação dos candidatos em anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**MÉDICO – 01 VAGA – 10 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
02	Giselle Kluppel Lima – CPF: 614.880.979-68	6,0	Aprovada

**ODONTÓLOGO SUPORTE – CEO – 01 VAGA – 20 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
03	Fernanda Cristina Fontana Seleme – CPF: 035.630.799-94	8,0	Aprovada
08	Carlos Guilherme Silva do Amaral – CPF: 005.349.200-55	7,0	Classificado
10	Luana Carla Pfau – CPF: 064.234.129-01	7,0	Classificada
09	Marcos Vinicius Romagna – CPF: 046.766.899-00	7,0	Classificado
06	Marcelo Freitas Bastos – CPF: 586.576.659-72	6,5	Classificado
01	Francine Merlin Ramao – CPF: 059.469.129-09	6,5	Classificada
04	Silmara Assunta Castaman – CPF: 066.884.069-26	6,0	Classificada



05	Luis Felipe Bussmann – CPF: 056.665.039-66	5,5	Classificado
12	Angeli Fernanda Niemies – CPF: 071.153.679-14	5,0	Classificada
11	Claudia Schappo – CPF: 064.250.049-59	5,0	Classificada
07	Caroline Stocker – CPF: 078.026.159-33	3,5	Reprovada

**Decreto N°. 202/2013**

DECRETO N°. 202/2013

**APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 513,90m<sup>2</sup> (Quinhentos e treze metros e noventa decímetros quadrados), procedido por JANETE DE FÁTIMA LEITE, situado na Rua Gil Costa, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 36.001 e 36.378, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 47 com área de 513,90m<sup>2</sup> pertencente a quadra nº087, conforme requerimento protocolado sob nº. 5853/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto N°. 203/2013**

DECRETO N°. 203/2013

**APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com

área de 350,00m<sup>2</sup> (Trezentos e cinquenta metros quadrados), procedido por JANETE DE FÁTIMA LEITE, situado na Rua Gil Costa, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 36.000 e 36.377, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 15 com área de 350,00m<sup>2</sup> pertencente a quadra nº087, conforme requerimento protocolado sob nº. 5854/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto N°. 204/2013**

DECRETO N°. 204/2013

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00m<sup>2</sup> (Seiscentos metros quadrados), procedido por MIGUEL CARLOS DE CASTRO NETO, situado na Rua Otto Kohler, no Bairro Industrial nº01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº15.977, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 26 com área de 360,00m<sup>2</sup> e lote nº 55 com área de 240,00m<sup>2</sup>, ambos pertencentes a quadra nº 1623, conforme requerimento protocolado sob nº. 5841/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 205/2013**

DECRETO Nº. 205/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 900,00m<sup>2</sup> (Novecentos metros quadrados), procedido por VALDEMAR ALVES PEREIRA, situado na Rua Curt Adolfo Uhlig, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº7.120, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº11 com área de 319,20m<sup>2</sup> e lote nº33 com área de 580,80m<sup>2</sup>, ambos pertencentes a quadra nº 602, conforme requerimento protocolado sob nº. 5522/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 206/2013**

DECRETO Nº. 206/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008;

CONSIDERANDO erro na grafia do nome, resolve:

**RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado no anexo do Decreto nº. 174/2013, o item nº32 da listagem de inscritos para o cargo de Coordenador Pedagógico, passando a vigorar da seguinte forma:

"32 - GRACILENE DE FÁTIMA ZUCCO - 038.739.619-54"

Art. 2º - Fica retificado no anexo do Decreto nº. 184/2013, o item nº01 da listagem dos classificados para o cargo de Coordenador Pedagógico, passando a vigorar da seguinte forma:

"01 - GRACILENE DE FÁTIMA ZUCCO - 038.739.619-54"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 207/2013**

DECRETO Nº. 207/2013

RETIFICA O DECRETO Nº. 113/2013 DE 28/05/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º do Decreto nº. 207/2012 de 31/10/2012, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 17.396,00m<sup>2</sup> (Dezessete mil e trezentos e noventa e seis metros quadrados), procedido por LAÉRCIO EVALDO GONCHOROWSKI, situado à Servidão Sem Denominação, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 33.270, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 10 com área de 14.359,20m<sup>2</sup> sendo 3.480,00m<sup>2</sup> de Reserva Legal, lote nº 11 com área de 607,36m<sup>2</sup>, lote nº 12 com área de 607,36m<sup>2</sup>, lote nº 13 com área de 607,36m<sup>2</sup>, lote nº 14 com área de 607,36m<sup>2</sup>, lote nº 15 com área de 607,36m<sup>2</sup>, conforme requerimento protocolado sob nº. 5413/2012."

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 208/2013**

DECRETO Nº. 208/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 764,40m<sup>2</sup> (Setecentos e sessenta e quatro metros e quarenta decímetros quadrados), procedido por BEATRIZ DE FÁTIMA BAYERL, situado na Rua Zelinda Zilá Garcindo, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.071, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº10 com área de 248,57m<sup>2</sup>, lote nº19 com área de 258,00m<sup>2</sup> e lote nº20 com área de 257,83m<sup>2</sup>, todos pertencentes a quadra nº 1623, conforme requerimento protocolado sob nº. 5859/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto N° 210/2013**

DECRETO N° 210/2013  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.094,70m<sup>2</sup> (Um mil e noventa e quatro metros e setenta decímetros quadrados), procedido por SALVADOR GONÇALVES DOS SANTOS, situado na Rua Henrique Sorg, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 20.759, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 12 com área de 582,90m<sup>2</sup> e lote nº 15 com área de 511,80m<sup>2</sup>, ambos pertencentes a quadra nº 246, conforme requerimento protocolado sob nº. 5915/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 07/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto N° 211/2013**

DECRETO N° 211/2013  
APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 622,50m<sup>2</sup> (Seiscentos e vinte e dois metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), procedido por JOÃO SAMPAIO DE ALMEIDA, situado na Rua João da Cruz Krailing, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 18.157 e 36.430, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 628 com área de 622,50m<sup>2</sup> pertencente a quadra nº131, conforme requerimento protocolado sob nº. 5709/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto N° 212/2013**

DECRETO N° 212/2013  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.550,14m<sup>2</sup> (Dois mil, quinhentos e cinquenta metros e quatorze decímetros quadrados), procedido por ALVINO IVO VOGT E OUTROS, situado na Rua Paulo Wiese esquina com a Rua Alfredo Paul, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.645, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 183,56m<sup>2</sup> (este só pode ser vendido ao confrontante), lote nº 21 com área de 1.001,88m<sup>2</sup>, lote nº 22 com área de 1.020,88m<sup>2</sup> e lote nº 23 com área de 344,37m<sup>2</sup>,

todos pertencentes a quadra nº 1.073, conforme requerimento protocolado sob nº. 5910/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N°. 213/2013**

DECRETO N°. 213/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008;  
CONSIDERANDO a necessidade da alteração, resolve:

#### **RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o item XI do Decreto nº. 142/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

“XI - DETRACAN:

- Titular: Lorival Schipitoski
- Suplente: Everton Cesar Gonchorovski”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N°. 214/2013**

DECRETO N°. 214/2013

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 1.214,70m<sup>2</sup> (Um mil, duzentos e quatorze metros setenta

decímetros quadrados), procedido por PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, situado na Rua Antonio Liller, esquina com a Rua Basílio Humenhuk, no Bairro Tricolim, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 30.630, 30.631 e 60.632, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 31 com área de 1.214,70m<sup>2</sup> pertencente à quadra nº546, conforme requerimento protocolado sob nº. 5984/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto N°215/2013**

DECRETO N°215/2013

CRIA O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL - GEMAT, DISPÕE SOBRE SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I - Diogo Carlos Seidel, ocupante do cargo efetivo de Administrador, matrícula 10.464;

II - Márcio Juliano Seleme, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Programas de Computação, matrícula 8.196;

III - Karoline Aparecida Crestani, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor I, matrícula 11.743;

IV - Alice Mara Paulo, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor II, matrícula 11.648.

Art. 2º - O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I - Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:



- a) Organização e gestão;
- b) Legislação tributária;
- c) Cadastros fiscais;
- d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) Cobrança amigável e judiciária;

- f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMAT;
- g) Anistias e isenções;
- h) Estudos econômico-tributários;
- i) Atendimento ao contribuinte;
- j) Sistema e tecnologia de informação;
- k) Relações intra e interinstitucionais;
- l) Outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **Decreto N°. 209/2013**

DECRETO N°. 209/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

### **DECRETAR**

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 480,00m<sup>2</sup> (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), procedido por LUIZ CARLOS MEINERS, situado na Rua Gustavo Brandes, esquina com a Rua Walmor Ivo Gallotti, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 16.130, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 200,00m<sup>2</sup> e lote nº 28 com área de 280,00m<sup>2</sup>, ambos pertencentes a quadra nº 223, conforme requerimento protocolado sob nº. 5911/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **Portaria N°. 664/2013**

PORTARIA N°. 664/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença maternidade;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

### **CONTRATAR**

Art. 1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

#### **1. CEI CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**

1.1 - ANA CRISTINA SEBEN ALVES DE SOUZA, professora de Educação Infantil MAG I, 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade no período de 02/09/2013 a 02/10/2013. Considerando vaga vinculada da professora Eneida Clarice Reinert da Silva, a qual está em licença prêmio.

#### **2. CEI CECÍLIA MEIRELES**

2.1 - JOSIANE ERZINGER, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Cecília Meireles no período de 03/09/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga da professora Fábila Chagas Antunes, a qual está em licença gestação.

#### **3. CEI EMÍLIA FERRERO**

3.1 - LETÍCIA DA SILVA, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Emília Ferrero no período de 02/09/2013 a 31/10/2013. Considerando vaga vinculada da professora Maria Beatriz Tremel Camargo da Cruz, a qual está em licença prêmio.

3.2 - MARISTELA BAIL DE FAVÉRI, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Emília Ferrero no período de 02/09/2013 a 31/10/2013. Considerando vaga vinculada da professora Maria Beatriz Tremel Camargo da Cruz, a qual está em licença prêmio.

#### **4. CEI MONTEIRO LOBATO**

4.1 - MARCIANE ALVES RIBEIRO, professora de Projeto Cante, Dance, Faça sua História MAG II 20 horas semanais sem regência para atuar no CEI Monteiro Lobato no período de 02/09/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos. Anteriormente estava na referida vaga a professora Salla

Regina Sorg, a qual pediu demissão.

#### 5. CEI VINICIUS DE MORAES

5.1 - SUÉLEN ELIZABETE IGNASZEWSKI, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 09/09/2013 a 07/12/2013. Considerando vaga vinculada da professora Marilise Vieira de Lima Krauss, a qual está em licença prêmio.

5.2 - ELIANE DE FÁTIMA BURDZIACK CARVALHO DO PRADO, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 09/09/2013 a 07/12/2013. Considerando vaga vinculada da professora Marilise Vieira de Lima Krauss, a qual está em licença prêmio.

#### 6. EBM DR AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO

6.1 - MARIA APARECIDA ROGALSKI WALDMANN, professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) MAG I 40 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 02/09/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória professora para atuar com alunos com necessidades especiais na Rede Municipal de Ensino em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), proporcionando atividades diferenciadas. Sendo que a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado. Considerando vaga da professora Elizete Padilha Colaço Pinto, a qual está em licença gestação.

6.2 - LILIAN DE SOUZA PRESTES, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas e 30% de regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 02/09/2013 a 25/09/2013. Considerando vaga da professora Rose Mary Karpavicius, a qual pediu demissão.

#### 7. EBM GUILHERMINA MARIA VEIGA FERREIRA E EBM RIO DO PINHO

7.1 - ROSALINA DE FÁTIMA PIOTROWSKI, professora de Geografia MAG I 20 horas, 18 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e EBM Rio do Pinho no período de 03/09/2013 a 02/10/2013. Considerando vaga vinculada do professor Gaspar Soares, a qual está em licença prêmio.

#### 8. EBM MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS

8.1 - MARINA DA SILVEIRA, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 40 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 16/09/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado. Anteriormente estava na referida vaga Andriele Yasmin da Silveira, a qual pediu demissão.

#### 9. EBM SEVERO DE ANDRADE E GEM REINALDO KRÜGER

9.1 - ANDRIELE YASMIN DA SILVEIRA, professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) MAG I 40 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Severo de Andrade e GEM Reinaldo Krüger no período de 02/09/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória professora para atuar com alunos com necessidades especiais na Rede Municipal de Ensino em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), proporcionando atividades diferenciadas. Sendo que a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado. Considerando vaga

da professora Pamela Karolyne Mathias, a qual está em licença gestação.

9.2 - LILIANE TELEGINSKI, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade no período de 16/09/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado. Anteriormente estava na referida vaga Fabiane dos Santos Portes, a qual pediu demissão.

#### 10. EBM PRESIDENTE CASTELO BRANCO

10.1 - ROSELI SCHMITBERGER DOS SANTOS, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 17/09/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado. Anteriormente estava na referida vaga Fabiane dos Santos Portes, a qual pediu demissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de setembro de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/09/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### Publicação do Edital de Leilão N° 02/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 141/2013

EDITAL DE LEILÃO N° 02/2013

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 31/10/2013 às 10h15min, na sede da Prefeitura, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, LEILÃO PÚBLICO DO TIPO MAIOR OFERTA para VENDA DO DIREITO DE EXTRAIR E REVENDER ERVA MATE NATIVA DOS TERRENOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, LOCALIZADOS NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE E BAIRRO PIEDADE (PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE) ao preço mínimo de R\$ 0,90 (noventa centavos) por quilo extraído. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações. Cópia do edital poderá ser obtida no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**Publicação do Edital de Pregao Presencial N° FMS 22/2013.**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 35/2013  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 22/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/11/2013, às 10h05min a abertura das propostas para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E JALECOS PARA SEREM USADOS PELA EQUIPE DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL E PELOS FUNCIONÁRIOS QUE ATENDEM NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. Recebimento das propostas até às 10h00min do dia 06/11/2013. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito/Presidente do fundo.

Capinzal

PREFEITURA

**FMS Contrato 0104/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 0104/2013  
Pregão Presencial N° 16/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal  
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, recursos próprios.  
VALOR R\$: 3.940,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0105/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 0105/2013  
Pregão Presencial N° 16/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal  
CONTRATADA: SUPER DELAZERI LTDA

OBJETO: Aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, recursos próprios.  
VALOR R\$: 1.290,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0106/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 0106/2013  
Pregão Presencial N° 16/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal  
CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE

**MEDICAMENTOS L**

OBJETO: Aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, recursos próprios.  
VALOR R\$: 8.666,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0107/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 0107/2013  
Pregão Presencial N° 16/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal  
CONTRATADA: FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

OBJETO: Aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, recursos próprios.  
VALOR R\$: 7.744,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0108/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 0108/2013  
Pregão Presencial N° 16/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal  
CONTRATADA: NOSSA FARMACIA OURO LTDA

OBJETO: Aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, recursos próprios.  
VALOR R\$: 8.966,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0109/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 0109/2013  
Pregão Presencial N° 16/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal  
CONTRATADA: ORIGINAL FARMA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, recursos próprios.  
VALOR R\$: 1.300,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0110/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 0110/2013  
Pregão Presencial N° 16/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal



**CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA**

OBJETO: Aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, recursos próprios.

VALOR R\$: 9.375,00

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0111/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0111/2013

Pregão Presencial Nº 18/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: JUAREZ CHIODELLI

OBJETO: Contratação de serviços de lavagem em veículos do Fundo Municipal de Saúde, recursos próprios.

VALOR R\$: 6.093,00

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0112/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0112/2013

Pregão Presencial Nº 19/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de medicamentos éticos, genéricos e similares constantes na tabela da Revista ABC Farma, para distribuição gratuita à população do Município de Capinzal durante o ano de 2013, recursos próprios.

VALOR R\$: 15.000,00

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**FMS Contrato 0113/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0113/2013

Pregão Presencial Nº 19/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: DARLI LUIZ BELOTTO E CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de medicamentos éticos, genéricos e similares constantes na tabela da Revista ABC Farma, para distribuição gratuita à população do Município de Capinzal durante o ano de 2013, recursos próprios.

VALOR R\$: 20.000,00

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**PMC Contrato 0208/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0208/2013

Pregão Eletrônico Nº 30/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COMERCIO E TRANSPORTES CAPINZAL LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de alunos do Ensino Técnico Profissionalizante das Escolas Agrotécnicas de Água Doce e Concórdia, até dezembro de 2013, recursos da Assistência ao Educando de Ensino Médio Profissionalizante.

VALOR R\$: 2.440,16

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**PMC Contrato 0209/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0209/2013

Pregão Eletrônico Nº 30/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: DORVALINO BARETA E CIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de alunos do Ensino Técnico Profissionalizante das Escolas Agrotécnicas de Água Doce e Concórdia, até dezembro de 2013, recursos da Assistência ao Educando de Ensino Médio Profissionalizante.

VALOR R\$: 4.320,00

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**PMC Contrato 0210/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0210/2013

Pregão Presencial Nº 51/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: Aquisição de seguro total (casco), seguro contra terceiros - danos corporais e materiais, morte por pessoa e invalidez por pessoa, DMHR em máquinas da Secretaria de Infraestrutura e ônibus da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, recursos próprios.

VALOR R\$: 3.748,60

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 14/10/2014

**PMC Contrato 0211/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0211/2013

Convite para Compras e Serviços Nº 4/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de digitalização dos documentos fiscais, alvarás, habite-se e da Legislação Municipal (Leis, Decretos e Portarias), bem como a conservação da base de dados já existentes, com recursos próprios.

VALOR R\$: 25.350,00

VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

**PMC Contrato 0212/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0212/2013

Pregão Eletrônico Nº 29/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal  
CONTRATADA: CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para uso das Escolas de Ensino Fundamental, recursos Salário Educação e Alienação de bens destinados e outros programas.  
VALOR R\$: 6.420,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

#### PMC Contrato 0213/2013

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 0213/2013  
Pregão Presencial Nº 50/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal  
CONTRATADA: CLARICE BERNARDETE SCHEURMANN BIAZOTTO

OBJETO: Contratação de serviços de lavagem de veículos, para veículos leves e utilitários, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos da municipalidade, recursos próprios.  
VALOR R\$: 34.438,00  
VIGÊNCIA: 14/10/2013 ate 31/12/2013

### SIMAE

#### Portaria N ° 46/2013/SIMAE-Cao

PORTARIA N ° 046/2013/SIMAE-CAO, de 14 de outubro de 2013.  
Concede Licença-Prêmio ao Servidor que que especifica .

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de LEI, RESOLVE:

Conceder Licença-Prêmio ao servidor Silvério Schuster, ocupante do Cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, padrão 06.26, nível 03, ref. D, referente período aquisitivo de 24.07.2002 a 23.07.2007, com gozo nos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014 e conversão de um terço do período em espécie no mês de novembro de 2013.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 102/2013, de 09 de Outubro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2013, de 09 de outubro de 2013.  
"MODIFICA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 30, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 50, DE 2 DE ABRIL DE 2009"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso VI do art. 30, da Lei Complementar Municipal n.

50, de 2 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. ( )

IV - pavimentação de todas as vias do loteamento com pedras ou asfalto".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 09 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

#### Decreto Nº 1.936 de 15 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 1.936, de 15 de outubro de 2013.  
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS), E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

GISAAPARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS), conforme segue:

REPRESENTAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Secretaria Mun. de Saúde e Desenvolvimento Social	Rosmeri Salete Tigre	Rosa Aparecida Fabri
Secretaria Mun. De Administração	Caroline Joana Lesnieski Johann	Alice Paganini
Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Desporto.	Silvia Talini	Lucilia Boscato Brol
Unidades Sanitárias Municipais	Marisete Luvison Marcon	Daiane Maria Branco
Unidades Sanitárias Municipais	Aline Romanini	Rosilene Verde Brustolin
Unidades Sanitárias Municipais	Deise Aparecida do Nascimento	Claudete Botcher Debastiani
Profissionais da Área Médica	Tiago Felipe Reck	Amanda dos Santos
Profissionais da Área Odontológica	Felipe Soldi Bortolon	Silvana Aparecida Ribeiro
Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Marlene Mingori	Giovana Carl
Profissionais da área de Enfermagem	Dulce Salete Mayer	Cris Debora Zonta
Profissionais da Área Técnico Administrativa	Fernanda Su Elen Tigre Spader	Leandra Camila Zenaro
Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL	Claudia Thais Magnabosco Ramos	Nelva Maria Miotto
Associação dos Servidores Municipais de Catanduvas	Davi Pecinato	Katiussia Dalacosta Specart
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Arlindo Katschor	Lubina Albrecht
Sindicato dos Empregadores Rurais	Eliane Scapini	Tatiani Pichinini

Comunidade, Casa, Esperança e Vida – CCEV	Dilson Rizzi	Almeri Rizzi
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Andrea Macagnam	Cristiane Ferreira
Associação de Pais e Professores – APP	Lourdes Maria Mauro Ramos	Elizabete de Lima
Associação de Bairros	Inês Terezinha de Medeiros	Marli Kunzler
Pastoral da Criança	Idelce Medeiros	Evi Lourdes Simão

Art. 2º Os Conselheiros ora nomeados terão mandato de dois (2) anos.

Art. 3º Pela participação no Conselho, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 15 de outubro de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

#### **Portaria N° 5830 de 04 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/ 5830/13, de 04.09.2013,  
"Admite temporariamente,  
Marcelo Bandeira"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Marcelo Bandeira, para o Cargo de Motorista, Nível CE-36A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 04 de setembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 04 de setembro de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5700/13.

#### **Portaria N° 5831 de 04 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/ 5831/13, de 04.09.2013.  
"Nomeia por concurso,  
VITALINO SALVADOR LORENÇATTO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e

seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR, por concurso VITALINO SALVADOR LORENÇATTO, para o Cargo de Motorista, Nível CE - 36A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir da data de 04 de setembro de 2013, quando o(a) nominado(a) funcionário(a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 04 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

#### **Portaria N° 5832 de 05 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5832/13, de 05.09.13  
"Prorroga por prazo determinado, nomeação de  
JOÃO ZILTON DE LIMA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE**

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de JOÃO ZILTON DE LIMA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE06A, (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e prazo determinado, na Secretaria Municipal de Infraestrutura com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5725/13, elevando-o até 31 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 05 de setembro de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5725/13.

#### **Portaria N° 5833 de 05 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5833/13, de 05.09.13  
"Prorroga por prazo determinado, nomeação de  
JARDO DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE**

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de JARDO DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e prazo determinado, na Secretaria Municipal de Infraestrutura com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5756/13, elevando-o até 31 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 05 de setembro de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5756/13.

**Portaria N° 5834 de 05 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5834/13, de 05.09.13

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de  
JOÃO ERCEGO”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

**RESOLVE**

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de JOÃO ERCEGO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e prazo determinado, na Secretaria Municipal de Infraestrutura com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5758/13, elevando-o até 31 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 05 de setembro de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5758/13.

**Portaria N° 5835 de 09 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5835/13, de 09.09.2013

“Demite, antes do termo final de contratação temporária,  
LINETE FATIMA LAZARETTI”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

**RESOLVE:**

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) LINETE FATIMA LAZARETTI ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5822/13.

Catanduvas, 09 de setembro de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5822/13.

**Portaria N° 5837 de 10 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/ 5837/13, de 10.09.2013.

“Nomeia por concurso,  
LINETE FATIMA LAZARETTI”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo

37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

NOMEAR, por concurso, LINETE FATIMA LAZARETTI, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2013, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 10 de setembro de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5835/13.

**Portaria N° 5838 de 16 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5838/13, de 16.09.13

“Concede Licença-Prêmio à  
SUELI BERNARDINI”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

**RESOLVE**

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) SUELI BERNARDINI, com Efetividade, no Cargo de Agente de Copa e Higienização, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:  
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:  
16 de setembro 2013 a 15 de dezembro de 2013

Catanduvas, 16 de setembro de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/3931/05

**Portaria N° 5839 de 16 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/ 5839/13, de 16.09.2013,

“Admite temporariamente,  
SIMONE ANDERSON”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

**RESOLVE:**

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SIMONE ANDERSON, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.



Período de contratação: 16 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013. (em substituição a Servidora Sueli Bernardini, que encontra-se em Licença-Prêmio).

Catanduvas, 16 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

#### **Portaria N° 5840 de 16 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/ 5840/13, de 16.09.2013.

“Nomeia por concurso,

JULIANA BITTENCOURT FERREIRA DE QUEROZ”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso, JULIANA BITTENCOURT FERREIRA DE QUEROZ, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2013, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 16 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/4974/10.

#### **Portaria N° 5841 de 16 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/ 5841/13, de 16.09.2013,

“Admite temporariamente,

ADRIANA IONÁ APARECIDA CORDEIRO”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e Decreto nº 1.738, de 23 de dezembro de 2010

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ADRIANA IONÁ APARECIDA CORDEIRO, para o Cargo de Professor (a) de Educação Infantil, Nível MG-506A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 16 de setembro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 16 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: PORTARIA P/ 5223/11.

#### **Portaria N° 5842 de 16 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5842/13, de 16.09.13

“Exonera de Cargo em Comissão,

Sherlon Cristina de Bastiani”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40, II, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

CONCEDER EXONERAÇÃO, mediante solicitação do interessado, Sherlon Cristina de Bastiani, ocupante do Cargo em Comissão de Coordenador de Turismo, Nível CC-04A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato atende pedido do Servidor, que desempenhou suas funções até a data de 13 de setembro de 2013.

Catanduvas, 16 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5636/13.

#### **Portaria N° 5843 de 16 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5843/13, de 16.09.2013

“Demite, antes do termo final de contratação temporária,

LIAMARA TONIELO”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE

DEMITIR, LIAMARA TONIELO, ocupante do Cargo Professor(a) de Educação Infantil, Nível MAG-513A, com 20 horas semanais, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos retroativos a data de 13 de setembro, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) deixou de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/ 5655/13.

Catanduvas, 16 de setembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5655/13

#### **Portaria N° 5844 de 16 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/ 5844/13, de 16.09.2013.

“Nomeia para Cargo em Comissão,

LIAMARA TONIELO”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, LIAMARA TONIELO, para as funções do Cargo em Comissão de Coordenador de Turismo, 40 horas semanais, Nível CC-04, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir de 16 de setembro de 2013, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 16 de setembro de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: PORTARIA P/ 5843/13.

#### **Portaria N° 5845 de 22 de Setembro de 2013**

PORTARIA P/5845/13, de 22.09.13

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de Adriane Signori”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE**

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Adriane Signori, ocupante do Cargo de Assistente Social, Nível CE-81A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e prazo determinado, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5761/13, elevando-o até 20 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 22 de setembro de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5761/13

#### **Portaria N° 5846 de 01 de Outubro de 2013**

PORTARIA P/5846/13, de 1º.10.13

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de ALÍPIO RIBEIRO”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE**

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de ALÍPIO RIBEIRO, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE-56A, (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e prazo determinado, na Secretaria Municipal de Infraestrutura com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5741/13, elevando-o até 31 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 1º de outubro de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5741/13.

#### **Portaria N° 5847 de 02 de Outubro de 2013**

PORTARIA P/5847/13, de 02.10.13

“Nomeia para Cargo em Comissão, MARISTELA FATIMA DURIGON DA COSTA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

#### **RESOLVE**

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, MARISTELA FATIMA DURIGON DA COSTA, para as funções do Cargo em Comissão de Diretor de Desenvolvimento Social, Nível CC-03, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir de 02 de outubro de 2013, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) passa a exercer essas funções,

Catanduvas, 02 de outubro de 2013

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5742/13

## **Chapadão do Lageado**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de Contrato N° 96/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 96/2013 - PM

Nº. do Contrato: 96/2013.

Vigência: 02/10/2013 à 31/12/2013

Processo Licitatório nº 78/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado/SC.

Contratado/Credenciado: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Valor: R\$ 6.900,00 (seis mil, novecentos reais).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Professores, Operários, Agente de Serviços Gerais e Operadores de Equipamentos, conforme abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Professores, Operários, Agente de Serviços Gerais e Operadores de Equipamentos, conforme Termo de Referência - Anexo II	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 02 de outubro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato N° 98/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO n° 98/2013 - PM

N°. do Contrato: 98/2013.

Vigência: 11/10/2013 à 31/12/2013

Processo Licitatório n° 79/2013 – PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado/SC.

Contratado/Credenciado: LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Valor: R\$ 3.210,00 (três mil e duzentos e dez reais);

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Campeonatos de Futsal, Futebol Suíço a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	Part.	30,00
2	Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO ADULTO com 1 (u	Part.	1,00

DATA DA ASSINATURA: 11 de outubro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato N° 42/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO n° 42/2013 - PM

N°. do Contrato: 42/2013.

Processo Licitatório n° 18/2013 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, alínea b da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto contratual pactuado inicialmente.

Valor: O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 589,88 (quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos);

DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Cocal do Sul****PREFEITURA****Extrato de Contrato N°. 214/13**

EXTRATO DO CONTRATO N° 214/13 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. Processo de Licitação n°. 74/2013. MODALIDADE: Tomada de Preços n°. 4/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: ANIRTO PÉRICO. ASSINATURA: 14/10/2013. VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.51.91(57);(162) OBJETO: Execução de portas de alumínio e vidro, portas em alumínio tipo venezianas e espelhos, para I.E.I Professora Lenita Izabel da Silva. VALOR R\$ 18.710,90(dezoito mil setecentos e dez reais e noventa centavos).

**Concórdia****PREFEITURA****Decreto N° 5.836**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.836, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei n° 4.574, de 20 de setembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

Unidade Orçamentária 03.01 Gabinete do Vice-Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0007.2006 Manutenção das Atividades do Gabinete

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.1900 Recursos do FUNDEB R\$ 40.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.1900 Recursos do FUNDEB R\$ 26.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2019 Ações de Merenda para as Creches

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6000 Recursos de Convênios - PNAE/PNAC R\$ 56.940,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 370.100,00  
**Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO**  
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
 Projeto/Atividade 08.122.0033.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

**Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes  
 Projeto/Atividade 26.122.0042.2040 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.6400 Recursos da Atenção Básica.. R\$ 200.000,00

**Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.122.0074.2451 Manutenção das Atividades-Meio da FMEC

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências à União

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Projeto/Atividade 27.122.0079.2454 Manutenção do Centro de Convivência

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 45.200,00

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências à União

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade 27.812.0076.2453 Ações do Desporto Comunitário

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

**TOTAL ANULADO R\$ 1.049.240,00.**

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO**

Unidade Orçamentária 03.01 Gabinete do Vice-Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0007.2006 Manutenção das Atividades do Gabinete

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

**Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade 12.361.0014.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0100 Receitas de Impostos e Transferências

de

Impostos - Educação R\$ 7.100,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0100 Receitas de Impostos e Transferências de

Impostos - Educação R\$ 27.000,00

Projeto/Atividade 12.306.0015.2014 Ações de Merenda Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6000 Recursos de Convênios - PNAE/PNAC R\$ 56.940,00

Projeto/Atividade 12.361.0015.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.1900 Recursos do FUNDEB R\$ 66.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações de Educação Infantil

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0100 Receitas de Impostos e Transferências de

Impostos - Educação R\$ 95.000,00

**Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO**

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 141.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.6400 Recursos da Atenção Básica R\$ 200.000,00

**Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.811.0075.2452 Ações do Desporto e Rendimento

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 121.000,00

Projeto/Atividade 27.122.0074.2451 Manutenção das Atividades-Meio da FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 12.000,00  
 Projeto/Atividade 27.122.0079.2454 Manutenção do Centro de Convivência  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 200,00  
 TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.049.240,00.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
 JOÃO GIRARDI  
 Prefeito Municipal

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
 Diretor Administrativo

### **Decreto N° 5.837**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.837, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente: Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.243.0035.2034 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.1700 Recursos de Contribuição da COSIP R\$ 98.000,00

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.511.0067.1301 Ações de Saneamento Básico Rural

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 13.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 161.500,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.241.0034.2033 Ações de Assistência Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.1700 Recursos de Contribuição da COSIP R\$ 98.000,00

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 13.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 161.500,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade 12.361.0014.2012 Manutenção das Atividades-Meio

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos 0.3.0100 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Educação R\$ 30.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos 0.3.0100 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Educação R\$ 40.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 70.000,00.

Art. 4º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2017 Ações de Ensino Fundamental

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos 0.1.0100 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Educação R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0015.2016 Ações de Ensino Fundamental - Convênios

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos 0.1.6200 Recursos de Convênios R\$ 136.378,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações de Educação Infantil

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos 0.1.0100 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Educação R\$ 40.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.122.0058.2201 Manutenção das



**Atividades-Meio**

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes  
 Fonte de Recursos 0.1.5300 Recursos de Convênios.. R\$ 3.150,00  
 TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 219.528,00.

Art. 5º Fica suplementada, com o provável excesso de arrecadação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a dotação constante do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0019.1007 Modernização e Organização Administrativa

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos 0.1.6200 Recursos de Convênios R\$ 509.351,19  
 TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 509.351,19.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2013.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Decreto N° 5.838**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.838, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

Abre crédito especial e suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 69.300,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 30.700,00

Projeto/Atividade 10.304.0051.2104 Ações de Vigilância em Saúde

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6600 Vigilância em Saúde R\$ 10.000,00

Órgão 14 FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária 14.01 Fundo para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 08.243.0056.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.564,04

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.870,00

TOTAL ANULADO R\$ 389.434,04.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 04.122.0021.2022 Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0200 Receitas de Impostos e de Transferência de

Impostos - Saúde R\$ 100.000,00

Projeto/Atividade 10.304.0051.2104 Ações de Vigilância em Saúde

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.6600 Vigilância em Saúde R\$ 10.000,00

Órgão 14 FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária 14.01 Fundo para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 08.243.0056.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.564,04

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.870,00

TOTAL ANULADO R\$ 389.434,04.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 25 de setembro de 2013.  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Decreto N° 861/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 861/2013, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar n° 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto n° 206/2013, de 1° de fevereiro de 2013.

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Dirce Salete Urbanski	Agente de Serviços Gerais
2	Eliane Solange Port	Motorista
3	Fabiele Maier Duarte	Agente Administrativo
4	Janete Rosmari Goetz	Agente de Alimentação e Nutrição
5	Nivea Maria Sontag	Agente de Serviços Gerais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 2 de setembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 862/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 862/2013, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ANDRE HERMINIO MALESKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, ao servidor ANDRE HERMINIO MALESKI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2002 a 3 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURI MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 863/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 863/2013, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, ao servidor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de janeiro de 2005 a 2 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração  
DIÓGENES MARCHESAN  
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Decreto N° 864/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 864/2013, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora WALI SCHOENELL ASEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora WALI SCHOENELL ASEN, ocupante do cargo de Escrivão, o

gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 24 de novembro de 2000 a 23 de novembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração  
ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 126/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 126/2013- PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos novos diversos, para atender às necessidades de diversas secretarias, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do Edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 28/10/2013  
Abertura: dia 29/10/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 15 de outubro de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 7/2013- Fmc**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 7/2013- FMC

Objeto: Contratação de serviços de transporte de passageiros para alunas das oficinas de Dança da Fundação Municipal de Cultura a fim de viabilizar a participação no 11º Blumenau em Dança, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/10/2013.  
Abertura: dia 30/10/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 15 de outubro de 2013.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação de Cultura

### **Edital de Tomada de Preços N° 19/2013 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 19/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em instalação de redes de distribuição de energia elétrica para deslocamento de Rede, no entroncamento entre as Ruas: Tancredo de Almeida Neves, Doutor Maruri e João Suzin Marini, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 07/11/2013, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/11/2013, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 07/11/2013, às 16h00min.

ABERTURA: dia 08/11/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 14 de Outubro de 2013.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### **Extratos Contrato N° 135/2013 a 137/2013 - FMS**

Contrato N° : 135/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ABMS COMUNICACAO VISUAL LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 12/2013

Objeto : Aquisição e instalação de sinalização (placas e totem) para as unidades de saúde conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 20/09/2013 Término: 20/10/2014

Assinatura : 20/09/2013

Valor R\$: 17.000,00 (Dezesseite Mil Reais)

Dotação : 224 - 13.001.2102.333903044000000.01640000

Contrato N° : 136/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PROBIO AMBIENTAL LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 11/2013

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia sanitária para análise de até 500 projetos do setor de vigilância sanitária do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia SC

Vigência : Início: 20/09/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 20/09/2013

Valor R\$: 20.000,00 (Vinte Mil Reais)

Dotação : 238 - 13.001.2104.333903905000000.02000000



Contrato N° : 137/2013  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA  
Contratada : TRANSPORTES DELLABONA LTDA - ME  
Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 10/2013

Objeto : Contratação de empresa para transportes de pacientes que são atendidos pelo setor de Tratamento Fora do Domicílio e realizam consultas e procedimentos em outros municípios.  
Vigência : Início: 20/09/2013 Término: 31/12/2013  
Assinatura : 20/09/2013  
Valor R\$: 24.600,00 (Vinte e Quatro Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 231 - 13.001.2103.333903399000000.01650000

### **Adendo ao Edital de Eleição Pública N° 3/2013**

MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
EDITAL DE ELEIÇÃO PÚBLICA N° 3/2013

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pelo Artigo 139 da Lei 8.069/90 e Artigo 30 da Lei Complementar Municipal n° 593, de 21 de setembro de 2011 torna público, o Segundo Adendo ao Edital de Eleição Pública n° 1/2013 de 12 de agosto 2013.

O item 1.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

1.1 - São 10 (dez) vagas para Conselheiros Tutelares Suplentes com mandato de 26 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2016, permitida uma recondução (Lei n° 8.069/90 art. 132, Lei Complementar n° 593/2011 art. 16 e Lei Complementar n° 629/2012 art. 2°).

O item 9.3 passa a vigorar com a seguinte redação:

9.3 - A eleição pública será realizada no dia 14 de dezembro de 2013 (sábado), das 9h às 17h, na Escola de Educação Básica Deodoro, localizada na Rua Doutor Maruri, n° 911, em salas previamente destinadas para esse fim.

Fica acrescido os itens 9.6, 9.6.1, 9.7 e 9.8, com a seguinte redação:

9.6 A Comissão Eleitoral proclamará o resultado do pleito, publicando o nome dos candidatos e suas respectivas votações em ordem decrescente de número de votos, via internet, no sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br) e nos locais previstos no item 11.8 deste Edital, no dia 16 de dezembro de 2013.

9.6.1 Se houver empate no número de votos, será considerado eleito o candidato com a maior idade cronológica.

9.7 - No dia 20 de dezembro de 2013, a Comissão Eleitoral publicará a relação definitiva dos eleitos.

9.8 - A lista dos eleitos, homologada pelo Presidente do CMDCA, será publicada no dia 23 de dezembro de 2013, nos locais previstos no item 11.8 deste Edital.

Concordia - SC, 07 de outubro de 2013.

**ARMINDO DA SILVA**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação N° 21/2013 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 21/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal n° 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 14 de outubro de 2013,

para aquisição de fitas com área reagente para verificação de glicemia capilar conforme adesão do Município de Concórdia a ata de registro de preços do Estado de Santa Catarina n° 0521/2012, a favor da JOHNSON E JOHNSON BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, no valor de R\$ 7.178,20 (sete mil, cento e setenta e oito reais e vinte centavos).

**ALESSANDRO VERNIZE**

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## **Coronel Martins**

### **PREFEITURA**

### **Decreto N° 190 de 10 de Outubro de 2013.**

DECRETO N° 190 DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

#### **EXONERAR A PEDIDO:**

Art. 1º A Servidora Pública, Sra. Marciane Welchen Inacio, ocupante do Cargo de Servente Geral, enquadrado na estrutura administrativa desta prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 10 de outubro de 2013, conforme requerimento protocolado sob n° 452 de 09/10/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de outubro de 2013.

**DIRCEU FAVRETTO**

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

**GENECI DA COSTA PERTUSSATTI**

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

### **Decreto N°. 191 de 14 de Outubro de 2013.**

DECRETO N°. 191 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n°. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2010/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2013 e art. 6º da Lei Orçamentária Anual n°. 588 de 08/11/2012;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.244,00 (onze mil, duzentos e oitenta e quatro reais) na seguinte Programação de despesa:

04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

10.306.0010.2.022 - Programa Suplementar de Alimentação Escolar

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10	01.0060	11.244,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 11.244,00 (onze mil, duzentos e oitenta e quatro reais) do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.0060 - Transferências de Recursos do PNAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 14 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

### **Portaria N°. 174 de 04 de Outubro de 2013.**

PORTARIA N°. 174 DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 35 (trinta e cinco) dias no período de 07/10/2013 à 10/11/2013

Nome	Cargo	Referência
Mikeli Anita Zaffari	Médico Veterinário	01/07/2011 à 30/06/2012 01/07/2012 à 30/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 04 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

### **Portaria N°. 175 de 04 Outubro de 2013.**

PORTARIA N°. 175 DE 04 OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo

65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 07/10/2013 à 05/11/2013

Nome	Cargo	Referência
Nivaldo Pereira	Vigia	01/07/2012 à 31/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 04 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

### **Portaria N°. 176 de 04 Outubro de 2013.**

PORTARIA N°. 176 DE 04 OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 07/10/2013 à 05/11/2013

Nome	Cargo	Referência
Ricardo Antônio Antunes	Vigia	01/07/2012 à 30/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 04 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

**Portaria N°. 177 de 09 de Outubro de 2013.**

PORTARIA N°. 177 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.

CONSIDERA ENQUADRADA, POR PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL, MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos III, VI, IX e XIX do artigo 94, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IV, do §1º, do artigo 6º, mais o artigo 42, ainda o inciso II, do artigo 43, todos da Lei Complementar n. 026, de 21 de dezembro de 2009; tendo presentes os termos da Portaria n. 003, de 03 de janeiro de 2011; e, finalmente, considerando o requerimento protocolado sob n. 426, de 03/09/2013, mais a documentação juntada que comprova que a requerente concluiu em 21 de agosto de 2000, o Curso de Matemática - Licenciatura Plena, e em 30 de setembro de 2004 concluiu Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica considerada enquadrada, a título de Progressão Funcional Vertical, a professora Maria Nilce Marmentini Somavila, matrícula n. 10 ocupante do cargo de Professor II, Nível 4 Referência J, no cargo de Professor IV, Nível 7, Referência I, do Anexo VIII da Lei Complementar n. 026, de 21 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, em 09 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETO

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

**Portaria N°. 178 de 09 Outubro de 2013.**

PORTARIA N°. 178 DE 09 OUTUBRO DE 2013.

REQUISITA O RETORNO DA SERVIDORA QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

**REQUISITAR:**

Art. 1º O retorno da Servidora, Senhorita Mikeli Anita Zafari ocupante do Cargo de Médico Veterinária, pelo período de 01(um) dia, no dia 10 de outubro de 2013 em virtude da falta de profissional Junto ao Frigorífico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 10 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETO

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

**Portaria N°. 179 de 11 de Outubro de 2013.**

PORTARIA N°. 179 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 16/10/2013 a 30/10/2013

Nome	Cargo	Referência
Rodrigo Paulo Barbosa	Motorista	01/07/2012 á 30/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

**Portaria N°. 180 de 11 de Outubro de 2013.**

PORTARIA N°. 180 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 10 (dez) dias no período de 16/10/2013 á 25/10/2013.

Nome	Cargo	Referência
Maiara Muller	Odontóloga	19/03/2012 á 18/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 11 de outubro de 2013.

**DIRCEU FAVRETTO**  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

**GENECI DA COSTA PERTUSSATTI**  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

## Corupá

### PREFEITURA

#### Decreto N°. 637/2013

DECRETO N°. 637/2013

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal N°. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação E Melhoria da Rede Física das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	0.3.00.23	Aplicações Diretas	120.000,00
TOTAL			120.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2012, fonte 03.00.23 – Transferências de Convênios da União Saúde no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
01 de outubro de 2013.  
**LUIZ CARLOS TAMANINI**  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda ao um dia do mês de outubro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial N° 252/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 252/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de peças diversas e serviços para manutenção das máquinas motoniveladora GD 555, Escavadeira PC-150, trator Ford 6610 e caminhão MCJ-8609, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 29/10/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 29/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 11 de Outubro de 2013.

**JOSÉ ANTONIO GUIDI**

Prefeito Municipal

**DIEGO SEBEM WORDELL**

Pregoeiro

#### Termo de Adjudicação de Processo Licitatório

ESTADO DE SANTA CATARINA CONCORRÊNCIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS N° 207/2013 - CC  
CNPJ: 86.754.044/0001-34 Processo Administrativo: 207/2013  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Processo de Licitação: 207/2013  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Data do Processo: 15/08/2013

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarada pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- Processo Nr.: 207/2013
- Licitação Nr.: 207/2013 - CC
- Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
- Data Homologação: 30/09/2013
- Data Adjudicação: 30/09/2013 Sequência: 1
- Objeto da Licitação: COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CARLOS BETZ, CONFORME CONVÊNIO N° 2.887/2012-8 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitibanos, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM



## SEUS ANEXOS.

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):  
Qtde de Itens Total dos Itens  
- 334395 - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA 1  
71.218,84  
1 71.218,84

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).  
Dotação(ões): 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (66),  
1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (68)

Curitibanos, 30 de Setembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Termo de Adjudicação de Processo Licitatório**

ESTADO DE SANTA CATARINA CONCORRÊNCIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS Nº 208/2013 - CC  
CNPJ: 86.754.044/0001-34 Processo Administrativo: 208/2013  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Processo de Licitação:  
208/2013  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SCData do Processo:  
15/08/2013

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 208/2013  
b) Licitação Nr.: 208/2013 - CC  
c) Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia  
d) Data Homologação: 08/10/2013  
e) Data Adjudicação: 08/10/2013 Sequência: 1  
f) Objeto da Licitação: CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO EM CONCRETO DESEMPENADO NA AVENIDA JORGE LACERDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 6.795/2011-4 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitibanos, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):  
Qtde de Itens Total dos Itens  
- 336224 - ROBSON CICHACZ DE SOUZA E CIA LTDA ME 1  
252.243,30  
1 252.243,30

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).  
Dotação(ões): 1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (66),  
1.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (68)

Curitibanos, 08 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Termo de Homologação de Processo Licitatório**

ESTADO DE SANTA CATARINA CONCORRÊNCIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS Nº 207/2013 - CC  
CNPJ: 86.754.044/0001-34 Processo Administrativo: 207/2013  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Processo de Licitação:  
207/2013  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SCData do Processo:  
15/08/2013

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 207/2013  
b) Licitação Nr.: 207/2013 - CC  
c) Modalidade: Concorrência p; Obras e Serv. Engenharia  
d) Data Homologação: 30/09/2013  
e) Objeto da Licitação: COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CARLOS BETZ, CONFORME CONVÊNIO Nº 2.887/2012-8 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitibanos, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):  
Qtde de Itens Total dos Itens  
- 334395 - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA 1  
71.218,84  
1 71.218,84

Curitibanos, 30 de Setembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Termo de Homologação de Processo Licitatório**

ESTADO DE SANTA CATARINA CONCORRÊNCIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS Nº 208/2013 - CC  
CNPJ: 86.754.044/0001-34 Processo Administrativo: 208/2013  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Processo de Licitação:  
208/2013  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SCData do Processo:  
15/08/2013

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 208/2013  
b) Licitação Nr.: 208/2013 - CC  
c) Modalidade: Concorrência p; Obras e Serv. Engenharia  
d) Data Homologação: 08/10/2013  
e) Objeto da Licitação: CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO EM CONCRETO DESEMPENADO NA AVENIDA JORGE LACERDA, CONFORME CONVÊNIO Nº 6.795/2011-4 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A



PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitibaanos, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Qtde de Itens Total dos Itens

- 336224 - ROBSON CICHACZ DE SOUZA E CIA LTDA ME 1

252.243,30

1 252.243,30

Curitibaanos, 08 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

PREFEITO MUNICIPAL

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato FMS N°. 93/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N°. 93/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 31.901,41 (trinta e um mil novecentos e um reais e quarenta e um centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - A despesa do objeto deste contrato correrá por conta das dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 26/ FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 19 de setembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato PMF N°. 246/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 246/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços na revitalização da pintura externa e interna do Ginásio de Esportes Prof. Adolfo Back, com área de 1.168,87 m², localizado na esquina entre Rua do Cinquentenário e Rua Arlindo Junkes, Centro, Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

VALOR - R\$ 20.577,84 (vinte mil quinhentos e setenta e sete e oitenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA - 02/03/2014.

DOTAÇÃO - As despesas do objeto deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias referentes ao exercício corrente.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 148/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato PMF N°. 247/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 247/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR - R\$ 85.700,25 (oitenta e cinco mil e setecentos e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390 (30) (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 144/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 08 de outubro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo  
Municipal Acessível ao Cidadão

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto N° 0305/2013

DECRETO N° 0305, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei N° 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2013, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) nas seguintes dotações:

08.00 0 Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.305.0018.2.039 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0407 (74) R\$ 3.000,00  
Total R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

08.00 0 Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.305.0018.2.039 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0407 (75) R\$ 3.000,00  
Total R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 14 DE OUTUBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Aviso de Inexigibilidade de Licitação N° 0029 \_2013 - Lilian Ap. Ribeiro Ramiro

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 0195/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0029/2013-PMF

O Município de Fraiburgo (SC), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação n° 0029/2013 - PMF, de acordo com o Edital de Credenciamento n° 0001/2013-PMF e Decreto Municipal n° 0106, de 20 de março de 2013, referente ao credenciamento da empresa editora "LILIAN APARECIDA RIBEIRO RAMIRO - MEI" inscrita no CNPJ sob n° 17.934.099/0001-00, para prestação de serviços relativos à veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, com base no Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: outubro a dezembro de 2013.

Fraiburgo(SC), 15 outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

### Aviso do Pregão Presencial N° 0138 \_2013-PMF Rp 0078

Aviso do Pregão Presencial n° 0138/2013 - PMF

Registro de Preços N° 0078/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café, açúcar e água mineral, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período novembro de 2013 a fevereiro de 2014. Validade da Ata de Registro de Preços: Novembro de 2013 a Fevereiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 31.10.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, n° 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 144/2013

DECRETO N.º 144, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

ANULA SALDOS DE EMPENHO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n° 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

#### DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos de empenho a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionados:

GABINETE DO PREFEITO		
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00005712	FLORENTINO MANOEL PEREIRA	0,46
00055112	CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PGTO S.A. (CGMP)	672,86
00103212	GENE MARIA PEREIRA & CIA LTDA (BAZAR E P. PEREIRA)	0,05
00183112	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	49,35
00258312	DIEGO DE CAMPOS - ME (GAROPABA INFO)	120,56
00284912	AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME	20,00
00378812	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	445,00
00382812	PEHR MARES AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME	4.133,30
00448212	SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME	195,00

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00000112	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	1.156,11
00002112	BRASIL TELECOM S/A	23,94
00022112	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLADE SC	60,00
00073612	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	1.376,70
00104712	NARBAL ALVES O CHAVEIRO - ME	430,00
00145212	PROLINCON VIGILANCIA LTDA	428,00
00155712	EUGENIO JOSE SANT'ANA	760,00
00186012	AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME	84,00
00223412	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	1.275,54
00259812	MS ENGATES E REBOQUES LTDA ME	245,00
00260012	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	29,74
00293112	JOSE SIRIO FLORIANO - ME (SIRIO MADEIREIRA)	176,70
00322212	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA DE SC	2.390,00
00322812	GRAFICA E EDITORA LIDER LTDA EPP	90,00
00325112	MARIA HELENA RODRIGUES DE AGUIAR - ME	58,51
00331212	IMPrensa NACIONAL	114,08
00379012	ANCS - INFORMATICA LTDA EPP	0,01
00380912	PAPELARIA ESPACO ESCOLAR LTDA EPP	0,57
00381312	Prestes Comercio de Materiais para Escritório Ltda	82,95
00382112	SANTA ANA - V. PEREIRA	36,00
00390212	PERICIAL SUL - PER.M.M.E S.T.A.C. E AUDITORIA LTDA	1.400,00
00395412	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM	200,00
00423312	MEGA JET COM. E SERVIÇOS LTDA	2.185,00

## SECRETARIA DE FAZENDA

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00062812	AQUINPEL SUP.PARA ESCRIT.INF. E PAPELARIA LTDA	0,01
00148712	ALEX SANDRO SOUZA INFORMATICA - ME (HELP INF.)	204,00
00283612	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	392,78
00387812	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	60,00

## SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00000212	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	642,22
00001212	CELESC DISTRIBUICAO S/A	6,96
00002312	BRASIL TELECOM S/A	677,10
00068612	EMPRESA DE PESQ. E EXT. RURAL DE SC - EPAGRI	6.469,51

00079512	NITROSEMEN - PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	0,04
00221912	AGROWERNER COM. DE MAQUINAS. IMP. AGRICOLAS LTDA	200,20
00236412	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	33,00
00256112	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	100,00
00256212	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	477,00
00320812	LAVACAO EDENESER LTDA ME	130,68
00347412	DANIELA VICENTIN & CIA LTDA-ME (AGROPECUARIA)	97,00
00357712	COMERCIAL CASCAES LTDA	58,77
00357812	COMERCIAL CASCAES LTDA	827,64
00391712	ASTEROIDE PEREIRA - ME	139,80
00428612	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	0,50
00428712	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	657,80

## SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00000212	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	642,22
00001212	CELESC DISTRIBUICAO S/A	6,96
00002312	BRASIL TELECOM S/A	677,10
00068612	EMPRESA DE PESQ. E EXT. RURAL DE SC - EPAGRI	6.469,51
00079512	NITROSEMEN - PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	0,04
00221912	AGROWERNER COM. DE MAQUINAS. IMP. AGRIC. LTDA	200,20
00236412	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	33,00
00256112	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	100,00
00256212	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	477,00
00320812	LAVACAO EDENESER LTDA ME	130,68
00347412	DANIELA VICENTIN & CIA LTDA-ME (AGROPECUARIA)	97,00
00357712	COMERCIAL CASCAES LTDA	58,77
00357812	COMERCIAL CASCAES LTDA	827,64
00391712	ASTEROIDE PEREIRA - ME	139,80
00428612	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	0,50
00428712	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	657,80

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00002412	BRASIL TELECOM S/A	112,53
00002512	BRASIL TELECOM S/A	694,79
00219112	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INF. LTDA - ME	40,00
00286512	POSTO PALHOCINHA COM TRANSP. DE COMBUS LTDA	2.993,99

00286612	POSTO PALHOCINHA COM TRANSP. DE COMBUS LTDA	1.641,87
00288112	GAROPABASURF CONS. E ASS. DE INFORMATICA LTDA	0,06
00323512	MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO LTDA - ME	33,75
00328912	GAROPABASURF CONS. E ASS. DE INFORMATICA LTDA	100,00
00357512	COMERCIAL CASCAES LTDA	114,09
00357612	COMERCIAL CASCAES LTDA	197,47
00358312	COMERCIAL CASCAES LTDA	401,38
00358412	COMERCIAL CASCAES LTDA	130,87
00360012	ASSOC. EDUCACIONAL A SERVICO DA VIDA - ASESV	728,22
00360112	FLORENTINO MANOEL PEREIRA	157,17
00425512	CELESC DISTRIBUICAO S/A	272,84
00425612	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	1.855,07
00446912	Alvari Comercio de Alimentos LTDA - EPP	7,49
00447112	Alvari Comercio de Alimentos LTDA - EPP	0,18
00450612	IPREGOBA - INST.DE PREVIDENCIA SERV. DE GAROPABA	1.458,14
00450712	IPREGOBA - INST.DE PREVIDENCIA SERV. DE GAROPABA	135,23
00455512	ANCS - INFORMATICA LTDA EPP	0,04
00455612	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	3,22

## SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00000612	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	849,88
00002612	BRASIL TELECOM S/A	648,89
00017412	NUCLEO DE INFORM. E COORD. DO PONTO BR - NIC.BR	30,00
00065412	ANDRE LISEU FONSECA - ME (AUTO FOSA IMBITUBA)	510,00
00110612	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	27,23
00117112	ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP	31,79
00197712	CELESC DISTRIBUICAO S/A	94,56
00197712	CELESC DISTRIBUICAO S/A	28,77
00231112	RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME	0,02
00319912	IZALDO SILVA	341,47
00325512	AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME	90,00
00373212	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	1.184,87
00427312	AMERICAN AUDIO VISUAL LTDA ME	1.840,00
00444712	ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP	353,48
00444812	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	217,36
00450812	IPREGOBA - INST.DE PREVIDENCIA SERV. DE GAROPABA	318,18

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00000712	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	373,34
00001812	CELESC DISTRIBUICAO S/A	31,08
00002912	BRASIL TELECOM S/A	287,67
00027112	GENE MARIA PEREIRA FERNANDES - ME	0,61
00191812	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	6,60
00194512	ANCS - INFORMATICA LTDA EPP	30,08
00218312	ASTEROIDE PEREIRA - ME	13,20
00267412	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	2,00
00286912	POSTO PALHOCINHA COM TRANSP. DE COMBUS LTDA	51,74
00313512	MARIVONE INACIA DE ABREU	100,00
00358112	COMERCIAL CASCAES LTDA	150,00
00358212	COMERCIAL CASCAES LTDA	250,00
00411912	ANCS - INFORMATICA LTDA EPP	0,02
00449112	COMERCIAL CASCAES LTDA	10,93
00450912	IPREGOBA - INST.DE PREVIDENCIA SERV. DE GAROPABA	46,69
00451512	ASTEROIDE PEREIRA - ME	66,00
00451612	ASTEROIDE PEREIRA - ME	110,00
00451712	LAVAÇÃO EDENESER LTDA ME	58,06
00451912	Bellenzier Pneus Ltda	432,00
00454012	ASTEROIDE PEREIRA - ME	121,00
00454312	DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	730,00
00454412	DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	730,00

## SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00004512	BANCO DO BRASIL	249,78
00007412	CIASC	217,23
00007512	FUNSET	192,86
00007812	BANCO DO BRASIL	103,41
00007912	BANCO DO BRASIL	103,41
00156812	SERRALHERIA E MAT. DE CONSTRUCAO NERY LTDA - ME	415,00
00193012	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INF. LTDA - ME	60,00
00285012	Gráfica e Editora Sul Catarinense LTDA EPP	164,50
00289912	LOJAO DAS TINTAS - KG COMERCIO DE TINTAS LTDA.	1.386,61
00290312	PRISCILA DE CASTRO DA SILVA - ME	478,26
00290412	PRISCILA DE CASTRO DA SILVA - ME	101,25
00320912	LAVACAO EDENESER LTDA ME	268,84
00357312	COMERCIAL CASCAES LTDA	693,96
00357412	COMERCIAL CASCAES LTDA	840,18



00359512	FLORISA SOMEVAL SOC. MERC. DE VEÍC. AUTOMOTORES	102,00
00412612	ROSELI TEREZINHA BEPLER-ME(esquadrias janelão mov	655,00
00425712	COMPANHIA C. DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	353,00
00449712	ARTMIL COMERCIAL LTDA	273,00
00451012	IPREGOBA - INST. DE PREVIDÊNCIA SERV. DE GAROPABA	401,66

**ENCARGOS GERAIS**

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00314212	PASEP	17,10

**SECRETARIA EXT. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
00050212	POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS LTDA - ME	1.701,99
00118112	AQUINPEL SUP.PARA ESCRIT.INF. E PAPELARIA LTDA	130,22
00118912	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME	25,80
00217712	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INF. LTDA - ME	60,00
00293812	PRISCILA DE CASTRO DA SILVA - ME	167,50
00377112	POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS LTDA - ME	1.625,00
00451112	IPREGOBA - INST.DE PREVIDÊNCIA SERV. DE GAROPABA	404,78

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Outubro de 2013.  
**PAULOS SÉRGIO DE ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO**  
 Secretária de Administração

**Decreto N.º 145/2013**

DECRETO Nº 145, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 70.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

**DECRETA,**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 10.000,00  
 20606482.012 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agric e Pesca 10.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
 13.02 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA 60.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO 60.000,00  
 17512312.079 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos 60.000,00  
 3.3.90.0.1.65.000000 - Aplicações Diretas 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Outubro de 2013.  
**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**MICHELINE ARANHA DE ARAUJO**  
 Secretária de Administração

**Aviso de Licitação Pe083/2013**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 083/2013**

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de papel A4 para uso, da Secretaria de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 28/10/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 28/10/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 14 de agosto de 2013.  
**PAULO SERGIO DE ARAUJO**  
 Prefeito Municipal

**Homologação de Resultados**

**CARGO: Fisioterapeuta NASF**

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Isaac Pittigliani Jorge
002	Bruna Koch Ribeiro
003	Camila Helena Zaniolo de Souza
CARGO: Fonoaudiólogo NASF	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Luciana Brito Veiga
CARGO: Assistente Social NASF	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Leidiane de Souza
002	Kerolyn Kalinck Souza Hemkemaier - DESCLASSIFICADA



## Garuva

### PREFEITURA

#### Decreto N° 237/2013

DECRETO N°. 237 de 14 de outubro de 2013

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Fábio Sozin, do cargo comissionado de Diretor de Juventude."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

#### DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado, o senhor FÁBIO SOZIN, do cargo comissionado de Diretor de Juventude - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, nomeado através do Decreto N° 011/2013 de 02 de janeiro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

#### Decreto N° 238/2013

DECRETO N°. 238 de 14 de outubro de 2013

"Dispõe sobre a nomeação do senhor Fábio Sozin, para o cargo comissionado de Diretor Administrativo da Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

#### DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeado o senhor FÁBIO SOZIN, portador de CPF nº 006.226.029-42, para o cargo comissionado de Diretor Administrativo da Educação - CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 14 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

#### Portaria N° 560/2013

PORTARIA N° 560 de 09 de outubro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA DAYANE MIRANDA ROCHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 001/1998;

CONSIDERANDO, requerimento nº 265/2013;

#### RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora DAYANE MIRANDA ROCHA, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação para a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. - Esta portaria entra em vigor a contar de 09 de outubro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Aviso do Pregão Presencial N° 202/2013

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 202/2013

OBJETO: Aquisição de material para atividades físicas. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até às 9h do dia 29/10/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 29/10/2013, às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 14/10/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

#### Dispensa de Licitação N° 205/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação N° 205/2013

OBJETO: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua João de Oliveira, 154, apto. 02, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. CONTRATADO: SIDNEY MIRANDA (379.235.449-72 ).Valor Total Julgado: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais). BASE LEGAL: Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

Gaspar(SC), 9 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

#### Dispensa de Licitação N° 207/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação N° 207/2013

OBJETO: locação de imóvel situado no bairro Gaspar Grande, na Rua João Augusto Isensee, 200, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. CONTRATADO: JACO LEMES) Valor Total Julgado: R\$ 6.360,00 (015.931.749-50). BASE LEGAL: Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

Gaspar(SC), 9 de Outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução N° 64/2013**

RESOLUÇÃO N° 64/2013.  
EXONERA SERVIDORA.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII, da Lei Orgânica do município de Gaspar,

CONSIDERANDO o teor do Ofício Interno GV Hamilton Graf nº 02/2013 e o exame demissional, cujas cópias seguem em anexo,

**RESOLVE**

Art. 1º Fica exonerada a servidora Sayonara Hostins Anhaia do cargo de Assessor Parlamentar, nomeada através da Resolução nº 16/2013, de 18/02/2013.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta de dotação orçamentária Programa: 001 Processo Legislativo; Atividade: 2.00002- Pessoal e Encargos Sociais; Despesa: 3.3.3.9.0.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Vice-Presidência, em 15/10/2013.

MESA DIRETORA

MARCELO DE SOUZA BRICK

Vice-Presidente no exercício da Presidência

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

1º Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG (LICENCIADA)

2º Secretária

**Resolução N° 65/2013**

RESOLUÇÃO N° 65/2013.

NOMEIA SAYONARA HOSTINS ANHAIA PARA O CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor do Ofício Interno - GV Hamilton Graf nº 02/2013 subscrito pelo Vereador Hamilton Graf, referente à pessoa por ele indicada para ocupar o cargo de Assessor de Gabinete; e

CONSIDERANDO a regularidade da documentação apresentada pelo Vereador em consonância com a Instrução Normativa nº 08/2010 - Anexo IV - do Tribunal de Contas de Santa Catarina,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sayonara Hostins Anhaia, portadora do CPF nº 072.944.589-52, Registro Geral nº 4.982.913-0, CTPS nº 0328841-série 002-0-SC, PIS 139.59220.72-2 para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, com a carga horária de 30 horas semanais e com a remuneração de lei.

Art. 2º A servidora submete-se à Resolução nº 24/2010 como meio de controle de frequência ao expediente nesta Casa Legislativa.

Art. 3º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação orçamentária à rubrica 3.1.90.11 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Vice-Presidência, em 16/10/2013.

MESA DIRETORA

MARCELO DE SOUZA BRICK

Vice-Presidente no Exercício da Presidência

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

1º Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG (LICENCIADA)

2º Secretária

**SAMAE****Portaria N. 52 de 14 de Outubro de 2013**

PORTARIA N. 52 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA GISELA MARIA LOBO MACHADO

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de licença-prêmio a servidora Gisela Maria Lobo Machado, ocupante do cargo efetivo de Química referente ao período aquisitivo de 23/08/2005 a 07/01/2011, que será gozada a partir de 14/10/2013 a 12/12/2013, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 14 de outubro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos**

**PREFEITURA****Extrato do Segundo Termo Aditivo Referente ao Contrato N° 064/12**

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 064/12  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 064/2012.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Aditivo para prorrogação de prazo do contrato nº 064/2012 pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de 16 de Setembro de 2013, respeitando o estabelecido no art. 57, inciso II da Lei nº. 8666/93, respeitando também a previsão do § 1º do art. 65 da referida Lei.

Governador Celso Ramos, 13 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**Extrato do Segundo Termo Aditivo Referente ao Contrato N° 065/12**

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato n° 065/12  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 065/2012.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Aditivo para prorrogação de prazo do contrato n° 065/2012 pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de 16 de Setembro de 2013, respeitando o estabelecido no art. 57, inciso II da Lei n°. 8666/93, respeitando também a previsão do § 1º do art. 65 da referida Lei.

Governador Celso Ramos, 13 de setembro de 2013.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

Grão Pará

**PREFEITURA****Termo de Responsabilidade**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO COMUNITÁRIO SENHOR BOM JESUS DE GUAPE E O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O CENTRO COMUNITÁRIO SENHOR BOM JESUS DE GUAPE, com sede no Distrito de Aiurê, s/n, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. 78.830.148/0001-40, neste ato representada por seu Presidente, Senhor PAULINO KEMPER, portador do CPF n. 432.668.609-00, e o MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, portador do CPF n. 432.927.059-68, resolvem firmar o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, na forma das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O Município de Grão-Pará cede, até 31 de dezembro de 2014, ao CENTRO COMUNITÁRIO SENHOR BOM JESUS DE GUAPE, uma Balança para Gado Patrimônio FDR 00000223, para ser utilizado na agricultura do Município de Grão-Pará.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O CENTRO COMUNITÁRIO SENHOR BOM JESUS DE GUAPE se compromete em zelar pelo bom uso e conservação do bem e responsabilizar-se pela guarda do bem constante na Cláusula Primeira deste Instrumento até 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O CENTRO COMUNITÁRIO SENHOR BOM JESUS DE GUAPE se compromete, também, em realizar os reparos que se fizerem necessários para funcionamento do bem.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para que produza os devidos efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 10 de setembro de 2013.  
PAULINO KEMPER  
Centro Comunitário Senhor Bom Jesus de Guape

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal de Grão-Pará

TESTEMUNHAS:

**Termo de Responsabilidade**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP E O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP, com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva, n. 62, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. 03.178.275/0001-08, neste ato representada por seu Presidente, Senhor JOSÉ SCHMITT BUS-SOLO, portador do CPF n. 656.515.109-15, e o MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, portador do CPF n. 432.927.059-68, resolvem firmar o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, na forma das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O Município de Grão-Pará cede, até 31 de dezembro de 2014, ao ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP, um Kit de inseminação artificial com 01 Botijão de Sêmen e uma maleta com luva, aplicador, seringa, termômetro e outros Patrimônio 15.406, para ser utilizado na agricultura do Município de Grão-Pará.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP se compromete em zelar pelo bom uso e conservação do bem e responsabilizar-se pela guarda do bem constante na Cláusula Primeira deste Instrumento até 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP se compromete, também, em realizar os reparos que se fizerem necessários para funcionamento do bem.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para que produza os devidos efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 10 de setembro de 2013.  
JOSÉ SCHMITT BUSSOLO  
Associação Dos Agricultores De Grão-Pará - AAGP

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal de Grão-Pará

TESTEMUNHAS:

**Termo de Responsabilidade**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO E O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, com sede na Comunidade de Capivaras Alta, s/n, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. 78.829.223/000153, neste ato representado por seu Presidente, Senhor VILSON NIEHUES FABIZACK, portador do CPF n. 014.755.049-18, e o MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representado

por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, portador do CPF n. 432.927.059-68, resolvem firmar o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, na forma das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O Município de Grão-Pará cede, até 31 de dezembro de 2014, ao CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, um Kit de inseminação artificial com 01 Botijão de Sêmen e uma maleta com luva, aplicador, seringa, termômetro e outros Patrimônio 15.418, e um Arado Subsolador 7 hastes, Patrimônio FDR 00.000.295 para serem utilizados na agricultura do Município de Grão-Pará.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O ASSOCIAÇÃO DOS CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO se compromete em zelar pelo bom uso e conservação do bem e responsabilizar-se pela guarda do bem constante na Cláusula Primeira deste Instrumento até 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O ASSOCIAÇÃO DOS CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO se compromete, também, em realizar os reparos que se fizerem necessários para funcionamento do bem.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para que produza os devidos efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 10 de setembro de 2013.

VILSON NIEHUES FABIZACK

Centro Comunitário São Sebastião

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal de Grão-Pará

TESTEMUNHAS:

### **Termo de Responsabilidade**

TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO COMUNITÁRIO SÃO MIGUEL DE ARCANJO E O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O CENTRO COMUNITÁRIO SÃO MIGUEL DE ARCANJO, com sede no Distrito de Invernada, s/n, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. 78.829.058/0001-30, neste ato representado por seu Presidente, JAIR ALBERTON, portadora do CPF n. 890.537.079-72, e o MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, portador do CPF n. 432.927.059-68, resolvem firmar o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, na forma das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O Município de Grão-Pará cede, até 31 de dezembro de 2014, ao Centro Comunitário São Miguel De Arcanjo, uma Ensiladeira Patrimônio FDR 00.000.224, para ser utilizado na agricultura do Município de Grão-Pará.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O Centro Comunitário São Miguel De Arcanjo se compromete em zelar pelo bom uso e conservação do bem e responsabilizar-se pela guarda do bem constante na Cláusula Primeira deste Instrumento até 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O Centro Comunitário São Miguel De Arcanjo se compromete, também, em realizar os reparos que se fizerem necessários para funcionamento do bem.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para que produza os devidos efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 10 de setembro de 2013.

JAIR ASCARI ALBERTON

Presidente Centro Comunitário São Miguel De Arcanjo

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal de Grão-Pará

TESTEMUNHAS:

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação Rp N°92/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial - Registro de Preços - 92/2013

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM

Entrega dos Envelopes: 29/10/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 29/10/2013 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 07:30h às 13:30h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 15/10/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### **Portaria N° 732/2013**

PORTARIA N° 732/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de Outubro de 2013, da servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "G", 40 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, designada para responder pelo Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Saúde, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar N° 281/2011.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 733/2013**  
PORTARIA Nº 733/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ HENRIQUE G. DALOSSO VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível - 11, Referência "A", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de janeiro de 2012 e 11 de janeiro de 2013, para serem gozadas a partir de 14 de outubro de 2013 a 12 de novembro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 734/2013**  
PORTARIA Nº 734/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LILIAN TANIA AMORIM (Matr. 2549), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de janeiro de 2012 e 20 de janeiro de 2013, para serem gozadas a partir de 14 de outubro de 2013 a 12 de novembro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 080/2013**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Empresa: Andrade Construções Ltda.  
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40  
Rua Antonio Bevilacqua nº 30  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 080/2013 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013**

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilacqua, 30, Centro, Herval D' Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF n 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 006/2012, que tem por objeto a implantação, revitalização de passeios públicos e construções complementares em ruas do município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 010/2012 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2012, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em epígrafe pelo período de 180 dias contados da publicação do presente termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 14 de outubro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito  
CPF: 501.589.459-72  
Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA  
Sócio Administrador  
CPF: 437.061.009-59  
Contratada

Testemunhas:  
RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO  
CPF: 052.051.949-36



**Ibiam****PREFEITURA****Editais Convite N° 01/2013**

MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 049/2013  
EDITAL DE CONVITE N° 001/2013

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de CONVITE para retifica de motor, revisão de caixa, diferencial, suspensão e freios do caminhão Iveco Euro-cargo, 160E21, ano fabricação 1998, modelo 1999, 3º eixo, Placa MAL5735, da Prefeitura de Ibiam. Prazo de Entrega do Caminhão recuperado: 8(oito) dias corridos.

Entrega dos envelopes: 24/10/2013 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 24/10/2013 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Global

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)3534-0044.

Ibiam, 15 de Outubro de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

**Ilhota****PREFEITURA****Aviso de Licitação Convite N° 022/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO  
Carta Convite N° 022/2013

OBJETO - Contratação de Empresa especializada para locação de 03 (três) ônibus escolares para transporte de alunos do Ensino Fundamental da rede Municipal de Ensino, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, inclusive o Anexo I.

FORMA DE JULGAMENTO - Menor Preço Global

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 08:30 hs do dia 23/10/2013, na Secretaria de Administração, sito Rua Dr. Leoberto Leal, nº 160, centro de Ilhota - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Fone (47) 3343-8800, ramal 815.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima ou através do e-mail [compras1@ilhota.sc.gov.br](mailto:compras1@ilhota.sc.gov.br)

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Ilhota, 16 de outubro de 2013.

**Imbituba****PREFEITURA****Portaria PMI/DGP N° 619/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 619, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ELÍDIA FELICIANO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 578.599.069-53, admitida em 03 de março de 1986, contrato nº 135, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
1996 a 2001	02.09.2013 a 30.11.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de setembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP N° 620/2013**

PORTARIA PMI/DGP N° 620, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Mariane de Souza Ávila	Professora I - 20h	090.313.979-03	10/09/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 10 de setembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP N° 621/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 621, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cid Santos Filho	Motorista	343.232.529-00	01/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP N° 622/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 622, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Instrutora de Dança - PETI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2011, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Pamella Cristina Espíndola	Instrutora de Dança PETI	066.765.059-83	02/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP N° 623/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 623, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
João Sivaldo dos Santos	Motorista	066.207.603-68	02/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP N° 624/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 624, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rudinei de Campos Tim	Motorista	749.719.059-87	02/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### Portaria PMI/DGP N° 625/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 625, de 14 de outubro de 2013.  
Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
João Martins da Silveira	Motorista	291.916.700-63	02/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.  
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### Portaria PMI/DGP N° 626/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 626, de 14 de outubro de 2013.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 06/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cibele de Freitas Albino	Professora I - 20h	057.668.609-35	02/09/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de setembro de 2013, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.  
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Gerente de Gestão de Pessoas

#### Portaria PMI/DGP N° 627/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 627, de 14 de outubro de 2013.  
Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA PAULA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 004.803.149-69, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 05 de setembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### Portaria PMI/DGP N° 628/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 628, de 14 de outubro de 2013.  
Dispõe sobre a admissão de Agente Administrativa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Agente Administrativa, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Cláudia Jeremias Ávila	096.803.919-73	01/09/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado,

podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

#### **Portaria PMI/SMS N° 001, de 14 de Outubro de 2013.**

PORTARIA PMI/SMS N° 001, de 14 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 12546/2013;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância, destinada a apurar supostas irregularidades na conduta das servidoras Denise Ribeiro e Thayse Cardoso de Carvalho, cujo inteiro teor encontra-se no processo 12546/2013.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Euclides de Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município, que presidirá;

II - Nilo Pittigliani de Carvalho, Professor III 20hs, matrícula nº 420, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; e

III - Fabiana de Jesus, matrícula nº 158 e 157, Professora III, lotada na Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da LEI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ISRAEL PEDROSO ROCHA

Controlador Geral do Município

## **Ipumirim**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria N°. 422/2013 de 15 de Outubro de 2.013.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### **CONCEDE**

A ROBERTO BIFFI, matrícula 1093-6, Licença Prêmio de 30 dias, relativas aos períodos aquisitivos de 2007 a 2012 e gozo de 15/10/2013 a 13/11/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produz efeitos a partir de 15 de Outubro de 2013.

Ipumirim - SC, 15 de Outubro de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

#### **Processo de Licitação N° 51/2013, Pregão Presencial N° 25/2013**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 51/2013

VALDIR ZANELLA - Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados a retificação efetuada no edital sobredito, a saber: - fica alterado o anexo II do Edital de licitação o qual pode ser obtido junto ao setor de Compras do Município de Ipumirim através do e-mail [compras@ipumirim.sc.gov.br](mailto:compras@ipumirim.sc.gov.br) ou através do site [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br). Em função da alteração afetar a formulação das propostas, redesignar para 29 de outubro de 2013 a entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito, mantendo o mesmo horário e local. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail [compras@ipumirim.sc.gov.br](mailto:compras@ipumirim.sc.gov.br).

Ipumirim - SC, 15 de outubro de 2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal



# Irineópolis

## PREFEITURA

**Portaria N ° 332/2013.**

PORTARIA N ° 332/2013.

"CONCEDE LICENÇA À TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art 1º - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade ao servidor efetivo WILIAN LEZAN, no período de 14/10/2013 a 11/01/2014, conforme estabelece a LC 01/97, com alterações das pela LC 025/2005, de 03/11/2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Portaria N. ° 335/2013**

PORTARIA N. ° 335/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário, CLAUDIR EGON MICHAHOUSKI, nascido em 12/08/1976, portador do CPF n° 018643689-00, RG. n° 3.627.716, SESP/SC, para exercer o cargo de Motorista (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n ° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Portaria N° 333/2013.**

PORTARIA N° 333/2013.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei

Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, a contar de 13/10/2013, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, N° 008/2013, instaurado através da Portaria n° 308/2013, de 13/09/2013.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 13/10/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 14 de Outubro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Portaria N° 334/2013.**

PORTARIA N° 334/2013.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o artigo 7.º da Lei n.º 647/92, com redação dada pela Lei n.º 1736/2013, de 09/10/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR os membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

**I. DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS**

a) Secretaria Municipal da Educação

Efetivo: Ana Paula Martins Reichardt

Suplente: Sezinanda Aparecida dos Santos;

b) Secretaria Municipal da Saúde:

Efetivo: Jaqueline Aparecida Schleger

Suplente: Cícera Angélica de Souza Costa;

c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário

Efetivo: Tania Regina Rückl Pereira

Suplente: Wianey de Cássia Oliveira Godoy Teles dos Santos;

d) Secretaria Municipal da Administração

Efetivo: Ellen Anny Konopka Colombo

Suplente: Patrícia Fabiane Fronczak;

e) Polícia Militar de Irineópolis

Efetivo: Rogério dos Santos Ferreira

Suplente: Luiz Carlos Coelho.

**II. DOS ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS**

a) Associação de Pais e Professores da E. E. B Horácio Nunes

Efetivo: Bernadete Konkol Fritzen

Suplente: Maria Romilda Senff Miranda;

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Efetivo: Lirian Margareth Batschauer Oliveira

Suplente: Maria da Luz Cordeiro;

c) Associação de Pais e Professores do G.E. Dalmo Edson Sfair

Efetivo: Marli Terezinha Alves Perdun

Suplente: Beatriz Nascimento Alves;

d) Associação de Pais e Professores do G.E. Dalmo Zélia Milles

Efetivo: Jandira Naretnick Teodoro

Suplente: Maria Cecília B. da Silva;

e) Cáritas Bom Samaritano

Efetivo: Maria Rosa Schafaschek

Suplente: Eliza Terezinha Maidel.



Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos da Portaria n.º 209/2011 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de Outubro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Extrato Credenciamaneto Leilão**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 70/2013  
CREDENCIAMENTO N.º 04/2013

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 17/10/2013 a 16/10/2014, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei n.º. 8.666/93, visando o Credenciamento de Leiloeiro(a)s Oficiais, para prestarem serviços de alienação de bens inservíveis, deste Município, em Leilão Público. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00as 15:00hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 36251111 e 36251144, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br)

Irineópolis, 14 de outubro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato N° 028/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO N° 028/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Contratada - Laboratório de Análise Clínicas Gianne Ltda - ME

Objeto - O presente contrato tem por objeto, com total observância do regime do CONTRATANTE, para realização de exames laboratoriais, para pacientes usuários do SUS.

Valor Contratual - Os valores unitários dos procedimentos de laboratório, a serem realizados são aqueles constantes da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", tudo conforme valores de referência lá estipulados, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtab.datasus.gov.br>, pagos conforme a necessidade de realização, devidamente autorizado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Vigência - 11/10/2013 a 10/10/2014.

Base Legal - Processo Licitatório n° 16/2013 - Inexigibilidade n° 02/2013.

Lei n° 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

#### **Extrato de Homologação Processo N° 16/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2013  
INEXIGIBILIDADE N° 02/2013

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas: Laboratório de Análises Clínicas Gianne Ltda- ME.

Irineópolis, 11 de outubro de 2013.  
GISELI KEMPINSKI  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

### **HOSPITAL Bom Jesus**

#### **Extrato de Declaração de Inexigibilidade de Licitação - Hmbj**

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2013  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2013  
Comissão Permanente de Licitações  
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal Bom Jesus através do presidente da Comissão Permanente de Licitações declara que a Exma. Sra. Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus, nos termos do artigo 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, conforme consta no Processo de Credenciamento n.º 02/2013, declarou a Inexigibilidade de licitação para a contratação de André Montenegro Pereira, conforme consta nos autos do processo acima citado, com o objetivo da contratação de médicos para prestação de Serviços na área medica, para a realização de assistência e acompanhamento nas internações de pacientes do SUS.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão Permanente de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, e também, mediante sistema de credenciamento, de acordo com orientação do TCE/SC, conforme Prejulgados n.º 680/99 e 1994/09.

Nos termos do artigo 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis, 15 de outubro de 2013.  
EDINILSON BRAND  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

#### **Ata de Registro de Preços - Pregão Presencial 02/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: PREGÃO PRESENCIAL 02/2013  
Aos 25 de julho de 2013, às 09 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, reuniram-se os membros da comissão de Licitação, designada pela Resolução n° 013/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório n° 04/2013, Pregão Presencial n° 02/2013, Registro de Preços, do Hospital Municipal Bom Jesus.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos do edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando os vencedores, conforme segue abaixo:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório n° 04/2013, Pregão Presencial n° 02/2013, do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, a Sra. Silvana Rodrigues da Silva - Pregoeira, Edinéia Ambrosi Levandoski, Maria Laura Binder Lima, Cristiane Kruger, Solange Lech- Equipe de Apoio, designados pela Resolução n° 013/2013; Sr. Fabio Elias Leal, representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda., Sr. Andre Tirczinski, representante da empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda., Sr. Ramon Francisco de Andrade,

representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda.; Sr. Justo Goya Dornelles Junior, representante da empresa ProSaude Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

O Extrato de presente certame foi publicado, conforme o artigo 21, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no Diário Oficial da União, na edição do dia 12/07/2013, no Mural Público a partir do dia 12/07/2013, no DOM/SC, no dia 12/07/2013 e no site Oficial do município no dia 12/07/2013; para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas que se apresentaram para o certame: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda, ProSaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; e foi constatado que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme Edital, seguindo abaixo a relação das empresas com seus respectivos itens:

#### ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1.	15	Pacote	Abaixador de língua com 100 unidades	Estilo	2,5806	38,71
2.	200	Unidades	Abocath nº 18	Lamedid	0,5501	110,02
4.	800	Unidade	Abocath nº. 22	Lamedid	0,5501	440,08
6.	24	Frasco	Acebrofilina 25 mg / 5 ml – 120 ml suspensão	Parti Dona-duzzi	2,96	71,04
8.	200	Comprimido	Acetato de Dexametasona 0,5 mg	Bunker	0,1811	36,22
9.	1000	Comprimido	Acido Acetil Salicilico 100 mg	Imec	0,0108	10,80
10.	500	Comprimido	Acido Acetil Salicilico 500 mg	Sobral	0,0358	17,90
12.	50	Ampolas	Adenosina 6mg/ 2 ml	Hipolabor	9,4624	473,12
13.	200	Ampola	Adrenalina 1g/ml.	Hipolabor	1,1039	220,78
14.	12.000	Ampola	Água Destilada 5 ml	Isofarma	0,1405	1.686,00
16.	1.000	Unidade	Agulha descartável 13 x 4,5	Solidor	0,0405	40,50
20.	2.400	Unidade	Agulha descartável 40 x 12	Lamedid	0,0426	102,24
21.	150	Frasco	Álcool 70% 1litro	Flop's	3,6989	554,84
22.	60	Frasco	Álcool iodado 1litro	Vic Pharma	7,3835	443,01
24.	500	Comprimido	Aminofilina 100 mg	Vitapan	0,043	21,50
25.	400	Ampola	Aminofilina 24 mg/ml - 10 ml	Teuto	0,9319	372,76
28.	60	Frasco	Amoxicilina 250mg/5ml – suspensão - 60ml	Neo Química	1,4337	86,02

29.	240	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	Prati Dona-duzzi	0,0851	20,42
30.	800	Ampola	Ampicilina 500 mg	Ariston	0,9319	745,52
31.	500	Comprimido	Ampicilina 500 mg Comprimido	Prati Dona-duzzi	0,1246	62,30
32.	80	Comprimido	Amplitil 100mg	União Química	0,2151	17,21
34.	01	Unidade	Aspirador Portátil	MD	250,8961	250,90
35.	300	Unidade	Atadura de crepon 08 cm x 3 m	Plascalp	0,1874	56,22
37.	150	Unidade	Atadura de crepon 06 cm x 3 m	Andreoni	0,1505	22,58
38.	10	Unidades	Atadura de Ryon estéril 7 cm X 5 m	Polar Fix	2,7814	27,81
39.	400	Comprimido	Azitromicina 500 mg	Prati Dona-duzzi	0,4392	175,68
40.	80	Ampola	Benzil penicilina benzatina 1.200.000 UI	Teuto	0,8602	68,82
45.	24	Frasco	Benzoil metronidazol 100 ml pediátrico	Prati Dona-duzzi	1,5054	36,13
46.	800	Ampola	Bicarbonato de Sódio 8,4% 10 ml	Samtec	0,4731	378,48
47.	60	Comprimido	Bissulfato de Clopidogrel 75 mg	Medley	0,5305	31,83
48.	60	Comprimido	Bromazepam 3 mg	Teuto	0,0545	3,27
49.	40	Frasco	Brometo de Ipratropio 0,25mg – gotas 20ml	Hipolabor	0,6308	25,23
52.	2.000	Comprimido	Captopril 25 mg	Mariol	0,0287	57,40
53.	500	Comprimido	Carbamazepina 200 mg - cpr	Neo Química	0,0946	47,30
54.	200	Unidade	Cateter nasal para oxigênio nº 08	Medsonda	0,4717	94,34
56.	300	Comprimido	Cefalexina 500 mg - comprimido	Teuto	0,1219	36,57
59.	250	Ampolas	Cetoprofeno 100 mg – 2 ml	União Química	1,6918	422,95
60.	50	Frascos	Cetoprofeno 100 mg para uso endovenoso	União Química	3,6703	183,52
61.	800	Ampola	Cimetidina 150mg/ml 2ml	Hypofarma	0,3584	286,72
62.	1.000	Comprimido	Cimetidina 200 mg	Prati Dona-duzzi	0,0595	59,50
64.	400	Comprimido	Ciprofloxacino 500 mg comprimido	Brasterapica	0,1577	63,08
65.	200	Unidade	Clamp Umbilical Estéril	Cientific	0,7131	142,62
67.	04	Frasco	Cloranfenicol colírio 10ml	Bunker	2,1505	8,60
68.	200	Ampola	Cloreto de Potássio 19,1% 10 ml	Samtec	0,1735	34,70
69.	200	Ampola	Cloreto de Sódio 10ml	Samtec	0,1319	26,38
70.	60	Frasco	Cloridrato de ambroxol 15 mg / 5 ml – c/ 120 ml – xarope pediátrico	Teuto	1,1756	70,54
71.	60	Frasco	Cloridrato de ambroxol 30 mg / 5ml – c/ 120 ml – xarope adulto	Prati Dona-duzzi	1,362	81,72

74.	20	Frasco	Cloridrato de cetamina 50mg/ml – 10ml	Cristalia	65,9498	1.319,00
75.	50	Comprimido	Cloridrato de clorpromazina 25mg	Cristalia	0,2151	10,76
76.	30	Ampola	Cloridrato de clorpromazina 5mg/ml	União Química	1,1326	33,98
77.	200	Ampola	Cloridrato de Etilfrina 10 mg / ml	União Química	1,147	229,40
79.	400	Comprimido	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg	Hipolabor	0,0287	11,48
82.	200	Ampola	Cloridrato de petidina 50mg- 2ml	União Química	1,7061	341,22
83.	200	Comprimido	Cloridrato de Prometazina 25 mg	Prati Donaduzzi	0,1147	22,94
86.	100	Ampolas	Cloridrato de Tramadol 100 mg	Hipolabor	0,8746	87,46
87.	200	Comprimido	Cloridrato de Tramadol 100 mg – comprimido	Uci Farma	2,0358	407,16
89.	200	Comprimido	Cloridrato de Verapamil 80 mg	Sanval	0,0631	12,62
95.	80	Unidade	Coletor para perfurocortantes com capacidade 13 litros	Cartoon-box	2,2222	177,78
97.	200	Comprimido	Complexo B - Cpr	Belfar	0,0573	11,46
100.	02	Pacote	Compressa Cirurgica Campo Operatório 23cm X 25 cm	Mb Textil	27,4122	54,82
103.	06	Pacote	Desencrostante com 01 quilo	Saneativo	11,0394	66,24
104.	50	Ampola	Deslanosideo 0,2 mg/ml - 2 ml	União Química	1,2903	64,52
106.	400	Ampola	Dexametasona 2 mg – Injetavel	Farmace	0,3297	131,88
107.	300	Ampola	Dexametasona 4 mg – Injetavel	Hypofarma	0,6452	193,56
108.	100	Comprimido	Dexametasona 4 mg	Teuto	0,1147	11,47
109.	48	Frasco	Dexametasona Elixir 0,1 mg – 100 ml	Prati Donaduzzi	1,233	59,18
110.	30	Tubo	Dexametasona Pomada 10 gr	Teuto	0,5161	15,48
111.	300	Comprimido	Diazepan 05 mg – cpr	Santisa	0,0409	12,27
113.	12	Tubo	Diclofenaco dietilamonio gel – 60gr	Prati Donaduzzi	2,2079	26,49
114.	48	Frasco	Diclofenaco Potassico 15mg/ml -10 ml gotas	Vitapan	1,8638	89,46
115.	5.000	Comprimido	Diclofenaco Potassico 50 mg	Cimed	0,0287	143,50
117.	400	Comprimido	Digoxina 0,25 mg comprimido	Vitapan	0,0383	15,32
119.	200	Comprimido	Dimeticona 40mg – cpr	Prati Donaduzzi	0,0638	12,76
120.	24	Frasco	Dimeticona gotas 10ml	Teuto	0,7075	16,98
121.	100	Ampola	Dimorf 10 mg	Hipolabor	0,7885	78,85
122.	100	Comprimido	Dimorf 30 mg cpr	Cristalia	1,6631	166,31
123.	60	Ampola	Dipiridamol 05mg – 2ml	Boehringer	1,0065	60,39

124.	60	Comprimido	Dipiridamol 75mg	Boehringer	0,1968	11,81
125.	1.000	Ampola	Dipirona 1g / 2ml	Farmace	0,7168	716,80
126.	1.500	Comprimido	Dipirona 500 mg	Balm Labor	0,0703	105,45
127.	60	Frasco	Dipirona Gotas 10ml	Farmace	0,5161	30,97
128.	12	Unidades	Dipropionato de beclometasona	Novartis	23,6129	283,35
131.	30	Pacote	Eletrodo descartável para monitoração cardíaca, gel solido pacote com 30 unidades	Maxicor	7,0194	210,58
132.	300	Unidade	Equipo para bomba de infusão	Celm	18,609	5.582,70
134.	100	Unidade	Equipo para soro micro gotas	Biosani	0,7742	77,42
135.	200	Unidade	Escova para Assepsia com PVPI	Vic Pharma	1,405	281,00
136.	03	Unidade	Esfigmomanômetro: Manômetro de alta precisão com alta tecnologia; braçadeira com manguito em PVC de uso adulto (Circunferência de 22 até 28cm); Braçadeira adulto em Nylon com fecho de metal; Manguito e Pera livres de látex;	Glicomed	43,0108	129,03
137.	02	Unidades	Esfigmomanômetro: Manômetro de alta precisão com alta tecnologia; braçadeira com manguito em PVC de uso adulto (Circunferência de 22 até 28cm); Braçadeira adulto em Nylon com fecho em velcro; Manguito e Pera livres de látex;	Glicomed	43,0108	86,02
140.	80	Comprimido	Fenitoína 100mg	Teuto	0,0573	4,58
141.	200	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	Sanval	0,0573	11,46
142.	100	Ampola	Fenobarbital 200mg/ml	Teuto	0,8602	86,02
143.	02	Frasco	Fenobarbital 40mg 4% gotas	Sanval	2,2079	4,42
145.	100	Rolo	Fita Micropore 2,5 x 4,5m com capa	Missner	1,46	146,00
146.	20	Rolo	Fita para autoclave 19 mm x 30 m	Poli Tape	2,853	57,06
149.	60	Frasco	Fleet enema frasco com 130ml	Cristalia	5,448	326,88
150.	50	Comprimido	Fosfato de Codeína 30 mg	Cristalia	1,2186	60,93
151.	400	Ampola	Furosemida 20 mg	Hypofarma	0,4301	172,04
152.	600	Comprimido	Furosemida 40 mg comprimido	Hipolabor	0,0258	15,48

156.	100	Compri-mido	Glibenclamida	Cimed	0,0172	1,72
157.	200	Ampola	Glicose hipertônica 25% - 10ml	Samtec	0,1634	32,68
158.	200	Ampola	Glicose hipertônica 50% - 10ml	Samtec	0,1749	34,98
159.	100	Ampola	Gluconato de cálcio 100mg/ml - 10ml	Isoframa	0,5305	53,05
160.	200	Ampola	Haldol Injetavel	Teuto	0,4731	94,62
161.	100	Compri-mido	Haloperidol 5 mg	Cristalia	0,1577	15,77
162.	10	Potes	Hastes Flexíveis de Algodão com 100 unidades	Cotton Soft	1,2968	12,97
163.	20	Frasco	Heparina – Frasco	Blausiegel	9,6918	193,84
165.	500	Compri-mido	Hidroclorotiazida 25 mg – Comprimido	Cimed	0,0172	8,60
166.	200	Ampola	Hidrocortizona 500 mg Injetavel	Teuto	5,448	1.089,60
167.	50	Frasco	Hidróxido de Alumínio suspensão 120 ml	Sobral	1,3935	69,68
168.	500	Compri-mido	Hioscina Composta 10mg	Prati Dona-duzzi	0,1646	82,30
169.	24	Frasco	Hioscina Composta 4mg c/ 20 ml - gotas	Hipolabor	2,0502	49,20
172.	500	Compri-mido	Ibuprofeno 600 mg	Teuto	0,0932	46,60
177.	100	Compri-mido	Isossorbida 10 mg	Sanval	0,0631	6,31
178.	100	Compri-mido	Isossorbida 5 mg	Sanval	0,0631	6,31
180.	200	Unidade	Lamina de bisturi n° 22	Lamedid	0,1634	32,68
181.	10	Tubo	Lidocaina 2% 100mg/5g. – geléia	Pharlab	2,0072	20,07
186.	80	Caixa	Luva de procedi-mento em latex com 100 unidades – tamanho M	Embramac	15,0538	1.204,30
187.	200	Caixa	Luva de procedi-mento em latex com 100 unidades – tamanho P	Embramac	15,0538	3.010,76
188.	500	Compri-mido	Maleato de Enalapril 10 mg	Cimed	0,0516	25,80
191.	10	Frasco	Mebendazol 100mg/5ml – sus-pensão 30ml	Sobral	0,7455	7,46
195.	50	Compri-mido	Metformina 850 mg	Teuto	0,0573	2,87
196.	200	Compri-mido	Metildopa 250 mg	Tks	0,1219	24,38
197.	500	Compri-mido	Metildopa 500 mg	Tks	0,1792	89,60
199.	240	Cápsula	Nifedipino 10 mg – cápsula sublingual	Neo Qui-mica	0,086	20,64
200.	120	Compri-mido	Nifedipino 20 mg comprimido	Neo Qui-mica	0,0875	10,50
209.	48	Frasco	Paracetamol 200mg c/10ml	Sobral	0,5448	26,15
210.	60	Compri-mido	Paracetamol 500mg + fosfato de codeína 30 mg	União Química	0,5161	30,97

211.	2.000	Compri-mido	Paracetamol 750 mg comprimido	Zydus	0,0573	114,60
213.	1.000	Unidade	Polifix 2 vias com clamp	Biosani	0,634	634,00
214.	30	Frasco	Povidine Deger-mante 1 litro	Vic Pharma	11,77	353,10
216.	300	Compri-mido	Prednisona 20 mg	Prati Dona-duzzi	0,1114	33,42
217.	60	Compri-mido	Prednisona 5 mg		0,608	3,65
218.	50	Compri-mido	Propanolol 40 mg comprimido	Vitapan	0,0184	0,92
221.	12	Caixas	Refil Fumarato de Fenoterol/Budesonida 6/200 mcg	Biosinte-tica	68,2867	819,44
222.	03	Vidro	Rifamicina sv sódica 10mg/ml – spray 20ml	Natulab	2,5806	7,74
223.	20	Pacote	Saco para lixo branco hospitalar 100lts x 100 unid.	Nekplast	21,5054	430,11
225.	30	Pacote	Saco para lixo branco hospitalar 50 lts x 100 unid.	Nekplast	19,9104	447,31
231.	400	Unidade	Seringa descartável 01 ml sem agulha	Sr	0,172	68,80
232.	4.000	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	Sr	0,2909	1.163,60
233.	1.000	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	Sr	0,4158	415,80
234.	30	Unidade	Sonda de aspiração traqueal n° 04	Biosani	0,3211	9,63
235.	50	Unidades	Sonda de aspiração traqueal n° 10	Biosani	0,3541	17,71
236.	50	Unidade	Sonda de aspiração traqueal n°06	Biosani	0,3341	16,71
237.	80	Unidades	Sonda de aspiração traqueal n° 12	Biosani	0,3715	29,72
238.	80	Unidade	Sonda de aspiração traqueal n°16	Biosani	0,509	40,72
239.	200	Unidade	Sonda de aspiração traqueal n° 08	Biosani	0,3459	69,18
243.	80	Unidades	Sonda Nasogastrica Longa nº 12	Medsonda	0,7168	57,34
244.	80	Undades	Sonda Nasogastrica Longa nº 14	Medsonda	0,7269	58,15
245.	80	Unidades	Sonda Nasogastrica Longa nº 16	Biosani	0,6079	48,63
246.	50	Unidade	Sonda uretral 04	Biosani	0,3125	15,63
247.	50	Unidade	Sonda uretral 08	Biosani	0,3326	16,63
248.	100	Unidades	Sonda Uretral 12	Biosani	0,3584	35,84
249.	100	Unidades	Sonda Uretral 14	Biosani	0,3728	37,28
250.	80	Unidade	Sonda uretral 16	Biosani	0,4072	32,58
254.	300	Unidade	Soro Glicofisiologico 250 ml	JP	2,10	630,00
255.	800	Unidade	Soro glicofisiologico 500ml	Basa	2,10	1.680,00
259.	500	Unidade	Soro ringer com lactato 500ml	Fresenius	2,5806	1.290,30
261.	40	Tubos	Sulfadiazina de prata 10 mg com 50 gr	Prati Dona-duzzi	3,2688	130,75
262.	50	Ampola	Sulfato de Atropina 0,5% – 1ml	Hypofarma	0,4301	21,51



263.	12	Frasco	Sulfato de Salbutamol 2mg/5ml – 120ml	Teuto	1,0753	12,90
264.	200	Ampolas	Sulfato de Terbutalina	Hipolabor	1,44	288,00
265.	60	Comprimido	Sustrate 10mg	Fqrm	0,3791	22,75
270.	300	Unidade	Touca Descartavel com Elastico	Descar-pack	0,0536	16,08
271.	15	Metros	Tubo Extensor de Silicone para Oxigênio nº 204 esterilizável	Medicone	8,9032	133,55
272.	08	Litros	Vaselina liquida 1.000ml	Wirath	18,9893	151,91

TOTAL DOS ITENS: 36.209,02 ( TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E NOVE REAIS E DOIS CENTAVOS)

#### DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA:

Item	Quan	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
27.	100	Ampola	Amiodarona Injetavel	Hipolabor	2,49	249,00
41.	400	Ampola	Benzil penicilina benzatina 400.000 UI	Ariston	0,839	335,60
51.	500	Ampolas	Bromoprida	Hipolabor	0,59	295,00
80.	2.000	Ampola	Cloridrato de Metoclopramida 10mg – 2ml	Isofarma	0,225	450,00
99.	1.200	Ampola	Complexo B Inj - 2ml	Hypofarma	0,599	718,80
116.	1.500	Ampola	Diclofenaco potassico 75 mg/3ml - Injetavel	Farmace	0,89	1.335,00
147.	200	Ampola	Fitomenadiona 1mg/ml – 1ml	Hipolabor	0,63	126,00
164.	150	Ampola	Heparina 5.000UI/ml 0,25	Cristalia	7,19	1.078,50
173.	06	Frasco	Imunoglobulina humana - Anti RHO	CSL	218,50	1.311,00
182.	250	Frasco	Lidocaina 2% frasco 20 ml	Hipolabor	1,69	422,50
190.	300	Ampola	Maleato de metilergometrina 0,2 mg / ml – inj – 1 ml	União Química	1,42	426,00
204.	300	Ampola	Ocitocina 0,03 UI/ml		1,22	366,00

TOTAL DOS ITENS: ( R\$ 7.113,40) SETE MIL , CENTO E TREZE REAIS E QUARENTA CENTAVOS.

#### METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitario	Valor Total
3.	800	Unidade	Abocath nº. 20	Solidor	0,54	432,00
5.	600	Unidade	Abocath nº. 24	Solidor	0,61	366,00
15.	30	Frasco	Água oxigenada 1litro – 10 volumes	Vic Pharma	2,85	85,50
17.	500	Unidade	Agulha descartável 20 x 5,5	Solidor	0,046	23,00
18.	6.000	Unidade	Agulha descartável 25 x 8	Solidor	0,04	240,00

19.	6.000	Unidade	Agulha descartável 30 x 7	Solidor	0,04	240,00
23.	40	Rolo	Algodão Hidrofílico 500 gr	Nathalya	8,60	344,00
36.	500	Unidade	Atadura de crepon 12 cm x 3 m	Unitex	0,41	205,00
55.	300	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos	Biosani	0,68	204,00
90.	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho G	Romed	52,00	104,00
91.	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho M	Romed	52,00	104,00
92.	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho P	Romed	52,00	104,00
93.	60	Unidade	Coletor de urina sistema fechado para perna - 500ml	Uro Taylor	11,90	714,00
94.	80	Unidade	Coletor para perfurocortantes com capacidade 07 litros	Cartoon	1,60	128,00
101.	02	Pacote	Compressa Cirurgica Campo Operatório 45cm X 50 cm	Gazetex	56,50	113,00
102.	300	Pacote	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 – 13 fios c/500 unidades – 13 fios	Gazetex	10,50	3.150,00
138.	70	Rolo	Esparadrapo comum 10 cm x 4,5 m	Missner	5,20	364,00
139.	05	Unidade	Estetoscopio simples	Solidor	7,49	37,45
144.	30	Rolo	Fita crepe 19 mm x 50m	Missner	2,33	69,90
153.	10	Frasco	Gel para Eletrocardiograma c/1000gr	Dental Tec	3,30	33,00
174.	05	Unidade	Inalador Completo: Silencioso, leve e de fácil utilização. Itens inclusos: 01 compressor elétrico e 01 conjunto nebulizador (máscara, depósito e mangueira). Voltagem: Bivolt.	Daru	180,00	900,00
179.	200	Unidade	Lamina de bisturi nº 24	Solidor	0,17	34,00
183.	500	Par	Luva cirúrgica estéril nº 7,5	Maxitex	1,27	635,00
184.	500	Par	Luva Cirurgica estéril nº 8,0	Maxitex	1,27	635,00
185.	200	Par	Luva cirúrgica estéril nº 8.5	Maxitex	1,45	290,00
208.	250	Pacote	Papel Toalha Branco	Copamil	5,51	1.377,50
215.	30	Frasco	Povidine Tópico 1 litro	Vic Pharma	19,00	570,00
219.	200	Pares	Propés descartável	Sky	0,19	38,00
226.	200	Unidade	Scalp nº 23	Solidor	0,35	70,00
227.	200	Unidade	Scalp nº 25	Solidor	0,35	70,00
228.	50	Unidade	Scalp nº 27	Solidor	0,35	17,50
240.	50	Unidade	Sonda de foley 16 cm com 02 vias	Solidor	1,83	91,50



241.	50	Unidade	Sonda de foley 18 cm 2 vias	Solidor	1,83	91,50
242.	30	Unidade	Sonda de foley n° 14	Solidor	1,83	54,90
256.	48	Unidade	Soro glicosado 100ml	Halex Istar	1,85	88,80
266.	500	Unidades	Tala para Imobilização tamanho G	Romed	18,49	9.245,00
267.	500	Unidades	Tala para Imobilização tamanho M	Romed	16,70	8.350,00
268.	500	Unidades	Tala para Imobilização tamanho P	Romed	11,40	5.700,00

TOTAL DE ITENS: R\$ 35.319,55 ( TRINTA E CINCO MIL, DEZENOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

#### PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
170.	800	Ampola	Hioscina Composta 4 mg + 500 mg / ml com 5 ml	Hipolabor	0,627	501,60
251.	2.000	Unidade	Soro Fisiológico 125 ml	Basa	1,397	2.794,00
252.	600	Unidade	Soro fisiológico 250 ml	Basa	1,53	918,00
253.	600	Unidade	Soro fisiológico 500ml	Basa	1,676	1.005,60
257.	600	Unidade	Soro glicosado 250ml	Eurofarma	1,70	1.020,00
258.	1.000	Unidade	Soro glicosado 500ml	Basa	1,822	1.822,00

TOTAL DE ITENS: R\$ 8.061,20 ( OITO MIL, SESENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS

## Itaiópolis

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### Aviso de Licitação

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC. Processo Licitatório nº 08/2013; Pregão Presencial nº 06/2013; Objeto: Contratação de Licenciamento de Softwares e outros serviços a este correlatos para a FHMSA. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 29 de Outubro de 2013; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 29 de outubro de 2013 na Secretaria Municipal de Saúde, sita a Avenida Tancredo Neves, 234; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima citado também pelo Fone 047 3652 1787 ou no site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br).

LIANDRA TERESINHA KOPPE  
Administradora Hospitalar.

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### Decreto N° 186 de 09 de Outubro de 2013

DECRETO N° 186 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito em exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manut. das Ativ. da Assist. Social Geral

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manut. das Ativ. da Assist. Social Geral

33.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 9 de outubro de 2013.

INACIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

#### Decreto N° 187, de 09 de Outubro de 2013

DECRETO N° 187, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional complementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 151 - Recursos Tesouro do Exercício Anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

28.843.0128.8001 - Amortização da Dívida Contratada, juros e encargos da Dívida pública, Pasp. e Contratos e Precatórios

46.90.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas  
R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

### Decreto N° 188, de 10 de Outubro de 2013

DECRETO N° 188, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.

Fixa preços públicos e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento no § 2º do art. 1º, combinado com o art. 6º, ambos da Lei Municipal nº 2.575, de 6 de outubro de 2009:

Decreta:

Art. 1º Os preços públicos a serem cobrados em Unidade Fiscal do Município –UFM, pelo uso de bens públicos são os seguintes:

LOCAL	HORÁRIO POR HORA 07 AS 22 HS	LIMPEZA	EVENTOS SOCIAIS P/DIA
GIN.OKTOBER PAVILHÃO A	0,05 UFM	1 UFM	4 UFM
PAVILHÃO B	- - - - -	0,80 UFM	2 UFM
PAVILHÃO C	- - - - -	0,80 UFM	2 UFM
RESTAURANTE OKTOBER	- - - - -	0,80 UFM	2 UFM
GINASIO BELA VISTA	0,05 UFM	0,50 UFM	2 UFM
GINASIO MUNICIPAL	0,05 UFM	0,70 UFM	2 UFM
GINASIO GILBERTO FRANCISCO HENKES	0,05 UFM	0,70 UFM	2 UFM
CENTRO DE MULTIPLO USO - OKTOBER	- - - - -	0,80 UFM	2 UFM

Art. 2º Todos os horários de jogos ou eventos esportivos e sociais deverão ser solicitados junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mediante requerimento detalhado, com identificação exata do dia, horário, local, finalidade e identificação do usuário.

§ 1º Será considerado como diária o período igual ou superior à doze horas e como meia diária, as frações inferiores.

§ 2º O preço público referente ao serviço de limpeza do local utilizado, será cobrado somente quando o uso se destinar a realização de eventos sociais.

Art. 3º As tarifas para o uso da área de lazer localizada na Barra do Macaco ficam fixadas nos seguintes valores:

mesas e churrasqueiras 0,02 UFM por dia;

barraca para camping 0,04 UFM por dia.

§ 1º Os pagamentos previstos no caput deste artigo, não serão cumulativos.

§ 2º O pagamento deverá ser feito efetuado diretamente ao permissionário ou concessionário do local.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o decreto n. 223/2009.

ITAPIRANGA – SC, 10 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

### Extrato do Contrato N° 128/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 128/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e SALETE SAUSEN

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 10 horas semanais, como Professor de Ciências.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia: Nenhuma

VIGÊNCIA: 14/10/2013 até 13/12/2013

Itapiranga - SC.14 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

### Extrato do Distrato N° 127/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO N° 127/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ROBERTA MARA ROYER.

OBJETO: Distrato do Contrato de Prestação de serviço temporário nº 023/2013/RH de 04/02/2013, como Professor de Ciências, dando-se recíproca e geral quitação, a partir de 14/10/2013.

Itapiranga - SC.14 de outubro de 2013.

INÁCIO OSWALD

Prefeito Municipal em Exercício.

**Itapoá**

**PREFEITURA**

### Notificação - Concorrência N° 02/2013 - Processo N° 95/2013

NOTIFICAÇÃO

ÀS EMPRESAS:

AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ/MF: 82.647.884/0001-35;

SCALA SUL TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA ME, CNPJ/MF: 06.942.534/0001-13;

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA, CNPJ/MF: 84.697.051/0001-04;

VIAÇÃO GRACIOSA LTDA, CNPJ/MF: 78.132.636/0001-84;

O Município de Itapoá, através do Setor de Licitações/Contratos juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar ao cumprimento das normas e condições constantes no edital de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 02/2013 - PROCESSO Nº 95/2013, para a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de estudantes universitários, em ônibus rodoviários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/Itapoá-SC e Itapoá-SC/Guaratuba-PR/Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital, vez que apresentaram RECURSO contra a decisão da CLP, as empresas conforme relacionado:

- SCALA SUL TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA ME, CNPJ/MF: 06.942.534/0001-13, na data de 14/10/2013, sob protocolos nºs 4202/2013, 4203/2013 e 4204/2013;

- TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA, CNPJ/MF: 84.697.051/0001-04, na data de 14/10/2013, sob protocolo nº 4208/2013; e

- AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ/MF: 82.647.884/0001-35, na data de 15/10/2013, sob protocolo nº 4212/2013;

No mais segue para conhecimento e posterior pronunciamento de apresentação de contra razões, observando os prazos recursais previstos na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, o qual iniciará na data de publicação, dia 16/10/2013 com término em 23/10/2013. Solicita-se que a parte interessada se resolver desistir de apresentar contra razões favor emitir TERMO DE RENÚNCIA de interposição de recurso.

Atenciosamente,  
Itapoá, 15 de outubro de 2013.  
ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Jacinto Machado**

**PREFEITURA**

### **Decreto N°. 089 de 02 de Outubro de 2013.**

DECRETO N°. 089 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 661 de 19 de dezembro de 2012.

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) a saber:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS  
UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO  
ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento  
Modalidade de Aplicação: (12) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS  
UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO  
ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento  
Modalidade de Aplicação: (09) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 02 de outubro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### **Portarias N°. 361 a 371 de 2013**

PORTARIA N°. 361 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora AUREA HAHN FERNANDES, matrícula nº. 153, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 01/10/2013 à 30/10/2013, período aquisitivo 23/03/2007 à 22/03/2012.  
PORTARIA N°. 362 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ROSANA CAMPOS INACIO, portadora do CPF nº. 093.012.909-10, nível MAG AT 1A, para atuar na CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 01/10/2013 à 30/10/2013, com os vencimentos estabelecidos em LEI.  
PORTARIA N°. 363 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, MARCIA CHALKOSKI DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 043.290.939-79, no cargo de Servente Educacional, nível SGM E2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Santo Simão no período de 01/10/2013 a 31/10/2013, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2013 de 17 de janeiro de 2013, com os vencimentos estabelecidos em LEI.  
PORTARIA N°. 364 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
IVANOR CASAGRANDE	2411	02/04/12 a 01/04/13	02/10/13 a 31/10/13

PORTARIA N°. 365 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 289 de 24 de junho de 2013, período de contratação da servidora FABRICIA GIASI FURLANETTO, até 11/10/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.  
PORTARIA N°. 366 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 290 de 24 de junho de 2013, período de contratação da servidora ROSANGELA BUZELLO, até 31/10/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.  
PORTARIA Nº. 367 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 347 de 13 de setembro de 2013, período de contratação da servidora VANUZA FERNANDES, até 31/10/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.  
PORTARIA Nº. 368 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 348 de 17 de setembro de 2013, período de contratação da servidora TAMIRIS DA SILVA DA ROSA, até 31/10/2013, com os vencimentos estabelecidos em Lei.  
PORTARIA Nº. 369 DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ROSILÉIA FERREIRA, matrícula nº. 2335, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 08/10/2013 à 06/11/2013, período aquisitivo 08/03/2007 à 07/03/2012.  
PORTARIA Nº. 370 DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, a Professora FABIANE BORGES MARTINS GABRIEL, portadora do CPF nº. 047.945.929-06, nível MAG 1A, para atuar no EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 08/10/2013 à 06/11/2013, com os vencimentos estabelecidos em LEI.  
PORTARIA Nº. 371 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANE MADALENA MOTTA do cargo em (ACT) de Motorista, lotada junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.422 de 10 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 4.422 DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.290 DE 21/12/12 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por LEI,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 1.045.000,00 (Um milhão e quarenta e cinco mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.051- Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0000-31

Valor: R\$ 180.000,00

Proj./Atividade: 1.052- Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-37

Valor: R\$ 755.000,00

Proj./Atividade: 1.053- Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 65.000,00

Proj./Atividade: 2.062 - Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-35

Valor: R\$ 15.000,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-38

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de outubro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### Ordem Paralisação Cont. 112/2013

##### ORDEM DE PARALISAÇÃO

DETERMINO à empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, a paralisação dos serviços de instalação e manutenção da rede elétrica, de telefonia, lógica, sonorização, vigilância e emergencial, destinados à complementação do prédio do Novo Terminal Rodoviário, objeto do Contrato nº 112/2013/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 86/2013 - PMJ - Edital CC nº 4/2013 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 12/09/2013, haja vista alterações e adequações nos guichês de atendimento aos usuários do transporte rodoviário de passageiros. A paralisação acontecerá a partir de 04/10/2013 e perdurará pelo período de 60 (sessenta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 11 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

AURÉLIO BRUSTOLIN

CONTRATADA

### SIMAE

#### Convite JHL 0003/2013 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0056/2013

MODALIDADE CONVITE Nº 0003/2013

PROTOCOLO JHL 2963/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Edital de Convite 0003/2013 - Licitação 0056/2013, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA ELABORAÇÃO DE UM CONCURSO PÚBLICO COM APROXIMADAMENTE 160 QUESTÕES, INCLUINDO TODAS AS ETAPAS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS AOS CARGOS DE OPERADOR DE ETA, OPERADOR DE MÁQUINAS E OPERADOR DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA AO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO PARA O SIMAE.



Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 23/10/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 23/10/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 16/10/2013 a 23/10/2013. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 16 de outubro de 2013.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages**

**PREFEITURA**

#### **Anulação PP 59-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
ANULAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA O FORNECIMENTO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ-FAIXA "C")

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, fundamentado no parecer da Douta Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe. Comunique-se e publique-se.

Lages, 15 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

#### **PP 80-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 80-2013 PML.

Objeto: Aquisição, Instalação, Manutenção e Desmontagem de Materiais Elétricos para serem utilizados no Natal da Felicidade  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 29/10/2013 às 16:30  
Valor Estimado: R\$ 293.832,50

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 , ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 14 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

#### **PP 81-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 81-2013 PML.

Objeto: Aquisição, Montagem, Manutenção, Desmontagem, Armazenamento e Locação de Decoração para o Natal da Felicidade  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 30/10/2013 às 16:30  
Valor Estimado: R\$ 85.090,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 , ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

#### **Rerratificação PP 43-2013 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
RERRATIFICAÇÃO  
ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ARMÁRIOS, BALCÕES E MESA SOB MEDIDA PARA ESTRUTURAÇÃO DA FARMÁCIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que foram necessárias algumas alterações no Edital em comento. - ONDE SE LÊ EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2013. LEIA-SE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013 As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 15 de outubro de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

#### **4º Aditivo Cont. 334/2010**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 334/2010  
CONTRATANTE: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Pessoa n.º 134, na cidade de Criciúma - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

##### **1.1 - DO ACRÉSCIMO AO OBJETO**

1.1.1 - Fica acrescido ao Sistemas para Fundo Municipal de Assistência Social, do contrato primitivo, item oitavo, o módulo de Almoxarifado para o Fundo Municipal de Assistência Social, pelo valor mensal de R\$ 190,00 (cento e noventa reais).

a) Pela implantação do sistema, será pago o valor de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), totalizando um acréscimo de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) até o término do contrato, em 31/12/2013, nos termos dispostos no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.



Lages, 19 de setembro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 57/2013 - FMAS**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 57/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501-900.

CONTRATADA: DOMINGOS SOARES NETO - ME, CNPJ n.º 08.811.393/0001-25, estabelecida à Rua Gustavo Lebon Regis n.º 260, em Lages/SC - CEP: 88.504-225.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de material de higiene para KIT Enxoval Mamea feliz da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 17/09/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.344,00 (três mil e trezentos e quarenta e quatro reais).

Lages, 17 de setembro de 2013  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 325/2013 - PML**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 325/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BERPLAN TERRAPLENAGENS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 07.694.518/0001-11, estabelecida à Av. Castelo Branco, n.º 09, em Coronel Freitas/SC - CEP: 89.840-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais na Comunidade de Ponte do Rio pelotinhas (Morrinhos) e Localidade de São Jorge, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

04/10/2013 à 04/06/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil reais).

Lages, 02 de outubro de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 326/2013 - PML**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 326/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DRESCH & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 86.547.940/0004-63, estabelecida à Av. Irineu Bornhausen n.º 445, em São Joaquim/SC - CEP: 88.600-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as

especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 357/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

14/10/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 327/2013 - PML**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 327/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: KONRAD SUL COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.808.881/0006-08, estabelecida à Rod. BR 116, km 247, n.º 5661, em Lages/SC - CEP: 88.514-680.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 356/2013. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

14/10/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 2.196.000,00 (dois milhões e cento e noventa e seis mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 328/2013 - PML**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 328/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: NAVITRUCKS SANTA CATARINA COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 12.408.875/0001-06, estabelecida à Rod. BR 101, km 120, n.º 8025, em Itajaí/SC - CEP: 88.312-500.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 361/2013. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

14/10/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 329/2013 - PML**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 329/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BOB MAQUINAS HIDROMECHANICA GARCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.876.325/0001-79, estabelecida à Rua Hipólito Pflieger, nº 3463, em Biguaçu/SC - CEP: 88.160-000.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 358/2013. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**  
14/10/2013 à 31/12/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 330/2013 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 330/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOTRIMA AGRICOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 92.028.224/0005-53, estabelecida à BR 116, KM 246, nº 5671, em Lages/SC - CEP: 88.517-600.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 355/2013. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**  
14/10/2013 à 31/12/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 331/2013 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 331/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: LDA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 46.253.225/0001-50, estabelecida à Rua Alcindo Nardini, nº 03, em Sumaré/SP - CEP: 13.178-512.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 362/2013. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**  
14/10/2013 à 31/12/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 332/2013 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 332/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.675.413/0001-01, estabelecida à BR 101, KM 210, em São José/SC - CEP: 88.106-100.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 354/2013. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**  
14/10/2013 à 31/12/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 1.138.000,00 (hum milhão e cento e trinta e oito mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 333/2013 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 333/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GTS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.043.327/0001-00, estabelecida à Rua Alcides Baccin nº 3.000, em Lages/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Equipamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 359/2013. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**  
14/10/2013 à 31/12/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 334/2013 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 334/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC - CEP: 88.502-005.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 352/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

14/10/2013 à 31/12/2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

R\$ 25.092,00 (vinte e cinco mil e noventa e dois reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 335/2013 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 335/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 2510 - Lages/SC - CEP: 88.519-400 - fone:32238051.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 351/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

14/10/2013 à 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 233.249,00 (duzentos e trinta e três mil e duzentos e quarenta e nove reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 336/2013 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 336/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONCREBLOC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.367.473/0001-93, com sede na Av. Dr. João Pedro Arruda, sem número - Lages/SC - CEP: 88.514-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 350/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

14/10/2013 à 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 579,00 (quinhentos e setenta e nove reais).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 337/2013 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 337/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.302.396/0001-70, com sede na Rua Valdomiro Koeche, 320 - Lages/SC - CEP:88.520-450 - fone:32248616.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 353/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

14/10/2013 à 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 348.839,80 (trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos e

trinta e nove reais e oitenta centavos).

Lages, 14 de outubro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 46/2013 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 46/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC - CEP:88.502-005.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Projeto Acolher da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 52/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/09/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.825,00 (hum mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

#### **Extrato de Contrato 58/2013 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 58/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: DENTAL GORGES LTDA - EPP - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.179.482/0003-6, estabelecido à Rua João de Castro, 146 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de material de higiene para uso em cursos de Salão ds CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 17/09/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.754,00 (hum mil e setecentos e cinquenta e quatro reais).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages



**Extrato de Contrato 84/2013 - FMAS**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 84/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.008.570/0001-00, estabelecida à Rua Irmgard Carl n.º 225 - Blumenau/SC - CEP: 89.037-555.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Material de Artesanato para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento ° 91/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 03/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 14.480,00 (quatorze mil e quatrocentos e oitenta reais).

Lages, 02 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 85/2013 - FMAS**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 84/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.008.570/0001-00, estabelecida à Rua Irmgard Carl n.º 225 - Blumenau/SC - CEP: 89.037-555.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Material de Artesanato para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento ° 91/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 03/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 14.480,00 (quatorze mil e quatrocentos e oitenta reais).

Lages, 02 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 86/2013 - FMAS**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 86/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.586.694/0001-41, estabelecida à Rua Doraci Galotti Kehring n.º 56 - Santo Amaro da Imperatriz/SC - CEP: 88.140-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 100/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 6.061,12 (seis mil e sessenta e um reais e doze centavos).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 87/2013 - FMAS**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 87/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 102/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 3.250,44 (três mil e duzentos e cinquenta reais e quatro centavos).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 88/2013 - FMAS**  
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 88/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W. SANI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 04.195.853/0001-87, com sede à Av. Beira Rio n.º 730 - Alfredo Wagner/SC - CEP: 88.450-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 101/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 1.200,01 (hum mil e duzentos reais e um centavo).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 89/2013 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 89/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ESCRIMATE COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.748.569/0001-30, estabelecida à Rua Desembargador Gill Costa n.º 422 - Florianópolis/SC - CEP: 88.070-450.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 103/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 5.688,00 (cinco mil e seiscentos e oitenta e oito reais).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 90/2013 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 90/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o Abrigo Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 96/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 1.795,80 (hum mil e setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 91/2013 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 90/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o Abrigo Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 96/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 1.795,80 (hum mil e setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 92/2013 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 92/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W. SANI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 04.195.853/0001-87, com sede à Av. Beira Rio n.º 730 - Alfredo Wagner/SC - CEP: 88.450-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o Abrigo Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 94/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 3.214,94 (três mil e duzentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

**Extrato de Contrato 93/2013 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
CONTRATO 92/2013

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W. SANI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 04.195.853/0001-87, com sede à Av. Beira Rio n.º 730 - Alfredo Wagner/SC - CEP: 88.450-000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais de Expediente e Consumo para o Abrigo Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 94/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De 14/10/2013 à 31/12/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

R\$ 3.214,94 (três mil e duzentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos).

Lages, 14 de outubro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### Portaria N° 311/2013

PORTARIA N° 311/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER- SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR A PEDIDO, ALINE CRISTINA MEDEIROS, Agente de Saúde Pública (PACS), do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entrará a partir de 03 de Junho de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### Portaria N° 312/2013

PORTARIA N° 312/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER- SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR, PEDRO DA SILVA LIMA, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Funcional junto a Secretaria de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### Portaria N° 313/2013

PORTARIA N° 313/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER- SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - DIMITIR, JANE MARIA LEANDRO DA ROSA, Servente, do Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller junto à

Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão do seu falecimento.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### Portaria N° 314/2013

P O R T A R I A N° 314/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais n° 1.491/2008 e 1.496/2008, e Edital de Concurso Público n° 001/2012, concurso passível de revogação

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CAROLINE COSTA DA ROSA, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Fonoaudióloga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 10 de Junho de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

#### TERMO DE POSSE

No dia 10 do mês de Junho do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora CAROLINE COSTA DA ROSA, aprovada no Concurso Público n° 001/2012, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Fonoaudióloga, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria n° 314/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 10 de Junho de 2013.

CAROLINE COSTA DA ROSA

Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

### **Dispensa de Licitação N° 29/2013 - FMS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°29/2013 - FMS  
PROCESSO N° 40/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, com sede na Rua Walter Vertelly, n°239, Centro, Lauro Muller-SC, inscrita no CNPJ/MF sob n° 82.558.909/0001-24 por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA CARATER JUDICIAL

CONTRATADO: Prodieta Farmacêutica S.A.

CNPJ: 81.887.838/0006-55

VALOR GLOBAL: 4.813,32 (Quatro Mil Oitocentos e Treze Reais e Trinta Centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Lauro Muller, 11 de outubro de 2013.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

### **Dispensa de Licitação N° 67/2013 - Pmlm**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°67/2013 - PMLM  
PROCESSO N° 90/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, com sede na Rua Walter Vertelly, n°239, Centro, Lauro Muller-SC, inscrita no CNPJ/MF sob n° 82.558.909/0001-24 por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV.

OBJETO: Aquisição de gênero alimentício para realização de evento tendo em vista ausência da cotação no processo licitatório n° 84/2013.

CONTRATADO: Super Líder Comercio de Alimentos Ltda

CNPJ: 07.605.075/0001-45

VALOR GLOBAL: 600,00 ( Seiscentos Reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Lauro Muller, 11 de outubro de 2013.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

### **Dispensa de Licitação N° 68/2013 - Pmlm**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°68/2013 - PMLM  
PROCESSO N° 91/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, com sede na Rua Walter Vertelly, n°239, Centro, Lauro Muller-SC, inscrita no CNPJ/MF sob n° 82.558.909/0001-24 por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV.

OBJETO: Aquisição de gênero alimentício para realização de evento tendo em vista ausência da cotação no processo licitatório n°

84/2013.

CONTRATADO: SORVETERIA KI CREMOSO LTDA

CNPJ: 01.880.613/0001-23

VALOR GLOBAL: 400,00 (Quatrocentos Reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Lauro Muller, 11 de outubro de 2013.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

## Leoberto Leal

### **PREFEITURA**

### **Decreto N.º 070/2013**

DECRETO N° 070, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

"HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Homologa Membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal, conforme Art. 243, da Lei nº 615 de 31 de dezembro de 2008 - PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE LEOBERTO LEAL.

1 - Representantes da Macrozona Rural Sul:

- Sérgio Clasen
- Ivete Hessmann Cardozo

2 - Representantes da Macrozona Rural Norte:

- Francisco Steinbach
- José Amauri Alves

3 - Representantes da Macrozona Urbana:

- Valdino Braz Guckert
- Bruna Prim

4 - Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Dauri Vitor Kreusch
- Anderson Hoffmann
- Elaine Camila Guchert

5 - Representantes do Poder Legislativo Municipal:

- Andréia Aparecida Eger Hamm
- Deivyt Oni Scheidt

6 - Representante dos Servidores Municipais:

- Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann

7 - Represente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- Mauri Marian

8 - Representes das Associações da Micro-Bacias II:

- Odair José Martins
- Jair Manoel de Souza

9 - Representes dos Conselhos Municipais:

- Fernando Lopes
- Worli José Kreusch

10 - Represente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EPAGRI:

- Sérgio Adonis Cruz

11 - Represente do Comércio Local:

- Kátia Cilene do Nascimento Guchert

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de Outubro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### **Processo Licitatório N° 067/2013 Pregão Presencial N° 054/2013 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N° 067/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 054/2013

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais a serem utilizados na construção de cercas ao redor do espaço em que serão feitas as hortas escolares e materiais de consumo para os Núcleos Escolares de Rio da Parada, Ribeirão dos Ovos e Escola Municipal de Ensino Fundamental Vargem dos Bugres, pertencente a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 054/2013. LEGISLAÇÃO: Lei n° 10.520/02, Decreto Municipal n° 23/2007, Lei n° 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 29 de outubro de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/10/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

### **1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços N° 013/2013 - FMS**

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2013

- FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, n° 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o n° 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde Senhor VITOR NORBERTO ALVES, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Manoel Francisco da Costa, n° 2010, Bairro Vieiras, Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o n° 81.632.093/0007-64, neste ato representada pelo Senhor ANGELO ALBERTO CHIODINI, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Requerimento de Repactuação por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno n° 384/2013 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório n° 012/2013 - Pregão Presencial n° 011/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços 013/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

"CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO".

I - "O aditivo tem por objeto o reajuste no preço do Óleo para motor a gasolina API Service SL/CF ACEA A3 15W40 BASE SEMI SINTÉTICA, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei n° 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo:"

#### **GRUPO I - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS:**

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
02	Óleo para motor a gasolina API Service SL/CF ACEA A3 15W40 BASE SEMI SINTÉTICA	SHELL	36,28 %	R\$ 14,20

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços n° 013/2013, do Processo de Licitação n° 012/2013, modalidade Pregão Presencial n° 011/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços n° 013/2013-FMS.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 09 de outubro de 2013.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS

MEMBRO

MAYARA CARLA GUCHERT

MEMBRO

AGRICOPPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES  
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

# Luzerna

## PREFEITURA

### Lei 1155

LEI Nº 1155 de 15 de outubro de 2013.

"ALTERA O INCISO II do art. 1º da LEI Nº 608 de 15 de setembro de 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o inciso II do art. 1º da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º-

II - acesso às propriedades rurais, ficando o Município autorizado além do serviço ao fornecimento do material necessário;"

Art.2º- As demais disposições da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005 permanecem inalteradas.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Lei 1156

LEI Nº 1156 de 15 de outubro de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 30.325,00 (trinta mil, trezentos e vinte e cinco reais) à conta de anulação da dotação abaixo especificada no artigo 2º, para conceder auxílio financeiro à FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - CETEPI, criando a Modalidade de Aplicação, Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante  
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins Lucrativos  
Fonte de Recursos - 00 - Recursos OrdináriosR\$ 30.325,00

TOTAL R\$ 30.325,00

Art.2º - Os recursos para cobertura das despesas descritas no artigo 1º decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte de Recursos - 00 - Recursos OrdináriosR\$ 30.325,00

TOTAL R\$ 30.325,00

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Lei 1157

LEI Nº 1157 de 15 de outubro de 2013.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - CETEPI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.124.650/0001-37, com sede neste Município de Luzerna(SC), para custear parte das despesas com equipamentos para dar suporte a estrutura e aos Projetos desenvolvidos pelo INOVALE - POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE.

Art.2º- A entidade beneficiada deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e prestar contas dos recursos recebidos até 20 de dezembro de 2013.

Art.3º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante  
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins Lucrativos  
Fonte de Recursos - 00 - Recursos OrdináriosR\$ 30.325,00

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Decreto 1680

DECRETO Nº 1680 de 14 de outubro de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22 da Lei nº 1.076 de 05 de dezembro de 2012,



**DECRETA:**

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 58 - Salário Educação, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído ao Projeto:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade: 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte - 0.3.58 - Transferência do Salário Educação  
Valor R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 50.000,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Decreto 1682**

DECRETO Nº 1682 de 14 de outubro de 2013.  
"ATUALIZA PREÇOS PÚBLICOS PARA CONCESSÃO DE USO DOS TERRENOS NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL FREI BRUNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam atualizados os preços públicos para a concessão de uso dos terrenos no CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL FREI BRUNO, alterando-se os valores atuais dos Anexos I e II, criados pela Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005, aplicando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor de 5,6886% verificado nos meses de outubro de 2012 a setembro de 2013.

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005, valores atualizados pelo Decreto nº 1682 de 14 de outubro de 2013.

**ANEXO I**  
**CÁLCULO DO VALOR DOS TERRENOS DO CEMITÉRIO**
**PARTE EM USO**

TIPO	VALOR (R\$) POR TIPO
TÚMULO DUPLO	453,18
TÚMULO SIMPLES	211,06

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005, valores atualizados pelo Decreto nº 1682 de 14 de outubro de 2013.

**ANEXO II**  
**CÁLCULO DO VALOR DOS TERRENOS DO CEMITÉRIO**
**PARTE NOVA**

TIPO	DIMENSÕES DO TERRENO (cm)	ÁREA POR TERRENO (m2)	VALOR (R\$) POR TIPO
JAZIGO	290X290	8,410	1.691,84
TÚMULO DUPLO	250X225	5,625	845,92
TÚMULO SIMPLES	250X135	3,375	422,97

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Decreto 1683**

DECRETO Nº 1683 de 15 de outubro de 2013.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1156 de 15 de outubro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 30.325,00 (trinta mil, trezentos e vinte e cinco reais) à conta de anulação da dotação abaixo especificada no artigo 2º, para conceder auxílio financeiro à FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL - CETEPI, criando a Modalidade de Aplicação, Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante  
Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins Lucrativos  
Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.325,00

TOTAL R\$ 30.325,00

Art.2º - Os recursos para cobertura das despesas descritas no artigo 1º decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante  
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins Lucrativos  
Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários R\$ 30.325,00

TOTAL R\$ 30.325,00

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Extrato 7º Termo Aditivo Contrato PML.065.09**  
EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.065.06 - Sétimo Termo Aditivo



CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: ALESSANDRE HOFSTATTER

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o item 4.1 da Cláusula Quarta - Do Preço e Pagamento, segundo o item 4.4 da mesma Cláusula, corrigindo o valor contratado em 4,3959%, de acordo com a variação do índice do IGP-M/FGV de outubro de 2012 a setembro de 2013, alterando o valor de R\$ 80,60 (oitenta reais e sessenta centavos) para R\$ 84,14 (oitenta e quatro reais e quatorze centavos).

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
PERMITENTE

ALESSANDRE HOFSTATTER  
ALESSANDRE HOFSTATTER ME  
PERMISSIONÁRIA

### 1º Ato de Apostilamento Arp 01062013

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 106/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° PML N° 106/2013 de 09/08/2013, proveniente do Processo Licitatório n° 0041/2013, Pregão n° 0030/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA EPP.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços n° PML N° 106/2013 de 09/08/2013, proveniente do Processo Licitatório n° 0041/2013, Pregão n° 0030/2013, na dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento - 3.3.90.39.63 - Serviços gráficos e editoriais

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Reduzido: 004  
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 05 de outubro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### 1º Ato de Apostilamento Arp FMS.038.13

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° FMS. 0038/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° FMS.0038/2013 de 30/09/2013, proveniente do Processo Licitatório n° 0055/2013, Pregão n° 0043/2013, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços n° fms.0038/2013 de 30/09/2013, proveniente do Processo Licitatório n° 0055/2013, Pregão n° 0043/2013, na dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento - 3.3.90.32.99 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Reduzido: 004  
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 05 de outubro de 2013.  
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FMS

**Macieira**

**PREFEITURA**

### Dispõe Sobre As Diretrizes Para Elaboração da Lei Orçamentária do Município, Para o Exercício 2014, e Dá Outras Providências

LEI n° 667, de 08 de outubro de 2013.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2014, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n°. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar n°. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei

Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº.001, de 20 de Junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 001, de 20 de Junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (descentralizado);

- Fundo de Previdência social dos servidores públicos de Macieira (descentralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da LEI;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2010 a 2012, fixada para 2013e projetada para 2014 a 2016;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2012e a projeção de desembolso para os exercícios de 2014 a 2016;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2010 a 2012;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2014;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2010 a 2012, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

## CAPÍTULO III

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2014 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2014, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma.

Proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não poderá exceder, no exercício de 2014 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2014.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2014, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2014, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2014, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas

com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2014, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal, poderá, desde que autorizado por lei específica, realizar operações de crédito, mesmo as operações por antecipação de receita, abrir créditos adicionais e realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade



competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentados estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato

estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2014, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 15 de Outubro de 2013, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei de autoria do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Macieira, 08 de outubro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, e Dá Outras Providências**

LEI COMPLEMENTAR Nº 55, de 08 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que

a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;  
**LEI COMPLEMENTAR**

## **CAPÍTULO I**

### **Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR dos servidores do Quadro de Provimento Efetivo da Administração Pública Direta do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Excluem-se deste Plano os servidores classificados como Profissionais do Magistério, por estarem incluídos em plano de cargos, carreiras e remuneração próprio, em atenção às disposições do art. 206, V, da Constituição Federal, do art. 67 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dos arts. 9º e 10 da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

**Art. 2º.** O PCCR instituído por esta lei fundamenta-se nos princípios constitucionais da igualdade, da impessoalidade, da legalidade, da moralidade e da eficiência.

**Art. 3º.** O PCCR instituído por esta lei está baseado nas seguintes diretrizes:

I - criação de cargos multifuncionais, amplos e estratégicos, englobando, num mesmo cargo, todas as especialidades abrangidas pela dimensão adotada para a respectiva natureza do trabalho, permitindo que haja flexibilidade para seus ocupantes exercer atribuições diversificadas, com níveis equivalentes de complexidade e responsabilidade;

II - facilitação de mobilidade dos servidores no âmbito das diversas unidades organizacionais, valorizando a polivalência e o enriquecimento do trabalho e, como consequência, aperfeiçoar o aproveitamento do potencial dos servidores, evitando a sua subutilização;

III - redução do número de cargos ao mínimo necessário, evitando-se desvios de função.

**Art. 4º.** Para os efeitos desta lei entende-se por:

I - Cargo Efetivo: o conjunto de atribuições da mesma natureza e com iguais responsabilidades, sob uma mesma denominação, alocada a um servidor, com as características essenciais de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos, de provimento em caráter efetivo;

II - Cargo em Comissão: cargo de livre provimento e exoneração, por decreto do Chefe do Poder Executivo e compreende as atividades de direção, chefia, assessoramento, assistência e supervisão, obedecendo aos quantitativos estabelecidos em legislação própria;

III - Cargo Multifuncional: o conjunto de especialidades de natureza abrangente e estratégica, permitindo que haja flexibilidade no exercício de atividades diversificadas, com níveis equivalentes de complexidade e responsabilidade;

IV - Carreira: o conjunto de níveis e referências no âmbito de cargos de mesma natureza funcional, que possibilita o crescimento do servidor, mediante critérios pré-estabelecidos;

V - Categoria Funcional: conjunto de cargos reunidos segundo a formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

VI - Padrão de Vencimento: valor do vencimento básico do cargo segundo a formação profissional, qualificação, atribuições grau de complexidade e responsabilidade, representado pelos símbolos

constantes dos Anexos I e II desta LEI.

VII - Nível: o estágio de progressão funcional constituído pelo agrupamento de referências, determinante da progressão vertical do servidor;

VIII - Referência: a graduação ascendente integrante da faixa de vencimentos fixada para o nível correspondente da carreira, determinante da progressão horizontal;

IX - Remuneração: é a soma do vencimento do cargo acrescido do valor global dos adicionais e vantagens permanentes, transitórias e eventuais, e as parcelas indenizatórias, correspondente a retribuição global paga mensalmente ao servidor;

X - Vencimento: a retribuição pecuniária básica do cargo fixada em parcela única mensal, devida ao servidor pelo exercício do cargo, excluída qualquer outro adicional, vantagem ou parcela indenizatória.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo**

**Art. 5º.** O Quadro de Cargos de Provimento Efetivo fica constituído dos cargos, com as especificações, vencimento e respectivas vagas, constantes dos Anexos I, II e III desta LEI.

§ 1º. O Anexo I contém denominação própria do cargo, distribuídos de acordo com a Categoria Funcional, com o respectivo símbolo do padrão de vencimento, níveis e referências de progressão funcional, quantidade de vagas e carga horária, a tabela de vencimento básico de cada cargo, representado pelo respectivo símbolo, os níveis e as referências de progressão funcional, e a carga horária de cada cargo.

§ 2º. O anexo II contém a tabela de progressões funcionais distribuída em níveis e referências.

§ 3º. O Anexo III contém a descrição das atribuições funcionais e habilitação mínima por categoria funcional.

**Art. 6º.** Os cargos do Quadro de Provimento Efetivo ficam divididos nas seguintes Categorias Funcionais:

I - Auxiliares de Serviços Gerais - SG;

II - Serviços de Apoio e Operacionais - SO;

III - Agentes Administrativos - AD;

IV - Serviços Técnicos Profissionais de Nível Médio - TC;

V - Serviços Técnicos Profissionais de Nível Superior - PF.

**Art. 7º** - A carga horária proposta no Anexo I, pode ser dividida em até 04 partes de 10 horas, para os cargos de 40 horas semanais, 3 partes de 10 horas para os cargos de 30 horas semanais ou em 02 partes de 10 horas, para os cargos de 20 horas semanais, conforme a necessidade do município. Os vencimentos serão adequados ao número de horas trabalhadas.

§ 1º - Em caso de divisão de carga horária, estas não poderão ser divididas em 02 ou mais profissionais para a mesma vaga.

## **CAPÍTULO III**

### **Do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão**

**Art. 8º.** Os cargos em comissão, de livre provimento e exoneração por Decreto do chefe do Poder Executivo, compreendem as atividades de direção, chefia e assessoramento.



Art. 9º. O quadro de cargos de provimento em comissão da estrutura administrativa dos órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo são os constantes da Lei Complementar Municipal nº 3618, de 18 de junho de 2009.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Ingresso na Carreira

Art. 10º. O ingresso nos cargos do Quadro de Provimento Efetivo dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas ou de provas e títulos, na referência inicial do cargo correspondente.

Art. 11º. São requisitos para ingresso nos cargos de provimento efetivo, a escolaridade, a formação específica e o registro em órgãos de classe, quando for o caso, e outras exigências legais a serem definidas em legislação complementar e especificadas nos editais dos concursos públicos.

Parágrafo único. As vagas oferecidas no concurso público deverão ser identificadas nominal e quantitativamente por cargo.

Art. 12º. Do edital de abertura de concurso público constarão, obrigatoriamente, o programa das disciplinas e a área de atuação do profissional recrutado e, quando a natureza do cargo exigir, a definição dos cursos de especialização ou formação técnica e a respectiva carga horária.

Art. 13º. O provimento dos cargos efetivos criados por esta Lei ocorrerá gradativamente de acordo com a necessidade de atendimento do serviço público, conveniência e interesse da administração pública municipal, observado as disponibilidades orçamentárias e financeiras. Não será obrigatório o provimento integral dos cargos efetivos criados nesta lei.

Art. 14º. O provimento dos cargos efetivos ora criados pelos servidores que já integram a administração pública municipal dar-se-á por transposição, observada a situação funcional de cada servidor no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração anterior.

Art. 15º. Excepcionalmente, poderá ocorrer o provimento em caráter temporário dos cargos criados por esta Lei, para atender necessidade temporária e excepcional de interesse público, na forma da lei.

#### Capítulo V

##### Da Implantação do PCCR

Art. 16º. A implantação do PCCR instituído por esta lei constituir-se-á, inicialmente, na transposição dos servidores efetivos da estrutura anterior para os cargos criados por esta Lei, devendo ser concluída até 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. Para aplicação da Tabela de Vencimentos ora aprovada, deve ser levada em consideração a situação funcional dos servidores efetivos na estrutura anterior.

Art. 17º. A transposição ocorrerá para o mesmo cargo ou cargo equivalente ocupado pelo servidor na estrutura anterior, observada a escolaridade exigida e/ou ao grau de conhecimento, e os níveis equivalentes de complexidade e responsabilidade, conforme Anexo III desta LEI;

§ 1º. Os servidores não sofrerão perdas de direitos adquiridos ou redução de remuneração em razão da transposição de que trata este artigo;

§ 2º. Não será exigido do servidor que tiver seu cargo transformado o atendimento aos requisitos de escolaridade ou habilitação diferentes do exigido na época de seu ingresso na carreira, salvo quando se tratar de atribuições correspondentes ao nível superior ou profissão regulamentada, porém, os servidores que não se adequarem à escolaridade e / ou habilitação não terão direito à progressão funcional. .

#### CAPÍTULO VI

##### Do Enquadramento no PCCR

Art. 18º. O enquadramento dos servidores no novo PCCR dar-se-á por meio de decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. Para fins de enquadramento dos servidores, observar-se-á os seguintes critérios:

I - correlação das atribuições ocupadas atualmente com as descrições das atribuições e requisitos dos novos cargos;

II - enquadramento no nível e referência de vencimento do cargo identificado no item anterior conforme a situação funcional que o servidor ocupava no quadro efetivo anterior;

III - quando o servidor já perceber vencimento maior do que o vencimento do cargo a ser enquadrado, o mesmo deverá ser enquadrado no vencimento imediatamente superior ao anterior, sendo vedada qualquer redução.

§ 2º. Após o enquadramento de que trata este artigo, passarão a ser adotados os critérios de progressão funcional previstos nesta LEI.

Art. 19. Compete ao responsável pelo setor de Recursos Humanos, sob acompanhamento do responsável pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento a implantação e administração do PCCR instituído por esta lei, após avaliação de Comissão nomeada pelo Chefe do poder Executivo.

Art. 20º. Após o enquadramento dos atuais servidores, nenhuma nomeação para cargo efetivo poderá ser efetuada senão na referência inicial de cada categoria funcional, vinculada à respectiva especialidade e condicionada à aprovação em concurso público.

#### CAPÍTULO VI

##### Da Progressão Funcional

Art. 21º. A progressão funcional consiste no avanço do servidor no âmbito da carreira que pertença, ascendendo para nível ou referência de vencimento superior, com base nos critérios estabelecidos por esta Lei e percentuais estabelecidos no Anexo II desta LEI.

Art. 22º. A progressão funcional poderá ser vertical ou horizontal.

§ 1º. Ocorre a progressão funcional vertical pela ascendência de um nível para outro superior.

§ 2º. Ocorre a progressão funcional horizontal pela ascendência de uma referência para outra superior.

Art. 23º. A progressão funcional vertical, pela mudança de nível, ocorrerá ao término da passagem por todas as referências de um nível e será automática.

Art. 24º. A progressão funcional horizontal, através da mudança de referências, ocorrerá apenas por merecimento, e decorrerá de avaliação de desempenho e eficiência e por aperfeiçoamento profissional, de acordo com os critérios estabelecidos por esta LEI.

§ 1º. Na progressão por merecimento decorrente de avaliação de desempenho e eficiência serão considerados os seguintes requisitos e critérios:

I - realizada uma vez a cada ano, sempre no mês de novembro e / ou dezembro;

II - avaliação formal de desempenho em função do aumento da qualidade efetiva do trabalho e da produtividade, segundo critérios objetivos fixados em regulamento;

III - observância do direito ao contraditório e à ampla defesa;

IV - o resultado do desempenho e eficiência o servidor deverá alcançar na avaliação conceito igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0 (zero) a 10 (dez);

V - a progressão horizontal por desempenho e eficiência ficará limitada a 01 (uma) referência por ano.

VI - nos casos em que o servidor não atingir o conceito 7,0 (sete) restará caracterizada a insuficiência de desempenho, ficando este impedido de receber a progressão. O servidor deverá melhorar seu desempenho através de cursos de capacitação. Não alcançado desempenho satisfatório em três avaliações, ficará sujeito à perda do cargo, mediante a abertura do competente processo administrativo.

VII - Os cursos de capacitação a que se refere o inciso anterior serão de responsabilidade do servidor. Os horários em que o servidor ausentar-se de suas obrigações para os cursos não serão descontados de seu dia de trabalho, desde que comprovada a presença no curso. Havendo disponibilidade financeira, o município, de acordo com sua conveniência e necessidade, poderá instar o interessado a participar do curso, podendo, a municipalidade arcar com os custos, como inscrição e diárias, desde que estes tenham sido aprovados pelo responsável da respectiva secretaria em que o servidor atua, e que não comprometa os seus compromissos junto a municipalidade.

VIII - Não terá direito à progressão horizontal por desempenho e eficiência de que trata este artigo se, no período aquisitivo correspondente, o servidor possuir isolada ou cumulativamente:

- a) duas advertências;
- b) pena de suspensão;
- c) três ou mais faltas injustificadas;
- d) treze ou mais faltas justificadas;

XI - O servidor também não terá direito a progressão de que trata este parágrafo se, no período aquisitivo correspondente, tiver permanecido por mais de 30 (trinta) dias, isolada ou cumulativamente, em licença para tratamento de saúde ou licença por doença em pessoa da família;

§ 2º. A progressão horizontal por aperfeiçoamento profissional ocorrerá mediante a apresentação de certificados, com aproveitamento mínimo, relativos à participação em cursos, simpósios, seminários e outras formas de aperfeiçoamento, qualificação e requalificação profissional, que possuam conteúdos programáticos exclusivos e inerentes às atribuições do cargo, observados os seguintes critérios:

I - A progressão de que trata este parágrafo corresponderá ao avanço de 01 (uma) referência para cada 80 (oitenta) horas de cursos pertinentes à área específica do cargo ocupado, a partir da edição desta lei.

II - A progressão horizontal por aperfeiçoamento profissional ficará limitada a 01 (uma) referência por ano, até atingir o limite máximo de referências previstas para a carreira, conforme Anexo II.

§ 3º. A progressão funcional horizontal será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo

§ 4º. A avaliação para a progressão será realizada por meio de comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, composta paritariamente por representantes dos servidores efetivos e da administração pública municipal.

§ 5º. O servidor somente terá direito a progressão funcional

horizontal ou vertical após o cumprimento do estágio probatório.

Art. 25º. O Poder Executivo destinará, para o adimplemento da Progressão Funcional de que trata este Capítulo, através de Decreto Municipal, o percentual necessário para o desiderato da lei.

Art. 26º. Fica interrompido o interstício, para efeito de Progressão Funcional por merecimento ou por aperfeiçoamento profissional, nos casos a seguir discriminados:

- I - suspensão do vínculo funcional;
- II - prisão decorrente de decisão judicial;
- III - afastamento para licença extraordinária sem vencimentos;
- IV - afastamento para desempenho de cargo comissionado;

## CAPÍTULO VII

### Da Jornada de Trabalho

Art. 27º. A jornada de trabalho dos titulares dos cargos de provimento efetivo previstos nesta Lei é a constante do Anexo I.

Parágrafo único. Não havendo prejuízo ao interesse público, a jornada de trabalho poderá ser reduzida ou aumentada, com a proporcional adequação dos vencimentos, conforme citado no art. 7º desta LEI.

Art. 28º. A frequência deverá ser registrada diariamente pelo servidor, através de registro em ponto eletrônico, observando rigorosamente o seu horário de trabalho, previamente estabelecido.

Art. 29º. Nenhum servidor poderá faltar ao serviço sem causa justificada, sob pena de ter descontado da sua remuneração os dias de ausência, e, ainda ficar sujeito às penalidades administrativas previstas em LEI.

Art. 30º. As faltas ao trabalho, justificadas ou não, deverão ser registradas no assentamento funcional do servidor, contendo as devidas observações.

Art. 31º. Os horários de trabalho dos servidores serão determinados pelo Chefe do Poder executivo, conforme a necessidade de cada secretaria, observando-se a carga horária prevista no anexo I.

Parágrafo Primeiro: Os motoristas do transporte escolar, por se tratar de categoria e trabalho diferenciado, em período letivo, terão a jornada de trabalho de 40 horas semanais, computando-se apenas as horas despendidas na direção e manutenção do veículo, conforme citado no anexo I, dividida da seguinte forma: Das 6:00 às 8:45, das 11:15 às 14:00, das 16:00 às 18:30. Para o motorista que realizar o transporte Macieira - Caçador aos alunos do ensino superior a jornada de trabalho será de 06 horas diárias, sem intervalo, ou seja, das 17:30 às 23:30 horas.

Parágrafo Segundo: No período de férias escolares, os horários serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, totalizando a carga horária prevista no anexo I.

Art. 32º. Em caso de isenção de registro no Ponto Eletrônico, por motivos justificáveis que não caracterizem em prejuízo para a Administração Municipal e/ou realização dos trabalhos e funções atribuídas ao cargo, será regulamentada na forma legal pelo Chefe do Poder Executivo ou Secretário ordenador da despesa, justificando a necessidade de isenção, e identificando cargo, função e nome (s) do (s) servidor (es).

## CAPÍTULO VIII

### Da Remuneração

Art. 33º. O vencimento do servidor ocupante dos cargos de provimento efetivo são os constantes do ANEXO I desta LEI.

Art. 34º. Além do vencimento básico do cargo o servidor poderá receber outros adicionais ou vantagens pecuniárias permanentes ou transitórias previstas em lei.

**CAPÍTULO IX****Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 35°. Os casos omissos que se verificarem na implantação da presente lei, obedecidas as disposições nela contidas, serão dirimidos pela comissão constituída para esse fim, após parecer da Procuradoria Municipal.

Art. 36°. Em face das modificações introduzidas na estrutura funcional e de vencimentos do município, estabelecidas na presente lei, fica o Poder Executivo, desde já, autorizado a propor alterações e ajustes necessários à adequação da estrutura de cargos efetivos de forma a otimizar recursos no orçamento.

Art. 37°. As nomeações para os cargos efetivos de que trata esta lei serão efetivadas por meio de Decreto ou Portaria do Executivo Municipal, observando-se:

- I. a prévia aprovação em concurso público;
- II. a disponibilidade financeira e orçamentária; e,
- III. o cumprimento da legislação vigente, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38°. Os anexos I, II e III são partes integrantes e inseparáveis desta LEI.

Art. 39°. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta LEI.

Art. 40°. Ficam criados os cargos constantes dos Anexos I, II e III desta LEI.

Art. 41°. Ficam revogadas as demais Leis de Plano de Cargos de Provimento Efetivo: Lei Complementar nº 38 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações e Lei de Cargos Públicos Temporários: Lei Complementar nº 40 de 28 de dezembro de 2009.

Art. 42°. Esta lei entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito - SC, 08 de outubro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal.

**Maracajá****PREFEITURA****Extrato do 3° TA ao Contrato 38/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

3° Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2013

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Melcon Construção Civil Ltda.

Objeto: Aditiva prazo do Contrato 38/2013

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 60 (sessenta) dias, passando o prazo inicial para 270 (duzentos e setenta) dias. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 60 (sessenta) dias, passando o prazo inicial do contrato para 300 (trezentos) dias.

Maracajá, 09 de outubro de 2013

**Extrato do Contrato 67/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 67/2013

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Fátima Anilde Caetano

Objeto: Prestação de serviços para ministrar curso de confecção de fraldas geriátricas infantis e adultas, para serem distribuídas gratuitamente para as famílias que possuem crianças, adolescentes e adultos deficientes ou acamados entre estes idosos, que necessitam pelas suas condições de saúde, usar fraldas.

Valor: R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais

Vigência: de 01/10/2013 a 31/12/2013.

**Extrato do Contrato 68/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 68/2013

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Jean Carlo Scheibe

Objeto: Prestação de serviços para ministrar oficinas de violão, canto coral e flauta para crianças e adolescentes com idade de 07 a 15 anos completos e portadores de deficiência com esta faixa etária, pertencentes ao município de Maracajá.

Valor: R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais

Vigência: de 01/10/2013 a 31/12/2013.

**Massaranduba****PREFEITURA****Co 17/2012 Ad 17/8 Prazo - Sec. Saúde - Sifra**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 17/2012

CONTRATO ADITIVO Nº.17/8

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LIC: 05/2012 - FMS

CONCORRÊNCIA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 02/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, fica prorrogado pelo período de 30 (trinta) dias, tendo como início da vigência o dia 15 de Outubro de 2013, findando em 14 de Novembro de 2013, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original.

Massaranduba, 10 de Outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora

**Co 26/2013 Ad 26/3 Prazo - R. Pe. Silvio Micheluzzi**  
**Trecho 1 - Adrimar**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 26/2013

CONTRATO ADITIVO Nº. 26/3

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 38/2013

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº.03/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA RUA PADRE SILVIO MECHELUZZI - TRECHO 1, CONFORME PROJETO, fica prorrogado pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos, tendo como início da vigência dia 12 de Outubro de 2013, findando em 10 de Dezembro de 2013, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original.

Massaranduba, 10 de Outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

**Co 31.2013 Ad31.1 Pre Escolar Adolino Guesser**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 31/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (31/1)

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 48.2013

TOMADA DE PREÇOS OBRAS E SERVIÇOS ENGENHARIA nº. 03/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

OBJETO: Referente a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a ampliação e reforma do Pré escolar Adolino Guesser, fica acrescido o valor de R\$ 44.396,72 (quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos), motivado pela substituição de material elétrico, acréscimo de louças sanitárias e substituições na instalação de esgoto.

Massaranduba, 09 de outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

**Meleiro****PREFEITURA****Lei Nº 1609/2013**

LEI Nº 1609/2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INDENIZAR PELAS BENFEITORIAS NECESSÁRIAS E ÚTEIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Meleiro, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do parecer da comissão de avaliação, a indenizar pelas benfeitorias necessárias e úteis a Sra. Gessi dos Santos de Jesus, no valor de R\$ 13.365,00 (treze mil, trezentos e sessenta e cinco

reais).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Termo de Habilitação TP Nº 047/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº. 047/2013 - TP

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores habilita as seguintes empresas na Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 047/2013:

Empresas Habilitadas: Pavimentadora Jeremias Ltda, Crema Construções Ltda EPP, Concretubos Obras de Urbanização Ltda EPP, VC Construções Ltda EPP e Herama Construções Ltda Me.

Processo nº. 047/2013

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 28 de outubro de 2013 as 09:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro, 15 de outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

**Termo de Homologação TP Nº 042-2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 042/2013.

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 042/2013

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 11/10/2013

Objeto da licitação: Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em lajota sextavada e drenagem pluvial em ruas do município (Rua Demétrio Dário e Rua Affonso Venson - Bairro Estreito), com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias em anexo.  
Empresa Vencedora: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA  
Valor do Objeto: R\$ 235.714,98 (duzentos e trinta e cinco mil secentos e quatorze reais e noventa e oito centavos).



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços N° 100/2013 Odontomedi PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2013

#### REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 100/2013

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com o Órgão Participante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ODONTOMÉDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Av Luiz Antonio Faedo na cidade de Francisco Beltrão - PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 06.194.440/0001-03 neste ato representada pelo Sr. ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### 1 – DO OBJETO

1.1. – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL MÉDICO e ODONTOLÓGICO; FILMES RADIOLÓGICOS; SORO para manutenção de atividades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. – A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. – As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

#### 2 – DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (cinco) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 – Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. – O recebimento definitivo dos materiais somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 – Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. – As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4. – Caso haja necessidade de entrega em caráter emergencial, será devidamente identificado na Ordem de Compra, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

#### 2.5. – Demais Obrigações da Contratada:

2.5.1. - Na entrega dos materiais deverá ser observado que o prazo de validade não deverá ser inferior a no mínimo 50% do prazo, ou seja, transcorrido apenas 50% do total do prazo de validade estampado no produto;

2.5.2. - O transporte de materiais deverá ser feito dentro do preconizado para este produto e devidamente protegido quanto a pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

2.5.3. - O texto e demais exigências legais previstas para embalagem e bula, devem estar em conformidade com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Código de Defesa do Consumidor. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo;

2.5.4. - As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, e prazo de validade, denominação genérica do produto.

2.5.5. - Caso o(s) produto(s) venha(m) sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade fica o proponente obrigado o efetuar a troca dos mesmos nas quantidades relativas, sem ônus para a administração pública no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo da notificação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 14.136,80 pelo LOTE nº 03,

#### LOTE: 3

Participante: 6787 - ODONTOMEDI - PRODUTOS  
ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
74	BISTURI DESCARTAVEL INOX N° 15 CX C/ 50	CXA	50,00	10,40	520,00
75	BISTURI DESCARTAVEL INOX N° 22 CX C/ 50	CX	50,00	10,40	520,00
76	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 3 - 0 CX C/ 24	CX	20,00	63,05	1.261,00
77	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 2-0 cx c/ 24	CX	20,00	63,05	1.261,00
78	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 4-0 C/ AGULHA 3 CX C/ 24	CX	20,00	63,05	1.261,00
79	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 5-0 C/ AGULHA 3 CX C/ 24	CX	20,00	63,05	1.261,00
80	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 2-0 C/ AGULHA 3 CX C/ 24	CX	20,00	63,05	1.261,00



81	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 3-0 C/ AGULHA 3 CX C/ 24	CX	20,00	27,89	557,80
82	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 4-0 C/ AGULHA 3 CX C/ 24	CX	20,00	27,89	557,80
83	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 5-0 C/ AGULHA 3 CX C/ 24	CX	20,00	27,89	557,80
84	FIO DE SUTURA NYLON 1.0 CX C/ 24	CX	20,00	20,80	416,00
85	FIO DE SUTURA NYLON 2.0 CX C/ 24	CX	40,00	17,69	707,60
86	FIO DE SUTURA NYLON 3.0 CX C/ 24	CX	40,00	17,69	707,60
87	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 CX C/ 24	CX	40,00	17,69	707,60
88	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 CX C/ 24	CX	40,00	17,69	707,60
89	FIO DE SUTURA NYLON 6.0 CX C/ 24	CX	40,00	20,80	832,00
90	LÂMINA DE BISTURI 11 AÇO INOX CX C/ 50	CX	20,00	10,40	208,00
91	LÂMINA DE BISTURI 10 AÇO INOX CX C/ 50	CX	20,00	10,40	208,00
92	LÂMINA DE BISTURI 12 AÇO INOX CX C/ 50	CX	20,00	10,40	208,00
93	LÂMINA DE BISTURI 23 AÇO INOX CX C/ 50	CX	20,00	10,40	208,00
94	LÂMINA DE BISTURI 15 AÇO INOX CX C/ 50	CX	20,00	10,40	208,00
14.136,80					

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos medicamentos e emissão da nota fiscal.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
- Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as

obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior.

#### CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando

as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - Tiver presentes razões de interesse público;
  - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos medicamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
14	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	13.936,92
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	22.924,57
16	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0064	67.149,20
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	238.275,77

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 108/2013, Pregão Presencial nº 06/2013 – Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os medicamentos que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida,

sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC),09 de Outubro de 2013.

ASSINATURAS	
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO Marcos Nei Correa Siqueira Órgão Gerenciador	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Edir Aparecida de Souza Órgão Participante
ODONTOMÉDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA – ME ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES Fornecedor	
TESTEMUNHAS	
VANDERLÉIA ALVES FERNANDES 077.361.879.16	MARIELLE RODRIGUES STRATMANN 099.087.109.66

**PEGAS**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

## Ata de Registro de Preços N° 101/2013 Metromed PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2013

### REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2013

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com o Órgão Participante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança 1918 na cidade de Rio do Sul - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 83.157.032/0001-22 neste ato representada pelo Sr. JORGE HENRIQUE DA SILVA doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### 1 - DO OBJETO

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL MÉDICO e ODONTOLÓGICO; FILMES RADIOLOGIÓCOS; SORO para manutenção de atividades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

#### 2 - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (cinco) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo dos materiais somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4. - Caso haja necessidade de entrega em caráter emergencial,

será devidamente identificado na Ordem de Compra, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

#### 2.5. - Demais Obrigações da Contratada:

2.5.1. - Na entrega dos materiais deverá ser observado que o prazo de validade não deverá ser inferior a no mínimo 50% do prazo, ou seja, transcorrido apenas 50% do total do prazo de validade estampado no produto;

2.5.2. - O transporte de materiais deverá ser feito dentro do preconizado para este produto e devidamente protegido quanto a pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

2.5.3. - O texto e demais exigências legais previstas para embalagem e bula, devem estar em conformidade com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Código de Defesa do Consumidor. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo;

2.5.4. - As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, e prazo de validade, denominação genérica do produto.

2.5.5. - Caso o(s) produto(s) venha(m) sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas quantidades relativas, sem ônus para a administração pública no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo da notificação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 164.780,80 pelo LOTE nº 04, 06, 08.

#### LOTE: 4

Participante: 6086 - METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
95	AGULHA DESC 13 X 4,5 CX C/ 100 UNI	CX	100,00	4,27	427,00
96	AGULHA DESC 25 X 7 CX C/ 100 UNI	CX	250,00	4,27	1.067,50
97	AGULHA DESC 30 X 8 CX C/ 100 UNI	CX	50,00	4,27	213,50
98	AGULHA DESC 40 X 12 CX C/ 100 UNI	CX	250,00	4,27	1.067,50
99	CATÉTER INTRAVENOSO (ABOCATH) 14 G	UNI	800,00	0,67	536,00
100	CATÉTER INTRAVENOSO (ABOCATH) 16 G	UNI	800,00	0,59	472,00
101	CATÉTER INTRAVENOSO (ABOCATH) 18G	UNI	800,00	0,59	472,00
102	CATÉTER INTRAVENOSO (ABOCATH) 20G	UNI	800,00	0,59	472,00
103	CATÉTER INTRAVENOSO (ABOCATH) 22G	UNI	1.500,00	0,59	885,00
104	CATÉTER INTREVENOSO (ABOCATH) 24 G	UNI	1.500,00	0,67	1.005,00
105	EQUIPO MACRO GOTAS	UN	4.000,00	0,65	2.600,00
106	SCALP . 19	UNI	1.000,00	0,15	150,00
107	SCALP 21	UNI	1.500,00	0,15	225,00
108	SCALP 23	UNI	1.500,00	0,15	225,00
109	SCALP 25	UNI	3.000,00	0,15	450,00
110	SCALP 27	UNI	750,00	0,15	112,50



111	SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML	UNI	5.000,00	0,17	850,00
112	SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML C/ AGULHA 13X4,5	UNI	12.000,00	0,17	2.040,00
113	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML	UN	15.000,00	0,16	2.400,00
114	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML	UNI	15.000,00	0,29	4.350,00
115	SERINGA DESCARTÁVEL 3 ML	UNI	12.000,00	0,09	1.080,00
116	SERINGA DESCARTÁVEL 5 ML	UNI	12.000,00	0,13	1.560,00
117	ALMOTOLIAS 150 ML AMBAR	UNI	50,00	1,59	79,50
118	BOBINA DE PAPEL PARDO	UNI	25,00	27,40	685,00
119	CAMPO CIRURGICO COM CADARÇO 50 X 45 PCT. C/ 50	PCT	80,00	39,90	3.192,00
120	TOUCAS DESCARTÁVEIS PACOTE C/ 50 UNIDADES	PCT	40,00	3,02	120,80
121	PAPEL GRAU CIRURGICO 5X100 BOBINA COM 100 METROS	UNI	50,00	10,99	549,50
122	PAPEL GRAU CIRURGICO 8X100 BOBINA COM 100 METROS	UNI	50,00	15,90	795,00
123	PAPEL GRAU CIRURGICO 10X100 BOBINA COM 100 METROS	UNI	150,00	19,20	2.880,00
124	PAPEL GRAU CIRURGICO 15X100 BOBINA COM 100 METROS	UNI	150,00	33,40	5.010,00
125	PAPEL GRAU CIRURGICO 20X100 BOBINA COM 100 METROS	UNI	75,00	59,40	4.455,00
126	PAPEL GRAU CIRURGICO 25X100 BOBINA COM 100 METROS	UNI	50,00	68,09	3.404,50
127	PAPEL GRAU CIRURGICO 30X100 BOBINA COM 100 METROS	UNI	50,00	76,41	3.820,50
					47.651,80

LOTE: 6

Participante: 6086 - METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
180	COMPRESSA GAZE ALGODONADA 10X10 PACOTE COM 500	PCT	50,00	3,2448	162,24
181	COMPRESSA GAZE ALGODONADA 10X15 PACOTE COM 500	PCT	50,00	4,2325	211,63
182	COMPRESSA GAZE ALGODONADA ESTÉRIL 10X10 PACOTE COM 500	PCT	50,00	3,2419	162,10
183	COMPRESSA GAZE ALGODONADA ESTÉRIL 10X15 PACOTE COM 500	PCT	50,00	4,2325	211,63
184	COMPRESSAS CIRURGICAS C/ 4 CAMADAS PCT C/ 50 UNI	PCT	150,00	46,197	6.929,55

185	COMPRESSAS DE GAZE 13F.7,5 X 7,5 - PCTE C/ 500 UN	PCT	1.000,00	9,1493	9.149,30
186	ESPARADRAPO 10 X 4,5 CM	UN	50,00	4,0434	202,17
187	FITAS HGT - TRACKEASE CX COM 50 UNIDADES	CX	100,00	40,5237	4.052,37
188	GASE EM QUEIJO 91 CM X 91 M 100% ALGODÃO, 5 DOBRAS 8 CAMADAS, 13 FIOS P/CM²	ROLO	150,00	19,2713	2.890,70
189	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL 7.0 - PARES	UNI	1.000,00	0,8465	846,50
190	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL 7.5 - PARES	UNI	1.200,00	0,8465	1.015,80
191	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL 8.0 - PARES	UNI	1.100,00	0,8465	931,15
192	LUVA PARA TOQUE DE PLÁSTICO ESTÉRIL	UNI	750,00	0,8105	607,88
193	LUVA DE LATEX P/ PROCEDIMENTO G CX C/ 100 UN	CX	1.000,00	14,0482	14.048,20
194	LUVA DE PROCEDIMENTO M CX/ 100 UNI.	CX	1.300,00	14,0482	18.262,66
195	LUVA DE PROCEDIMENTO P CX C/ 100 UNI.	CX	1.800,00	14,0482	25.286,76
196	MICROPORE HIPOALERGICO 25 MM X 10 M BEGE	UNI	750,00	1,4138	1.060,35
197	MICROPORE HIPOALERGICO 50 MM X 10 M BEGE	UNI	750,00	2,3774	1.783,05
198	MICROPORE HIPOALERGICO 100 MM X 10 M BEGE	UNI	750,00	3,5751	2.681,33
199	MICROPORE HIPOALERGICO 25 MM X 10 M BRANCO	UNI	750,00	1,4048	1.053,60
200	MICROPORE 50 MM X 10 M BRANCO	UNI	2.000,00	2,2963	4.592,60
201	MICROPORE HIPOALERGICO 100MM X 10 M BRANCO	UNI	1.500,00	3,5931	5.389,65
202	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL EM ROLO PARA MACA 50CM X 50M BRANCO	ROLO	450,00	4,4036	1.981,62
203	PAPEL TOALHA - 20 x 25 PCTE C/ 1000 UNI	PCT	800,00	3,8452	3.076,16
					106.589,00

LOTE: 8

Participante: 6086 - METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
218	COLAR CERVICAL INFANTIL P, EM MATERIAL MACIO PORÉM RESISTENTE - PLÁSTICO ESPECIAL, COM BORRACHA DE DUPLA EXPANSÃO DE 28% COM PARTES EM EPDM, COM FECHO EM VELCRO BRANCO, COM VENTILAÇÃO POR MEIOS DE FUROS. COM ORIFÍCIO SUA ESTRUTURA É EM PVC MOLDADO.	UNI	4,00	10,9275	43,71

219	COLAR CERVICAL INFANTIL M, EM MATERIAL MACIO PORÉM RESISTENTE - PLÁTOZOTI ESPECIL, COM BORRACHA DE DUPLA EXPANSÃO DE 28% COM PARTES EM EPDA, COM FECHO EM VELCRO BRANCO, COM VENTILAÇÃO POR MEIOS DE FUROS. COM ORIFÍCIO SUA ESTRUTURA É EM PVC MOLDADO.	UNI	4,00	10,93	43,72
220	COLAR CERVICAL INFANTIL G, EM MATERIAL MACIO PORÉM RESISTENTE - PLÁTOZOTI ESPECIL, COM BORRACHA DE DUPLA EXPANSÃO DE 28% COM PARTES EM EPDA, COM FECHO EM VELCRO BRANCO, COM VENTILAÇÃO POR MEIOS DE FUROS. COM ORIFÍCIO SUA ESTRUTURA É EM PVC MOLDADO.	UNI	4,00	10,93	43,72
221	CUBA RIM INOX MEDINDO 26X12 CM 700 ML	UNI	6,00	43,1259	258,76
222	BANDEJA RETANGULAR EM INOX MEDINDO 30 X 20 X 4 CM	UNI	20,00	53,6148	1.072,30
223	BANDEJA RETANGULAR EM INOX MEDINDO 47 X 34 X 4 CM	UNI	20,00	112,1815	2.243,63
224	COMADRE INOX TIPO PÁ CAPACIDADE 2,5 LITROS	UNI	15,00	152,6965	2.290,45
225	ESCARRADEIRA EM INOX 9 X 5 CM MANUAL COM TAMPA	UNI	15,00	10,1918	152,88
226	PAPAGAIO EM INOX CAPACIDADE 1 LITRO	UNI	10,00	76,1412	761,41
227	PORTA ALGODÃO EM INOX 14 X 14 CM LIMPO COM MOLA	UNI	5,00	36,6796	183,40
228	TAMBOR PERFURADO EM INOX 29 X 24 CM	UNI	6,00	234,0866	1.404,52
229	TAMBOR PERFURADO EM INOX 39 X 27 CM	UNI	10,00	60,2323	602,32
230	SUORTE PARA SORO DE PAREDE HASTE INOX (3/4 COM 1,50 CM DE COMPRIMENTO), GIRO DE 180 GRAUS COM 4 GANCHOS CHAPA PARA FIXAÇÃO NA PAREDE COM FUROS	UNI	10,00	141,7124	1.417,12
231	COLGADURA PERIAPICAL PARA RAO X ODONTOLÓGICO EM AÇO INOXIDÁVEL	UNI	5,00	4,4116	22,06
					10.540,00

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irrealizáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao

quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos medicamentos e emissão da nota fiscal.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
- Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as

obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93. injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações,



obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93. § 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos medicamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
14	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	13.936,92
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	22.924,57
16	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0064	67.149,20
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	238.275,77

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 108/2013, Pregão Presencial nº 06/2013 - Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os medicamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC),09 de Outubro de 2013.

**ASSINATURAS**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDIR APARECIDA DE SOUZA  
Órgão Participante

METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
LTDA - ME  
JORGE HENRIQUE DA SILVA  
Fornecedor  
TESTEMUNHAS

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
077.361.879.16

MARIELLE RODRIGUES STRATMANN  
099.087.109.66

**Ata de Registro de Preços N° 102/2013 Altermed**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2013**  
**REGISTRO DE PREÇOS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 102/2013**

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com o Órgão Participante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ALTERMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança 1918 na cidade de Rio do Sul - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 00.802.002/0001-02 neste ato representada pelo Sr. ANACLETO FERRARI doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - DO OBJETO**

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL MÉDICO e ODONTOLÓGICO; FILMES RADIOLOGIÓICOS; SORO para manutenção de atividades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

**2 - DA EXECUÇÃO**

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05

(cinco) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo dos materiais somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4. - Caso haja necessidade de entrega em caráter emergencial, será devidamente identificado na Ordem de Compra, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**2.5. - Demais Obrigações da Contratada:**

2.5.1. - Na entrega dos materiais deverá ser observado que o prazo de validade não deverá ser inferior a no mínimo 50% do prazo, ou seja, transcorrido apenas 50% do total do prazo de validade estampado no produto;

2.5.2. - O transporte de materiais deverá ser feito dentro do preconizado para este produto e devidamente protegido quanto a pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

2.5.3. - O texto e demais exigências legais previstas para embalagem e bula, devem estar em conformidade com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Código de Defesa do Consumidor. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo;

2.5.4. - As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, e prazo de validade, denominação genérica do produto.

2.5.5. - Caso o(s) produto(s) venha(m) sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas quantidades relativas, sem ônus para a administração pública no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo da notificação.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 61.835,00 pelo LOTE nº 07 e 09.

**LOTE: 7**

Participante: 6417 - ALTERMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
204	DESINFETANTE P/ ARI-TGOS SEMI-CRITICOS - SLTS	UN	100,00	10,7747	1.077,47

205	ÉTER - 1000 ML	LT	24,00	13,0059	312,14
206	FORMOL 1000 ML	LT	50,00	5,7804	289,02
207	GLICERINA SOLUÇÃO 1% 500 ML C/ SONDA RETA	UNI	100,00	3,3885	338,85
208	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 1000 ML	LT	100,00	1,764	176,40
209	PVPI DEGERMANTE 1000 ML	LT	200,00	12,8664	2.573,28
210	PVPI TÓPICO 1000 ML	LT	200,00	12,7269	2.545,38
211	SABONETE LÍQUIDO - GALÃO COM 05 LITROS	UNI	75,00	15,7068	1.178,01
212	SACO P/ LIXO HOSPITALAR LEITOSO 100 LTS	UNI	3.000,00	0,1694	508,20
213	SACO P/ LIXO HOSPITALAR LEITOSO COM 40 LTS	UNI	3.000,00	0,1096	328,80
214	VASELINA LÍQUIDA 1000 ML	LT	60,00	15,1586	909,52
215	ALCOOL 70% 1.000 ML	LTS	800,00	3,4085	2.726,80
216	ALCOOL COMUM 92% 1000 ML	LT	400,00	3,4882	1.395,28
217	ALCOOL 70 - 1LT	UN	100,00	3,4085	340,85
					14.700,00

LOTE: 9

Participante: 6417 - ALTERMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
232	TERMOMETRO DIGITAL C/ PONTA EMBORRACHADA APROVADO PELO INMETRO, COM BATERIA DE LONGA DURAÇÃO SUBSTITUÍVEL COM ALARME	UNI	100,00	11,4897	1.148,97
233	TERMOMETRO CLINICO DE MERCURIO CX C/ 50	CX	4,00	232,9776	931,91
234	DETECTOR FETAL PORTATIL, UTILIZADO PARA DETECTAR BATIMENTOS CARDÍACOS FETAIS. POSSUIR BOTÃO LIGA/DESLIGA, COM REGULA VOLUME, ALTA SENSIBILIDADE, SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM. CICLAGEM DE 6.000 Á 60.000. FREQUENCIA 2,0 A 2,25MHZ, FAIXA DE MEDIÇÃO DO BCF DE 50 A 240 BPM. LED INDICADOR DE BATERIA FRACA. ALIMENTAÇÃO POR BATERIAS INFERIOR A 400 GRAMAS. GARANTIA DE 2 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UNI	5,00	391,576	1.957,88

235	ASPIRADOR CIRURGICO DE SECREÇÃO MOTOCOMPRESSOR ELÉTRICO, COM MOTOR ISENTO DE ÓLEO, SILENCIOSO, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NO MOTOR, MANÔMETRO INDICADOR DE VÁCUO, FILTRO EM CARVÃO ATIVO, FILTRO BACTERICIDA, CONTROLADOR DE INTENSIDADE DE FLUXO ASPIRATÓRIO, CARENAGEM EM AÇO ACABAMENTO PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, HASTE DE TRANSPORTE, RODÍZIOS GIRATÓRIOS DE 02", FRASCO COLETOR EM POLICARBONATO 5000 ML, TAMPA DE BORRACHA COM VÁLVULA DE SEGURANÇA ACOPLADA, 1 FOLHETO COM MANUAL DE INSTRUÇÃO, JOGO COM 3 CÂNULAS (AUTOCLAVÁVEIS), 2 TUBOS DE SILICONE SENDO CADA UM COM 3 METROS DE TUBO DE SILICONE (AUTOCLAVÁVEIS), VÁLVULA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO DO FRASCO, ALIMENTAÇÃO 220 V, VÁCUO DE 30 POLEGADAS DE MERCÚRIO.	UNI	2,00	2.622,9633	5.245,93
236	APARELHO DE PRESSÃO, DURASHOCK DS44 ANEL, BRACEADEIRA ADULTO, VELCRO, 1 ANEL CINZA A PROVA DE CHOQUE, VINHO OU PRETO, LARGE 12 (32 A 43 CM)	UNI	15,00	168,4183	2.526,27
237	CAMA HOSPITALAR COM GRADES = Descrição: Armação em tudo 25mmX50mm, cabeceira e pesseira em tubo quadrado com proteção de cinta-inóx, movimentos através de 03 manivelas, rodízios de 5" sendo 02 com freios em diagonal, pintura epóxi com braços laterais e grade cromada ou inóx, parâ-choque de borracha, Dimensões: Comprimento: 2,04m Largura: 0,90m Altura: 0,60m	UNI	6,00	2.203,4876	13.220,93

238	SELADORA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO ACIONAMENTO NO PEDAL, Seladora pedal, tubular para selagem de papel grau cirúrgico. Largura da solda: 13mm de acordo com o exigido pela ANVISA. Controle de temperatura através de termostato. Acionamento através de pedal mecânico. Bandeja para apoio com regulagem de altura. Resistência tubular. Solda útil 350mm. TempORIZADA. Estrutura em aço. Pintura Eletrostática. Tensão: 110/220V. Potência: 400W. Medidas: 400x900x350mm - 8Kg apro.	UNI	2,00	349,8864	699,77
239	MACA MÓVEL GRANDE, Leito estofado, suporte de soro cromado retirável, Movimento de elevação por meio de manivela; Grades laterais em tubos de aço de secção redonda 5/8", articulável com rebatimento para fora; Leito em chapa de aço, com cabeceira com elevação regulável por cremalheira; Estrutura em tubo de aço secção redonda 1.1/4", parede com espessura 1,20mm ou superior; Leito removível tipo padiola; Com tratamento anti-ferruginoso e acabamento em pintura epóxi; Com regulagem de altura através de manivela escamoteável, junto à peseira; Pára-choque de borracha em toda o perímetro, para proteção de parede; Suporte para cilindro pequeno de oxigênio, dimensões aproximadas mínimas 185mm X 300mm (D X A). Rodízios giratórios 5" com Trava dupla ação (roda/cabeçote) em única alavanca em dois rodízios, em posição diagonal.	UNI	4,00	2.105,2386	8.420,95
240	SUPORTE (DISPENSER) - PORTA COPO D'AGUA DESCARTÁVEL EM ACRÍLICO FUME DE 180/200 ML COM CAPACIDADE PARA 100 COPOS FIXAÇÃO EM PAREDE, PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSAS.	UNI	50,00	44,9095	2.245,48
241	LIXEIRA DISPENSOR INDIVIDUAL PARA COPO DE AGUA DESCARTÁVEL DE 180/200ML EM PVC /PLASTICO . MEDIDAS: 75CM ALTURA X 13 CM LARGURA X 13 CM DE PROFUNDIDADE.	UNI	50,00	31,9997	1.599,99

242	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - INTERFOLHA DIMENSÕES APROXIMADAMENTE: 320MM X 250MM X 130MM DE PROFUNDIDADE. PLASTICO ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO STIRENO). TRAVAS DE SEGURANÇA. PAPEL TOALHA DE TRES DOBRAS E DUAS DOBRAS 23X 23. CAPACIDADE 600 FOLHAS. TAMPA FRONTAL BASCULANTE, JANELA PARA INSPEÇÃO DO NÍVEL DE PAPEL REMANESCENTE, LIBERA APENAS UMA TOALHA POR VEZ.	UNI	50,00	30,8797	1.543,99
243	DISPENSER PARA ALCOOL GEL - SABONETEIRA ABS (ACRILONITRILA BUTADIENO STIRENO) COM RESERVATÓRIO EM ABS. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO: 900 ML. ACOMPANHANDO O RESERVATÓRIO, QUE PODE SER UTILIZADO COM SABONETE LÍQUIDO DE GALÃO OU COM SACHE DE 800ML. COM FECHADURA E CHAVE EM PLASTICO ABS, KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE COM BUCHAS E PARAFUSOS, DIMENSÕES APROXIMADAS: 29CM ALTURA X 12 CM LARGURA X 11CM DE PROFUNDIDADE.	UNI	50,00	26,9497	1.347,49
244	LIXEIRA COM PEDAL. CAPACIDADE 50 LITROS. QUADRADO OU CILINDRICA. COR BRANCA. EM (LIXEIRA/CESTO EM POLIETILENO MÉDIA DENSIDADE E COM SUPORTE INFERIOR E PARA ABERTURA DE TAMPA EM INOX GALVANIZADO. PEDAL EM CHAPA XADREX, INOX GALVANIZADO. PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA.	UNI	50,00	124,9087	6.245,44
47.135,00					

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos medicamentos e emissão da nota fiscal.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:





- a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- b) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
- c) Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
- d) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente

comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos medicamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
14	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	13.936,92
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	22.924,57
16	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0064	67.149,20
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	238.275,77

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 108/2013, Pregão Presencial nº 06/2013 - Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os medicamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro



classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC),09 de Outubro de 2013.  
ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDIR APARECIDA DE SOUZA  
Órgão Participante

ALTERMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA  
ANACLETO FERRARI  
Fornecedor  
TESTEMUNHAS

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
077.361.879.16

MARIELLE RODRIGUES STRATMANN  
099.087.109.66

#### Ata de Registro de Preços N° 103/2013 Dalla Porta PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2013

REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 103/2013

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com o Órgão Participante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: L A DALLA PORTA JUNIOR pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pascoal Gomes Libreloto, Nº 20 na cidade de Santa Maria - RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.145.401/0001-56 neste ato representada pelo Sr. LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### 1 - DO OBJETO

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL MÉDICO e ODONTOLÓGICO; FILMES RADIOLÓGICOS; SORO para manutenção de atividades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

#### 2 - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (cinco) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo dos materiais somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4. - Caso haja necessidade de entrega em carácter emergencial,

será devidamente identificado na Ordem de Compra, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

## 2.5. - Demais Obrigações da Contratada:

2.5.1. - Na entrega dos materiais deverá ser observado que o prazo de validade não deverá ser inferior a no mínimo 50% do prazo, ou seja, transcorrido apenas 50% do total do prazo de validade estampado no produto;

2.5.2. - O transporte de materiais deverá ser feito dentro do preconizado para este produto e devidamente protegido quanto a pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

2.5.3. - O texto e demais exigências legais previstas para embalagem e bula, devem estar em conformidade com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Código de Defesa do Consumidor. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo;

2.5.4. - As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, e prazo de validade, denominação genérica do produto.

2.5.5. - Caso o(s) produto(s) venha(m) sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade fica o proponente obrigado o efetuar a troca dos mesmos nas quantidades relativas, sem ônus para a administração pública no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo da notificação.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 14.090,00 pelo LOTE nº 10

LOTE: 10

Participante: 6725 - L A DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
245		UN	80,00	0,7164	57,31
246	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ - 40G	PCT	40,00	1,7902	71,61
247	CAIXA COLETORA DE MATERIAIS PERFUROCOR-TANES 7L	UN	15,00	1,5575	23,36
248	BRISH FINO POTE	UN	20,00	5,3885	107,77
249	BRISH REGULAR POTE	UNI	20,00	5,3885	107,77
250	BISNAGA ACIDO FOSFORICO 37%	UN	10,00	1,0383	10,38
251	CLOREXIDINE 2% 500 ML	FRC	8,00	10,7412	85,93
252	DESCOLADOR DE MOLT	UN	10,00	23,9439	239,44
253	DISCOS SOFLEX KIT	PCT	10,00	105,6217	1.056,22
254	FIO DE SUTURA AGULHA-DO 4.0 SEDA	CX	50,00	16,9263	846,32
255	FITA ADESIVA PARA AUTOCALVE	UNI	60,00	2,2198	133,19
256	FITA MATRIZ - 5MM	UN	12,00	0,7519	9,02
257	FITA MATRIZ - 7MM	UN	12,00	0,7519	9,02
258	FLUORETO DE SÓDIO ACIDULADO (GEL 1,23%)	UN	15,00	2,193	32,90
259	FLUORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO 0,05%)	UN	80,00	6,0867	486,94
260	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PÓ 10 G	UN	4,00	8,584	34,34
261	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% FRASCO 1 LT	FR	20,00	3,3119	66,24

262	IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO PÓ LIQUIDO COR A2	KIT	60,00	13,337	800,22
263	KIT TAÇAS E PONTAS ACABAMENTO E POLIMENTO DE AMALGAMA	KIT	4,00	23,2726	93,09
264	LIMA FLEXOFINE TAMANHO 15 DE 21 MM	CX	8,00	21,5719	172,58
265	OBTURADOR PROVISÓRIO S/ EUGENOL BISNAGA C/ 4G - CX C/ 3	UN	20,00	19,8712	397,42
266	OTOSPORIN	UN	20,00	8,1902	163,80
267	PASTA PROFILÁTICA	UN	12,00	3,7594	45,11
268	PONTA DIAMANTADA 1011	UN	50,00	1,2084	60,42
269	PONTA DIAMANTADA 1014	UN	50,00	1,2084	60,42
270	PONTA DIAMANTADA 1012	UNI	50,00	1,2084	60,42
271	PONTA DIAMANTADA 2135 F	UNI	50,00	1,2084	60,42
272	PONTA DIAMANTADA 1036	UNI	50,00	1,2084	60,42
273	PONTA DIAMANTADA 1016	UN	50,00	1,2084	60,42
274	PONTA DIAMANTADA 1191 F	UNI	50,00	1,2084	60,42
275	PONTA DIAMANTADA 3118 F	UNI	50,00	1,2084	60,42
276	PONTA DIAMANTADA 3118	UNI	50,00	1,2084	60,42
277	PONTA DIAMANTADA 2134FF	UNI	50,00	1,2084	60,42
278	PONTA DIAMANTADA 1034	UNI	50,00	1,2084	60,42
279	PONTA DIAMANTADA 2082	UNI	50,00	1,2084	60,42
280	PONTA DIAMANTADA 2200	UNI	50,00	1,2084	60,42
281	PONTA DIAMANTADA P/ REMOÇÃO DE AMALGA N.	UNI	8,00	1,2084	9,67
282	PONTAS DE ENHAMCE PARFA POLIMENTO	UN	8,00	40,0288	320,23
283	PORTA MATRIZ PARA MATRIZ METÁLICA	UN	12,00	20,5873	247,05
284	PORTA-TIRA DE LIXAS	UN	8,00	28,6432	229,15
285	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL MATIZADO	UN	8,00	21,2139	169,71
286	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA	CX	8,00	13,4265	107,41
287	SPRAY LUBRIFICANTE P/ TURBINAS	PCT	4,00	8,5034	34,01
288	SUGADOR DE SALIVA C/ 40UN	UNI	350,00	2,4436	855,26
289	TESOURA IRIS CURTA	UN	16,00	8,772	140,35
290	TESTE DE VITALIDADE - 50	KIT	8,00	18,4211	147,37
291	TIRA ABRASIVA DE POLIESTER MF 435L - CX	UN	16,00	18,6181	297,89
292	TIRA DE LIXA Nº 2 DE AÇO 6MM	UNI	16,00	8,6825	138,92
293	TIRAS DE POLIESTER - C/ 50UN	CX	20,00	0,9488	18,98
294	TRICRESOL FORMALINA	PCT	8,00	3,6341	29,07
295	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO 2 BISNAGA	UNI	8,00	8,584	68,67
296	ESPELHO CLÍNICO N. 03	UN	40,00	1,7186	68,74

297	ESPELHO CLINICO Nº 5	UN	80,00	1,2531	100,25
298	EXTIRPA NERVOS C/ 10UN	UNI	4,00	16,4161	65,66
299	AMALGA 2 PORÇÃO CAPSULA AZUL POTE COM 500	UNI	1,00	851,7228	851,72
300	CABO PARA ESPELHIO ODONTOLÓGICO	UNI	100,00	1,5664	156,64
301	PINÇA ALGODÃO	UNI	40,00	6,0419	241,68
302	SONDA CLINICA	UNI	40,00	13,1311	525,24
303	KIT IRM	KIT	12,00	52,3454	628,14
304	BANDEJA ODONTOLOGICA INOX 22X12X1CM RETANGULAR	UNI	12,00	18,8418	226,10
305	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR A1 DENTINA	UN	20,00	8,1096	162,19
306	RESINA NANOPARTICULA COR A1 ESMALTE	UNI	20,00	8,1096	162,19
307	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR A2 ESMALTE	UNI	20,00	8,1096	162,19
308	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR A2 DENTINA	UNI	20,00	8,1096	162,19
309	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR A3 DENTINA	UNI	20,00	8,1096	162,19
310	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR A3,5	UN	20,00	8,1096	162,19
311	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR C2	UN	20,00	8,1096	162,19
312	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR OA1	UN	16,00	8,1096	129,75
313	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR OA2	UN	16,00	8,1096	129,75
314	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR OA3	UN	16,00	8,1096	129,75
315	RESINA COMPOSTA NANOPARTICULA COR OA3,5	UN	16,00	8,1096	129,75
316	RESINA FLOW A1	UNI	16,00	28,8222	461,16
317	RESINA FLOW A2.	UN	16,00	28,8222	461,16
			14.090,00		

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irremovíveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos medicamentos e emissão da nota fiscal.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
  - Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
  - Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
  - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade



de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;  
b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos medicamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD	UNIDADE	PROJ/	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
REDUZORÇAMENT		ATIVID		
14	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	13.936,92
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	22.924,57
16	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0064	67.149,20
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	238.275,77

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 108/2013, Pregão Presencial nº 06/2013 - Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os medicamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC),09 de Outubro de 2013.

ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDIR APARECIDA DE SOUZA  
Órgão Participante

L A DALLA PORTA JUNIOR  
LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR  
Fornecedor  
TESTEMUNHAS



VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
077.361.879.16

MARIELLE RODRIGUES STRATMANN  
099.087.109.66

**Ata de Registro de Preços N° 104/2013 - Supridental**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2013**  
**REGISTRO DE PREÇOS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 104/2013**

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com o Órgão Participante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SUPRIDENTAL - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. ME. pessoa jurídica de direito privado, situada na R. Sebastião Furtado, 101 na cidade de LAGES - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.145.401/0001-56 neste ato representada pelo Sr. MARCIO FREITAS DE ALMEIDA doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - DO OBJETO**

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL MÉDICO e ODONTOLÓGICO; FILMES RADIOLOGIÓCOS; SORO para manutenção de atividades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

**2 - DA EXECUÇÃO**

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (cinco) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo dos materiais somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada no Departamento de

Compras do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4. - Caso haja necessidade de entrega em caráter emergencial, será devidamente identificado na Ordem de Compra, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**2.5. - Demais Obrigações da Contratada:**

2.5.1. - Na entrega dos materiais deverá ser observado que o prazo de validade não deverá ser inferior a no mínimo 50% do prazo, ou seja, transcorrido apenas 50% do total do prazo de validade estampado no produto;

2.5.2. - O transporte de materiais deverá ser feito dentro do preconizado para este produto e devidamente protegido quanto a pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

2.5.3. - O texto e demais exigências legais previstas para embalagem e bula, devem estar em conformidade com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Código de Defesa do Consumidor. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo;

2.5.4. - As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, e prazo de validade, denominação genérica do produto.

2.5.5. - Caso o(s) produto(s) venha(m) sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas quantidades relativas, sem ônus para a administração pública no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo da notificação.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 4.035,00 pelo LOTE nº 14

**LOTE: 14**

Participante: 6717 - SUPRIDENTAL - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. ME.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
368	POSICIONADOR P/ RAO X ODONTOLÓGICO INFANTIL EM PLASTICO OU ACRILICO	UNI	5,00	46,8358	234,18
369	POSICIONADOR P/ RAO X ODONTOLÓGICO ADULTO EM PLASTICO OU ACRILICO	UNI	5,00	46,8358	234,18
370	PELÍCULA PARA RAO X ODONTOLÓGICO ADULTO	UNI	22,00	80,0111	1.760,24
371	PELÍCULA PARA RAO X ODONTOLÓGICO INFANTIL	UNI	22,00	82,109	1.806,40
					4.035,00

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.





**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS**

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos medicamentos e emissão da nota fiscal.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
  - b) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
  - c) Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
  - d) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior.

**CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos medicamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
14	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.0000	13.936,92
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.0023	22.924,57
16	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.0064	67.149,20

28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	238.275,77
----	----	------	----------------------------	------------

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 108/2013, Pregão Presencial nº 06/2013 - Registro de Preços.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os medicamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 09 de Outubro de 2013.  
ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDIR APARECIDA DE SOUZA  
Órgão Participante

SUPRIDENTAL - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. ME  
MÁRCIO FREITAS DE ALMEIDA  
Fornecedor  
TESTEMUNHAS

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
077.361.879.16

MARIELLE RODRIGUES STRATMANN  
099.087.109.66

## Ata de Registro de Preços N° 98/2013 - Tríade PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2013 REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 98/2013

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com o Órgão Participante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: TRIADE FARMACEUTICA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Arnaldo Vosgerau 523, na cidade de São José dos Pinhais-PR, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 10.914.140/0001-29 neste ato representada pelo Sr. FABIO RICARDO MARTINS CAMPOS doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

### 1 - DO OBJETO

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL MÉDICO e ODONTOLÓGICO; FILMES RADIOLÓGICOS; SORO para manutenção de atividades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

### 2 - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05

(cinco) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo dos materiais somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4. - Caso haja necessidade de entrega em caráter emergencial, será devidamente identificado na Ordem de Compra, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

2.5. - Demais Obrigações da Contratada:

2.5.1. - Na entrega dos materiais deverá ser observado que o prazo de validade não deverá ser inferior a no mínimo 50% do prazo, ou seja, transcorrido apenas 50% do total do prazo de validade estampado no produto;

2.5.2. - O transporte de materiais deverá ser feito dentro do preconizado para este produto e devidamente protegido quanto a pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

2.5.3. - O texto e demais exigências legais previstas para embalagem e bula, devem estar em conformidade com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Código de Defesa do Consumidor. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo;

2.5.4. - As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, e prazo de validade, denominação genérica do produto.

2.5.5. - Caso o(s) produto(s) venha(m) sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas quantidades relativas, sem ônus para a administração pública no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo da notificação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$69.490,40 pelo LOTE nº 01.

LOTE: 1

Participante: 6789 - TRIADE FARMACEUTICA LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 125 ML S/F	FRC	3.000,00	1,6796	5.038,86
2	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % 250 ML	CX	3.000,00	1,8198	5.459,40

3	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % 500 ML	CX	3.000,00	2,2097	6.629,10
4	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML S/F	FRC	3.000,00	2,6996	8.098,80
5	SORO GLICO FISIOLÓGICO 250 ML S/F	FRC	3.000,00	1,9497	5.849,10
6	SORO GLICO FISIOLÓGICO 500 ML S/F	FRC	3.000,00	2,3397	7.019,10
7	SORO GLICO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML S/F	FRC	3.000,00	1,8198	5.459,40
8	SORO GLICOSADO 5% 125 ML	UNI	2.000,00	1,7598	3.519,60
10	SORO GLICOSADO 5% 500ML C/ 20 FRs	CX	2.000,00	2,2797	4.559,40
11	SORO GLICOSADO 5 % 1000 ML	CX	2.000,00	2,7296	5.459,20
12	SORO RINGER C/ LACTATO 500 ML	FRC	2.000,00	2,4097	4.819,40
13	SORO RINGER C/ LACTATO 1000 ML	FRC	2.000,00	3,2496	6.499,20
14	SORO FISIOLÓGICO	FR	400,00	2,6996	1.079,84
					69.490,40

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos medicamentos e emissão da nota fiscal.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,

c) Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.

d) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos medicamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
14	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	13.936,92
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	22.924,57
16	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0064	67.149,20
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	238.275,77

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 108/2013, Pregão Presencial nº 06/2013 - Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os medicamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta,

que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 09 de Outubro de 2013.  
ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDIR APARECIDA DE SOUZA  
Órgão Participante

TRIADE FARMACEUTICA LTDA  
FABIO RICARDO MARTINS CAMPOS  
Fornecedor  
TESTEMUNHAS

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
077.361.879.16

MARIELLE RODRIGUES STRATMANN  
099.087.109.66

**Ata de Registro de Preços N° 99/2013 - Isamed**  
PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2013  
REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 99/2013

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com o Órgão Participante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04

e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA e pela secretária de Saúde, a Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na R: Alexandre Sandrini 101 Sala 305 na cidade de Orleans-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 05.948.061/0001-07 neste ato representada pelo Sra. CAROLINA PORFÍRIO doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### 1 - DO OBJETO

1.1. - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de MATERIAL MÉDICO e ODONTOLÓGICO; FILMES RADIOLÓGICOS; SORO para manutenção de atividades do Fundo Municipal de Saúde.

1.2. - A descrição detalhada dos produtos e dos lotes relativos a esta licitação é aquela constante do Anexo VII.

1.3. - As licitantes poderão concorrer para os lotes que lhe forem convenientes.

#### 2 - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 05 (cinco) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.2 - Para todos os materiais de todos os lotes serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.2.1. - O recebimento definitivo dos materiais somente se efetivará com a atestação do Departamento de Compras de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.2.2 - Será rejeitado o material entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.2.3. - As despesas decorrentes da retirada no Departamento de Compras do material por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.3 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.4. - Caso haja necessidade de entrega em caráter emergencial, será devidamente identificado na Ordem de Compra, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

#### 2.5. - Demais Obrigações da Contratada:

2.5.1. - Na entrega dos materiais deverá ser observado que o prazo de validade não deverá ser inferior a no mínimo 50% do prazo, ou seja, transcorrido apenas 50% do total do prazo de validade estampado no produto;

2.5.2. - O transporte de materiais deverá ser feito dentro do preconizado para este produto e devidamente protegido quanto a pó



e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;

2.5.3. - O texto e demais exigências legais previstas para embalagem e bula, devem estar em conformidade com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Código de Defesa do Consumidor. Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo;

2.5.4. - As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, e prazo de validade, denominação genérica do produto.

2.5.5. - Caso o(s) produto(s) venha(m) sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas quantidades relativas, sem ônus para a administração pública no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo da notificação.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 192.427,13 pelo LOTE nº 02, 05, 11, 12 e 15.

LOTE: 2

Participante: 6678 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
16	AGUA OXIGENADA 10 VOL. 1 LITRO	LT	100,00	3,58	358,00
17	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO 10 X 15	UNI	50,00	5,42	271,00
18	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO 15 X 15	UNI	50,00	6,63	331,50
19	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA EM ALGODÃO 20 X 15	UNI	50,00	7,47	373,50
20	ALCOOL IODADO 0,5 % FR COM 1000ML	LT	50,00	6,98	349,00
21	ALGODÃO HIDRÓFILO - 500 GR ROLO P/ POSTO	ROLO	800,00	7,62	6.096,00
22	ALGODÃO ORTOPÉDICO 08 CM C/ 12	PCT	300,00	1,92	576,00
23	ALGODÃO ORTOPÉDICO 10CM C/12	PT	300,00	2,49	747,00
24	ALGODÃO ORTOPÉDICO 12 C/ 12	PCT	300,00	2,95	885,00
25	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15 CM C/12	PT	300,00	3,73	1.119,00
26	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM C/12	PT	400,00	5,00	2.000,00
27	algodao rolo 500 grs	ROLO	400,00	7,62	3.048,00
28	ATADURA DE CREPE 13F 08 CM C/ 12	PCT	2.000,00	2,18	4.360,00
29	ATADURA DE CREPE 13F 10 CM C/ 12	PCT	2.000,00	2,73	5.460,00
30	ATADURA DE CREPE 13F 12 CM C/ 12	PCT	2.500,00	3,28	8.200,00
31	ATADURA DE CREPE 13F 15CM C/ 12	PCT	2.000,00	4,09	8.180,00
32	ATADURA DE CREPE 13F 20CM C/ 12	PCT	2.000,00	5,45	10.900,00
33	ATADURA DE CREPE 13F 30CM C/ 12	PCT	1.200,00	8,19	9.828,00

34	ATADURA GESSADA 8 CM CAIXA C/ 20	CXA	350,00	11,96	4.186,00
35	ATADURA GESSADA 10 CM CAIXA C/ 20	CXA	350,00	19,43	6.800,50
36	ATADURA GESSADA 12 CM CAIXA C/ 20	CXA	500,00	24,32	12.160,00
37	ATADURA GESSADA 15 CM CAIXA C/ 20	CXA	500,00	28,58	14.290,00
38	ATADURA GESSADA 20 CM CAIXA C/ 20	CXA	300,00	50,75	15.225,00
39	BENJOIM - 1000 ML	UNI	20,00	64,17	1.283,40
40	BENZINA 100 ML	LT	20,00	1,30	26,00
41	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS ADULTO	UN	750,00	0,70	525,00
42	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS INFANTIL	UN	750,00	0,88	660,00
43	CLAMP UMBILICAL - PCTE C/ 100 UNI	UNI	100,00	0,46	46,00
44	GLICOSE HIPERTONICA 25% 10 ML C/100	CX	100,00	1,97	197,00
45	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	UNI	250,00	2,73	682,50
46	COLETOR PERFURO CORTANTE 13LT AMARELO PARDO	UNI	500,00	2,01	1.005,00
47	ELETRODOS	UN	500,00	0,24	120,00
48	EQUIPO MULTI VIAS 2 VIAS C/ CORDTA/FLUXO	UNI	1.000,00	0,69	690,00
49	ESCOVA CIRURGICA PLASTICO	UNI	75,00	2,05	153,75
50	ESCOVA ESPONJA SECA P/ ASSEPSIA DE MÃO E BRAÇO	UNI	100,00	1,49	149,00
51	ESPÁTULA DE AYRE - PCTE C/ 100 UNI	PCT	100,00	4,72	472,00
52	ESPECULO VAGINAL DESC TAMANHO UNICO	UNI	3.000,00	0,58	1.740,00
53	ESTETOSCÓPIO ADULTO, HASTES E CABEÇA DE INÓX, TUBO EM PVC 28 CM	UNI	30,00	5,29	158,70
54	ESTETOSCÓPIO INFANTIL, HASTES E CABEÇA EM INÓX, TUBO EM PVC 28 CM	UNI	6,00	6,28	37,68
55	ESTOJO PLAST. P/ LAMINAS PREVENTIVO DE CA DE COLO DE UTERO CAPACIDADE PA/ 50 LAMINAS C/ 22,5 CM X L 9 CM X A 3CM	UN	100,00	6,63	663,00
56	EXTENSOR PARA OXIGENIO 2,0 M	UNI	200,00	0,95	190,00
57	FITA ADESIVA CREPADA	UNI	500,00	2,10	1.050,00
58	FITA ADESIVA P/ AUTOCLAVE	UNI	300,00	3,67	1.101,00
59	FIXADOR CITOLOGICO GOTAS C/ 50 ML	FRC	100,00	2,41	241,00
60	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO	UNI	100,00	1,03	103,00
61	GAZES 13 FIOS 7,5 X 7,5 PCT C/ 500 UNI	PCT	3.000,00	5,91	17.730,00
62	GEL NEUTRO PARA USG E BCF FRASCOC 200 ML	UNI	200,00	2,56	512,00
63	GEL PARA ECG (U) - GALÃO COM 05 KG	UNI	50,00	19,99	999,50
64	CREME DENTAL COM FLÚOR (ATÉ 1500 PPM) 90 G	TBO	2.500,00	0,97	2.425,00
65	ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA CERDAS ARREDONDADAS - NORMAS ANVISA	UNI	2.500,00	0,38	950,00

66	ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA CERDAS ARREDONDADAS - NORMAS ANVISA	UNI	3.000,00	0,46	1.380,00
67	GUIA PARA TUBO OROTRAQUEAL	UN	10,00	12,00	120,00
68	LAMINA DE VIDRO FUNDO FOSCO 26 MM X 76 MM CX C/ 50 NI	UNI	1.000,00	0,05	50,00
69	MANGUEIRA DE LATEX PARA ASPIRADOR	m	100,00	0,76	76,00
70	MANGUEIRA DE LATEX PARA GARROTE	m	50,00	0,76	38,00
71	MANGUEIRA DE SILICONE PARA ASPIRADOR	m	100,00	1,80	180,00
72	MÁSCARA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO CX C/ 50 UNIDADES	UNI	100,00	4,18	418,00
73	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCOOLICA 0,5 % 1000 ML	LT	200,00	9,78	1.956,00

153.872,03

LOTE: 5

Participante: 6678 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
128	POLIFIX	UNI	3.000,00	0,6306	1.891,88
129	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 03 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
130	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 3,5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
131	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 4 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
132	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 4,5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
133	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
134	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 5,5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
135	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 6 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
136	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 6,5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
137	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 7 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
138	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 7,5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
139	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 8 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
140	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 8,5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
141	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 9 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
142	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 9,5 COM BALONETE	UN	20,00	2,4859	49,72
143	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 2 COM BALONETE	UN	20,00	3,9665	79,33
144	CANULA ENDOTRAQUEAL Nº 2,5 COM BALONETE	UN	20,00	3,9665	79,33
145	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	UNI	100,00	0,3016	30,16
146	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	UNI	100,00	0,329	32,90
147	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	UNI	100,00	0,3382	33,82

148	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	UNI	100,00	0,3473	34,73
149	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UNI	100,00	0,3747	37,47
150	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	UNI	100,00	0,393	39,30
151	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	UNI	100,00	0,4021	40,21
152	SONDA FOLLEY 04	UN	100,00	2,7418	274,18
153	SONDA FOLLEY 06	UN	100,00	2,7418	274,18
154	SONDA FOLLEY 08	UN	100,00	2,3671	236,71
155	SONDA FOLLEY 10	UN	100,00	2,3671	236,71
156	SONDA FOLLEY 12	UN	100,00	1,7091	170,91
157	SONDA FOLEY 14	UNI	100,00	1,7091	170,91
158	SONDA FOLEY 16	UNI	100,00	1,7091	170,91
159	SONDA FOLEY 18	UNI	100,00	1,7091	170,91
160	SONDA FOLLEY 20	UNI	100,00	1,7091	170,91
161	SONDA FOLLEY 22	UNI	100,00	1,7091	170,91
162	SONDA NASOENTERAL DE BORRACHA DE SILICONE 100 CM	UNI	50,00	10,4098	520,49
163	SONDA NASOENTERAL DE BORRACHA DE SILICONE 120 CM	UNI	50,00	10,4098	520,49
164	SONDA NASOENTERAL DE BORRACHA DE SILICONE 80 CM	UNI	50,00	10,4098	520,49
165	SONDA NASOGASTRICA LONGA 06	UNI	50,00	0,4021	20,11
166	SONDA NASOGASTRICA LONGA 08	UNI	50,00	0,457	22,85
167	SONDA NASOGASTRICA LONGA 10	UNI	50,00	0,5027	25,14
168	SONDA NASOGASTRICA LONGA 12	UNI	100,00	0,5209	52,09
169	SONDA NASOGASTRICA LONGA 14	UNI	100,00	0,6032	60,32
170	SONDA NASOGASTRICA 16 LONGA	UN	100,00	0,6946	69,46
171	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 18	UNI	100,00	0,7403	74,03
172	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 20	UNI	100,00	0,8225	82,25
173	SONDA NASOGASTRICA 22 LONGA	UN	100,00	0,9048	90,48
174	SONDA URETRAL 08	UNI	2.000,00	0,3382	676,40
175	SONDA URETRAL 10	UNI	3.500,00	0,3473	1.215,55
176	SONDA URETRAL 12	UNI	1.500,00	0,3564	534,60
177	SONDA URETRAL 14	UNI	800,00	0,3564	285,12
178	SONDA URETRAL 16	UNI	800,00	0,4021	321,68
179	SONDA URETRAL 06	UNI	4.000,00	0,329	1.316,00
					11.450,00

LOTE: 11

Participante: 6678 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
318	BROCA CARBIDE Nº 02 ALTA ROTAÇÃO	UN	20,00	5,9005	118,01
319	BROCA CARBIDE Nº 02 BAIXA ROTAÇÃO	UN	20,00	5,9014	118,03
320	BROCA CARBIDE Nº 04 ALTA ROTAÇÃO	UN	20,00	5,9014	118,03

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

321	BROCA CARBIDE Nº 04 BAI-XA ROTAÇÃO	UN	20,00	5,9014	118,03
322	BROCA CARBIDE Nº 06 ALTA ROTAÇÃO	UN	20,00	5,9014	118,03
323	BROCA CARBIDE Nº 06 BAI-XA ROTAÇÃO	UN	20,00	5,9014	118,03
324	BROCA CIRURGICA KG - 2	UN	20,00	7,1051	142,10
325	BROCA CIRURGICA KG - 4	UN	20,00	7,1051	142,10
326	BROCA CIRURGICA KG - 6	UN	20,00	7,1051	142,10
327	BROCA CARBIDE - 245	UN	20,00	5,9014	118,03
328	CITOCÁINA 3% COM FELI-PRESSINA C/ 50	CX	80,00	30,9847	2.478,78
329	MEPIVACAINA 2% C/ EPINE-FRINA 1:100.000 - C/ 50UN	CX	80,00	65,6688	5.253,50
330	MEPIVACAINA 3% S/ VASO-CONSTRICTOR C/ 50 UN	CX	20,00	65,6688	1.313,38
331	AGULHA GENGIVAL 30G - CURTA CX C/ 100UN	CX	48,00	14,5235	697,13
332	ANESTÉSICO TÓPICO - 12G	UNI	80,00	6,469	517,52
333	GAZE CIRUMEX 13 FIOS - C/ 500UN	PCT	400,00	5,7742	2.309,68
334	GUARDANAPO DE PAPEL - C/ 50UN (33,5 X 33MM)	PCT	600,00	0,8808	528,48
335	LUVA P/ PROCEDIMENTO "G" - C/ 100 LATEX	CX	200,00	13,4176	2.683,52
336	LUVA P/ PROCEDIMENTO "XP" - C/ 100 LATEX	CX	100,00	13,4176	1.341,76
337	MASCARA TRIPLA COM ELASTICO - BRANCA CX C/ 50 UN	CX	80,00	4,0811	326,49
338	ROLETE DE ALGODÃO Nº 2 - C/100UN	CX	600,00	1,2233	733,98
339	ROLO DE PAPEL KRAFT DIMENSÕES	UN	10,00	4,404	44,04
340	TOUCA DESCARTAVEL FEMININA SANFONADA PCT C/ 100	PCT	50,00	4,7172	235,86
341	TOALHA DE PAPEL BRANCO	PCT	400,00	5,275	2.110,00
342	TOUCA DESCATÁVEL MASCULINA NÃO SANFONADA PCT C/ 100	PCT	20,00	8,6319	172,64
343	AGULHA GENGIVEL LONGA CX C/ 100	CX	8,00	14,1907	113,53
344	LAMINA DE BISTURI Nº 15	CX	4,00	8,074	32,30
345	FIO DENTAL 100M	UN	20,00	1,4386	28,77
346	PEDRA POMES FRASCO 100G	UNI	40,00	3,6015	144,06
347	CABO DE BISTURI Nº 03	UNI	16,00	3,9245	62,79
348	PORTA AGULHA MAYO HEGAR C/WIDIA	UNI	16,00	74,056	1.184,90
349	CARPULE COM REFLUXO	UN	16,00	16,1579	258,53
350	PLACA DE VIDRO PQ	UNI	8,00	4,8346	38,68
351	ESPATULA DULA 6335 N1	UNI	16,00	3,1611	50,58
352	FIO RETRATOR N 00	UNI	16,00	18,5164	296,26
353	SOLUÇÃO REVELADORA DE PLACA 500 ML	FR	8,00	10,6675	85,34
354	GERMEQUIL 5 L	FR	16,00	10,5305	168,49
355	CUNHAS DE MADEIRA POTE COM 50	PCT	12,00	3,0437	36,52
					24.500,00

## LOTE: 12

Participante: 6678 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
356	Ultrassom odontológico, tipo caneta/transdutor do ultrassom odontológico, com pedal de acionamento, modo de operação analógico, com jato de bicarbonato integrado	UN	2,00	1.100,00	2.200,00
					2.200,00

## LOTE: 15

Participante: 6678 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
372	PAPEL ELETROCARDIOGRAMA 216mm X 30m TERMOSENSÍVEL RETICULADO	ROLO	10,00	40,51	405,10
					405,10

## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

## CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento pela entrega dos materiais, corresponderá ao quantitativo entregue, multiplicado pelo preço unitário respectivo ofertado pela contratada para cada um deles em sua proposta, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade do fornecedor devidamente identificado, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

5.2. - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo dos medicamentos e emissão da nota fiscal.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
  - Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe ou do Diretor do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele,
  - Fazer constar na Nota Fiscal o número da autorização de fornecimento referenciado no item anterior.
  - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.
- injustificadamente, a empresa é obrigada a substituí-lo imediatamente, com igual ou superior capacidade.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou documento equivalente, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.2 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e cláusula anterior.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega dos medicamentos, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, e, ao ser aprovada as dotações para o exercício de 2013, o contador emitirá certidão atualizando as mesmas, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
14	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.0000	13.936,92
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00023	22.924,57
16	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00064	67.149,20
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00000	238.275,77

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 108/2013, Pregão Presencial nº 06/2013 - Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os medicamentos que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta,



que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 09 de Outubro de 2013.

#### ASSINATURAS

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDIR APARECIDA DE SOUZA  
Órgão Participante

ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME  
CAROLINA PORFÍRIO  
Fornecedor

TESTEMUNHAS  
VANDERLÉIA ALVES FERNANDES  
077.361.879.16

MARIELLE RODRIGUES STRATMANN  
099.087.109.66

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Decreto N° 058/2013

DECRETO N° 058/2013, em 01 de Julho de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.535/12, de 18 de Dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

12 - Fundo Municipal de Saúde

12.01 - Fundo Municipal de Saúde

12.01.10.304.0011.2.043-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor de R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias

12 - Fundo Municipal de Saúde

12.01 - Fundo Municipal de Saúde

12.01.10.304.0011.2.043-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor de R\$ 15.000,00

Art. 3º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

12 - Fundo Municipal de Saúde

12.01 - Fundo Municipal de Saúde

12.01.10.301.0011.2.040-3.3.71.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

Art. 4º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 3º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

12 - Fundo Municipal de Saúde

12.01 - Fundo Municipal de Saúde

12.01.10.301.0011.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

Art. 5º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.533/2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 1.535/2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Julho de 2013.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:****MICHEL ANTONIO MACCARI**

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Decreto N° 065/2013**

DECRETO N° 065/2013, em 26 de Agosto de 2013.

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."**

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.535/12, de 18 de Dezembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

08 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.01.08.243.0012.2.052-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.01.08.243.0012.2.052-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 3.000,00

Art. 3º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

12 - Fundo Municipal de Saúde

12.01 - Fundo Municipal de Saúde

12.01.10.301.0011.2.040-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 100.000,00

12.01.10.301.0011.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 30.000,00

12.01.10.301.0011.2.040-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 30.000,00

Art. 4º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 3º serão utilizados recursos:

- Excesso de Arrecadação Piso da Atenção Básica (201)

R\$ 160.000,00

Art. 5º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.533/2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 1.535/2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 26 de Agosto de 2013.

**AGNALDO DAVID MACCARI**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:****MICHEL ANTONIO MACCARI**

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Decreto N° 076/2013**

DECRETO N° 076/2013, em 15 de Outubro de 2013.

**"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2013".**

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que, a teor do artigo 132 da Lei Municipal n. 1010, de 17 de abril de 2001, comemora-se no dia 28 de Outubro o dia do funcionário público;

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 28 de Outubro (segunda-feira), nas repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta, excetuando-se os serviços essenciais que por sua natureza não permitam paralisação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Outubro de 2013.

**AGNALDO DAVID MACCARI**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:****MICHEL ANTONIO MACCARI**

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Registro de Preço N° 074/2013**

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA - SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 074/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTEIRAS E CADEIRAS PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO DO EDITAL - PARA 29/10/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.

**MICHEL ANTONIO MACCARI**

SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

# Navegantes

## PREFEITURA

### Institui o Programa de Pavimentação Participativa - Ppp

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2786 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013  
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO A REGULAMENTAÇÃO DO PPP -  
PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES. FAÇO saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o PPP - Programa de Pavimentação Participativa -, promovendo-se a reurbanização das vias públicas municipais.

§ 1º - Considera-se PPP, para os efeitos desta lei, a forma de execução de serviços ou obras nas quais haja a participação recíproca do Poder Público Municipal e dos particulares interessados.

§ 2º - O programa de Pavimentação participativa, que contempla a pavimentação das vias públicas municipais, poderá ser realizado através de materiais como pedra irregular, lajotas sextavadas, lajotas retangular, bloco de concreto tipo paver e asfalto.

Art. 2º Para constituir o PPP destinado à execução dos serviços de pavimentação de determinado beco, rua, avenida e etc., os interessados firmarão Termo de Adesão ao Programa.

§ 1º - Somente será autorizada a negociação para a execução dos serviços nas vias onde a adesão for igual ou superior a 70% (setenta por cento) dos proprietários ou possuidores lindeiros e após a aprovação do estudo de viabilidade pelo órgão competente da Administração Municipal.

§ 2º - Firmado o Termo de Adesão com os interessados que aderiram à execução da pavimentação, e havendo proprietários ou possuidores cujos imóveis venham a ser beneficiados com a obra e que não tenham manifestado adesão em relação a esta, será publicado Edital detalhando os respectivos valores para efeito de lançamento da cobrança da contribuição de melhoria e lançamento em Dívida ativa, tudo em conformidade com o Código Tributário Municipal.

§ 3º - Os respectivos valores dos proprietários ou possuidores cujos imóveis venham a ser beneficiados com a obra e que não tenham manifestado adesão em relação a esta serão custeados pelo Município, evitando-se, assim, por interesse público, o fracionamento da obra, devendo ser posteriormente ressarcidos aos cofres públicos conforme previsão contida no § 2º deste Artigo.

§ 4º O prazo de garantia dos serviços contratados será de no mínimo 05 (cinco) anos.

Art. 3º As formas de pagamento destinadas à execução dos serviços de pavimentação de determinada rua ou avenida pertinente à adesão dos 70% (setenta por cento) dos proprietários ou possuidores lindeiros ficará a critério da empreiteira que realizará os serviços, ficando, o Município, isento de qualquer responsabilidade financeira no caso da eventual inadimplência dos proprietários que aderirem ao programa.

Parágrafo Único: Os preços por m² praticados na execução das ruas terão como limite máximo os valores da tabela SINAP do mês de adesão ou outra tabela oficial adotada pela Administração Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 4º No caso das vias públicas alvo do Programa de Pavimentação Participativa que possuírem imóvel (is) público (s) e outras áreas de uso comum, como entroncamentos de vias, será de responsabilidade do Município o ônus dessas áreas.

Art. 5º - A pavimentação nas áreas públicas do Município, deverá ser precedido de processo licitatório para a definição do valor a ser suportado pelo mesmo, conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal, e lei 8.666/93.

§ 1º Na pavimentação das áreas públicas, o Município poderá participar na obra ou serviço com o material e a mão-de-obra.

Art. 6º Todos os projetos de reurbanização, sejam eles fornecidos ou não pelo Município, antes do início das obras, deverão obter a aprovação da Administração Municipal e estar dentro das especificações técnicas.

§ 1º O Município fiscalizará a técnica e os materiais empregados para cada obra ou serviço delegado, tendo, este, pleno exercício do poder de Polícia sobre a execução das obras, em conformidade com o projeto aprovado por este e as normas locais aplicáveis, sendo tomadas as medidas cabíveis para o caso de incorreta execução, podendo, inclusive, aplicar as penalidades previstas em lei.  
§ 2º Caberá à Secretaria Municipal de Obras a emissão da Ordem de Serviço para cada obra autorizada nos termos desta lei.

Art. 7º As obras do PPP serão executadas por empresas devidamente credenciadas no órgão competente da Administração Municipal, na forma da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

§ 1º Para o credenciamento das empresas, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à:

- Habilitação jurídica;
- Qualificação técnica;
- Qualificação econômico-financeira;
- Regularidade fiscal.

Art. 8º Os proprietários dos imóveis incluídos no Programa de Participação Comunitária, mediante comprovação de quitação de suas respectivas quotas, ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - no primeiro ano (exercício) em que as obras acontecerem.

Art. 9º O Poder Público Municipal poderá realizar o pagamento de até 30% (trinta por cento) pertinente à adesão para execução dos serviços de pavimentação de determinada via pública, podendo, esse, ser também em serviços e insumos.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 10 Nas obras do PPP, serão de responsabilidade do Município

os serviços de abertura da cancha, drenagem e travessas, maquinários (patrola, retroescavadeira) e insumos necessários à realização destes serviços.

**Art. 11** As responsabilidades adicionais da empresa executora dos serviços pelo regime do PPP, bem como a forma de participação do Município, serão estabelecidas em Decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 12** As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de cada um dos entes da administração, suplementadas se necessário.

**Art. 13** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as leis n° 2295 de 13 de abril de 2010 e 2494 de 12 de setembro de 2011.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Prefeitura de Navegantes, 14 DE OUTUBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de outubro de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 005/2013 Fuman**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2013 FUMAN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO PICK UP O KM PARA ATENDER A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: dia 29/10/2013 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: dia 29/10/2013 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 15 de outubro de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

## **Nova Trento**

### **PREFEITURA**

### **Decreto N° 123/2013**

DECRETO n° 123/2013

CONVOCA OS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 11/2013 QUE NOMINA PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 17 de outubro de 2013, munidos da documentação abaixo relacionada, observando o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

**Art. 2º** A efetiva contratação dos convocados dar-se-á a partir do dia 18 do mês de outubro de 2013.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 15 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto n° 123/2013)

### **CARGO MOTORISTA I**

Classificação	Nome completo
01	Alvocir Til

### **Portaria N° 955/2013**

PORTARIA N° 955/2013

Altera a Portaria n° 001 de 07/01/2013, que Dispõe Sobre a Composição e o Funcionamento da Comissão Permanente de Licitações.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Parágrafo 4º do artigo 51 da Lei Federal n° 8.666/93, alterado pela Federal n° 8.883/94 e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

**Art. 1º** O Art. 1º da Portaria n° 001/2013, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal, passa a ser composta conforme identificação a seguir:



**Art. 1º**

Presidente: Aprígio José Botameli  
Membros Efetivos: Catia Maria Burigo  
Lucas Budkewitz

Membros Suplentes: Moisés Cipriani  
Maria Cipriani

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de outubro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 08 de outubro de 2013.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO  
Secretário M. Administração e Finanças

**Resposta Impugnação Tomada de Preços 008/2013**  
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO da empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2013

Trata-se de análise de pedido de Impugnação ao Edital da Tomada de Preços nº 008/2013, interposto tempestivamente pela Empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 95.886.735/0001-70.

**DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA IMPUGNANTE:**

Pede a impugnação do edital licitatório, motivada pela formulação do item 8.6.1 ( L) do edital que segundo a impugnante, os resíduos a serem destinados deverão ser enviados a um aterro sanitário licenciado. Requer alteração do item, exigindo licença ambiental também para o destino final do lixo hospitalar.

**DA ANÁLISE:**

As normas do Edital convocatório devem ser seguidas pelos licitantes e pela própria Administração, pois é a lei do procedimento licitatório. Vincula as partes de forma que o princípio da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e todos os demais princípios informadores da licitação e do Direito Administrativo sejam seguidos. Em verdade, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e todas as suas regras, inspira várias normas inseridas no Estatuto de Licitações e, está intimamente ligado a outros princípios que devem nortear o procedimento licitatório, quais seja, o da isonomia entre os participantes, a competitividade e principalmente o da legalidade.

Quanto as argumentações da empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. EPP, estas podem ser assim resumidas:

1) 8.6.1 A empresa licitante deverá apresentar:

I) Comprovante de Licença de Operação para transporte de lixo hospitalar, emitida por Órgão Ambiental competente, de acordo com a Legislação vigente.;

Analisando as colocações da empresa impugnante e também doutrinas sobre o assunto, reconhece-se a procedência da impugnação em sua totalidade.

No edital estão dispostas as regras que devem vincular a Administração e os particulares interessados em participar no certame, que visam encontrar dentre os interessados a proposta mais vantajosa para a Administração, em atendimento ao interesse público, não esquecendo a sua responsabilidade ambiental. E é esse interesse

público que deve ser elemento norteador da Administração. Com as alterações efetuadas tem-se o objetivo maior de seguir a Resolução da FATMA IN - 58 - item 6.1 - L.

“Serviço de coleta e transporte rodoviário de resíduos de serviços de saúde e resíduos industriais classe I - resíduos perigosos, classe IIA - não inertes e classe IIB - inertes.

6.1 - L. Cópia da Licença Ambiental de Operação válida da empresa contratada para prestação do serviço de tratamento e destinação final dos resíduos coletados.”

**CONCLUSÃO:**

Assim, ante o acima exposto, decido:

a) Conhecer do pedido constantes da Impugnação ao Edital formulado pela empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. EPP, pois que tempestivo, e, no mérito, dar-lhe provimento;  
b) Fazer as alterações solicitadas que passarão a vigorar com os seguintes termos:

I) Comprovante de Licença de Operação para transporte e destino final de lixo hospitalar, emitida por Órgão Ambiental competente, de acordo com a Legislação vigente;

c) Fica então ANULADO o Certame Licitatório nº 106/2013 - Tomada de Preços nº 008/2013, devendo ser lançado novo edital com as exigências acima.

Nova Trento/SC, 14 de outubro de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Presidente Comissão de Licitações da Pref. Nova Trento

**Cassificação Final do Edital de Processo Seletivo Nº 11/2013**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 11/2013

A Comissão de Processo Seletivo, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 539/2013, após o período de interposição de recursos, torna pública a Classificação Final relativa ao Processo Seletivo nº 11/2013.

Art. 1º A Classificação Final do Processo Seletivo nº 11/2013 consta do Anexo Único do presente edital, no qual estão relacionados os nomes dos candidatos em ordem de classificação decrescente, já considerados os critérios de desempate.

Art. 2º A homologação da Classificação Final do Processo Seletivo nº 11/2013 deverá ser objeto de Decreto a ser editado pelo Prefeito Municipal de Nova Trento, o qual estabelecerá a datas e demais condições de contratação.

Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 10 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão

## Palhoça

### PREFEITURA

#### **Ata de Julgamento Pregão 171/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PRE-  
GÃO PRESENCIAL Nº. 171/2013

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 171/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Condicionador de ar devidamente instalado, para a Secretaria de Administração - Arquivo Público Municipal, de acordo com as especificações contidas nos anexos do edital convocatório.

#### **CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME CNPJ 16.677.803/0001-15, venceu em primeiro lugar o item 01. Totalizando a importância de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais).

Palhoça, 15 de outubro de 2013.  
SHIRLEY REGINA DE FARIAS  
PREGOEIRA

#### **Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº192/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 192/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº192/2013, no dia 02 de Dezembro de 2013, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº192/2013 tem como objeto a contratação de Agência de Propaganda visando à prestação de serviços de publicidade para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 14 de outubro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **Errata Nº 001 Pregão Nº 180/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I do Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 30/10/2013, às 09:00hs, a abertura do Pregão Presencial nº 180/2013. Os demais itens permanecem inalterados. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 14 de outubro de 2013. A PREGOEIRA.

#### **Errata Pregão 178-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA 02  
PREGÃO Nº. 178/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alterações na data de abertura do edital convocatório do PREGÃO PRESENCIAL nº.178/2013, ficando aprazado para dia 30/10/2013 às 14:00 hs para recebimento das propostas, abertura e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 14 de outubro de 2013  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal.

#### **Resultado Pregão Nº 174/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 174/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de eletrodomésticos e utensílios para os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino deste Município. de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

#### **CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 04 e 05 totalizando R\$ 3.888,50 (três mil oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).  
COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 02, totalizando R\$ 3.915,00 (três mil novecentos e quinze reais).  
M.J.G. TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 03 totalizando R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais).

Palhoça, 14 de outubro de 2013.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### **1º Termo de Retificação - Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 143/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **1º TERMO DE RETIFICAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 143/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação com lajotas sextavadas de concreto para as ruas John Kennedy, área de 1.492,05m² e Simeão Alves de Almeida área de 1.495,20m².com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. Tipo: Empreitada por Preço Global, Menor preço por item; Entrega dos envelopes: 31/10/2013 às 08:30hs;

Início da Sessão Pública: 31/10/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de outubro de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 146/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2013.** Objeto: Registro de preços para a contratação de laboratório para confecção e fornecimento de próteses odontológicas removíveis totais e parciais, destinados aos pacientes encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 29 de outubro de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 29/10/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de outubro de 2013

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Passos Maia**

**PREFEITURA**

### **Lei Nº 713, de 16 de Outubro de 2013**

LEI Nº 713, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

"INSTITUI E AUTORIZA INCENTIVOS AO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO PARA FINS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a incentivar o parcelamento do solo urbano para fins residenciais, comerciais e industriais nos termos desta LEI.

Art. 2º. Para incentivar a produção de terrenos urbanizados e a regularização fundiária urbana, o Município poderá, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, custear todas as despesas necessárias a implantação e/ou regularização do loteamento, desde a elaboração do projeto de técnico do loteamento (inclusive o licenciamento ambiental), execução dos serviços topográficos e a implantação de toda a infraestrutura urbana como: vias de circulação, pavimentação, drenagem pluvial, rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica domiciliar, iluminação pública e demais obras de urbanização exigidas pela legislação pertinente, mediante o ressarcimento de

todas as despesas pelo proprietário/loteador, através da doação de lotes urbanizados em valor correspondente as despesas realizadas pela municipalidade.

Parágrafo único: Para fins de compensação das despesas, os terrenos transferidos ao Município deverão ser avaliados, tendo como parâmetro os preços de mercado.

Art. 3º. As áreas destinadas à circulação e a instalação de equipamentos urbanos e comunitários exigidas pela legislação que regula o parcelamento de solo não podem ser consideradas no cálculo para fins de ressarcimento das despesas realizadas pelo Município §1º. São áreas de circulação: as vias públicas, de uso comum, consistentes em praças e ruas, proporcionais à área do loteamento.

§2º. Consideram-se equipamentos urbanos os bens e espaços destinados ao abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais e rede de telefonia, mesmo por concessão do Poder Público.

§3º. Consideram-se comunitários os equipamentos e espaços destinados à educação, cultura, saúde, esporte e lazer e outras atividades destinadas ao bem estar da coletividade.

Art. 4º. A concessão dos incentivos previstos nesta observará o planejamento da gestão municipal, ficando condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento municipal vigente ou em seus créditos adicionais.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

### **Lei Nº 714, de 16 de Outubro de 2013**

LEI Nº 714, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER O USO DE IMÓVEL AO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a ceder o uso de imóvel ao Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Parágrafo único: A cessão de uso será realizada por meio do Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal



Registrado publicado em data supra.

**DOUGLAS AIGNER**

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

#### TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 002/2013

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.**

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 95.993.085/0001/62, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Ivandre Bocalon, portador do RG nº 1.510.345, CPF nº 625.625.769-34, doravante denominado CEDENTE, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401, nº 4600, Km 5, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.951.229/001-76, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, com sede na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.509.770/0001-88, , neste ato representada pelo Secretário de Estado Senhor JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 109.269 e do CPF nº 049.355.369-49, residente e domiciliado neste Estado, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de terreno do Município de Passos Maia, com 900,00 m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), localizado na Rua Augusta Zanchet, Centro, Passos Maia/SC, parte a ser desmembrada da matrícula registrado no Registro e Imóveis da Comarca de Ponte Serrada sob o nº 9.316, com 13.135,10 m<sup>2</sup> (treze mil cento e trinta e cinco metros e dez centímetros quadrados), localizada na Rua Augusta Zanchet, Centro, Passos Maia/SC, com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA de um Centro-Dia para Idosos, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO E DA CEDENTE, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DO SEU USO

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo para a construção de um Centro-Dia para Idosos.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O CEDENTE** deverá providenciar os equipamentos, materiais permanentes e recursos humanos necessários ao funcionamento do Centro-Dia de acordo com as leis, regras e diretrizes estipuladas pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A CESSIONÁRIA**, através de projetos realizados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, providenciará aquisição parcial de equipamentos e mobiliários destinados ao Centro-Dia.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O CEDENTE** se compromete a assumir a responsabilidade de apoiar na organização de acordo com as diretrizes da Política Nacional da Assistência Social, com a finalidade de prevenir situações de risco social e vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades e atendimento integral as famílias.

**SUBCLÁUSULA QUARTA - O CEDENTE** responsabilizar-se-á pela oferta de serviços, programas e projetos que fortaleçam vínculos familiares e comunitários e demais programas de transferência de renda, de acordo com nível de complexidade do equipamento social construído.

**SUBCLÁUSULA QUINTA - Fica estabelecido** que todas as despesas concernentes ao imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste termo, e demais outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, correrão por conta do CEDENTE.

**SUBCLÁUSULA SEXTA - A CESSIONÁRIA** obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o imóvel, e usá-lo exclusivamente para os fins estabelecidos nesta cláusula e cláusula primeira deste Termo, para que ao final do prazo de vigência do presente o mesmo seja entregue em boas condições.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA - É obrigação** do CEDENTE a apresentação da consulta de viabilidade da construção do equipamento social à CESSIONÁRIA.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DA MODALIDADE DA CESSÃO**  
A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Cláusula Segunda e suas respectivas subcláusulas.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA - Fica desde já autorizado** às partes rescindir de pronto a presente cessão caso seja dado fim ao imóvel cedido diverso do disposto na cláusula segunda do presente, não cabendo qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência da cessão de uso, o bem cedido deverá ser devolvido à CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo inicia na data da sua assinatura e termina em 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura, ou até eventual rescisão ou denúncia por qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O CEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Estado no prazo e na forma do art. 13, do Decreto Estadual nº 307, de 4 de junho de 2003.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis-SC, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas



partes.

E, por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinadas pelos partícipes, e pelas 2 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Passos Maia-SC, 9 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal de Passos Maia  
CEDENTE

JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA

Secretário de Estado  
CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

DOUGLAS AIGNER

009.844.399-27

KARINA PERIN

063.507.249-17

### **Lei N° 715, de 16 de Outubro de 2013**

LEI N° 715, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

“INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, DISPONDO SOBRE A PERMISSÃO DE USO PARA PUBLICIDADE E COM ENCARGOS DE CONSERVAÇÃO DOS REFERIDOS LOGRADOUROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente LEI:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA**

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Adoção de Logradouros Públicos permitindo que pessoas físicas e jurídicas adotem áreas públicas no Município de Passos Maia com os seguintes objetivos:

I - promover a participação da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, incluídos os cidadãos e empresas estabelecidos neste município, entidades civis e órgãos de classe, na manutenção, conservação e melhoria de logradouros públicos em conjunto com o Poder Público Municipal;

II - consentir ao adotante o benefício de ter sua marca associada à projetos de marketing urbanístico, ecológico, cultural e de responsabilidade social;

III - transformar os logradouros públicos em espaços agradáveis e humanizados, levando a população vizinha a assimilar esses espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Público Municipal;

IV - resgatar os espaços públicos com áreas verdes, fortalecendo-os como locais de referência que atendam às demandas da comunidade.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO PROCESSO DE ADOÇÃO**

Art. 2º. Para fins desta Lei, entende-se por adoção, o ato firmado por meio de Termo de Parceria entre o Município de Passos Maia e os cidadãos, empresas e entidades interessadas, com o intuito de administrar, nos termos do artigo anterior, logradouros públicos, assumindo estas os encargos e despesas decorrentes.

Art. 3º. Podem participar do Programa quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, sociedade amigos de bairro e pessoas físicas e jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no Município de Passos Maia.

Parágrafo único. Ficam excluídas da participação no Programa pessoas jurídicas relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei.

Art. 4º. Para dar início ao processo de adoção com vistas à assinatura do Termo de Parceria referido e definido no artigo anterior, a entidade ou a pessoa jurídica, interessada em adotar determinada área pública objeto desta lei, deve protocolar proposta de adoção junto ao Município de Passos Maia apresentando Carta de Intenção contendo habilitação física ou jurídica dos interessados, bem como, especificação do logradouro que pretende implementar.

Art. 5º. Para participação no Programa será necessária a assinatura de Termo de Parceria entre a entidade que vai assumir a adoção e o Poder Público Municipal, entendendo-se por Termo de Parceria o documento do qual constam as competências das partes estabelecidas nos artigos 7º e 9º desta LEI.

#### **CAPÍTULO III**

##### **DAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DA ADOÇÃO**

Art. 6º. A adoção de um logradouro público pode se destinar a:

I - sua urbanização, de acordo com projeto elaborado pelo departamento competente da Administração Pública Municipal ou por ele aprovado;

II - construção dos diversos equipamentos esportivos ou de lazer, de acordo com projeto elaborado pelo departamento competente da Administração Pública Municipal ou por ele aprovado;

III - conservação e manutenção do logradouro adotado;

IV - realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, de acordo com projeto apresentado para aprovação e assinatura do termo de acordo.

Parágrafo único: O acesso aos ambientes adotados se dará de forma livre e irrestrita a todos, sendo vedada a cobrança de taxa ou qualquer espécie de valor pecuniário para sua utilização.

Art. 7º. Caberá ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes:

I - a elaboração dos projetos de urbanização e construção dos logradouros públicos que venham a ser adotados;

II - a aprovação dos projetos de urbanização e construção dos logradouros públicos que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal em função do termo de acordo estabelecido;

III - a fiscalização das obras e do cumprimento do termo de acordo estabelecido.

IV - fornecer as instruções necessárias, dirimindo as dúvidas eventualmente surgidas sobre o cumprimento dos encargos da empresa adotante;

V - fazer pintura dos meios-fios;

VI - divulgar a parceria nos meios de comunicação social.

Parágrafo único: O setor de engenharia da Prefeitura Municipal de Passos Maia auxiliará na elaboração, aprovação e fiscalização dos projetos referidos nos incisos deste artigo.

Art. 8º. A adoção de logradouros públicos opera-se sem prejuízo da função do Poder Executivo de administrar os próprios municípios.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 9º. Caberá à entidade ou pessoa física ou jurídica adotante a responsabilidade de:

I - apresentar documentação necessária para aprovação do referido projeto;

II - assinar Termo de Parceria;  
III - zelar pela manutenção e conservação do projeto;  
IV - cumprir fielmente as cláusulas estabelecidas em termo de parceria;  
V - realizar os trabalhos e a execução dos projetos elaborados pelo Poder Executivo Municipal, com verba, pessoal e material próprios ou através de empresa cadastrada no município;  
IV - desenvolver programas que digam respeito ao uso da praça pública, de esportes ou área verde, conforme estabelecidos no projeto apresentado.

**Art. 10º.** As entidades e pessoas físicas e jurídicas, que vierem a participar do Programa, deverão zelar pela manutenção, conservação, recuperação e iluminação da área que adotar, bem como a elaboração e execução dos trabalhos de arborização, com a adoção de sementes e mudas de árvores, seguindo estritamente a orientação do Poder Público Municipal.

§ 1º - O adotante poderá optar, em se tratando de praças, bosques, parques municipais e outras áreas de grande extensão, mantidas ou não pela administração pública, pela adoção parcial, construção ou restauração de prédios, abrigos, espaços ou ninchos, conforme projeto elaborado pelo departamento competente do Executivo Municipal ou por ele aprovado.

§ 2º - A adoção poderá ser feita por intermédio de uma ou mais empresas ou consórcio - especialmente formalizado para esse fim - sendo que a responsabilidade poderá ser solidária ou específica para cada ação empreendida.

§ 3º - Com a aprovação do projeto e cumpridas as exigências desta lei, sua execução poderá se dar por etapas, sendo o gerenciamento de responsabilidade do órgão competente do Município, podendo ser transferido para as empresas ou consórcio adotantes mediante sua autorização.

## CAPÍTULO V DOS BENEFÍCIOS PELA ADOÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

**Art. 11.** A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do Termo de Parceria, a afixar, na área adotada, uma ou mais placas padronizadas alusivas ao processo de colaboração com o Poder Executivo Municipal, bem como o objetivo da adoção, conforme modelo a ser estabelecido no decreto regulamentador.

**Parágrafo único:** O ônus com relação à veiculação da publicidade será de inteira responsabilidade do adotante, observados os critérios estabelecidos em legislação pertinente.

**Art. 12.** Caso a entidade adotante se trate de sociedade civil sem fins lucrativos, poderá a mesma usar dos espaços adotados para fins de publicidade a fim de arrecadar fundos para a consecução dos objetivos estabelecidos no termo de parceria.

**Parágrafo único:** Fica proibida qualquer publicidade relacionada a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei, notadamente aquelas que possam promover a violência.

**Art. 13.** O Termo de Parceria não poderá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante a não ser aqueles estabelecidos nesta lei, principalmente no que diz respeito à concessão de uso ou permissão de uso, sendo revogável unilateralmente pela Administração Pública, sem ônus para esta, quando o interesse público o exigir.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 14.** Esta lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar de sua publicação, no qual se estabelecerá, entre outras medidas:

I - os órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos citados no

art. 4º desta lei;

II - a forma e tipo da publicidade;

III - na forma e tipo de publicidade estabelecida no art. 11 desta lei.

**Art. 15.** A adoção de logradouros públicos opera-se sem prejuízo da eventual realização de ações, como pequenos reparos e melhorias, por iniciativa de pessoa física ou jurídica que não objetive a sua adoção permanente, em logradouros públicos não adotados pelo Programa de que trata esta lei.

**Parágrafo único:** As ações previstas no caput não acarretarão os encargos e nem ensejarão os benefícios de que trata o Programa, podendo ser desenvolvidas mediante autorização e sob orientação do órgão competente do Poder Público Municipal.

**Art. 16.** As benfeitorias realizadas pelo adotante não poderão alterar a natureza do uso e gozo do bem público, nem gerar quaisquer direitos de ressarcimentos das despesas realizadas pelo mesmo.

**Art. 17.** O Termo de Parceria celebrado poderá, a qualquer momento, ser rescindido pelas partes, por razões subjetivas, ou por descumprimento das cláusulas, mediante prévio aviso expresso com 30 (trinta) dias de antecedências.

**Art. 18.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2013.

**IVANDRE BOCALON**

Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra.

**DOUGLAS AIGNER**

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

### Portaria N° 430/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA N° 430/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

**AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Jade Maria Gomes Bitencourt, brasileira, portadora do CPF nº 664.628.789-91, matrículas nº 14 e 10865, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 31/10/2013, conforme benefício nº 6033533740 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 11 de Outubro de 2013.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

**ALMERY ALCIDES VIEIRA**

Secretário Municipal de Administração

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### Lei N° 34

Lei N° 34, de 10 de abril de 2013.

**EMENTA: INSTITUI O VALE ALIMENTAÇÃO NO AMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE PESCARIA BRAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pescaria Brava, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Art. 13, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e Art. 29, inciso II, do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal, autorizado a instituir por resolução, vale-alimentação, a seus servidores da ativa.

Parágrafo único- A resolução que instituir o vale-alimentação de que trata o caput deste artigo, regulamentara também, a forma de sua concessão.

Art. 2º. O valor unitário de benefício previsto nesta Lei é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser reajustado anualmente, pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, através de resolução da mesma.

Art. 3º. O valor referente a concessão do vale-alimentação, não se incorpora ao vencimento ou remuneração do servidor para quaisquer efeitos e, sobre ele, não incidirá contribuição trabalhista ou previdenciária.

Art. 4º. Os recursos para implementação e execução desta Lei correrão por conta do orçamento o Poder Legislativo, em 1º de janeiro de 2014, ficando o mesmo, autorizado a proceder às alterações necessárias.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será implantada a partir de 01 de janeiro de 2014. Revogando-se as disposições em contrário.

Pescaria Brava, 10 de abril de 2013.  
ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal de Pescaria Brava

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Decreto N° 3.884, de 14 de Outubro de 2013

DECRETO N° 3.884, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013  
DISPENSA SERVIDORES DO PONTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, VIII, da Lei Orgânica, e CONSIDERANDO o Dia do Servidor Público comemorado no dia 28 de outubro de 2013, segunda-feira,

DECRETA:

Art. 1º Ficam dispensados do ponto, no dia 28 de outubro de

2013, os servidores públicos da administração municipal direta e indireta, em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Parágrafo único A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de outubro de 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### Decreto N° 3868/2013 - de 02 de Setembro de 2013

DECRETO nº 3868/2013 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2013

“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Euzebio Calisto Vieceli, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto – SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o estabelecido na Lei Municipal nº 81/99 de 12/11/99 e demais normas legais aplicáveis à matéria:

Decreta:

Artigo 1º. Fica concedido APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE, para o servidor público municipal VALDIR ANTONIO NEIS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 296.662.609-72 PIS/PASEP 10704204794, RG Nº 742.239, MATRÍCULA Nº 531-1, ocupante do cargo de provimento efetivo OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA II, Nível TSO -08 D do Quadro de Pessoal do Município de Pinheiro Preto, Lei Complementar nº 142 de 25 de março de 2008, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Artigo 2º O Tempo de Contribuição do servidor, devidamente comprovado pelas certidões de Tempo de Contribuição parte integrante do presente Decreto, é o seguinte:

Certidão INSS emitida Em 11/09/2008	12 anos, 05 meses e 10 dias.
Certidão Tempo de Contribuição do Município de Pinheiro Preto, Datado de 31/08/2013	29 anos, 06 meses e 9 dias.
Tempo de acordo com Certidões	42 anos, 01 mês e 19 dias.
Total Tempo de Contribuição	42 anos, 01 mês e 19 dias.

Artigo 3º. O valor dos proventos de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição, reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices repassados aos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto.

Artigo 4º. Nesta data o valor dos proventos de aposentadoria, que ora se concede equivale a R\$ 2.513,27 (dois mil quinhentos e treze reais e vinte e sete centavos), conforme cópia da folha de pagamento, cópia integrante do presente DECRETO.

Artigo 5º Declara a vacância do cargo de OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA II, Nível TSO -08 D do Quadro de Pessoal do Município de Pinheiro Preto – SC, Lei Complementar nº 142 de 25 de março de 2008, na forma prevista no artigo 68 da Lei Complementar nº 016/92 de 17-11-92 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Artigo 6º. As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato serão por conta de dotações próprias do Instituto de



Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto – SC – IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 7º. Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º. Revogam – se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 02 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Decreto N° 3869/2013 - de 02 de Setembro de 2013**  
DECRETO nº 3869/2013 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2013  
“CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Euzebio Calisto Vieceli, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto – SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o estabelecido na Lei Municipal nº 81/99 de 12/11/99 e demais normas legais aplicáveis à matéria:

Decreta:

Artigo 1º. Fica concedido APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE, para o servidor público municipal VALDIR DOMINGOS BENDER, brasileiro, casado, nascido em 21 de outubro de 1956, inscrito no CPF sob nº 501.883.649-00 PIS/PASEP 10555782317, RG Nº 1.333.811, matrícula nº 566/1, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, Nível TSO -07 C do Quadro de Pessoal do Município de Pinheiro Preto, Lei Complementar nº 142 de 25 de março de 2008, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º O Tempo de Contribuição do servidor, devidamente comprovado pelas Certidões de Tempo de Contribuição parte integrante do presente Decreto, é o seguinte:

Certidão INSS emitida Em 17/09/2008	14 anos, 04 meses e 24 dias.
Certidão Tempo de Contribuição do Município de Pinheiro Preto, Datado de 30/08/2013	23 anos, 6 meses e 16 dias.
Tempo de acordo com Certidões	37 anos, 11 meses e 10 dias.
Total Tempo de Contribuição	37 anos, 11 meses e 10 dias.

Artigo 3º. O valor dos proventos de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição, reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices repassados aos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto.

Artigo 4º. Nesta data o valor dos proventos de aposentadoria, que ora se concede equivale a R\$ 2.212,77 (dois mil e duzentos e doze reais e setenta e sete centavos), conforme cópia da folha de pagamento, cópia integrante do presente DECRETO.

Artigo 5º Declara a vacância do cargo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, Nível TSO -07 C do Quadro de Pessoal do Município de Pinheiro Preto – SC, Lei Complementar nº 142 de 25 de março de 2008, na forma prevista no artigo 68 da Lei Complementar nº 016/92 de 17-11-92 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Artigo 6º. As despesas decorrentes com a execução do presente

Contrato serão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto – SC – IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 7º. Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º. Revogam – se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 02 de setembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

## Pomerode

### PREFEITURA

#### Dispensa de Licitação N° 004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2013

Processo Administrativo nº 021/2013.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratado: ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ - HOSPITAL E MATERNIDADE OASE.

Objeto: PARCERIA-FINANCEIRA-OPERACIONAL DE SOBREAVISO MÉDICO E PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL E MATERNIDADE OASE DE TIMBÓ/SC, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES DE SOBREAVISO 24 HORAS POR DIA, NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, PEDIATRA E ANESTESIOLOGIA, VIABILIZANDO CONDIÇÕES NECESSÁRIAS E ADEQUADAS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DENTRO DOS PRINCÍPIOS DOS SUS, DE GRATUIDADE, UNIVERSALIDADE E INTEGRALIDADE, CONFORME CONVÊNIO N.º 012/2013 FIRMADO EM 01/08/2013.

Valor total Convênio: R\$116.711,20 (cento e dezesseis mil, setecentos e onze reais e vinte centavos).

Prazo de vigência: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 14 de Outubro de 2013.

KELLY REGINA SCHWENGBER ZIMMER DALLMANN

Secretária Municipal de Saúde

#### Dispensa de Licitação N° 017/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 017/2013

Processo Administrativo nº 105/2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadores: ANA MARIA ROHLING e PORTO AÇO CONSTRUTORA INCORPORADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME.

Objeto: LOCAÇÃO DE CINCO (05) SALAS COMERCIAIS DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 649 - CENTRO, POMERODE/SC, PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA.**

Valor total Convênio: R\$52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

Prazo da locação: 12 meses.

Pomerode/SC, 15 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato N° 013/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2013

Processo Administrativo n.º 017/2013. Pregão Presencial n.º 008/2013. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratado: ESCOBRIQ LTDA EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS COM EXECUÇÃO E MONTAGEM PARA O CONSULTÓRIO DENTÁRIO DA UNIDADE DE SAÚDE DR. HOSRT WILHELM BERNHARDT EM TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor Total contratado: R\$4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). Prazo de execução: 31/10/2013.

Pomerode/SC, 17 de Setembro de 2013.

KELLY REGINA SCHWENGBER ZIMMER DALLMANN

Secretária Municipal de Saúde

**Extrato do Contrato N° 014/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 014/2013

Processo Administrativo n.º 018/2013. Pregão Presencial n.º 009/2013. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratado: BLUFORRO SERVIÇOS AUXILIARES A CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, PORTAS E FORRO DE PVC NO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA LUIZ ABRY, NR. 259 - CENTRO, POMERODE/SC, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PELA UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ E SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL. Valor Total contratado: R\$55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais). Prazo de execução: 31/10/2013.

Pomerode/SC, 25 de Setembro de 2013.

KELLY REGINA SCHWENGBER ZIMMER DALLMANN

Secretária Municipal de Saúde

**Extrato do Contrato N° 015/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 015/2013

Processo Administrativo n.º 019/2013. Pregão Presencial n.º 010/2013. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratado: GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR) PROVENIENTE DOS CENTROS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME AS CONDIÇÕES FIXADAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO. Valor Total contratado: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Prazo de vigência: 03/10/2014.

Pomerode/SC, 04 de Outubro de 2013.

WALTRAUD HINKELDEY

Secretária Interina Municipal de Saúde

**Extrato do Contrato N° 050/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 050/2013

Processo Administrativo n.º 098/2013. Inexigibilidade de Licitação n.º 008/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: EDITORA GRÁFICA OPET LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE UM SISTEMA DE ENSINO COMPOSTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES, INCLUINDO SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA EQUIPE DIRETIVA E DO CORPO DOCENTE, REFERENTE AO 4º (QUARTO) BIMESTRE DO ANO DE 2013. Valor Total contratado: R\$194.975,00 (cento e noventa e quatro mil e novecentos e setenta e cinco reais). Prazo de execução: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 26 de Setembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato N° 051/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 051/2013

Processo Administrativo n.º 092/2013. Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 003/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL. Valor Total contratado: R\$65.687,75 (sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos). Prazo de execução: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 02 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato N° 052/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 052/2013

Processo Administrativo n.º 092/2013. Tomada de Preços p/ Obras

e Serviços de Engenharia n.º 003/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: BLOCO PAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP. Objeto: RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL. Valor Total contratado: R\$122.426,00 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos e vinte e seis reais). Prazo de execução: 31/12/2013.

Pomerode/SC, 02 de Outubro de 2013.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

#### Extrato do Contrato N° 053/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO N° 053/2013

Processo Administrativo n.º 095/2013. Pregão Presencial n.º 049/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: RIVEL VEÍCULOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO PICKUP E TIPO HATCH, ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2013/2014, EM LINHA DE PRODUÇÃO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO NR. 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO EDITAL LICITAÇÃO. Valor Total contratado: R\$73.000,00 (setenta e três mil reais). Prazo de entrega dos veículos: 01/12/2013.

Pomerode/SC, 02 de Outubro de 2013.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

#### Extrato do Contrato N° 054/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO N° 054/2013

Processo Administrativo n.º 097/2013. Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 018/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: LYSING COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME. Objeto: IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA PONTE DA RUA ARTHUR REINERT - CENTRO, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO BÁSICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA QUE SÃO INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO. Valor Total contratado: R\$54.142,88 (cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Prazo de execução da obra: 06/11/2013.

Pomerode/SC, 07 de Outubro de 2013.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Porto Belo (SC), torna público às empresas cadastradas no Município em conformidade com a Lei 8.666/93 a abertura da Tomada de Preço n° 001/2013-FUNTUR.

Objeto: A presente Tomada de Preço consiste em selecionar a menor proposta de valor global, objetivando a reforma dos flutantes do Pier Municipal "Manoel Felipe da Silva Neto", conforme especificações técnicas descritas no edital.

Recebimento e abertura das Propostas: As 09:00 horas do dia 30/10/2013, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC, ou [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br).

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 14 de Outubro de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO  
Secretária de Administração

CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° 001/2013-PMPB, 001/2013-FMS, 001/2013-FMEDUCA, 001/2013-FUNTUR, 001/2013-FMAS, 001/2013-FME, 001/2013-FUNSAN, 001/2013-FMC e 001/2013 FAMAP.

Sector	Departamento de Compras
Tipo	Menor técnica e preço

Objeto O objeto da presente Concorrência é a contratação de prestação de serviços de publicidade e propaganda, compreendendo seu planejamento, estudo, pesquisa, criação, produção, distribuição, veiculação e controle de peças ou campanhas publicitárias de interesse público e demais serviços diretos e/ou indiretos inerentes à atividades publicitárias, não vedadas pela Lei n° 12.232/2010, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal de Porto Belo, a serem realizadas de forma direta ou indireta, conforme especificações técnicas descritas no edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTAS DE PREÇOS, HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO: até o dia 26/11/2013 às 10:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/11/2013 às 14:00 horas.

REGIMENTO: Lei n.º 12.232, de 29.04.2010, e mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis n.º 4.680 de 18.06.1965 e n.º 8.666 de 21.06.1993 e modificações posteriores.

MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos estarão à disposição no Departamento de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Porto Belo, localizada na Av. Governador Celso Ramos, 2.500- Centro - Porto Belo - SC, informações pelo email [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br) ou pelo telefone (47) 3369-4111.

# Porto União

## PREFEITURA

### Portaria N.º 702/2013 - RH

PORTARIA Nº 702, de 03 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ivete de Fátima Meredyk Paulichen, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 703/2013 - RH

PORTARIA Nº 703, de 07 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Antonio Guilherme Wachtel Junior, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 704/2013 - RH

PORTARIA Nº 704, de 07 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 07 de outubro de 2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Unico para os servidores Públicos do Município, à servidora Marion

Deki, ocupante do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 705/2013 - RH

PORTARIA Nº 705, de 09 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de outubro a 29 de novembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Renato Anton, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Eusébio Kuhsler que está afastado para Tratamento de Saúde.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 706/2013 - RH

PORTARIA Nº 706, de 14 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 050, de 21 de janeiro de 2013 que Concede Função Gratificada, à servidora efetiva Rozane Meneguzzo Vargas Lanzasini.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 707/2013 - RH**

PORTARIA Nº 707, de 14 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Dalila Tania Vogel, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 708/2013 - RH**

PORTARIA Nº 708, de 14 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, a servidora efetiva Rozane Meneguzzo Vargas Lanza, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Compras e Licitações, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.081, de 16 de janeiro de 2013.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Extrato Edital de Licitação P. P. 012/2013**

Município de Porto União - SC

Secretaria Municipal de Saúde

Processo Licitatório 031/2013

Modalidade Pregão Presencial 012/2013

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna público que irá realizar através da Secretaria Municipal de Saúde, processo licitatório na modalidade pregão presencial, tipo menor preço global objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de próteses dentárias para atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde de Porto União. Recebimento e abertura dos envelopes serão no dia 31 de outubro de 2013, às 14:00 horas, na Secretaria Municipal de Saúde. O Edital encontra-se a disposição dos interessados na Coordenadoria de Licitações da Secretaria Municipal da Saúde no horário das 08:30 as 12:00 e das 13:30 as 18:00 horas, sita na Avenida João Pessoa, 1454 - telefone 42-3522-1496, ramal 210, podendo ainda ser obtido pelo e-mail [compras.suspu@sincronet.com.br](mailto:compras.suspu@sincronet.com.br)

Porto União SC, 14 de outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**Extrato Edital de Licitação P.e 006/2013 - Sma**

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde

Processo Licitatório 033/2013 - Pregão Eletrônico Nº 006/2013 - SMS

Objeto: Aquisição de material hospitalar destinados para uso em procedimentos realizados nas Unidades de Saúde de Porto União de Porto União;

Forma de Pregão: Eletrônico - Tipo Menor preço por item;

Recebimento das Propostas: até as 12:00 horas do dia 30/10/2013;

Início da Sessão: as 13:30 horas do dia 30/10/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Porto União, 14 de outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**Presidente Castello Branco****PREFEITURA****Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº90/2013**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 90/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC. O item "fita cirúrgica, micropore, hipoalérgica, medida de 2,5cm x 10mts" a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2013, ocorre que a utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, este item, com as quantidades esgotadas deve ser acrescido, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 08.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades da fita cirúrgica, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 72.472,82 (setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais, com oitenta e dois centavos), para R\$ 72.531,65 (setenta e dois mil, quinhentos e trinta e um reais, com sessenta e cinco centavos), diante das quantidades acrescidas.

VIGÊNCIA: 10/10/2013 a 31/12/2013.

MARISA PETKOV TALINI

Secretária Municipal de Saúde

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal



**Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 16/2013**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO N° 16/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: VIASUL COMÉRCIO E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA

OBJETO: Aquisição de Pneus Novos, Câmaras de Ar Novas e Colarinhos Novos, para reposição em veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2013. O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda de todo o ano de 2013, ocorre que a utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que as atividades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio continue a serem exercidas, as quantidades devem ser acrescidas.

O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 30.

VALOR: Em razão do acréscimo nas quantidades, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 227.764,00 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais), para R\$ 228.244,00 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: 11/10/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

**Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 95/2013**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO N° 95/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: ALCAPLAS INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de sacolas plásticas destinadas a Coleta Seletiva de Lixo. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda de todo o ano de 2013, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que a distribuição das sacolas plásticas aos munícipes continue a ser executada, as quantidades devem ser acrescidas.

O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos itens citados no presente aditivo do contrato n° 95/2013.

PREÇO: Em razão do acréscimo nas quantidades das sacolas plásticas, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 26.070,00 (vinte e seis mil, com setenta reais), para R\$ 31.302,04 (trinta e um mil, trezentos e dois reais, com quatro centavos), diante das quantidades acrescidas.

VIGÊNCIA: 10/10/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

**Rio do Sul****PREFEITURA****Lei 5.412**

LEI N° 5.412, de 15 de outubro de 2013.

"AUTORIZA A CESSÃO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL AO AUTOMÓVEL CLUBE DE LONTRAS, PARA REALIZAÇÃO DA ETAPA DO CAMPEONATO CATARINENSE DE AUTOMOBILISMO/2013."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder veículo ambulância com motorista e enfermeiro, para oferecer plantão na 9ª Etapa do Campeonato Catarinense de Automobilismo, a realizar-se nos dias 19 e 20 de outubro do corrente ano, no Autódromo do Paraíso Clube Campestre no município de Lontras - SC. Parágrafo único - O veículo mencionado no caput do artigo trata-se de veículo ambulância da marca Fiat Ducato Multi, placa MDI 3727, ano 2005, n° de frota 250, com motorista e enfermeiro.

Art. 2º- O empréstimo autorizado pela presente Lei, não gerará nenhum tipo de ônus ao município de Rio do Sul, ficando toda a responsabilidade de pagamento por eventuais danos ao veículo, do combustível utilizado, e as horas de serviço do profissional, a cargo da entidade solicitante.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

15 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**Decreto 3658**

DECRETO N° 3658, de 03 de outubro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE N° 091/2013.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto n° 3233/2013, o resultado da Carta Convite n° 091/2013, de 10.09.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- Diogo Machado Ulisses Figueiredo.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

19 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração.

**ANEXO AO DECRETO N° 3658/2013**

Carta Convite n° 091/2013, de 10.09.2013

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de assessoria jurídica que visem defender os interesses do município junto aos juizados e tribunais. Procuradoria Jurídica.

Participantes:

- Diogo Machado Ulisses Figueiredo;
- Fernanda Kruscinski.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- Diogo Machado Ulisses Figueiredo.

**Decreto 3667**

DECRETO N° 3667, de 08 de outubro de 2013.

“ALTERA A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO DECRETO N° 2.196 DE 31 DE OUTUBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. JUDIT MARIA BACH MULLER”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar n° 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar n° 073 de 20/11/2001, letra “c” inciso I do Artigo 19º e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto n° 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea “a”, art. 6º da EC n° 41/2003, c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contida na Decisão n° 3523/2013 e que diz respeito sobre a retificação na fundamentação legal, qual seja, artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41/2003, c/c o § 5º do art. 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério à Sra. Judit Maria Bach Muller, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n° 575.134-9 e CPF n° 652.245.079-87, domiciliado e residente na Rua Zulnei Petris, 225, no Bairro Budag, no município de Rio do Sul/SC, no cargo de Professora, nível 3 - classe C, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais e adicionais de 25%, com paridade, a partir de 1º de novembro de 2011.

Art. 2º - A presente concessão foi homologada no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da Decisão n° 3523/2013, em Sessão do dia 18/09/2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

08 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**Resolução 19/2013**

Rio do Sul, 14 outubro de 2013

**RESOLUÇÃO N° 19/2013**

“Resolve convocar a Sr. Osmar Cachoeira para assumir a titularidade do cargo de Conselheiro Tutelar.”

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 8.069/90 e Lei Municipal n° 2.947/94,

Considerando:

Que a Conselheira Tutelar Jenifer Janaina Padilha protocolou renúncia de cargo perante o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente de Rio do Sul em caráter irrevogável.

Que no último sufrágio foram eleitas três conselheiras tutelares suplentes, em ordem classificatória; sendo que a Sra. Shanna Wolff Sieves foi a primeira a ser convocada e registrou renúncia perante o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente de Rio do Sul em caráter irrevogável. E por ordem classificatória convoca o segundo suplente Sr. Osmar Cachoeira.

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar a Sr. Osmar Cachoeira para assumir a Titularidade do Cargo de Conselheiro Tutelar com início de suas atividades no dia 17 de outubro de 2013.

Artigo 2º - O Conselheiro Tutelar convocado deverá apresentar-se na sede do Conselho Tutelar na data supra-informada no horário das 7h30min, para assumir seu mandato.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, devendo oficial o Órgão Municipal competente para tomar as providências administrativas necessárias.

JULIO CESAR ALVES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul-  
CMDCA

**Termo de Convocação - Cleusa Berlanda Machado**

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CLEUSA BERLANDA MACHADO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 14 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Juliana Basckera**

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JULIANA BASCKERA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação

de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 14 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **Termo de Convocação - Marcia Helena Becker**

##### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARCIA HELENA BECKER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 14 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **Termo de Convocação - Rita de Cassia da Silva**

##### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) RITA DE CASSIA DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 14 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **Termo de Convocação - Salete Alves Paes**

##### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SALETE ALVES PAES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 15 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **Termo de Convocação - Stela Maria Rodermel Arruda**

##### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) STELA MARIA RODERMEL ARRUDA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 15 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **Termo de Convocação - Vanessa Ferreira**

##### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

##### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) VANESSA FERREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Senhor(a) VANESSA FERREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2013.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de outubro de 2013.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Claudemir de Souza	449.457.369-87	141650
Agostinho Humberto Pereira	336.584.632-87	142484
Atenor José Lotério	538.560.159-49	130667

Rio do Sul, 14 de outubro de 2013.

LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN  
Secretário Municipal da Fazenda

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Decreto Municipal N°. 67/2013

DECRETO N°. 67/2013, DE 27 SETEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 1.210,00 (Hum Mil Duzentos e Dez Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.006 - MANUT. DA SEC DE SEGURANÇA PÚBLICA

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 . OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90. APLICAÇÕES DIRETAS

REDUZIDO: 91

Valor: R\$ 1.210,00

Fonte: 00.00.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, anulada parcialmente dotação orçamentária da seguinte programação de despesa, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.006 - MANUT. DA DA SEC DE SEGURANÇA PÚBLICA

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 . OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90. APLICAÇÕES DIRETAS

REDUZIDO: 138

Valor: R\$ 1.210,00

Fonte: 00.00.00000

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, em 27 de Setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### Decreto Municipal N°. 68/2013

DECRETO N°. 68/2013, DE 27 SETEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,0 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.035 - MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 . OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90. APLICAÇÕES DIRETAS

REDUZIDO: 104

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 00.00.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, anulada parcialmente dotação orçamentária da seguinte programação de despesa, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.035- MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 . OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90. APLICAÇÕES DIRETAS

REDUZIDO: 102

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 00.00.00000

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, em 27 de Setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### Edital de Pregão Presencial N° 042/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 042/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de serviço de encarroamento de ônibus.



Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 28/10/2013 até as 09h00min.

Abertura: 28/10/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 15 de outubro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 59/2013- PR 59/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Empresa do ramo pertinente para Prestação de Serviços de Retífica de Motor, com fornecimento de Peças originais para o Veículo Ambulância Renault Master 2.5 Diesel 114CV, ano 2009/2010, motor GU9, Placa MII-3024, com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 18:00horas do dia 28 de outubro de 2013, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 29 de outubro de 2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, N° 400, Centro, Santa Rosa do Sul, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Contrato 100

CONTRATO N°. 100/2013

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa QUITERIA GALINDO DA SILVA estabelecida na cidade de NOVA MUTUN - MT, CNPJ n.029.478.674-08, neste ato representado pelo Sr. QUITERIA GALINDO DA SILVA, residente e domiciliado em NOVA MUTUN, CPF/RG n. 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de ALUGUEL DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO., em decorrência do Processo Licitatório n. 840/2013, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de ALUGUEL DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO., conforme

especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 793/2013.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 2.712,00(dois mil setecentos e doze reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
1	2,00	UND	ALUGUEL DE SALA COMERCIAL	1.356,00	2.712,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado AVISTA no ato da assinatura do contrato no recebimento do aceite do objeto licitado, sendo pago o referido aluguel antecipado para após usar o imóvel alugado, pagamento este feito através de depósito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ N° 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Conta Corrente para depósito.

**CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE**

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 793/2013

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.**

**PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.**

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

11018	243	28	2	49	Manutenção das atividades do FIA	339036150000	Locacao De Imoveis	100
10018	243	28	2	48	Manutenção das atividades do Conselho Tu	339036150000	Locacao De Imoveis	100

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.**

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.**

**CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO**

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO**

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/13.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO**

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 793/2013 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 10/10/13.

JACOB GILMAR JUNGES                      QUITERIA GALINDO DA SILVA  
Prefeito Municipal                      Contratada

Testemunhas:

ISOMAR SANDREI GRILLI  
Servidor Publico  
CPF: 029.143.279-43

LOURENÇO RIGO  
Servidor Publico  
CPF: 515.836.079-00

#### Contrato 99

CONTRATO Nº. 99/2013

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GRILLI & GRILLI LTDA ME estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n.82.694.498/0001-02, neste ato representado pelo Sr. FLAVIO GRILLI, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 42372747991 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MERENDA ESCOLAR PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC, DO ANO LETIVO DE 2013. , em decorrência do Processo Licitatório n. 823/2013, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MERENDA ESCOLAR PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC, DO ANO LETIVO DE 2013. , conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 19/2013.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais

previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após:a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 9.825,00(nove mil oitocentos e vinte e cinco reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
1	1.500,00	KG	Maçã, grau medio de amadurecimento, de 1ª qualidade	4,50	6.750,00
2	1.500,00	KG	Banana catura, semi madura, de 1ª qualidade, as bananas devem ser integras e sem rupturas	2,05	3.075,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 19/2013

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo



com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0401	12	306	18	2	14	Merenda escolar para ensino fundamental	339030070000	Gene-ros De Alimenta-cao	100
0401	12	306	18	2	14	Merenda escolar para ensino fundamental	339030070000	Gene-ros De Alimenta-cao	160
0401	12	306	18	2	15	Merenda escolar educação infantil	339030070000	Gene-ros De Alimenta-cao	100
0401	12	306	18	2	15	Merenda escolar educação infantil	339030070000	Gene-ros De Alimenta-cao	160
0401	12	306	18	2	14	Merenda escolar para ensino fundamental	339030070000	Gene-ros De Alimenta-cao	360

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 19/2013 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/10/13.

JACOB GILMAR JUNGES                      FLAVIO GRILLI  
Prefeito Municipal                          Contratada

Testemunhas:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Servidor Público

CPF: 029.143.279-43

LOURENÇO RIGO

Servidor Público

CPF: 515.836.079-00

**VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:**

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 823/ 2013, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/10/13.

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.778

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

**Lei Nº 3255/2013**

LEI Nº 3255, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

DENOMINA DE ANTONIO DZIEDICZ O PROLONGAMENTO DA RUA ANTONIO DZIEDICZ RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominado de Antonio Dziedicz o prolongamento da Rua Antonio Dziedicz localizada no Bairro Rio Vermelho Estação, com extensão de 215,00m e largura 12,00m conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 312/2013**

DECRETO Nº 0312, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, ida, Sandra M. Sadowski Andrzejewski, Mauro Siqueira Ramos, Raphael Bedim Bueno e Ricardo Antonio Homechen, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão do Edital de Credenciamento nº 252/2013, a realizar-se às 09:30 horas do dia 21 de outubro de 2013, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 316/2013**

DECRETO Nº 0316, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012

AUTORIZA HORÁRIO NATALINO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 742/1996,

**DECRETA**

Art. 1º Fica autorizado, conforme Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2014 celebrado entre o Sindicato do Comércio Varejista de São Bento do Sul e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Bento do Sul, o seguinte Horário Natalino para os meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014:

		LOJAS EM GERAL	SUPERMERCADOS
DIA	SEMANA	HORÁRIO	HORÁRIO
02	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Normal
03	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Normal
04	Quarta-feira	Até às 19:30 horas	Normal
05	Quinta-feira	Até às 19:30 horas	Normal
06	Sexta-feira	Até às 19:30 horas	Normal
07	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
08	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Normal
09	Segunda-feira	Até às 19:30 horas	Normal
10	Terça-feira	Até às 19:30 horas	Normal
11	Quarta-feira	Até às 19:30 horas	Normal
12	Quinta-feira	Até às 19:30 horas	Normal
13	Sexta-feira	Até às 19:30 horas	Normal
14	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
15	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Normal
16	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
17	Terça-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
18	Quarta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
19	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
20	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
21	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
22	Domingo	14:30 às 19:30 horas	Normal
23	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
24	Terça-feira	Até às 13:00 horas	Até às 17:00 horas
25	Quarta-feira - Natal	Fechado	Fechado
26	Quinta-feira	Normal	Normal
27	Sexta-feira	Normal	Normal
28	Sábado	Normal	Normal
29	Domingo	Fechado	Normal
30	Segunda-feira	Normal	Normal
31	Terça-feira	Fechado	Até às 17:00 horas
JANEIRO 2014			
01	Quarta-feira - Ano Novo	Fechado	Fechado
02	Quinta-feira	Normal	Normal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Decreto N° 317/2013**

DECRETO N° 0317, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO ELETRÔNICO DE PAGAMENTO, PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, PARA PAGAMENTO DE DESPESAS REALIZADAS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 15, inciso III, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993,

#### **DECRETA:**

Art. 1º A utilização do Cartão Eletrônico de Pagamento, pelos órgãos e entidades da administração pública municipal, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, para pagamento das despesas realizadas na aquisição de materiais, bens e serviços, nos estritos termos da legislação vigente, fica regulada por este Decreto.

Parágrafo único. O Cartão Eletrônico de Pagamento é instrumento de pagamento, emitido em nome do órgão ou entidade gestora e operacionalizado por instituição financeira autorizada, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado, na modalidade débito em conta, nos casos indicados em ato próprio da autoridade competente, respeitados os limites deste Decreto.

Art. 2º Sem prejuízo dos demais instrumentos de pagamento previstos na legislação, a utilização do Cartão Eletrônico de Pagamento para pagamento de despesas poderá ocorrer na aquisição de materiais, bens e contratação de serviços enquadrados como adiantamentos, conforme disposto na Lei Municipal nº 2.959 de 17 de fevereiro de 2012, e regulamentação complementar.

Art. 3º Além de outras responsabilidades estabelecidas na legislação e na regulamentação específica, para os efeitos da utilização do Cartão Eletrônico de Pagamento, ao ordenador de despesa caberá:

I - definir o limite de utilização e o valor para cada portador de cartão;

II - alterar o limite de utilização e de valor; e

III - expedir a ordem para disponibilização dos limites, eletronicamente, junto ao estabelecimento bancário.

Parágrafo único. O portador do Cartão Eletrônico de Pagamento é responsável pela sua guarda e uso.

Art. 4º O pagamento aos afiliados (estabelecimento comercial integrante da rede a que estiver associado a instituição financeira, onde podem ser efetivadas transações com o Cartão Eletrônico de Pagamento) deverá ser efetivado na data da compra, exigindo-se no respectivo comprovante de venda, emitido em duas vias pelo valor final da operação, ou mediante impositação de senha do Portador ou de assinatura eletrônica, conforme o caso.

§ 1º O pagamento deve ser realizado pelo valor do comprovante fiscal.

§ 2º É vedada a aceitação de qualquer acréscimo no valor da despesa decorrente da utilização do Cartão Eletrônico de Pagamento.

Art. 5º Não será admitida a cobrança de taxas de adesão, de manutenção, de anuidades ou de quaisquer outras despesas decorrentes da obtenção ou do uso do Cartão Eletrônico de Pagamento.

Art. 6º O portador do Cartão Eletrônico de Pagamento é responsável por sua guarda e uso e pela prestação de contas.

§ 1º Nos casos de roubo, furto, perda ou extravio de cartões,

caberá ao Portador comunicar o ocorrido a Instituição Financeira, ao responsável pelo Órgão/Entidade Gestora, ao Controle Interno e registrar boletim de ocorrência.

§ 2º No ato da comunicação do roubo, furto, perda ou extravio do Cartão Eletrônico de Pagamento a Instituição Financeira deverá fornecer confirmação e identificação do pedido de bloqueio do cartão.

Art. 7º No caso de roubo, furto, perda, extravio, ou de outro motivo que impossibilite a utilização do cartão de pagamento eletrônico, o servidor responsável pelo cartão, poderá realizar as despesas pertinentes com recursos próprios e, quando do seu retorno, mediante apresentação de justificativa, ser reembolsado nos valores exatos dos documentos fiscais apresentados.

Art. 8º Os Secretários Municipais e os Dirigentes das Entidades e Órgãos de Administração Indireta poderão expedir normas complementares para cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 3542/2013**

PORTARIA N° 3542, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Conceder, a partir de 01 de outubro de 2013, a gratificação de função FG 4 - Agente de Setor de Compras, ao servidor HIAGO DE SOUSA FERNANDES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria N° 3561/2013**

PORTARIA N° 3561, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a servidora MARCILIA RUTHES OLINISKY - Enfermeira/Coordenação dos ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

Corsa, placas LZS 2583

Corsa, placas MBI 0423

Corsa, placas MHW 3336

Celta, placas MMK 1823

Celta, placas MMJ 8823

Doblo, placas MFF 1106

Doblo, placas MFN 6248

Gol, placas MBL 6765

Gol, placas MFQ 9645

Gol, placas MFT 3739

Gol, placas MJS 2989

Montana, placas MJC 4066

Palio, placas MGX 5834

Peugeot, placas MJZ 8342

Uno, placas MCG 4284

Uno, placas MFN 8302

Uno, placas MFN 8322  
Moto, placa LZF 9341  
Moto, placa MBM 4715  
Moto, placa MCI 5882  
Moto, placa MCM 5592  
Moto, placa MDX 4852  
Moto, placa MHP 5875  
Moto, placa MGD 7353

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 3562/2013**

PORTARIA N° 3562, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.  
EXONERA COORDENADOR DE SERVIÇOS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Exonerar, a partir de 01 de outubro de 2013, JENIFER ANA DE MATOS, do cargo de Coordenador de Serviços de Atendimento de Protocolo, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 3563/2013**

PORTARIA N° 3563, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.  
NOMEIA COORDENADOR DE SERVIÇOS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2013, JENIFER ANA DE MATOS, no cargo de Coordenador de Serviços de Atendimento, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 3564/2013**

PORTARIA N° 3564, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013  
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

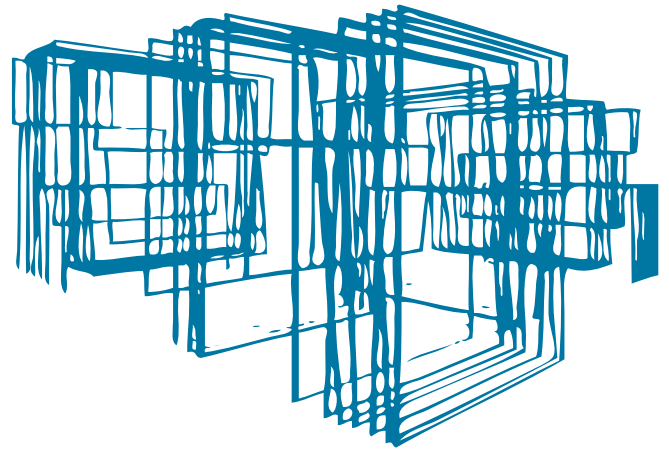
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ILDA MELNIK, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00018/13-7, de 09 anos, 09 meses e 13 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7028, de 09 de outubro de 2013.

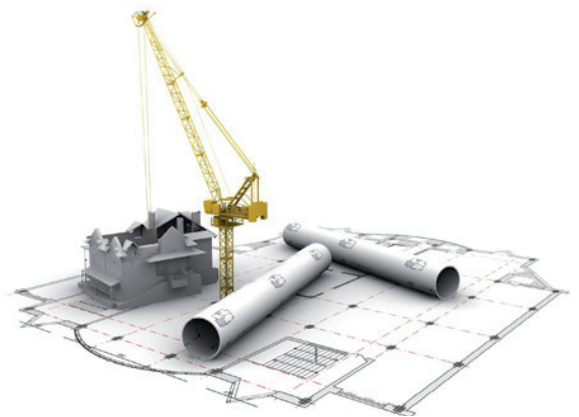
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 833/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 833/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACB2690	8492052518	6050/3	31/05/2013	R\$ 191,53	208
ADY2858	8492054184	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGL9514	8492051724	7463/0	03/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
AGX6185	8492052321	7463/0	26/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
AIC8715	8492054320	7463/0	26/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
AJM6946	8492054410	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOV6601	8492054189	7455/0	28/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOW1717	8492053869	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
APX3831	8492053528	6050/3	07/07/2013	R\$ 191,53	208
APZ2006	8492053497	7455/0	30/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
APZ3892	8492053759	7463/0	14/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
ARF1150	8492054129	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AVK6153	8492053003	7455/0	15/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AVK6153	8492053005	7455/0	16/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
AXE1170	8492054223	5673/2	25/07/2013	R\$ 85,12	183
CEM9677	8492054188	6050/3	27/07/2013	R\$ 191,53	208
DVO0886	8492052858	5673/2	06/06/2013	R\$ 85,12	183
EEZ7565	8492054239	6050/3	25/07/2013	R\$ 191,53	208
JWA8067	8492052780	7463/0	08/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
JWA8067	8492053000	7455/0	15/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LAF5219	8492054026	7455/0	22/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYH4038	8492054351	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ4411	8492054175	7455/0	28/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBI0088	8492052704	7455/0	05/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCA0099	8492053446	7455/0	28/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY6386	8492052661	7455/0	04/06/2013	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH9975	8492054380	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEN7216	8492054387	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP3368	8492053785	7463/0	14/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHN3999	8492053990	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHW1565	8492053861	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MXH8146	8492052595	6050/3	30/05/2013	R\$ 191,53	208
MIK4234	8492054391	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIQ8341	8492054110	7455/0	21/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJA0595	8492053964	7455/0	18/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC2257	8492054352	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJD5178	8492054362	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJD5178	8492054367	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJH2562	8492054399	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJK8770	8492054332	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ8342	8492053800	6050/3	14/07/2013	R\$ 191,53	208
MKJ2297	8492052900	7463/0	08/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKL5024	8492054303	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKX5193	8492054318	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLA6104	8492054208	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLA6104	8492054220	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLA6104	8492054221	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLC3022	8492054319	7455/0	25/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLE3463	8492053760	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLN1184	8492054436	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMB2303	8492054602	7455/0	05/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMK4311	8492054328	7455/0	29/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº124 1744/2013 e 1745/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1744/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKE7007	54593416E	6920/0	19/07/2013	R\$ 127,69	233
ARB3009	55728141D	6548/0	11/08/2013	R\$ 85,12	229
ARP6007	55728107D	6408/0	27/07/2013	R\$ 85,12	221
ARP6007	55728108D	6912/0	27/07/2013	R\$ 53,20	232
INV2535	54593405E	6920/0	16/07/2013	R\$ 127,69	233
LYZ3975	54592620E	6920/0	05/07/2013	R\$ 127,69	233
MAL2309	55444400C	5169/1	15/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MBH1158	54593425E	6920/0	24/07/2013	R\$ 127,69	233
MFD0280	54593412E	6920/0	18/07/2013	R\$ 127,69	233
MFP6259	55723017D	6726/1	23/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFT0167	54593314E	6920/0	05/08/2013	R\$ 127,69	233
MGD1921	55723960D	6599/2	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGD1921	55723961D	6580/0	24/07/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MHX8320	54593445E	6920/0	31/07/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1745/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGM3934	55512132D	5541/2	01/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
APH4396	55512618D	5967/0	01/08/2013	R\$ 191,53	203 * V
ICL7639	55723572D	5452/3	15/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
KUD4091	55726180D	6041/2	15/06/2013	R\$ 127,69	207
LYS1425	54592534E	5967/0	11/06/2013	R\$ 191,53	203 * V
MAV7666	54593377E	7234/0	11/08/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MCV2851	55723232D	5738/0	29/07/2013	R\$ 191,53	186 * II
MEN0828	55512161D	7366/2	28/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEQ3791	55512123D	5541/4	18/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHU1933	55512124D	5541/4	18/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN8422	55512298D	5541/2	12/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKZ5882	55512501D	5452/3	18/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1742/2013 e 1743/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1742/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGF3998	55725342D	5274/1	31/08/2013	175
BZC2875	54591571E	5320/0	28/09/2013	176 * V
BZC2875	54591572E	6408/0	28/09/2013	221
CKN7508	54591852E	5169/1	15/09/2013	165
CKN7508	54591854E	6726/1	15/09/2013	230 * XVIII
INQ0527	54593033E	6920/0	02/09/2013	233
LAG7656	54591804E	6920/0	06/09/2013	233
LYB8163	55725599D	6599/2	17/09/2013	230 * V
MAI4242	55724545D	6912/0	30/08/2013	232
MBO1099	55723577D	5010/0	31/08/2013	162 * I
MCO6412	55722945D	6670/0	02/09/2013	230 * XIII
MCO6412	55722946D	6700/0	02/09/2013	230 * XVI
MDE0576	54593150E	6599/2	03/09/2013	230 * V
MFS8776	54591807E	6920/0	06/09/2013	233
MGZ1575	55723578D	6599/2	03/09/2013	230 * V
MGZ1575	55723579D	5304/0	03/09/2013	176 * III
MJW8677	54593132E	6653/2	02/09/2013	230 * XI
MJW8677	54593134E	6726/1	02/09/2013	230 * XVIII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1743/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGF3998	55725344D	6181/0	31/08/2013	215 * II
AHL2121	55512758D	5541/2	06/09/2013	181 * XVII
AQR4388	55513114D	7366/2	13/09/2013	252 * VI
CKN7508	54591853E	5720/0	15/09/2013	186 * I
LVH9969	55512722D	5568/0	19/09/2013	181 * XIX
LXV5386	55724035D	6181/0	21/09/2013	215 * II
MGF5186	54044682D	5541/2	05/09/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 832/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 832/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACK5103	8492055887	5673/2	21/09/2013	183
ACZ0005	8492055113	5673/2	22/08/2013	183
AEB1023	8492055793	7455/0	14/09/2013	218 * I
AFJ9678	8492055776	7455/0	11/09/2013	218 * I
AKF3713	8492055997	7455/0	21/09/2013	218 * I
AMO1990	8492055593	7455/0	10/09/2013	218 * I
APO0892	8492055715	7455/0	14/09/2013	218 * I
APZ5184	8492055075	7455/0	22/08/2013	218 * I
APZ5184	8492055077	7455/0	22/08/2013	218 * I
ASV7600	8492055788	7455/0	13/09/2013	218 * I
BBG0557	8492055852	7455/0	11/09/2013	218 * I
BZM9481	8492055944	7455/0	18/09/2013	218 * I
BZM9481	8492055947	7455/0	19/09/2013	218 * I
CTX2015	8492055928	7455/0	24/09/2013	218 * I
CXI5050	8492055945	7455/0	19/09/2013	218 * I
DGX8981	8492055874	6050/3	19/09/2013	208
DKN2341	8492055878	5673/2	20/09/2013	183
DRE7515	8492055749	6050/3	13/09/2013	208
DVL5912	8492055690	6050/3	14/09/2013	208
DVL5912	8492055769	7455/0	14/09/2013	218 * I
EDA8655	8492055231	5673/2	03/09/2013	183
ICV8311	8492056060	7455/0	21/09/2013	218 * I
IGU0053	8492055787	7455/0	13/09/2013	218 * I
JHQ3855	8492056003	7455/0	23/09/2013	218 * I
JVO1780	8492056009	7455/0	18/09/2013	218 * I
KOT6968	8492055121	7455/0	23/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWZ7237	8492056089	7455/0	24/09/2013	218 * I
LXH6837	8492055673	6050/3	13/09/2013	208
LXI2161	8492055706	6050/3	16/09/2013	208
LXM2213	8492055712	7463/0	17/09/2013	218 * II
LYJ3215	8492056062	7455/0	21/09/2013	218 * I
LYM3517	8492055858	7455/0	15/09/2013	218 * I
LZD4698	8492056037	7455/0	23/09/2013	218 * I
LZI4968	8492055956	5673/2	18/09/2013	183
LZL8954	8492055745	6050/3	12/09/2013	208
LZR1213	8492055922	7455/0	21/09/2013	218 * I
LZS1793	8492055913	6050/3	21/09/2013	208
LZU7771	8492055808	7455/0	15/09/2013	218 * I
LZU7771	8492055872	7455/0	16/09/2013	218 * I
LZV4409	8492055988	7455/0	22/09/2013	218 * I
MAH8886	8492055818	7455/0	14/09/2013	218 * I
MAJ8831	8492055675	7455/0	14/09/2013	218 * I
MAJ8893	8492055665	7455/0	05/09/2013	218 * I
MAQ8605	8492055474	7455/0	06/09/2013	218 * I
MAV5895	8492056085	7455/0	21/09/2013	218 * I
MAW6241	8492055854	7455/0	14/09/2013	218 * I
MBB3532	8492055114	5673/2	23/08/2013	183
MBC6973	8492055081	7455/0	24/08/2013	218 * I
MBH2086	8492055680	6050/3	15/09/2013	208
MBK5002	8492055888	6050/3	21/09/2013	208
MBZ6620	8492055783	7455/0	12/09/2013	218 * I
MCK0669	8492055911	6050/3	21/09/2013	208
MCP2369	8492055093	6050/3	25/08/2013	208
MCT6746	8492056004	7455/0	23/09/2013	218 * I
MCX3936	8492055951	7455/0	23/09/2013	218 * I
MCX4652	8492056065	7455/0	21/09/2013	218 * I
MDJ2155	8492055855	7455/0	14/09/2013	218 * I
MDN2289	8492056035	7463/0	21/09/2013	218 * II
MDY0169	8492055759	6050/3	15/09/2013	208
MEH6581	8492055953	7455/0	24/09/2013	218 * I
MEK2542	8492055082	7455/0	25/08/2013	218 * I
MER3422	8492055743	5673/2	11/09/2013	183
MEU4471	8492055721	7455/0	13/09/2013	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEV5309	8492055826	7455/0	13/09/2013	218 * I
MFG5374	8492055848	7455/0	14/09/2013	218 * I
MFH5834	8492055700	7463/0	14/09/2013	218 * II
MFR6147	8492055889	6050/3	21/09/2013	208
MFS9876	8492055805	7455/0	14/09/2013	218 * I
MGF2533	8492055996	7455/0	20/09/2013	218 * I
MGF2816	8492054844	6050/3	19/08/2013	208
MGP7306	8492055737	6050/3	14/09/2013	208
MHB7832	8492055961	5673/2	22/09/2013	183
MHE3753	8492055176	7455/0	21/08/2013	218 * I
MHM8347	8492056042	7471/0	22/09/2013	218 * III
MIB4109	8492055688	6050/3	13/09/2013	208
MIC2069	8492055906	5673/2	22/09/2013	183
MIE6271	8492055992	7455/0	22/09/2013	218 * I
MIG7352	8492055791	7463/0	14/09/2013	218 * II
MIH2783	8492055097	6050/3	27/08/2013	208
MII9286	8492055810	7463/0	16/09/2013	218 * II
MIY0666	8492055103	5673/2	22/08/2013	183
MJC0677	8492055391	7455/0	29/08/2013	218 * I
MJC7741	8492055877	5673/2	20/09/2013	183
MJC9370	8492055735	6050/3	14/09/2013	208
MJK1158	8492056022	7455/0	19/09/2013	218 * I
MJN3496	8492055155	7463/0	23/08/2013	218 * II
MJO1895	8492055678	7455/0	15/09/2013	218 * I
MJQ1676	8492055059	7455/0	21/08/2013	218 * I
MJX9358	8492055938	7455/0	18/09/2013	218 * I
MKE8213	8492055994	7455/0	19/09/2013	218 * I
MKE9411	8492055083	7455/0	25/08/2013	218 * I
MKJ0373	8492055972	5673/2	21/09/2013	183
MKP2748	8492055079	7455/0	23/08/2013	218 * I
MKX7024	8492055708	7455/0	13/09/2013	218 * I
MLB6817	8492055111	6050/3	26/08/2013	208
MLF1708	8492055115	7471/0	24/08/2013	218 * III
MLH2611	8492055801	7463/0	12/09/2013	218 * II
MLV5500	8492055794	7463/0	14/09/2013	218 * II
MMD0602	8492055704	7455/0	15/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**SAMAE****Portaria/SAMAE/SBS N° 223, de 09 de Outubro de 2013.****"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria n° 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA LOURDES SPERKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista I, lotada nesta Autarquia, licença maternidade, conforme consta no artigo 213 da lei 228/2.001.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º compreende o período de 07/10/13 a 03/02/14.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**São Domingos****PREFEITURA****Decreto N° 1367, de 14 de Outubro de 2013.****DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal n° 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal n° 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual n° 1.706, de 17/12/12 e pela Lei Municipal n° 1.710 de 22/01/13;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 14.040,67 (quatorze mil, quarenta reais e sessenta e sete centavos) no Orçamento da Prefeitura Municipal dentro da seguinte modalidade de aplicação e fonte de recursos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
12.368.1005.2.042 - Manutenção das Atividades da Educação Básica Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	27	01.0058.00	14.040,67
Para Classificação Orçamentária:				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	31	01.0058.00	14.040,67

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 14 de Outubro de 2013.  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ  
Secretária de Administração e Fazenda

**Decreto N° 1368, de 14 de Outubro de 2013.****Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.**

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal n° 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei complementar n° 042, de 04/04/12 atualizada, pela Lei Complementar 045, de 06/11/12; e:

Considerando requerimento apresentado no Setor de Pessoal solicitando a exoneração do cargo.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora Eunice Plenz da Luz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n° 1084, de 07 de junho de 2011.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 14 de outubro de 2013.  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Portaria N° 1513, de 11 de Outubro de 2013.**

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal n° 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal n° 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar n° 042 de 04/04/12 e Lei Complementar n° 0045, de 06/11/12 e;; Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Nelvi Terezi-nha Chimello	Auxiliar de Serviços Gerais	21/03/12-13	10	14/10/13 a 23/10/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de outubro de 2013.  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.  
ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São João do Sul

## PREFEITURA

### Decreto N°. 127 de 03 de Outubro de 2013

DECRETO N°. 127 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS  
15.452.0112.2037 - COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO  
3.3.90.00.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas  
R\$ 32.000,00  
TOTAL R\$ 32.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos ordinários, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 03 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### Decreto N°. 128 de 07 de Outubro de 2013

DECRETO N°. 128 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 36.239,06 (trinta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e seis centavos) para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0201 - Gabinete do Prefeito  
04.122.0102.2002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.870,00  
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS  
02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS  
15.451.0111.2035 - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 8.100,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.122.0116.2023 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.769,06

12.361.0116.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0106.2012 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 17.500,00

TOTAL R\$ 36.239,06

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0201 - Gabinete do Prefeito

04.122.0102.2002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 870,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

15.451.0111.2035 - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.580,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 520,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.122.0116.2023 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.769,06

12.361.0116.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0106.2012 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 12.500,00

TOTAL R\$ 36.239,06

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 07 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração



**Decreto N°. 129 de 09 de Outubro de 2013**

DECRETO N°. 129 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.0049 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Alienação de Bens - Saúde, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 09 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**Decreto N°. 130 de 09 de Outubro de 2013**

DECRETO N°. 130 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 756,30 (setecentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0002 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.00.00.00.00.3105 - Aplicações Diretas R\$ 756,30

TOTAL R\$ 756,30

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados transferidos pelo FNDE/PDDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Programa Dinheiro Direto na Escola, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 09 de outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**Portaria N° 176 de 02 de Setembro de 2013.**

PORTARIA N° 176 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Atribuir exercício na Secretária Municipal de Educação ao Servidor ALDO MORETI CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, lotado na Secretária Municipal de Administração, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 02 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**Portaria N°. 175 de 02 de Setembro de 2013.**

PORTARIA N°. 175 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença Maternidade para a servidora ANA PATRÍCIA DE SOUZA VARGAS EMERIM, ocupante do cargo de Professora, por 120 dias, no período de 01/09/2013 a 29/12/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 02 de setembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**Licitação N° 031/2013-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**LICITAÇÃO Nº 031/2013-FMS**

Modalidade - Tomada de Preços nº 001/2013-FMS

Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE NO CENTRO DE SÃO JOÃO DO SUL, NUM TOTAL DE 302,63M² DE ÁREA A SER CONSTRUÍDA.

Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 13:45 horas do dia 31/10/2013.

A entrega do Edital e anexos deverá ser efetuada necessariamente na Prefeitura Municipal de São João do Sul, no setor de Licitações, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 13:00 às 19:00, informações pelo Fone: (0\*\*48) 3539-0113 e pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br.

São João do Sul - SC, em 16 de Outubro de 2013.

REJANE ELÍBIO DE BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MARLI DA ROSA CARDOSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**Licitação Nº 078/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 078/2013

Modalidade - Tomada de Preços nº 003/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, ARMAZENAMENTO E TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES SÓLIDOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS PRODUZIDOS NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 13:45 horas do dia 01/11/2013.

A entrega do Edital e anexos deverá ser efetuada necessariamente na Prefeitura Municipal de São João do Sul, no setor de Licitações, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 13:00 às 19:00, informações pelo Fone: (0\*\*48) 3539-0113 e pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br.

São João do Sul - SC, em 16 de Outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**Resumo de Homologação e Adjudicação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2013 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013 DE 20/09/2013.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA NA AV. NEREU RAMOS NUM TOTAL DE 2.917,16 M² DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA E PAVIMENTAÇÃO COM LADRILHO HIDRÁULICO DE 774,23 M² DE PASSEIOS, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, com o menor preço global de R\$ 260.715,24 (duzentos e sessenta mil, setecentos e quinze reais e vinte e quatro centavos). Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apensa ao processo licitatório à disposição dos interessados.

São João do Sul, 15 de Outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

**São José****CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 145/2013**

PORTARIA Nº 145/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - Conceder a Servidora CATIA CILENE DE SOUZA o benefício requerido, dando o direito a PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL, conforme processo nº 048/2013.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 03 de outubro de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

PRESIDENTE

**SJPREV****Aposentadoria**

DECRETO Nº 1544/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 14241/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor ELSON LUIZ COELHO, matrícula 380, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Receita, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de outubro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1380/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 6687/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional n° 41/2003,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARILÉIA TEREZINHA GIRARDI, matrícula 1829, ocupante do cargo de Atendente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, sendo composto de vencimento, quinquênio e insalubridade, conforme determina o art. 81 da Lei n° 2248/91, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de setembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1427/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 15053/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional n° 47 de 06/07/2005,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARIA ELIZABETE DE SOUZA CASTRO, matrícula 584, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria da Receita, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e promoção vertical, tendo direito a paridade o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de setembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1261/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 7965/2013 e com base no artigo 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsória, para a servidora VERA LUCIA TEIXEIRA, matrícula 13954, ocupante do cargo de Professora de Artesanato, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, com base na média das remunerações, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de agosto de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1260/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 5508/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional n° 41/2003,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora SÔNIA TEREZINHA SOUZA ISRAEL, matrícula 1409, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, sendo composto de vencimento, quinquênio e 20% de regência de classe, conforme determina a Lei n° 5183/2012, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de agosto de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1317/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 6952/2013 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20 de 16 de dezembro de 1998,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, por idade, para a servidora NAIR CATARINA DE SOUZA, matrícula 1457, ocupante do cargo de Professora de Artesanato, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, calculados com base na média das 80% (oitenta por cento) melhores contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de agosto de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1379/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 7606/2013 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora KETI MARIS PEREIRA ALVES, matrícula 15.602, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem da família, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, calculados com base na média das contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de setembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1275/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições

concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 5445/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional n° 41/2003,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora IVONE GORETI DA SILVA, matrícula 1886, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, sendo composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós-graduação e 20% de gratificação de função especializada, conforme determina a Lei n° 5183/2012, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de agosto de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1428/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 23625/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional n° 47 de 06/07/2005,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor ALTINO TEIXEIRA, matrícula 221, ocupante do cargo de Gari, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, adicional noturno e incorporação da insalubridade, tendo direito a paridade o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de setembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO N° 1400/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 7606/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda



Constitucional nº 41/2003,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora LUZIMÉRI MERIZE, matrícula 1171, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, sendo composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós-graduação e 20% da gratificação de regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de setembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Aposentadoria**

DECRETO - N.º 37.307/2012

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o n.º. 5494/2012, de 26/03/2012;

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do artigo 6º da EC 41/2003 e Lei Complementar Municipal nº 005/2002, aposentadoria voluntária por tempo de serviço/contribuição, com proventos integrais a Senhora MARIA DE LOURDES GONÇALVES GUANABARA, matrícula n.º 1251, nível MAG. PROF 10 A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professor, criado através da Lei Municipal nº 2.123/1990, regulamentada pela Lei Municipal nº. 4422/2006, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício deverão ser calculados sobre a integralidade dos vencimentos da Servidora, tendo por valor inicial a quantia de R\$ 3.056,52 (três mil cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2012.

DJALMA VANDO BERGER

Prefeito Municipal

AGOSTINHO PAULI

PRESIDENTE DA SJPREV

**Retificação Aposentadoria**

DECRETO Nº 1502/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que determina o Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012

e o Processo TCE APE 12/00017720,

**DECRETA:**

Art. 1º - RETIFICAR o artigo 2º do Decreto nº 32.987/2011, que aposentou o servidor HELIO ALCIR LICODIEDOFF, matrícula 1.189, quanto a forma da aposentadoria e valor inicial dos proventos, ONDE SE LÊ: "Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares nºs. 005/2002 e 019/2005 terão por valor inicial a quantia de R\$ 3.099,48 (três mil, noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), "

LEIA-SE: "Os proventos decorrentes deste benefício, terão proventos proporcionais a 98,31% (noventa e oito vírgula trinta e um por cento) calculados em conformidade a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012, tendo como base a última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais quinquênio e adicional de pós-graduação, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo como valor inicial a quantia de R\$ 3.497,08 (três mil, quatrocentos e noventa e sete reais e oito centavos) "

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 036/2013 PR Nº 030/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/10/2013, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2013, objeto; AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES NA FARMÁCIA BÁSICA E CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, DA POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 158/2013, TP Nº 005/2013,

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/11/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº

158/2013, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS ABEL ROTA, RUA PEDRO SPRÍCIGO, RUA LAURO MÜLLER E TRAVESSA ATÍLIO GALEAZZI, COM ÁREA TOTAL DE 5.398,29M². Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**Aviso de Retificação - Retifica o Objeto, do Processo Licitatório Nº 157/2013, PR Nº 106/2013, ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA O OBJETO, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2013, (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO Nº 1346, DIA 15/10/2013 - PAG. 176), passa a constar a seguinte redação, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ROLO COMPACTADOR LISO, EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.sao-lourenco.sc.gov.br](http://www.sao-lourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 128, de 12 de Julho de 2012.**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 128, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 128, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XL6K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10286, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 14/10/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

**Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 486, de 08 de Outubro de 2013.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 486, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1300134606032, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Odirlei Carlos Bergamaschi, CPF nº 023.737.599-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VD2Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10359, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 486, de 08 de outubro de 2013.

Data da assinatura: 08/10/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Odirlei Carlos Bergamaschi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 14/10/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 14/10/2013 até 14/10/2013

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		154.603,05
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	8.764,93
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.764,93
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.764,93
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	145.838,12
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	145.838,12
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	87.502,87
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	58.335,25

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/10/2013

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Termo de Desistência Delci Maria Eger Muller

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.  
TERMO DE DESISTÊNCIA  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2010

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de 2013, DELCI MARIA EGER MULLER, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Concurso Público Edital n.º. 001/2010, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, classificação 11, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de outubro de 2013.

### Termo de Desistência Larice Patricia de Almeida

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.  
TERMO DE DESISTÊNCIA  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2010

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de 2013, LARICE PATRICIA DE ALMEIDA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Concurso Público Edital n.º. 001/2010, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, classificação 12, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Decreto N° 2.747/2013 de 14 de Outubro de 2013

DECRETO N° 2.747/2013 de 14 de outubro de 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA  
04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Material de Consumo  
R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA  
04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de outubro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Decreto N° 2.748/2013 de 14 de Outubro de 2013

DECRETO N° 2.748/2013 de 14 de outubro de 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
06.02.06.182.0009.2.036 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SEGURANÇA  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 44.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
06.02.06.182.0009.2.036 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SEGURANÇA  
3.3.90.34.01.00.00.00 - 00.01.0000 - Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 44.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de outubro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por



TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria N° 5.273/2013, de 14 de Outubro de 2013**  
PORTARIA N° 5.273/2013, de 14 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Ivone Fátima Taffarel dos Santos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de outubro de 2013.  
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria N°. 5.274/2013, de 14 de Outubro de 2013**  
PORTARIA N°. 5.274/2013, de 14 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR o tipo do afastamento do funcionário, Sr. Afonso de Medeiros Zeferino, conforme decisão do Instituto Nacional do Seguro Social, passando a ser enquadrado como Aposentada por Invalidez Previdenciária, adquirindo efeitos retroativos a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de outubro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 203/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 203/2013 - PMS  
Processo Licitatório nº. 159/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 69/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: H.D.S. COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEMAENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.582.844/0001-01, estabelecida na Avenida Angelo Franzini, nº 2530 Residencial Bosque de Versalles, na cidade de Araras, Estado de São Paulo, CEP: 13609-391.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de matérias em FOFO para interligação do filtro rápido e casa de química bem como manutenção da tubulação dos filtros existentes da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Curva 90 com Flanges - PN 10 (DN200 mm)	1	Unid.	285,40	285,40
04	Junta Gibault (DN 200 mm)	10	Unid.	150,00	1.500,00
05	Junta Gibault (DN 250 mm)	6	Unid.	200,00	1.200,00
06	Curva 90 com bolsas PN 10 (DN 200 mm)	2	Unid.	250,00	500,00
07	Curva 90 com bolsas PN 10 (DN 150 mm)	6	Unid.	180,00	1.080,00
08	Tê com Bolsas - JGS PN 10 (DN 200 mm)	2	Unid.	330,00	660,00
09	Tê de Redução com Flanges DN 250 mm x dn200 mm PN 10		Unid.	648,00	1.296,00
12	Tê com Flanges DN 250 mm x dn 250 mm PN 10	1	Unid.	710,00	710,00
13	Curva 90 com Flanges - PN 10 (DN250 mm)	1	Unid.	503,00	503,00
14	Válvula de Gaveta com Flanges em FoFo com cunha resvestida de revestida de elastômetro PN 10 (DN 200 mm)	11	Unid.	1.069,00	11.759,00
15	Válvula de Gaveta com Flanges em FoFo com cunha resvestida de revestida de elastômetro PN 10 (DN 300 mm)	1	Unid.	2.300,00	2.300,00
16	Tubo FoFo com Flanges 200 mm (Barra 5,8 metros)	1	Unid.	1.699,00	1.699,00
17	Tubo FoFo com Flanges 250 mm (Barra 5,8 metros)	3	Unid.	2.295,00	6.885,00
18	Redução Ponta e Bolsa DN 200 mm - dn 150 mm	1	Unid.	150,00	150,00

20	Extremidade Flange e Ponta L = 400 mm PN 104 (DN 200 mm)	104	Unid.	239,00	956,00
21	Extremidade Flange e Ponta L = 400 mm PN 102 (DN 250 mm)	102	Unid.	339,00	678,00
22	Tê com Flanges DN 300 mm x dn 300 mm PN 10	1	Unid.	1.025,00	1.025,00
25	Tubo FoFo com Flanges 300 mm (Barra 5,8 metros)	2	Unid.	2.900,00	5.800,00
VALOR R\$ TOTAL 38.986,40					

Valor do contrato: R\$ 38.986,40 (trinta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 14/10/2013 - Vigência: 14/10/2014  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 204/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 204/2013 - PMS  
Processo Licitatório n°. 159/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço n°. 69/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 28.672.087/0001-62, estabelecida na Rodovia Dr. Sergio Braga, n° 452, Barbará, na cidade de Barras Mansa, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 27.321-740.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de matérias em FOFO para interligação do filtro rápido e casa de química bem como manutenção da tubulação dos filtros existentes da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
10	Cruzeta Flangeada PN 10 (DN 200 mm)	4	Unid.	629,29	2.517,16
11	Flange Cego PN 10 (DN 250 mm)	1	Unid.	132,86	132,86
19	Extremidade Flange e Ponta L = 400 mm PN 10 (DN 150 mm)	1	Unid.	179,60	179,60
26	Extremidade Flange e Bolsa - Com junta elástica travada - JGS PN 10 (DN 200 mm)	2	Unid.	183,29	366,58
VALOR R\$ TOTAL 3.196,20					

Valor do contrato: R\$ 3.196,20 (três mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 14/10/2013 - Vigência: 14/10/2014  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## Serra Alta

### PREFEITURA

### Extrato Pregão Presencial N° 50/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO:  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 050/2013  
PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2013  
Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de locação e fornecimento de licença de uso de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no Anexo I do Edital em epígrafe.  
Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 01 de novembro de 2013.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 01 de novembro de 2013.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 16 de outubro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

### Extrato Contratual N° 103/2013

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 47/2013  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato N°.: 103/2013  
Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA  
Contratada MADEVIA LTDA ME.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01, 02, 03, e 04 referente o objeto da Aquisição de tintas para uso nas sinalizações das vias urbanas do Município de Serra Alta, conforme especificações dos itens constantes no Anexo D do Edital PP 47/2013.

Valor: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos produtos objetos licitados o valor total proposto de R\$ 10.674,96 (Dez mil, seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Vigência 16/10/2013 á 31/12/2013

Dotação Orçamento vigente: 08.01.2.110.33.90.00 DR 0015

SERRA ALTA, 16 de Outubro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

**Extrato Rescisão Contratual (Contrato 042/2013)**

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO CONVITE P/ COMPRAS E SERV. Nº 18/2013

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Rescisão do Contrato N°. 042/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada KASSIELI CERIZOLLI CESCO

Objeto RESCINDIR AMIGAVELMENTE a partir do dia 15/10/2013 o Contrato Administrativo nº 42/2013 que refere-se a prestação de serviços, com profissional habilitado para exercer a função de instrutora de aulas de dança contemporânea, dança de rua, jazz, patinação com criações de coreografias relacionadas na área com a realização de projetos culturais, apresentações em festivais, desenvolvendo a atividade de dança de maneira criativa de modo a propiciar a interação entre o público de várias idades desde o infantil até o juvenil e adulto, com a carga horária semanal de 20 horas.

SERRA ALTA, 15 de outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

**Timbé do Sul****PREFEITURA****Lei Nº 1.693/2013**

LEI Nº 1.693 de 15 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º Os bens móveis inservíveis da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundações, poderão ser objeto de alienação por venda, doação ou permuta, nos termos desta LEI.

Art. 2º Para os fins desta Lei consideram-se bens móveis inservíveis os bens desativados, obsoletos, sem previsão de utilização ou aqueles em que o modelo ou padrão não mais atendem às necessidades para qual foram adquiridos, exigindo a substituição por outros de nova geração, que venham atender às necessidades do órgão.

Art. 3º A inservibilidade dos bens será declarada em processo regular, pela Secretaria de Administração e Finanças e aprovada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Todo bem móvel que tornar-se inservível na Unidade Administrativa em que se encontra deverá ser devolvido ao Setor de Patrimônio do Município para análise e verificação da possibilidade da recuperação e remanejamento entre outras Unidades da Administração Pública Municipal.

Art. 4º A alienação por venda será realizada através de licitação, na forma da legislação vigente.

Art. 5º A alienação de bens inservíveis por doação, sempre por ato do Prefeito Municipal, poderá ser feita para órgão ou unidade da administração pública de qualquer esfera de Governo ou para instituição privada sem fins econômicos, declarada de utilidade pública.

Parágrafo único. Os bens alienados por doação na forma de caput deste artigo não poderão ser alienados senão depois de dois anos.

Art. 6º A alienação mediante permuta será realizada exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública de qualquer esfera do Governo e entidades civis sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública.

Art. 7º O bem móvel inservível que esgotadas as tentativas de alienação por venda, doação ou permuta, não acudirem interessados pela possibilidade de aproveitamento, serão incinerados ou descartados em depósito de destino final de lixo adequado, com a consequente baixa do patrimônio, mediante despacho do Secretário de Administração e homologação pelo Prefeito Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 15 de Outubro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.694/2013**

LEI Nº 1.694, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Timbé do Sul, para o exercício financeiro de 2014, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

**I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta LEI.

**II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas no anexo II e III desta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a

preservar a suficiência de caixa.

### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do município.

Art. 6º. A Lei do Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2011 e 2012, previsão para 2013 e estimativa para 2014, com justificativa da estimativa, acompanhado de metodologia e memória de cálculo, quando for o caso.

### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos e autarquia.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º. Constituem outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles constantes do Anexo III.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração dos recursos de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da

Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2014 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de regulamentação em lei específica.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 consolidada.

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 23. Para efeito de aplicação desta lei, fica definido que a categoria de programação de que trata o Inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, é em nível de projeto ou atividade constante no Anexo II da presente lei.

### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. Observados os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento de despesas de capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 e legislação pertinente.

### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites, as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação eleitoral.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 26. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional



interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 90% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 27. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 28 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 29. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2013, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 33. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 34. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 35. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 36. O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 37 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas, a qualquer tempo, por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e gestão.

Art. 38 - No decorrer do exercício de 2014, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias e empresas públicas, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos já existentes.

Art. 39. Fica inserida na Lei Municipal n.º 1684/2013 - PPA 2014 A 2017, a Ação 2.033 - Manutenção das Ações da Defesa Civil Municipal, no Programa 0102 - Administração Estratégica, com o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de recursos provenientes de Convênios e R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) de recursos próprios.

§ 1º. Para suprir a inserção da ação de que trata o caput deste artigo será anulado o valor correspondente na ação 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, no Programa 0102 - Administração Estratégica.

§ 2º. A Ação 2.033 - Manutenção das Ações da Defesa Civil Municipal, passa integrar as metas físicas e financeiras do PPA 2014/2017.

Art. 40. A ação 2.020 - Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco - Programa 0105 - Proteção Social, do PPA 2014/2017, passa denominar-se Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 41. No exercício de 2014 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 42. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Timbé do Sul, 15 de outubro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretario de Administração e Finanças

#### Decreto 160/2013

DECRETO N.º. 160, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida Cristiane Ré, CPF Nº 047.337.779-90 e RG: 4.230.689, para ocupar o cargo de Enfermeiro I - 40 hs, Nível 029, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 10 DE OUTUBRO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 161/2013**

DECRETO Nº. 161, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica admitido Abdiel Pelizzari Magnus, CPF Nº 084.879.849-08 e RG: 5.495.906, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II 40 hs, Nível 029, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 10 DE OUTUBRO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 159/2013**

DECRETO Nº. 159, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL, NO EXERCÍCIO DE 2.013, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), na dotação abaixo informada:

Órgão 04: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 01 - Departamento de Educação

Proj./Atividade 2.007 - Programa de Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0084(22) - Aplicações Diretas

R\$ 9.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do excesso de arrecadação verificado na fonte 0084; Transferências Diretas FNDE.

Timbé do Sul, 09 de outubro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****Decreto Nº 3.272 de 07 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº 3.272 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "PAULO BLOEDORN", situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 356,96 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110, nesta Cidade, com a área de 9.644,32m<sup>2</sup> (Nove mil, seiscentos e quarenta e quatro metros e trinta e dois decímetros quadrados), processo D-021/2013 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente PAULO BLOEDORN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.876, datado de 04 de setembro de 2013.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 19.441, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.08.031.2421.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 04 (quatro) lotes;

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 2.634,12m<sup>2</sup> (Dois mil, seiscentos e trinta e quatro metros e doze decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 356,96 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110; estremando na frente em 21,13 metros com o lado ímpar da Rua Arnold Albrecht; fundos estrema em 21,06 metros com terras de Guilherme Henrique Ladehoff e Gustavo Alfredo Ladehoff, matrícula nº 16.324, livro 2; lado direito estrema em 124,85 metros com o lote nº 13 de propriedade de Paulo Bloedorn, matrícula nº 19.440, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 124,88 metros com o lote nº 02;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 2.637,69m<sup>2</sup> (Dois mil, seiscentos e trinta e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 378,09 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110; estremando na frente em 21,12 metros com o lado ímpar da Rua Arnold Albrecht; fundos estrema em 21,12 metros com terras de Guilherme Henrique Ladehoff e Gustavo Alfredo Ladehoff, matrícula nº 16.324, livro 2; lado direito estrema em 124,88 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 124,90 metros com o lote nº 03;

continuação do Decreto n.º 3.272/2013, fls. 02

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 2.186,05m<sup>2</sup> (Dois mil, cento e oitenta e seis metros e cinco decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 399,21 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110; estremando na frente em 17,50 metros com o lado ímpar da Rua Arnold Albrecht; fundos estrema em 17,50 metros com terras de Guilherme Henrique Ladehoff e Gustavo Alfredo Ladehoff, matrícula nº 16.324, livro 2; lado direito

estrema em 124,90 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 124,93 metros com o lote nº 04;

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 2.186,46m<sup>2</sup> (Dois mil, cento e oitenta e seis metros e quarenta e seis decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Arnold Albrecht, distando pelo lado direito do imóvel, 416,71 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110; estremando na frente em 17,50 metros com o lado ímpar da Rua Arnold Albrecht; fundos estrema em 17,50 metros com terras de Guilherme Henrique Ladehoff e Gustavo Alfredo Ladehoff, matrícula nº 16.324, livro 2; lado direito estrema em 124,90 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 124,93 metros com o lote nº 04;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 07 de outubro de 2013.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

#### Portaria No 646, de 18 de Setembro de 2013

PORTARIA No 646, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor C10				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Evelyn Vieira Hass (Subst.Rita F.Valcanaia, que se encontra em Lic.Trat.de Saúde)	18/06/83	041.252.189/00	15h	18/09/2013 a 18/10/2013
Cargo: Educadora Infantil				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

Jéssica Elloa Berri (Subst.Elisandra P.Horst-Licença Maternidade))	26/12/89	075.628.959-96	30h	18/09/2013 a 18/10/2013
--	----------	----------------	-----	-------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria No 642, de 17 de Setembro de 2013

PORTARIA No 642, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Nivaldo Luiz Bernardo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 13 de setembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal NIVALDO LUIZ BERNARDO, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 298, de 09 de abril de 2013, a contar de 13 de setembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria No 643, de 17 de Setembro de 2013

PORTARIA No 643, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo 2013, ou seja, a contar desta data, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Claudiamara Tesser Kisner	21h/a	25h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 644, de 18 de Setembro de 2013

PORTARIA No 644, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Aparecida Bulé Tavares (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Concurso Públ. e aumento do número de alunos)	15/06/59	498.461.839-68	40h	18/09/2013 a 18/10/2013
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Inês Lemek (Aumento do número de alunos)	16/01/74	983.871.469-00	44h	18/09/2013 a 18/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 645, de 18 de Setembro de 2013

PORTARIA No 645, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de

1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Silvia de Souza (Subst.Aparecida Valcanaia que se encontra em Lic. Trat.de Saúde)	13/11/83	036.799.619-79	44h	18/09/2013 a 18/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 647, de 18 de Setembro de 2013

PORTARIA No 647, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, altera pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE				
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos(GA-30)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Kerly Christina Kurth (Subst. Ellen M.M.Habeck que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	01/02/79	989.361.159/87	35h	18/09/2013 a 18/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



Município de Timbó, em 18 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 648, de 18 de Setembro de 2013

PORTARIA No 648, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Karla Girardi, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06 de setembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal KARLA GIRARDI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 496, de 08 de julho de 2013, a contar de 06 de setembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de setembro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria Nº 683, de 07 de Outubro de 2013

PORTARIA Nº 683, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013

Nomeia Servidora Pública Municipal para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, a servidora abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 01/2011:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos	
Ref. Salarial: GA-30	
Jornada Semanal: 35h	

NOME	CPF
Michele Lays Bendotti	055.890.659-17

Art. 2º CONVOCAR a Servidora nomeada para, nos termos dos arts. 19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c item 10.2 do Edital de Concurso Público nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeada.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O

PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de outubro de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Extrato Contrato 2013.01 - Oase

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/01

CONTRATANTE: Hospital e Maternidade OASE.

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para execução, sob regime de empreitada por preço global, de projeto de construção do Centro Cirúrgico, Centro de Parto Normal e Centro de Material Esterilizado, conforme memorial descritivo, plantas, quantitativo e orçamento estimativo.

VALOR TOTAL: R\$ 959.000,00 (novecentos e cinquenta e nove mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14/10/2013.

HAROLD RITZKE

Presidente Hospital e Maternidade OASE

### Extrato Contrato 2013/138

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013/138

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADO: Natalina Maria Strapazzon ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIGAÇÃO ENTRE GALPÕES NA ESCOLA MAURÍCIO GERMER.

PRAZO: 75 (setenta e cinco) dias corridos, contando do recebimento da Ordem de Serviço.

VALOR: 96.325,11 (noventa e seis mil trezentos e vinte e cinco reais e onze centavos)

Timbó/SC, 15/10/2013

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

### Extrato Terceiro Termo Aditivo Contrato 2012/119

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO



TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2012/119

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: IPM Informática Pública Municipal Ltda.

OBJETO: Contratação de serviços em informática, provimento de data center e locação de sistemas integrados de gestão pública.

VALOR ACRESCIDO: Acréscimo na implantação/locação/manutenção/atualizações dos módulos/software no valor de R\$ 6.466,64 (seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 24/09/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Fazenda e Administração



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 450/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO0180	8756033932	7455/0	07/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARG4739	8756034665	6050/3	02/08/2013	R\$ 191,53	208
DIQ1367	8756034351	7463/0	23/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
FHI0933	8756034399	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYI1814	8756034321	6050/3	24/07/2013	R\$ 191,53	208
LZB8998	8756033747	6050/3	06/07/2013	R\$ 191,53	208
LZQ1743	8756034155	7455/0	23/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAR5789	8756034380	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCM6794	8756034368	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCS8625	8756032834	7455/0	23/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDL9003	8756032913	7455/0	31/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFH6035	8756032783	7455/0	22/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGL9655	8756033943	7455/0	10/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGN3935	8756034652	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGY7033	8756032930	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGY7033	8756032936	7471/0	28/05/2013	R\$ 574,61	218 * III
MGY7033	8756032941	7455/0	29/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHM9261	8756033770	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIV5168	8756034613	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN4251	8756034290	6050/3	24/07/2013	R\$ 191,53	208
NFB3397	8756033840	5673/2	09/07/2013	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 452/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DRA5584	8756032865	7463/0	29/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
JCR1980	8756032068	5673/2	05/05/2013	R\$ 85,12	183
JMI6088	8756034800	7455/0	03/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
KJU2000	8756031449	7455/0	14/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWZ9646	8756032540	7455/0	13/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCZ9612	8756033543	7455/0	22/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDG1570	8756033940	6050/3	10/07/2013	R\$ 191,53	208
MEK4512	8756032960	7463/0	26/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHW7436	8756033115	5673/2	06/06/2013	R\$ 85,12	183
MJN4212	8756033871	7455/0	11/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMR8746	8756033846	6050/3	09/07/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1564/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCW5089	55371208D	5045/0	23/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIC9194	55371718D	6599/2	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIC9194	55371719D	6602/0	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1565/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIC9194	55371717D	7030/2	11/07/2013	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1568/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFK1931	55371885D	6912/0	30/07/2013	R\$ 53,20	232
MHH8605	55371365D	6920/0	05/06/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1569/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXF9587	55371414D	5835/0	01/08/2013	R\$ 127,69	195
LXM5580	54544176E	5541/1	10/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYX5975	54544240E	5452/1	23/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 449/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADS8810	8756035248	7455/0	20/08/2013	218 * I
AHK5236	8756035757	7455/0	02/09/2013	218 * I
AHW3615	8756035562	7455/0	01/09/2013	218 * I
AOW8160	8756035777	7455/0	07/09/2013	218 * I
ATB3060	8756035097	7455/0	17/08/2013	218 * I
CBD7113	8756035768	7455/0	06/09/2013	218 * I
CKB0026	8756035812	7455/0	06/09/2013	218 * I
CKB0026	8756035843	7455/0	06/09/2013	218 * I
CZZ2220	8756035765	7455/0	04/09/2013	218 * I
DGI8364	8756035831	7455/0	08/09/2013	218 * I
DZH0515	8756035679	7455/0	08/09/2013	218 * I
EBM2256	8756035730	7455/0	07/09/2013	218 * I
EBM2256	8756035799	7455/0	03/09/2013	218 * I
EBM2256	8756035818	7455/0	07/09/2013	218 * I
EBM2256	8756035846	7463/0	07/09/2013	218 * II
HPD3811	8756035521	7455/0	30/08/2013	218 * I
IKF6639	8756035715	7463/0	02/09/2013	218 * II
LXE5166	8756035332	6050/3	24/08/2013	208
LXI2743	8756035782	6050/3	07/09/2013	208
LYH9845	8756035689	5673/2	07/09/2013	183
LZK4613	8756035726	7455/0	07/09/2013	218 * I
MAP1078	8756035697	5673/2	07/09/2013	183
MAX2322	8756035764	7455/0	04/09/2013	218 * I
MBE3196	8756035821	7455/0	08/09/2013	218 * I
MBE3939	8756035862	7463/0	08/09/2013	218 * II
MBL4607	8756035004	7455/0	12/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCO0482	8756035770	6050/3	06/09/2013	208
MCT2999	8756035250	6050/3	20/08/2013	208
MCX2792	8756035752	6050/3	08/09/2013	208
MDE9388	8756035673	7455/0	05/09/2013	218 * I
MDU0314	8756035160	7463/0	11/08/2013	218 * II
MDW8074	8756035207	7455/0	17/08/2013	218 * I
MDW8074	8756035211	7463/0	17/08/2013	218 * II
MEH9294	8756035816	7471/0	07/09/2013	218 * III
MET8227	8756035728	7455/0	08/09/2013	218 * I
MET8227	8756035834	7455/0	08/09/2013	218 * I
MEV3046	8756035737	7455/0	03/09/2013	218 * I
MFB7648	8756035693	5673/2	02/09/2013	183
MFC2322	8756035725	7463/0	06/09/2013	218 * II
MFC7386	8756035085	7455/0	12/08/2013	218 * I
MFE3777	8756035699	7463/0	08/09/2013	218 * II
MFE3777	8756035754	7455/0	08/09/2013	218 * I
MFT6167	8756035739	7455/0	05/09/2013	218 * I
MGK6424	8756035779	7463/0	07/09/2013	218 * II
MGN0345	8756035795	7455/0	03/09/2013	218 * I
MHN8875	8756035682	6050/3	02/09/2013	208
MHO3381	8756035143	6050/3	17/08/2013	208
MIP1214	8756035380	7455/0	19/08/2013	218 * I
MIX5577	8756035283	7455/0	20/08/2013	218 * I
MJN8125	8756035093	7455/0	15/08/2013	218 * I
MJQ4399	8756035826	7455/0	08/09/2013	218 * I
MJY3666	8756035063	7455/0	12/08/2013	218 * I
MKN8563	8756035319	7463/0	21/08/2013	218 * II
MKN8563	8756035324	7455/0	23/08/2013	218 * I
MKQ0263	8756035180	7455/0	15/08/2013	218 * I
MNK5993	8756035375	7455/0	25/08/2013	218 * I
NFP9336	8756035161	7455/0	11/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 451/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAO7661	8756035480	6050/3	27/08/2013	208
ACN0986	8756035958	7455/0	09/09/2013	218 * I
AJL7732	8756036252	7455/0	21/09/2013	218 * I
ALB7141	8756036166	7455/0	10/09/2013	218 * I
AOQ5957	8756036082	7455/0	11/09/2013	218 * I
AQN8523	8756035952	7463/0	09/09/2013	218 * II
BEJ6000	8756035885	7455/0	03/09/2013	218 * I
BUG3481	8756036262	6050/3	16/09/2013	208
BZJ2289	8756036296	7455/0	17/09/2013	218 * I
CDM7811	8756035002	7455/0	12/08/2013	218 * I
CLL8799	8756035978	5673/2	15/09/2013	183
CSJ8278	8756036095	6050/3	15/09/2013	208
DSL5145	8756035440	7455/0	21/08/2013	218 * I
DSZ4208	8756036015	7455/0	09/09/2013	218 * I
EBM2256	8756036259	6050/3	19/09/2013	208
EBM2256	8756036260	6050/3	20/09/2013	208
FQF0159	8756035253	5673/2	25/08/2013	183
GYZ8777	8756035930	7455/0	06/09/2013	218 * I
HCS8107	8756036049	7455/0	13/09/2013	218 * I
IBP0085	8756035804	7463/0	04/09/2013	218 * II
IBP0085	8756035839	7455/0	04/09/2013	218 * I
IEG6291	8756036205	5673/2	19/09/2013	183
IKI7811	8756036088	7455/0	14/09/2013	218 * I
JWQ5364	8756036311	7455/0	18/09/2013	218 * I
JWQ5364	8756036313	7455/0	19/09/2013	218 * I
KXD1822	8756036308	7455/0	22/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LUU0502	8756035398	7455/0	24/08/2013	218 * I
LWY1382	8756036127	7463/0	12/09/2013	218 * II
LXH9704	8756035918	7455/0	06/09/2013	218 * I
LXU0964	8756035901	7455/0	03/09/2013	218 * I
LYG0923	8756035927	7455/0	06/09/2013	218 * I
LYJ6121	8756036287	6050/3	20/09/2013	208
LYV7217	8756036135	7455/0	13/09/2013	218 * I
LZC8058	8756035295	7455/0	24/08/2013	218 * I
LZR5580	8756036139	7455/0	14/09/2013	218 * I
LZT9254	8756035645	7455/0	26/08/2013	218 * I
LZU0494	8756036202	5673/2	18/09/2013	183
LZY4836	8756036229	7455/0	22/09/2013	218 * I
MAG8589	8756035870	7455/0	02/09/2013	218 * I
MAS8338	8756035556	7455/0	31/08/2013	218 * I
MBG5076	8756035884	7455/0	02/09/2013	218 * I
MBR6765	8756035651	7455/0	01/09/2013	218 * I
MBT1932	8756035258	7463/0	24/08/2013	218 * II
MBT1932	8756035366	7455/0	23/08/2013	218 * I
MBT1932	8756035367	7455/0	23/08/2013	218 * I
MBT1932	8756035378	7455/0	25/08/2013	218 * I
MBT1932	8756035384	7455/0	20/08/2013	218 * I
MBT1932	8756035399	7463/0	25/08/2013	218 * II
MBT1932	8756035402	7455/0	25/08/2013	218 * I
MBT1932	8756035405	7455/0	25/08/2013	218 * I
MBT1932	8756035409	7463/0	25/08/2013	218 * II
MBU9717	8756035412	7455/0	13/08/2013	218 * I
MCL0687	8756036300	7455/0	19/09/2013	218 * I
MCN9993	8756035987	7455/0	12/09/2013	218 * I
MDC2204	8756036265	6050/3	16/09/2013	208
MDC7219	8756036014	7455/0	15/09/2013	218 * I
MDJ1054	8756035928	7463/0	06/09/2013	218 * II
MDJ8439	8756036002	5673/2	12/09/2013	183
MDV0121	8756036063	7455/0	15/09/2013	218 * I
MEA1581	8756036055	7455/0	13/09/2013	218 * I
MEF5680	8756035275	7455/0	24/08/2013	218 * I
MEG7384	8756036119	7455/0	11/09/2013	218 * I
MEK5965	8756036237	7455/0	16/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEN3600	8756035231	5673/2	19/08/2013	183
MES3975	8756035343	7455/0	24/08/2013	218 * I
MES6496	8756035411	7455/0	25/08/2013	218 * I
MEV3046	8756036090	7455/0	14/09/2013	218 * I
MEZ4121	8756035311	7455/0	20/08/2013	218 * I
MFP3291	8756036172	7455/0	14/09/2013	218 * I
MFP3291	8756036315	7455/0	16/09/2013	218 * I
MFQ0426	8756036019	7455/0	14/09/2013	218 * I
MFV9710	8756035964	7455/0	09/09/2013	218 * I
MFZ0692	8756035282	6050/3	19/08/2013	208
MGF1864	8756035530	7455/0	29/08/2013	218 * I
MGP6429	8756035903	7455/0	04/09/2013	218 * I
MGR2437	8756035882	7463/0	02/09/2013	218 * II
MGX3035	8756035041	5673/2	16/08/2013	183
MGX6783	8756036145	7455/0	09/09/2013	218 * I
MGY8454	8756036142	7463/0	15/09/2013	218 * II
MHE0738	8756036007	7455/0	14/09/2013	218 * I
MHE0738	8756036021	7455/0	15/09/2013	218 * I
MHE9221	8756036184	5673/2	18/09/2013	183
MHH0424	8756036243	7455/0	18/09/2013	218 * I
MHV8573	8756036213	7463/0	18/09/2013	218 * II
MHW2612	8756035874	7455/0	02/09/2013	218 * I
MHX1436	8756036081	7455/0	11/09/2013	218 * I
MHX7524	8756035381	7455/0	19/08/2013	218 * I
MHZ2056	8756035974	7455/0	09/09/2013	218 * I
MIG2561	8756036270	7455/0	17/09/2013	218 * I
MIX3414	8756036113	7455/0	10/09/2013	218 * I
MJA0251	8756036071	7455/0	09/09/2013	218 * I
MJD2207	8756036266	7455/0	17/09/2013	218 * I
MJD9543	8756035266	7455/0	24/08/2013	218 * I
MJG7563	8756035584	7455/0	31/08/2013	218 * I
MJK3883	8756036310	7455/0	18/09/2013	218 * I
MJL6354	8756036078	6050/3	10/09/2013	208
MJO4015	8756035513	7455/0	30/08/2013	218 * I
MJP0207	8756035349	7463/0	25/08/2013	218 * II
MJQ4399	8756036170	7455/0	12/09/2013	218 * I
MJX3012	8756035335	7455/0	24/08/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKI4466	8756035983	7455/0	11/09/2013	218 * I
MKK2853	8756036246	7455/0	19/09/2013	218 * I
MKS1697	8756035905	7455/0	04/09/2013	218 * I
MKS3951	8756036285	7455/0	19/09/2013	218 * I
MKV9258	8756035299	7455/0	25/08/2013	218 * I
MKW0210	8756036293	7455/0	22/09/2013	218 * I
MMA2804	8756036114	7455/0	10/09/2013	218 * I
MMF0577	8756036178	7455/0	10/09/2013	218 * I
MWA9965	8756035994	5673/2	13/09/2013	183
MWA9965	8756036219	7455/0	22/09/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1562/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQA1533	54571354E	6920/0	19/08/2013	233
DBK8617	54544449E	6548/0	18/09/2013	229
LYU2747	54571391E	6920/0	19/08/2013	233
LZQ5553	54571394E	6920/0	19/08/2013	233
MEB5875	54571397E	6920/0	19/08/2013	233
MHO4856	54571278E	6920/0	16/09/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1563/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHK5236	54722012E	5541/5	20/09/2013	181 * XVII
LWX3405	54544450E	5967/0	19/09/2013	203 * V
MCY5217	54544476E	5185/1	30/08/2013	167
MID6346	54722009E	7366/2	17/09/2013	252 * VI
MKQ0999	54544469E	5185/1	27/08/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1566/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIN9347	54571295E	6920/0	26/09/2013	233
CBA4216	54571297E	6920/0	26/09/2013	233
CYN5920	54571369E	6920/0	19/08/2013	233
JQG3275	54571285E	6920/0	26/09/2013	233
KUT1681	54571266E	6920/0	16/09/2013	233
LWZ0064	55371892D	6599/2	19/09/2013	230 * V
LXB9811	54571299E	6920/0	26/09/2013	233
LXF0515	55371893D	6769/1	27/09/2013	230 * XXII
MAX3542	54571294E	6920/0	26/09/2013	233
MAY0319	55371891D	6599/2	16/09/2013	230 * V
MDH3215	54571387E	6920/0	19/08/2013	233
MEC3358	55371130D	5169/1	21/09/2013	165
MEC3358	55371739D	6912/0	21/09/2013	232
MGK8792	55371176D	6599/2	25/09/2013	230 * V
MHK9823	55371742D	5169/1	26/09/2013	165
MNJ7336	54571291E	6920/0	26/09/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1567/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIS0090	54544427E	5541/1	21/08/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

# Três Barras

## PREFEITURA

### Lei N° 3.086 de 14 de Outubro de 2013

LEI N° 3.086 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES NO VALOR DE R\$ 320.000,00.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica anulado o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), das seguintes dotações orçamentária da Câmara de Vereadores

#### CÂMARA DE VEREADORES

Projeto Atividade - 001.031.0001.1001 - Construção da Sede Própria

Elemento 4.4.90.00.00.00-Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Projeto Atividade - 001.031.0001.1003 - Mobiliário e Equip. de Informática

Elemento 4.4.90.00.00.00-Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Projeto Atividade - 001.030.0001.2001 - Manut. Atividades Legislativas

Elemento 3.3.90.00.00.00-Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Total da Anulação R\$ 320.000,00

Art. 2º. Fica suplementado o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária da Câmara de Vereadores.

#### CÂMARA DE VEREADORES

Projeto Atividade - 001.031.0001.2001 - Processo Legislativo

Elemento 3.1.90.00.00.00-Pessoal e Encargos Sociais

R\$ 320.000,00

Total da Suplementação R\$ 320.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 14 de outubro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### Portaria N° 522 de 11 de Outubro de 2013

PORTARIA N° 522 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, composta pelos seguintes servidores: 1º) NILTON AVANIR HURMUS, 2º) JACY DE FÁTIMA ABUDA, 3º) PRISCILA DE OLIVEIRA, 4º) CLEUSA TERESINHA DE OLIVEIRA CORRÊA E 5º) JOSÉ CARLOS HERBST, sob a presidência do primeiro.

Parágrafo único. Na ausência do primeiro para presidir a Comissão, compete à presidência ao segundo.

Art. 2º. A investidura dos Membros da COMISSÃO PERMANENTE

DE LICITAÇÃO será de 01 ano, ao contar desta data.

Art. 3º. As atribuições dos Membros da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO são aquelas estabelecidas na Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria nº 500 de 09 de setembro de 2013.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de outubro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Termo Aditivo Academia Rempel-Me Jogos

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO N° 30/2013

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO DE N° 11/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ACADEMIA FERNANDO REMPEL LTDA -ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Educação Sr. Viane Hammerchmitt, e de outro lado a empresa Academia Fernando Rempel Ltda -ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santa Cruz, Centro, no Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.504.881/0001-02, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o processo administrativo nº 30/2013.

Considerando o processo administrativo nº 30/2013 – da Prefeitura Municipal de Tunápolis, homologado em 15 de março de 2013 que tem como objeto “Serviços de arbitragem para Campeonatos a serem realizados pela Comissão Municipal de Esportes de acordo com a justificativa do Secretário da Educação Cultura e Esportes juntamente com o Presidente da CME anexa.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da prestação de serviço do item 01 do processo 30/2013, sendo vencedor a empresa ACADEMIA FERNANDO REMPEL LTDA -ME, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao processo acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### Cláusula Primeira- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Ao presente processo fica acrescida a quantidade de 35 jogos, conforme descrição em tabela abaixo:

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Serviço de arbitragem para jogos nas modalidades de Futsal, Voleibol, handebol, Vôlei de areia e Futebol 7	35,00	70,00	2.450,00

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 14 de outubro de 2013

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

ACADEMIA FERNANDO REMPEL LTDA –ME  
Contratada

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
CLEVERSON INÁCIO KERKOFF  
CPF: 918.368.409-34

2) \_\_\_\_\_  
SHEILA INÊS BIEGER EIDT  
CPF: 020.226.259-60

**Turvo**

**PREFEITURA**

### Lei 2171/2013

Lei nº 2.171/13, de 09 de Outubro de 2013.

**AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de leilão, os seguintes bens móveis:

1) um veículo, cor vermelha, chassi 9BD15822544502712, código do renavan no 818329076, placa MCN 5656, ano fabricação 2003, ano modelo 2004, combustível gasolina, marca modelo Fiat/Uno Mille Fire e espécie tipo Pas/Automóvel.

2) um veículo, cor vermelha, chassi 9BD15808814187584, código do renavan no 744498961, placa IJR 1596, ano fabricação 2000, ano modelo 2001, combustível gasolina, marca modelo Fiat/Uno Mille Smart e espécie tipo Pas/Automóvel.

3) um veículo, cor branca, chassi 9BWMF07X29P023826, código do renavan no 134692381, placa MHH 0043, ano fabricação 2009, ano modelo 2009, combustível álcool/gasolina, marca modelo VW/Kombi Escolar e espécie tipo Pas/Microônibus.

4) um veículo, cor branca, chassi 9BWMF07X19P025941, código do renavan no 139537767, placa MGN 2284, ano fabricação 2009, ano modelo 2009, combustível álcool/gasolina, marca modelo VW/Kombi Escolar e espécie tipo Pas/Microônibus.

5) um veículo, cor branca, chassi 9BWMF07XX9P023623, código do renavan no 134694902, placa MHH 0103, ano fabricação 2009, ano modelo 2009, combustível álcool/gasolina, marca modelo VW/Kombi Escolar e espécie tipo Pas/Microônibus.

6) uma Retro Escavadeira, marca Case, modelo 580L, Ano 2000, Produto Identificação Número Série JRF0037772.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 09 de outubro de 2013

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Decreto 47/2013

DECRETO No 047/13, de 07 de Outubro de 2013.

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE TURVO.**

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 3º, da Lei Municipal nº 564/83, de 29/09/1983, com nova redação dada pela Lei 652/86, de 03/06/1986,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal de Cultura do Município de Turvo, Órgão Consultivo de Assessoria Diretiva do Executivo Municipal no que se relaciona com assuntos de Planejamento Cultural do Município e que fica constituída pelos seguintes membros:

I - Presidente - LEIDE LUIZ DUZZIONE

II - Vice-presidente - JANAÍNA NICOLETTI

III - 1º Tesoureiro - JULIANO FASCIN

IV - 2º Tesoureiro - DAIANA MOSER

V - 1º Secretário - MÁRCIO ROQUE

VI - 2º Secretário - MARIA JOSÉ TEIXEIRA

VII - Membro - MARIA IVETE FAVARIN PESCADOR

VIII - Membro - IRACI SCARABELOT

IX - Membro - LÍBERO DANDOLINI

X - Membro - LEON THIAGO TAVERI

XI - Membro - VÂNIA MANFREDIDI

XII - Membro - TEODORO PEREIRA

XIII - Membro - HÉLIA DAROS

XIV - Membro - LÚCIA MARCELO

XV - Membro - SUZANA CLARA MIRANDA

XVI - Membro - JOÃO JUNIOR COLODEL

XVII - Membro - MARTA ELISABETE RIBEIRO AVILA

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 3º. O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 07 de outubro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 271/2013

PORTARIA Nº 271/13, de 04 de Outubro de 2013.

**CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE



Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 07.10.2013 a 05.11.2013, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
1223	Paulo Cesar Angeloni	15.03.2012 a 14.03.2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de outubro de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 272/2013

PORTARIA Nº 272/13, de 10 de Outubro de 2013.  
DEMITE A PEDIDO MOTORISTA SOCORRISTA, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Motorista Socorrista - SAMU, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Paulo Sergio de Mello	592.900.560-53	2934

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de Outubro de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 273/2013

PORTARIA Nº 273/13, de 10 de Outubro de 2013.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Abril de 2014 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Karina Figueiredo da Silva	087.843.749-50	2722

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 274/2013

PORTARIA Nº 274/13, de 10 de Outubro de 2013.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR IV, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Dezembro de 2013 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Renata de Farias	030.590.599-69	2909

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 275/2013

PORTARIA Nº 275/13, de 10 de Outubro de 2013.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE DIGITADOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Sabrina Lopes Bristot	092.287.399-24	2911
Daiane Monteiro Paschoal	068.301.119-78	2912
Jussara Pereira Ferreira	008.255.529-07	2913

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 276/2013

PORTARIA Nº 276/13, de 10 de Outubro de 2013.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE VIGIA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	MATRICULA
Wanderlei Maciel	369.556.470-91	2916

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 277/2013

PORTARIA Nº 277/13, de 10 de Outubro de 2013.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido nas Leis nº 1.001/1993 e 2.031/2010, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013 a contratação do servidor ANGELO RIBEIRO MANENTI, CPF nº 035.450.989-66, matrícula nº 2915, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em LEI.

Art. 2º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013 a contratação da servidora ANGELI DAROS, CPF nº 046.391.779-09, matrícula nº 2895, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em LEI.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

## Vargeão

### PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial Nº 34/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 28 de outubro de 2013 às 09h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de leite em pó e complemento alimentar utilizados em dietas alimentares para combater as carências nutricionais de pessoas de baixa renda do Município com solicitação de médico ou nutricionista; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 34/2013 - Fundo Municipal de Saúde.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 15 de outubro de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

### Lei Nº 3.002/13 e Anexos

LEI Nº 3.002/13, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA faz saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Orçamento do Município de Videira, para o exercício de 2014, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades da administração Municipais extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;  
V - as disposições sobre a dívida pública municipal;  
VI - as disposições sobre despesas com pessoal;  
VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e  
VIII - as disposições gerais.

## **CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º As metas fiscais das receitas e despesas, para o exercício de 2014 e os dois exercícios seguintes, de que tratam os art. 4º e 12º da Lei Complementar nº 101/2000, estão identificadas no Anexo I a Anexo VI desta lei.

## **CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º As prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Metas Fiscais.

## **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§1º O Orçamento para o exercício de 2014, conterà os anexos constantes na Lei 4.320/64.

§2º Os orçamentos das Autarquias, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§3º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com orçamento e contabilidade própria.

## **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 6º Os Orçamentos para o exercício de 2014 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos.

Art. 7º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do

Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, conforme art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 8º Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo:

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos das Secretarias de Obras, Serviços Urbanos, Agricultura e Meio Ambiente, e outras Secretarias que não executam serviços de caráter relevante.

Art. 10 Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VII desta LEI.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados no orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 11 Os orçamentos para exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, até 6% (seis por cento) da Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados à obtenção do resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º da Portaria MPO nº 42/99, art. 8º da Portaria 163/01, e no art. 5º, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais caso estes não se concretizem até o dia 20 de dezembro de 2014, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações insuficientes.

Art. 12 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 13 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma da execução mensal para suas Unidades gestoras (art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 14 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária

para 2014 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único. Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstas nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, consta no Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo VII. (art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 16 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento de associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 17 Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no art. 24, I, da Lei 8.666/93.

Art. 18 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 19 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios previstos na lei orçamentária (art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 20 As receitas e as despesas orçadas para 2014 serão a valores correntes.

Art. 21 A lei orçamentária para 2014 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza que compõem (art. 167, VI da CF).

Art. 22 Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 (art. 167, I da CF).

Art. 23 Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2014 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 24 A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização

para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 25% das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato (artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 25 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, I da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 26 Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 24 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho, movimentação financeira e nas dotações definidas no art. 9º desta Lei (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 27 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 169, §1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2014.

§ 2º Respeitados os limites fixados na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, poderá o Poder Executivo Municipal disponibilizar servidores públicos efetivos ao Poder Judiciário, desde que seja comprovado o interesse público pelo requisitante.

Art. 28 Para os fins do disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

Art. 29 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 22, parágrafo único, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 30 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 31 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Videira, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.



Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária e incentivos econômicos com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício que iniciar sua vigência e nos subsequentes (art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 33 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, §3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 34 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, §2º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2013.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto para no caput deste artigo.

§2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do exercício de 2013, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 36 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo.

Art. 37 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 38 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de outubro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 1/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	109.339.680,00	121.316.628,00	132.563.320,80
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	103.054.480,00	113.357.928,00	124.691.720,80
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	16.241.000,00	17.865.100,00	19.651.610,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	14.275.000,00	15.702.500,00	17.272.750,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	7.275.000,00	8.002.500,00	8.802.750,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.700.000,00	4.070.000,00	4.477.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.825.000,00	2.007.500,00	2.208.250,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.700.000,00	1.870.000,00	2.057.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	125.000,00	137.500,00	151.250,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.750.000,00	1.925.000,00	2.117.500,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	7.000.000,00	7.700.000,00	8.470.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	7.000.000,00	7.700.000,00	8.470.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	7.000.000,00	7.700.000,00	8.470.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.841.000,00	2.025.100,00	2.227.610,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	918.000,00	1.009.800,00	1.110.780,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	368.000,00	404.800,00	445.280,00
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00 Outras txs pelo Exercício do Poder de Polícia	68.000,00	74.800,00	82.280,00
4.1.1.2.1.99.02.00.00.00 Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	923.000,00	1.015.300,00	1.116.830,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	800.000,00	880.000,00	968.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	123.000,00	135.300,00	148.830,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00 Taxa de Conservação de Vias e Logradouros	65.000,00	71.500,00	78.650,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	58.000,00	63.800,00	70.180,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	125.000,00	137.500,00	151.250,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	125.000,00	137.500,00	151.250,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.150.000,00	1.265.000,00	1.391.500,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚ	1.150.000,00	1.265.000,00	1.391.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	1.054.680,00	1.160.148,00	1.276.162,80
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00 ALUGUÉIS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.1.1.01.00.00.00.00 Aluguel de Imóveis Urbanos	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	918.680,00	1.010.548,00	1.111.602,80
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	918.680,00	1.010.548,00	1.111.602,80
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	368.680,00	405.548,00	446.102,80
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	140.000,00	154.000,00	169.400,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	174.000,00	191.400,00	210.540,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Salário Educaç	120.000,00	132.000,00	145.200,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE	3.000,00	3.300,00	3.630,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNATE	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Manut Educ.	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	51.180,00	56.298,00	61.927,80
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Rec Minerais	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Alienação de Be	6.500,00	7.150,00	7.865,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - F. Esp Petroleo	12.000,00	13.200,00	14.520,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Policia Militar	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Policia Civil	6.000,00	6.600,00	7.260,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc PMV Multas transi	6.500,00	7.150,00	7.865,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Transp Esc Estad	6.000,00	6.600,00	7.260,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00 Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênios União	4.000,00	4.400,00	4.840,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 2/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Convênio Estado	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - COSIP	15,00	16,50	18,15
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Oper de Crédi	50,00	55,00	60,50
4.1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNREBOM	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FRH	100,00	110,00	121,00
4.1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - SANEAMENTO	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - CONC PERMISS	15,00	16,50	18,15
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	78.000,00	85.800,00	94.380,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	78.000,00	85.800,00	94.380,00
4.1.3.3.3.99.00.00.00.00	Outras Rec de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	78.000,00	85.800,00	94.380,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	8.000,00	8.800,00	9.680,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	332.000,00	365.200,00	401.720,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	22.000,00	24.200,00	26.620,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	7.000,00	7.700,00	8.470,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	270.000,00	297.000,00	326.700,00
4.1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços Prestados de Horas Máquinas	270.000,00	297.000,00	326.700,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.308.000,00	90.536.800,00	99.588.480,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.233.500,00	90.456.850,00	99.502.535,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	20.373.500,00	22.410.850,00	24.651.935,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	17.013.500,00	18.714.850,00	20.586.335,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	17.000.000,00	18.700.000,00	20.570.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	13.500,00	14.850,00	16.335,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	240.000,00	264.000,00	290.400,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	220.000,00	242.000,00	266.200,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.140.000,00	2.354.000,00	2.589.400,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.450.000,00	1.595.000,00	1.754.500,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	580.000,00	638.000,00	701.800,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	110.000,00	121.000,00	133.100,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	800.000,00	880.000,00	968.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	130.000,00	143.000,00	157.300,00
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transf. União - Apoio Financ. MP 462/2009	650.000,00	715.000,00	786.500,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	42.560.000,00	46.816.000,00	51.497.600,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	42.210.000,00	46.431.000,00	51.074.100,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	35.700.000,00	39.270.000,00	43.197.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.900.000,00	6.490.000,00	7.139.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	550.000,00	605.000,00	665.500,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	60.000,00	66.000,00	72.600,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	19.300.000,00	21.230.000,00	23.353.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.300.000,00	21.230.000,00	23.353.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	74.500,00	79.950,00	85.945,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 3/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	54.500,00	59.950,00	65.945,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	54.500,00	59.950,00	65.945,00
4.1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.7.6.2.99.00.04.00.00	Programa SOS Nacentes_10	4.500,00	4.950,00	5.445,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.968.800,00	2.165.680,00	2.382.248,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.026.800,00	1.129.480,00	1.242.428,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	105.000,00	115.500,00	127.050,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	440.000,00	484.000,00	532.400,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	461.800,00	507.980,00	558.778,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	450.000,00	495.000,00	544.500,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	1.800,00	1.980,00	2.178,00
4.1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação Tributári	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, posturas e ed	300,00	330,00	363,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMV	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	705.000,00	775.500,00	853.050,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	615.000,00	676.500,00	744.150,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	400.000,00	440.000,00	484.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	55.000,00	60.500,00	66.550,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	130.000,00	143.000,00	157.300,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	157.000,00	172.700,00	189.970,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	7.000,00	7.700,00	8.470,00
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Receita de Honorários de Advogados	7.000,00	7.700,00	8.470,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	6.285.200,00	7.958.700,00	7.871.600,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	828.000,00	2.920.000,00	2.172.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	828.000,00	2.920.000,00	2.172.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	828.000,00	2.920.000,00	2.172.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	25.000,00	27.500,00	30.250,00



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 4/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
4.2.2.1.0.01.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00 Alienação de Imóveis Urbanos	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	240.000,00	264.000,00	290.400,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos Diversos	240.000,00	264.000,00	290.400,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.187.200,00	4.741.700,00	5.372.900,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	440.000,00	484.000,00	532.400,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	440.000,00	484.000,00	532.400,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00 Outras Transf. dos Estados	440.000,00	484.000,00	532.400,00
4.2.4.2.2.99.00.02.00.00 Saneamento Básico_90	420.000,00	462.000,00	508.200,00
4.2.4.2.2.99.00.03.00.00 Programa SOS Nascentes_90	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.747.200,00	4.257.700,00	4.840.500,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	3.161.700,00	2.126.200,00	2.527.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Convênio da União	3.161.700,00	2.126.200,00	2.527.000,00
4.2.4.7.1.99.00.99.00.00 Outras Transferências de Convênios	3.161.700,00	2.126.200,00	2.527.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.585.500,00	2.131.500,00	2.313.500,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00 Outras Transf. de Convênio dos Estados	1.585.500,00	2.131.500,00	2.313.500,00
4.2.4.7.2.99.00.99.00.00 Outras Transferências de Convênios dos Estados	1.585.500,00	2.131.500,00	2.313.500,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(11.588.700,00)	(12.747.570,00)	(14.022.327,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(11.588.700,00)	(12.747.570,00)	(14.022.327,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(11.588.700,00)	(12.747.570,00)	(14.022.327,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências	(11.588.700,00)	(12.747.570,00)	(14.022.327,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.338.700,00)	(3.672.570,00)	(4.039.827,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.302.700,00)	(3.632.970,00)	(3.996.267,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(3.300.000,00)	(3.630.000,00)	(3.993.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(2.700,00)	(2.970,00)	(3.267,00)
9.1.7.2.1.09.00.00.00.00 Dedução de Outras Transferências da União	(36.000,00)	(39.600,00)	(43.560,00)
9.1.7.2.1.09.01.00.00.00 Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	(36.000,00)	(39.600,00)	(43.560,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(8.250.000,00)	(9.075.000,00)	(9.982.500,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(8.250.000,00)	(9.075.000,00)	(9.982.500,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(7.000.000,00)	(7.700.000,00)	(8.470.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(1.140.000,00)	(1.254.000,00)	(1.379.400,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(110.000,00)	(121.000,00)	(133.100,00)
Total entidade:	97.750.980,00	108.569.058,00	118.540.993,80
<b>2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	47.000,00	51.115,00	56.216,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	47.000,00	51.115,00	56.216,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	42.000,00	45.625,00	50.187,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	39.000,00	42.900,00	47.190,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00 ALUGUÉIS	39.000,00	42.900,00	47.190,00
4.1.3.1.1.04.00.00.00.00 Aluguel de Centros Esportivos	39.000,00	42.900,00	47.190,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.000,00	2.725,00	2.997,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	3.000,00	2.725,00	2.997,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	3.000,00	2.725,00	2.997,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	3.000,00	2.725,00	2.997,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FME	3.000,00	2.725,00	2.997,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	4.900,00	5.390,00	5.929,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00 Serviços Administrativos	4.900,00	5.390,00	5.929,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00 Outros Serv. Administrativos	4.900,00	5.390,00	5.929,00
4.1.6.0.0.13.99.00.01.00 Outros Serv. - Inscrição em Campeonatos	4.900,00	5.390,00	5.929,00

## Data: 12/09/2013

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 6/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	504.918,40	513.108,40	523.617,40
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	424.518,40	424.668,40	426.333,40
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	407.518,40	407.668,40	409.333,40
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	407.518,40	407.668,40	409.333,40
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	PTMC Pessoas com Deficiência	52.309,20	52.309,20	52.309,20
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PBVII Programa de Atenção ao Idoso	16.999,20	16.999,20	16.999,20
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	PVMC - Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil	82.500,00	82.500,00	84.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	PFMC CREAS	109.200,00	109.200,00	109.200,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD BF Índice de Gestão do Programa Bolsa Família	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PBFI CRAS	75.600,00	75.600,00	75.600,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	PBV I ProJovem Adolescente	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD SUAS Índice de Gestão SUAS	8.510,00	8.510,00	8.510,00
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. FNAS - SCFV	900,00	900,00	900,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	17.000,00	17.000,00	17.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	17.000,00	17.000,00	17.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	17.000,00	17.000,00	17.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	9.000,00	9.000,00	9.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.03.00	Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	80.400,00	88.440,00	97.284,00
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	80.400,00	88.440,00	97.284,00
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios	80.400,00	88.440,00	97.284,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - Casa Lar	80.400,00	88.440,00	97.284,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.01	Outras Transf. de Conv. Municípios - Arroio Trinta	26.800,00	29.480,00	32.428,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.02	Outras Transf. de Conv. Municípios - Iomerê	26.800,00	29.480,00	32.428,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.03	Outras Transf. de Conv. Municípios - Salto Veloso	26.800,00	29.480,00	32.428,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.500,00	18.150,00	19.965,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	16.500,00	18.150,00	19.965,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	16.500,00	18.150,00	19.965,00
4.1.9.9.0.99.04.00.00.00	Outras Receitas - FMAS	16.500,00	18.150,00	19.965,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	216.000,00	356.000,00	1.056.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	216.000,00	356.000,00	1.056.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	216.000,00	356.000,00	1.056.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	210.000,00	350.000,00	1.050.000,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	210.000,00	350.000,00	1.050.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	6.000,00	6.000,00	6.000,00
4.2.4.2.2.99.00.05.00.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade - Investiment	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Total entidade:		762.968,40	915.353,40	1.630.476,90

**10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA**

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	5.392.068,00	5.931.275,00	6.524.403,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.391.068,00	5.930.175,00	6.523.193,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.1.2.1.17.02.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	176.500,00	194.150,00	213.565,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	176.500,00	194.150,00	213.565,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	176.500,00	194.150,00	213.565,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 7/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA</b>			
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	176.500,00	194.150,00	213.565,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	104.500,00	114.950,00	126.445,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00 Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Outros	2.500,00	2.750,00	3.025,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00 Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - AMAC Es	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.3.2.5.01.03.18.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	3.000,00	3.300,00	3.630,00
4.1.3.2.5.01.03.19.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	7.000,00	7.700,00	8.470,00
4.1.3.2.5.01.03.20.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.03.21.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	18.000,00	19.800,00	21.780,00
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.03.23.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	2.500,00	2.750,00	3.025,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	22.000,00	24.200,00	26.620,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00 Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ta	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00 Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Alien B	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.925.568,00	5.418.125,00	5.959.938,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.925.568,00	5.418.125,00	5.959.938,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	4.552.350,00	5.007.585,00	5.508.344,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.552.350,00	5.007.585,00	5.508.344,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 Blocos de Financiamento do SUS	4.552.350,00	5.007.585,00	5.508.344,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00 Bloco da Atenção Básica	2.313.160,00	2.544.476,00	2.798.924,00
4.1.7.2.1.33.04.01.01.00 Piso da Atenção Básica.	952.360,00	1.047.596,00	1.152.356,00
4.1.7.2.1.33.04.01.02.00 Programa Saúde da Família	427.800,00	470.580,00	517.638,00
4.1.7.2.1.33.04.01.03.00 Programa Agentes Comunitários de Saúde	456.000,00	501.600,00	551.760,00
4.1.7.2.1.33.04.01.04.00 Programa Saúde Bucal	133.800,00	147.180,00	161.898,00
4.1.7.2.1.33.04.01.05.00 Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	343.200,00	377.520,00	415.272,00
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00 Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	1.784.147,00	1.962.562,00	2.158.818,00
4.1.7.2.1.33.04.02.01.00 Ações de Média e Alta Complexidade	1.476.935,00	1.624.629,00	1.787.091,00
4.1.7.2.1.33.04.02.02.00 Serviço de Atendimento Móvel as Urgência - SAMU	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.7.2.1.33.04.02.03.00 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	79.200,00	87.120,00	95.832,00
4.1.7.2.1.33.04.02.04.00 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	78.012,00	85.813,00	94.395,00
4.1.7.2.1.33.04.03.00.00 Bloco Vigilância em Saúde	216.460,00	238.106,00	261.917,00
4.1.7.2.1.33.04.03.01.00 Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental	115.000,00	126.500,00	139.150,00
4.1.7.2.1.33.04.03.02.00 Programa Vigilância Sanitária	26.460,00	29.106,00	32.017,00
4.1.7.2.1.33.04.03.03.00 Programa DST/AIDS	75.000,00	82.500,00	90.750,00
4.1.7.2.1.33.04.04.00.00 Bloco da Assistência Farmacêutica	237.583,00	261.341,00	287.475,00
4.1.7.2.1.33.04.04.01.00 Farmácia Básica	237.583,00	261.341,00	287.475,00
4.1.7.2.1.33.04.05.00.00 Bloco Gestão do SUS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.7.2.1.33.04.05.02.00 Qualificação da Gestão do SUS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	373.218,00	410.540,00	451.594,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	373.218,00	410.540,00	451.594,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 Transferência de Recursos da Saúde	373.218,00	410.540,00	451.594,00
4.1.7.2.2.33.01.01.00.00 Farmácia Básica	212.418,00	233.660,00	257.026,00
4.1.7.2.2.33.01.03.00.00 Programa Estratégia Saúde da Família.	121.200,00	133.320,00	146.652,00
4.1.7.2.2.33.01.04.00.00 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	39.600,00	43.560,00	47.916,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.000,00	9.900,00	10.890,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	5.000,00	5.500,00	6.050,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 8/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA</b>			
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora dos Tributos	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.1.9.9.0.99.05.00.00.00 Outras Receitas - FMS	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00 Alienação de Veículos	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.01 Alienação de Veículos - FMS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
Total entidade:	5.392.068,00	5.931.275,00	6.524.403,00
<b>13 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL MEDICA DE VIDEIRA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	2.675.000,00	2.942.500,00	3.236.750,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	2.200.000,00	2.420.000,00	2.662.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.400.000,00	1.540.000,00	1.694.000,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.400.000,00	1.540.000,00	1.694.000,00
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00 Outras Contribuições Sociais	1.400.000,00	1.540.000,00	1.694.000,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00 Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.400.000,00	1.540.000,00	1.694.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.3.2.5.02.99.06.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. FASM	300.000,00	330.000,00	363.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituicoes	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00 Outras restituições - FASM	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	475.000,00	522.500,00	574.750,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	475.000,00	522.500,00	574.750,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00 Contribuição Assistência Médica	475.000,00	522.500,00	574.750,00
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00 Contribuição Assistência Médica	475.000,00	522.500,00	574.750,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00 Contribuição Assistência Médica Patronal Intra	475.000,00	522.500,00	574.750,00
Total entidade:	2.675.000,00	2.942.500,00	3.236.750,00
<b>14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	22.000.000,00	24.200.000,00	26.620.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	11.350.000,00	12.485.000,00	13.733.500,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.520.000,00	2.772.000,00	3.049.200,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.520.000,00	2.772.000,00	3.049.200,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib Previd. do Regime Próprio	2.520.000,00	2.772.000,00	3.049.200,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00 Contrib de Servidor Ativo Civil	2.500.000,00	2.750.000,00	3.025.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00 Contrib de Servidor Inativo Civil	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	8.750.000,00	9.625.000,00	10.587.500,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	8.750.000,00	9.625.000,00	10.587.500,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos do RPPS	8.750.000,00	9.625.000,00	10.587.500,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	8.750.000,00	9.625.000,00	10.587.500,00
4.1.3.2.8.10.00.01.00.00 Remun.dos Investmts do RPPS RF - Banco do Brasil	5.000.000,00	5.500.000,00	6.050.000,00
4.1.3.2.8.10.00.02.00.00 Remun.dos Investmts do RPPS RF - CEF	3.700.000,00	4.070.000,00	4.477.000,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 9/9

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID</b>			
4.1.3.2.8.10.00.04.00.00 Remuneração dos Investimentos do RPPS RF c/Taxa.	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00 Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00 Compensações Finan entre RGPS e RPPS Serv Pri	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas - INPREVID	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00 Outras Receitas - INPREVID	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.650.000,00	11.715.000,00	12.886.500,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.650.000,00	11.715.000,00	12.886.500,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.650.000,00	11.715.000,00	12.886.500,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	10.650.000,00	11.715.000,00	12.886.500,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00 Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	5.650.000,00	6.215.000,00	6.836.500,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00 Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorç	5.000.000,00	5.500.000,00	6.050.000,00
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00 Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorç	650.000,00	715.000,00	786.500,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00 Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	5.000.000,00	5.500.000,00	6.050.000,00
Total entidade:	22.000.000,00	24.200.000,00	26.620.000,00
Total geral:	128.662.016,40	142.646.701,40	156.649.979,70

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/2

Data: 12/09/2013

**4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	86.743.728,00	----
2012	100.414.749,00	15,76
2013	116.651.122,00	16,17
2014	122.623.516,40	5,12
2015	134.840.971,40	9,96
2016	148.282.246,70	9,97

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2010 a 2012, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

**4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	1.400.000,00	----
2012	10.310.000,00	636,43
2013	3.039.300,00	(70,52)
2014	6.502.200,00	113,94
2015	8.315.800,00	27,89
2016	8.928.810,00	7,37

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2010 a 2012, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

**4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	5.254.401,00	----
2012	5.382.290,00	2,43
2013	9.840.000,00	82,82
2014	11.125.000,00	13,06
2015	12.237.500,00	10,00
2016	13.461.250,00	10,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2010 a 2012, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 2/2

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**9.1.0.0.0.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	(9.462.860,00)	----
2012	(11.073.000,00)	17,02
2013	(11.633.000,00)	5,06
2014	(11.588.700,00)	(0,38)
2015	(12.747.570,00)	10,00
2016	(14.022.327,00)	10,00

**Nota:**

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2010 a 2012, e a previsão de arrecadação para o exercício de 2013.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

\_\_\_\_\_  
LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/3

Data: 12/09/2013

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	64.522.971,00	69.572.219,00	75.018.558,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.262.646,00	44.479.997,50	48.878.045,65
Transferências a Consórcios Públicos - despesa com	76.000,00	76.000,00	76.000,00
Aplicacoes Diretas	34.193.641,00	37.767.829,00	41.507.336,90
Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	5.993.005,00	6.636.168,50	7.294.708,75
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	4.500.000,00	5.000.000,00	5.500.000,00
Aplicacoes Diretas	4.500.000,00	5.000.000,00	5.500.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.760.325,00	20.092.221,50	20.640.512,65
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	450.000,00	470.000,00	510.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	391.000,00	391.000,00	391.000,00
Aplicacoes Diretas	18.919.325,00	19.231.221,50	19.739.512,65
DESPESAS DE CAPITAL (II)	15.301.691,40	19.381.868,40	22.161.558,95
INVESTIMENTOS	13.801.691,40	17.381.868,40	19.661.558,95
Transferências a Consórcios Públicos	26.000,00	26.000,00	26.000,00
Aplicacoes Diretas	13.775.691,40	17.355.868,40	19.635.558,95
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.500.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00
Aplicacoes Diretas	1.500.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	150.000,00	150.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	150.000,00	150.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Total da entidade:	79.974.662,40	89.104.087,40	97.330.117,25
<b>2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	1.120.900,00	1.232.990,00	1.356.289,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	520.800,00	572.880,00	630.168,00
Aplicacoes Diretas	420.000,00	462.000,00	508.200,00
Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	100.800,00	110.880,00	121.968,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.100,00	660.110,00	726.121,00
Aplicacoes Diretas	600.100,00	660.110,00	726.121,00
Total da entidade:	1.120.900,00	1.232.990,00	1.356.289,00
<b>3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANCA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	262.316,00	288.547,00	317.402,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	262.316,00	288.547,00	317.402,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	7.000,00	7.000,00	7.000,00
Aplicacoes Diretas	255.316,00	281.547,00	310.402,00
Total da entidade:	262.316,00	288.547,00	317.402,00
<b>6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	3.074.356,00	3.288.356,00	3.212.411,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.962.126,00	2.138.579,20	2.113.071,80
Aplicacoes Diretas	1.582.360,00	1.731.369,20	1.704.090,80
Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	379.766,00	407.210,00	408.981,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.112.230,00	1.149.776,80	1.099.339,20
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	198.484,20	216.011,70	218.541,95
Aplicacoes Diretas	913.745,80	933.765,10	880.797,25
DESPESAS DE CAPITAL (II)	401.644,00	591.644,00	1.551.644,00
INVESTIMENTOS	401.644,00	591.644,00	1.551.644,00
Aplicacoes Diretas	401.644,00	591.644,00	1.551.644,00
Total da entidade:	3.476.000,00	3.880.000,00	4.764.055,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 2/3

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
<b>10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	17.405.138,00	19.145.652,00	21.060.217,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.237.600,00	10.161.360,00	11.177.496,00
Transferências a Consórcios Públicos - despesa com	20.000,00	22.000,00	24.200,00
Aplicacoes Diretas	8.547.100,00	9.401.810,00	10.341.991,00
Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	670.500,00	737.550,00	811.305,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.167.538,00	8.984.292,00	9.882.721,70
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	10.000,00	11.000,00	12.100,00
Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	5.500,00	6.050,00
Aplicacoes Diretas	7.166.538,00	7.883.192,00	8.671.511,70
Aplicações Diretas através de Consórcio Público	986.000,00	1.084.600,00	1.193.060,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	410.500,00	451.550,00	496.705,00
INVESTIMENTOS	410.500,00	451.550,00	496.705,00
Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	5.500,00	6.050,00
Aplicacoes Diretas	405.500,00	446.050,00	490.655,00
Total da entidade:	17.815.638,00	19.597.202,00	21.556.922,70
<b>13 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL MEDICA DE VIDEIRA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	2.665.000,00	2.932.500,00	3.226.750,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.665.000,00	2.932.500,00	3.226.750,00
Aplicacoes Diretas	2.665.000,00	2.932.500,00	3.226.750,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	10.000,00	10.000,00	10.000,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Aplicacoes Diretas	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Total da entidade:	2.675.000,00	2.942.500,00	3.236.750,00
<b>14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	6.620.000,00	7.282.000,00	8.010.200,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.000,00	275.000,00	302.500,00
Aplicacoes Diretas	220.000,00	242.000,00	266.200,00
Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	30.000,00	33.000,00	36.300,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.370.000,00	7.007.000,00	7.707.700,00
Aplicacoes Diretas	6.370.000,00	7.007.000,00	7.707.700,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	100.000,00	110.000,00	121.000,00
INVESTIMENTOS	100.000,00	110.000,00	121.000,00
Aplicacoes Diretas	100.000,00	110.000,00	121.000,00
RESERVA DO RPPS	15.280.000,00	16.808.000,00	18.488.800,00
RESERVA DO RPPS	15.280.000,00	16.808.000,00	18.488.800,00
RESERVA DO RPPS	15.280.000,00	16.808.000,00	18.488.800,00
Total da entidade:	22.000.000,00	24.200.000,00	26.620.000,00
<b>15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	1.277.500,00	1.341.375,00	1.408.443,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.002.500,00	1.052.625,00	1.105.256,25
Aplicacoes Diretas	982.500,00	1.031.625,00	1.083.206,25
Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	20.000,00	21.000,00	22.050,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.000,00	288.750,00	303.187,50
Aplicacoes Diretas	275.000,00	288.750,00	303.187,50
DESPESAS DE CAPITAL (II)	60.000,00	60.000,00	60.000,00
INVESTIMENTOS	60.000,00	60.000,00	60.000,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 3/3

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
<b>15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA</b>			
Aplicacoes Diretas	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Total da entidade:	1.337.500,00	1.401.375,00	1.468.443,75
Total geral:	128.662.016,40	142.646.701,40	156.649.979,70

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

**3.0.0.00.00.00.00.0 - DESPESAS CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	64.018.159,00	----
2012	71.704.239,00	12,01
2013	88.951.502,00	24,05
2014	96.948.181,00	8,99
2015	105.083.639,00	8,39
2016	113.610.271,75	8,11

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2010 a 2012.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016.

**4.0.0.00.00.00.00.0 - DESPESAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	12.758.900,00	----
2012	25.979.300,00	103,62
2013	14.545.420,00	-44,01
2014	16.283.835,40	11,95
2015	20.605.062,40	26,54
2016	24.400.907,95	18,42

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2010 a 2012.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016.

**7.0.0.00.00.00.00.0 - RESERVA DO RPPS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	6.858.210,00	----
2012	7.250.500,00	5,72
2013	14.250.500,00	96,55
2014	15.280.000,00	7,22
2015	16.808.000,00	10,00
2016	18.488.800,00	10,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2010 a 2012.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016.

**9.0.0.00.00.00.00.0 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	300.000,00	----
2012	100.000,00	-66,67
2013	150.000,00	50,00
2014	150.000,00	0,00
2015	150.000,00	0,00
2016	150.000,00	0,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2010 a 2012.

A partir desta projeção foi calculado 6,5040% referente ao IPCA acumulado entre junho/2012 e maio/2013, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2014, 2015 e 2016.

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/2

Data: 12/09/2013

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	82.535.269,00	94.724.039,00	114.858.122,00	122.623.516,40	134.840.971,40	148.282.246,70
Receita Tributária	11.173.000,00	12.558.000,00	14.160.000,00	16.521.000,00	18.173.100,00	19.990.410,00
Receita de Contribuição	8.637.990,00	8.970.790,00	13.955.500,00	5.070.000,00	5.577.000,00	6.134.700,00
Receita Patrimonial	5.589.612,00	6.154.820,00	11.429.952,00	10.355.730,00	11.390.718,00	12.529.779,30
Aplicações Financeiras (II)	5.437.612,00	5.992.500,00	10.779.952,00	10.180.730,00	11.198.218,00	12.318.029,30
Outras Receitas Patrimoniais	152.000,00	162.320,00	650.000,00	175.000,00	192.500,00	211.750,00
Transferências Correntes	53.702.889,00	63.184.929,00	72.557.970,00	87.762.486,40	96.494.433,40	106.101.075,40
Demais Receitas Correntes	3.431.778,00	3.855.500,00	2.754.700,00	2.577.400,00	2.835.130,00	3.118.633,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	<b>77.097.657,00</b>	<b>88.731.539,00</b>	<b>104.078.170,00</b>	<b>111.979.086,40</b>	<b>123.132.683,40</b>	<b>135.403.140,40</b>
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.400.000,00	10.310.000,00	3.039.300,00	6.502.200,00	8.315.800,00	8.928.810,00
Operações de Crédito (V)	500.000,00	9.500.000,00	2.000.000,00	828.000,00	2.920.000,00	2.172.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	100.000,00	150.000,00	160.000,00	240.000,00	264.000,00	290.400,00
Alienação de Ativos (VII)	50.000,00	50.000,00	80.000,00	31.000,00	34.100,00	37.510,00
Transferência de Capital	750.000,00	610.000,00	799.300,00	5.403.200,00	5.097.700,00	6.428.900,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	<b>750.000,00</b>	<b>610.000,00</b>	<b>799.300,00</b>	<b>5.403.200,00</b>	<b>5.097.700,00</b>	<b>6.428.900,00</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	<b>77.847.657,00</b>	<b>89.341.539,00</b>	<b>104.877.470,00</b>	<b>117.382.016,40</b>	<b>128.230.383,40</b>	<b>141.832.040,00</b>
DESPESAS CORRENTES (X)	64.018.159,00	71.704.239,00	117.897.422,00	89.754.110,00	97.137.830,50	104.914.959,00
Pessoal e Encargos Sociais	36.153.459,00	41.961.720,00	0,00	53.235.672,00	58.680.441,70	64.206.537,70
Juros e Encargos da Dívida (XI)	1.400.000,00	1.496.980,00	0,00	4.500.000,00	5.000.000,00	5.500.000,00
Outras Despesas Correntes	26.464.700,00	28.245.539,00	88.951.502,00	39.212.509,00	41.403.197,30	43.903.734,05
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	<b>62.618.159,00</b>	<b>70.207.259,00</b>	<b>117.897.422,00</b>	<b>85.254.110,00</b>	<b>92.137.830,50</b>	<b>99.414.959,00</b>
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	12.758.900,00	25.979.300,00	0,00	16.283.835,40	20.605.062,40	24.400.907,95
Investimentos	11.058.900,00	24.179.300,00	0,00	14.783.835,40	18.605.062,40	21.900.907,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.700.000,00	1.800.000,00	0,00	1.500.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	<b>11.058.900,00</b>	<b>24.179.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.783.835,40</b>	<b>18.605.062,40</b>	<b>21.900.907,95</b>
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	6.858.210,00	7.250.500,00	0,00	15.280.000,00	16.808.000,00	18.488.800,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	300.000,00	100.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/2

Data: 12/09/2013

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	300.000,00	100.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	80.835.269,00	101.737.059,00	117.897.422,00	122.662.016,40	135.646.701,40	148.649.979,70
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(2.987.612,00)	(12.395.520,00)	(13.019.952,00)	(5.279.730,00)	(7.416.318,00)	(6.817.939,30)

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina****MUNIC PIO DE Videira**

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

<b>Especificação</b>	<b>2011 (b)</b>	<b>2012 (c)</b>	<b>2013 (d)</b>	<b>2014 (e)</b>	<b>2015 (f)</b>	<b>2016 (g)</b>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	28.072.346,20	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	39.851.000,00	43.958.000,00
Outras dívidas	28.072.346,20	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	39.851.000,00	43.958.000,00
DEDUÇÕES (II)	10.656.424,52	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	12.385.000,00	13.189.000,00
Ativo disponível	10.656.424,52	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	12.385.000,00	13.189.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	17.415.921,68	59.533.235,92	17.350.000,00	25.542.000,00	27.466.000,00	30.769.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	17.415.921,68	59.533.235,92	17.350.000,00	25.542.000,00	27.466.000,00	30.769.000,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	991.412,26	42.117.314,24	(42.183.235,92)	8.192.000,00	1.924.000,00	3.303.000,00

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2011 no resultados\_nominais\_valor de R\$ 16.424.509,42.

**Estado de Santa Catarina****MUNIC PIO DE Videira**

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida**

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	28.072.346,20	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	39.851.000,00	43.958.000,00
Outras dívidas	28.072.346,20	70.523.235,92	35.850.000,00	32.346.000,00	39.851.000,00	43.958.000,00
DEDUÇÕES(II)	10.656.424,52	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	12.385.000,00	13.189.000,00
Ativo disponível	10.656.424,52	10.990.000,00	18.500.000,00	6.804.000,00	12.385.000,00	13.189.000,00
DCL (III) = (I - II)	17.415.921,68	59.533.235,92	17.350.000,00	25.542.000,00	27.466.000,00	30.769.000,00

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**MUNIC PIO DE Videira**

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2014	2015	2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>125.850.316,40</b>	<b>138.390.451,40</b>	<b>152.186.674,70</b>
Receita Tributária	14.771.000,00	16.248.100,00	17.872.910,00
Receita de Contribuição	10.720.000,00	11.792.000,00	12.971.200,00
Receita Patrimonial	10.355.730,00	11.390.718,00	12.529.779,30
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	66.900,00	73.590,00	80.949,00
Transferências Correntes	87.419.286,40	96.116.913,40	105.685.803,40
Outras Receitas Correntes	2.517.400,00	2.769.130,00	3.046.033,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>21.236.700,00</b>	<b>23.360.370,00</b>	<b>25.696.407,00</b>
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	11.552.700,00	12.707.970,00	13.978.767,00
Contrib de Servidor Ativo Civil	2.500.000,00	2.750.000,00	3.025.000,00
Contrib de Servidor Inativo Civil	20.000,00	22.000,00	24.200,00
Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.400.000,00	1.540.000,00	1.694.000,00
Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorç	5.650.000,00	6.215.000,00	6.836.500,00
Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	36.000,00	39.600,00	43.560,00
Outras Rec de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	78.000,00	85.800,00	94.380,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>104.613.616,40</b>	<b>115.030.081,40</b>	<b>126.490.267,70</b>

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO



**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 462/09

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
2 - Outros Riscos Fiscais 2.1 - Intempéries.	115.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	115.000,00
3 - Outros Riscos Fiscais 3.1 Despesas não orçadas ou orçadas a maior.	5.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	5.000,00
4 - Outros Riscos Fiscais 4.1 - Aposentadorias e pensões precoces.	15.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	15.000,00
1 - Passivos Contingentes 1.1 - Processo de desapropriação de imóveis.	15.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	15.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>150.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>150.000,00</b>

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo I - Metas Anuais**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	128.662.016,40	128.662.016,40	----	142.646.701,40	142.646.701,40	----	156.649.979,70	156.649.979,70	----
Receitas Primárias (I)	117.382.286,40	117.382.286,40	----	128.230.383,40	128.230.383,40	----	141.832.040,40	141.832.040,40	----
Despesa Total	128.662.016,40	128.662.016,40	----	142.646.701,40	142.646.701,40	----	156.649.979,70	156.649.979,70	----
Despesas Primárias (II)	122.662.016,40	122.662.016,40	----	135.646.701,40	135.646.701,40	----	148.649.979,70	148.649.979,70	----
Resultado Primário III = (I-II)	(5.279.730,00)	(5.279.730,00)	----	(7.416.318,00)	(7.416.318,00)	----	(6.817.939,30)	(6.817.939,30)	----
Resultado Nominal	8.192.000,00	8.192.000,00	----	1.924.000,00	1.924.000,00	----	3.303.000,00	3.303.000,00	----
Dívida Pública Consolidada	32.346.000,00	32.346.000,00	----	39.851.000,00	39.851.000,00	----	43.958.000,00	43.958.000,00	----
Dívida Consolidada Líquida	25.542.000,00	25.542.000,00	----	27.466.000,00	27.466.000,00	----	30.769.000,00	30.769.000,00	----

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**MUNICÍPIO DE Videira**

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	105.034.039,00	----	98.196.312,54	----	(6.837.726,46)	(6,510)
Receitas Primárias (I)	89.341.539,00	----	95.133.112,86	----	5.791.573,86	6,483
Despesa Total	105.034.039,00	----	4.912.551,85	----	(100.121.487,15)	(95,323)
Despesas Primárias (II)	101.737.059,00	----	4.901.991,60	----	(96.835.067,40)	(95,182)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(12.395.520,00)	----	90.231.121,26	----	102.626.641,26	(827,933)
Resultado Nominal	42.117.314,24	----	(5.612.445,83)	0,000	(47.729.760,07)	(113,33)
Dívida Pública Consolidada	70.523.235,92	----	15.613.037,14	0,000	(54.910.198,78)	(77,86)
Dívida Consolidada Líquida	59.533.235,92	----	(8.079.099,44)	0,000	(67.612.335,36)	(113,57)

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE Videira

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## 2014 ANEXO DE METAS FISCAIS

## Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1.00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	83.935.269,00	105.034.039,00	25,140	117.897.422,00	12,250	128.662.016,40	(0,310)	142.646.701,40	10,950	156.649.979,70	9,800
Receitas Primárias (I)	77.847.657,00	89.341.539,00	14,760	104.877.470,00	17,390	117.382.286,40	1,320	128.230.383,40	9,160	141.832.040,40	10,670
Despesa Total	83.935.269,00	105.034.039,00	25,140	117.897.422,00	12,250	128.662.016,40	3,030	142.646.701,40	10,890	156.646.979,70	9,840
Despesas Primárias (II)	80.835.269,00	101.737.059,00	25,860	117.897.422,00	15,880	122.662.016,40	(2,060)	135.646.701,40	10,590	148.649.979,70	9,600
Resultado Primário III = (I-II)	(2.987.612,00)	(12.395.520,00)	314,900	(13.019.952,00)	5,040	(5.279.730,00)	(29,260)	(7.416.318,00)	27,110	(6.817.939,30)	(1,060)
Resultado Nominal	991.412,26	42.117.314,24	4.148,210	(42.183.235,92)	(200,160)	8.192.000,00	(119,420)	1.924.000,00	(76,510)	3.303.000,00	71,670
Dívida Pública Consolidada	28.072.346,20	70.523.235,92	151,220	35.850.000,00	(49,170)	32.346.000,00	(9,770)	39.851.000,00	23,200	43.958.000,00	10,310
Dívida Consolidada Líquida	17.415.921,68	59.533.235,92	241,830	17.350.000,00	(70,860)	25.542.000,00	47,220	27.466.000,00	7,530	30.769.000,00	12,030

Especificação	Valores a Preços Constantes											
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	
Receita Total	83.935.269,00	105.034.039,00	25,140	117.897.422,00	12,250	128.662.016,40	(0,310)	142.646.701,40	10,950	156.649.979,70	9,800	
Receitas Primárias (I)	77.847.657,00	89.341.539,00	14,760	104.877.470,00	17,390	117.382.286,40	1,320	128.230.383,40	9,160	141.832.040,40	10,670	
Despesa Total	83.935.269,00	105.034.039,00	25,140	117.897.422,00	12,250	128.662.016,40	3,030	142.646.701,40	10,890	156.646.979,70	9,840	
Despesas Primárias (II)	80.835.269,00	101.737.059,00	21,210	117.897.422,00	15,880	122.662.016,40	(2,060)	135.646.701,40	10,590	148.649.979,70	9,600	
Resultado Primário III = (I-II)	(2.987.612,00)	(12.395.520,00)	314,900	(13.019.952,00)	5,040	(5.279.730,00)	(29,260)	(7.416.318,00)	27,110	(6.817.939,30)	(1,060)	
Resultado Nominal	991.412,26	42.117.314,24	4.148,210	(42.183.235,92)	(200,160)	8.192.000,00	(119,420)	1.924.000,00	(76,510)	3.303.000,00	71,670	
Dívida Pública Consolidada	28.072.346,20	70.523.235,92	151,220	35.850.000,00	(49,170)	32.346.000,00	(9,770)	39.851.000,00	23,200	43.958.000,00	10,310	
Dívida Consolidada Líquida	17.415.921,68	59.533.235,92	241,830	17.350.000,00	(70,860)	25.542.000,00	47,220	27.466.000,00	7,530	30.769.000,00	12,030	

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**MUNIC PIO DE Videira**

Data: 12/09/2013

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	6.227.393,00	151,24	40.862.626,00	656,18	34.908.044,00	85,43
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-2.109.768,00	-51,24	-34.635.233,00	-556,18	5.954.582,00	14,57
TOTAL	4.117.625,00	100,00	6.227.393,00	100,00	40.862.626,00	100,00

**REGIME PREVIDENCI RIO**

Patrimônio Líquido	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	21.209.857,00	46,42	9.959.076,00	46,95	-680.037,00	-6,83
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	24.483.283,00	53,58	11.250.781,00	53,05	10.639.112,00	106,83
TOTAL	45.693.140,00	100,00	21.209.857,00	100,00	9.959.075,00	100,00

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE Videira**

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2012 (a)</b>	<b>2011 (d)</b>	<b>2010</b>
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	132.142,00	95.870,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	129.342,00	95.870,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	2.800,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>132.142,00</b>	<b>95.870,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>2012 (b)</b>	<b>2011 (e)</b>	<b>2010</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	20.299,00	9.419,00	0,00
Investimentos	20.299,00	9.419,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.299,00</b>	<b>9.419,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>(c) = (a - b) + (f)</b>	<b>(f) = (d - e) + (g)</b>	<b>(g)</b>
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>198.294,00</b>	<b>86.451,00</b>	<b>0,00</b>

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/2  
 Data: 12/09/2013

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.261.367,13	9.722.778,33	18.294.363,71
RECEITAS CORRENTES	8.578.877,83	10.329.546,71	19.839.923,52
Receita de Contribuições dos Segurados	1.890.930,40	2.047.630,88	2.458.506,51
Pessoal Civil	1.890.930,40	2.047.630,88	2.458.506,51
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	6.654.345,30	8.276.110,52	16.876.606,24
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	33.602,13	5.805,31	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	33.602,13	5.723,10	503.370,77
Demais Receitas Correntes	0,00	82,21	1.440,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-317.510,70	-606.768,38	-1.545.559,81
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.263.553,50	5.667.795,30	9.677.549,37
RECEITAS CORRENTES	5.263.553,50	5.667.795,30	9.677.549,37
Receita de Contribuições Patronais	3.740.108,50	4.043.442,24	4.850.230,04
Pessoal Civil	3.740.108,50	4.043.442,24	4.850.230,04
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.523.445,00	1.624.353,06	4.827.318,73
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00

<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>13.524.920,63</b>	<b>15.390.573,63</b>	<b>27.971.913,08</b>
--	----------------------	----------------------	----------------------

DESPESAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.529.398,18	3.867.467,09	4.901.991,60
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	3.529.398,18	3.867.467,09	4.901.991,60
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.529.398,18	3.867.467,09	4.901.991,60
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.529.398,18	3.867.467,09	4.901.991,60



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 2/2

Data: 12/09/2013

**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>DESPESAS</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>3.529.398,18</b>	<b>3.867.467,09</b>	<b>4.901.991,60</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>9.995.522,45</b>	<b>11.523.106,54</b>	<b>23.069.921,48</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	1.523.445,00	1.624.353,00	4.827.318,00,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00,00
Plano Previdenciário	1.523.445,00	1.624.353,00	4.827.318,00,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	1.523.445,00	1.624.353,00	4.827.318,00,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>6.781.802,98</b>	<b>6.858.210,00</b>	<b>7.250.500,00,00</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>57.226.418,93</b>	<b>68.477.199,77</b>	<b>92.935.529,54,54</b>

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Estado de Santa Catarina****MUNIC PIO DE Videira****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS**

Página: 1/2

Data: 12/09/2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2013	8.534.808,83	3.461.816,08	5.072.992,75	98.033.475,34
2014	8.160.278,99	3.966.170,18	4.194.108,81	102.227.584,15
2015	7.947.260,18	4.000.944,71	3.946.315,47	106.173.899,62
2016	7.703.591,54	4.130.712,35	3.572.879,19	109.746.778,81
2017	7.414.076,61	4.391.808,56	3.022.268,05	112.769.046,86
2018	7.003.567,93	4.992.481,92	2.011.086,01	114.780.132,87
2019	6.650.033,75	5.413.657,46	1.236.376,29	116.016.509,16
2020	6.284.937,32	5.856.620,52	428.316,80	116.444.825,96
2021	5.934.796,99	6.248.515,22	(313.718,23)	116.131.107,73
2022	5.621.914,67	6.525.148,79	(903.234,12)	115.227.873,61
2023	5.301.669,00	6.810.553,04	(1.508.884,04)	113.718.989,57
2024	4.868.109,50	7.410.931,76	(2.542.822,26)	111.176.167,31
2025	4.593.646,69	7.542.477,57	(2.948.830,88)	108.227.336,43
2026	4.299.485,96	7.726.611,72	(3.427.125,76)	104.800.210,67
2027	3.999.767,53	7.921.340,59	(3.921.573,06)	100.878.637,61
2028	3.727.205,25	8.038.055,89	(4.310.850,64)	96.567.786,97
2029	3.469.075,24	8.116.248,17	(4.647.172,93)	91.920.614,04
2030	3.264.066,76	8.047.845,14	(4.783.778,38)	87.136.835,66
2031	3.078.395,92	7.934.271,85	(4.855.875,93)	82.280.959,73
2032	2.917.097,24	7.763.741,18	(4.846.643,94)	77.434.315,79
2033	2.772.766,13	7.559.628,91	(4.786.862,78)	72.647.453,01
2034	2.636.369,14	7.349.314,44	(4.712.945,30)	67.934.507,71
2035	2.515.719,22	7.111.064,40	(4.595.345,18)	63.339.162,53
2036	2.418.090,52	6.826.149,76	(4.408.059,24)	58.931.103,29
2037	2.255.351,56	10.373.330,94	(8.117.979,38)	50.813.123,91
2038	2.138.661,14	6.058.148,82	(3.919.487,68)	46.893.636,23
2039	2.102.393,77	5.676.831,73	(3.574.437,96)	43.319.198,27
2040	2.043.143,32	5.386.144,09	(3.343.000,77)	39.976.197,50
2041	2.016.291,64	5.024.358,99	(3.008.067,35)	36.968.130,15
2042	1.984.636,84	4.700.445,62	(2.715.808,78)	34.252.321,37
2043	1.966.260,67	4.360.931,55	(2.394.670,88)	31.857.650,49
2044	1.956.329,95	4.019.425,46	(2.063.095,51)	29.794.554,98
2045	1.950.803,62	3.688.000,13	(1.737.196,51)	28.057.358,47
2046	3.596,88	3.376.178,76	(3.372.581,88)	24.684.776,59
2047	2.325,86	3.075.259,03	(3.072.933,17)	21.611.843,42
2048	2.245,25	2.792.129,92	(2.789.884,67)	18.821.958,75
2049	1.099,17	2.532.063,53	(2.530.964,36)	16.290.994,39
2050	1.059,63	2.287.916,23	(2.286.856,60)	14.004.137,79
2051	----	2.065.644,22	(2.065.644,22)	11.938.493,57
2052	----	1.855.756,00	(1.855.756,00)	10.082.737,57
2053	----	1.662.502,01	(1.662.502,01)	8.420.235,56
2054	----	1.484.315,26	(1.484.315,26)	6.935.920,30
2055	----	1.320.415,73	(1.320.415,73)	5.615.504,57
2056	----	1.170.772,27	(1.170.772,27)	4.444.732,30
2057	----	1.033.663,01	(1.033.663,01)	3.411.069,29
2058	----	909.156,49	(909.156,49)	2.501.912,80
2059	----	793.778,36	(793.778,36)	1.708.134,44
2060	----	692.520,16	(692.520,16)	1.015.614,28
2061	----	602.906,23	(602.906,23)	412.708,05
2062	----	521.711,43	(521.711,43)	-109.003,38
2063	----	447.767,56	(447.767,56)	-556.770,94
2064	----	383.016,15	(383.016,15)	-939.787,09
2065	----	325.553,04	(325.553,04)	-1.265.340,13

**Estado de Santa Catarina****MUNIC PIO DE Videira**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Página: 2/2

Data: 12/09/2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2066	----	275.293,46	(275.293,46)	-1.540.633,59
2067	----	232.066,96	(232.066,96)	-1.772.700,55
2068	----	195.046,58	(195.046,58)	-1.967.747,13
2069	----	161.644,80	(161.644,80)	-2.129.391,93
2070	----	134.167,01	(134.167,01)	-2.263.558,94
2071	----	110.656,23	(110.656,23)	-2.374.215,17
2072	----	89.924,53	(89.924,53)	-2.464.139,70
2073	----	73.539,11	(73.539,11)	-2.537.678,81
2074	----	59.899,88	(59.899,88)	-2.597.578,69
2075	----	47.920,49	(47.920,49)	-2.645.499,18
2076	----	37.791,88	(37.791,88)	-2.683.291,06
2077	----	30.211,50	(30.211,50)	-2.713.502,56
2078	----	24.044,34	(24.044,34)	-2.737.546,90
2079	----	18.932,51	(18.932,51)	-2.756.479,41
2080	----	14.703,58	(14.703,58)	-2.771.182,99
2081	----	11.518,26	(11.518,26)	-2.782.701,25
2082	----	8.808,49	(8.808,49)	-2.791.509,74
2083	----	6.842,30	(6.842,30)	-2.798.352,04
2084	----	5.476,25	(5.476,25)	-2.803.828,29
2085	----	4.405,49	(4.405,49)	-2.808.233,78
2086	----	3.733,99	(3.733,99)	-2.811.967,77
2087	----	3.307,09	(3.307,09)	-2.815.274,86

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO



**Estado de Santa Catarina****MUNIC PIO DE Videira**

Página: 1/1

Data: 12/09/2013

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

<b>EVENTO</b>	<b>Valor Previsto 2014</b>
Aumento Permanente da Receita	2.954.235,48
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.954.235,48
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.954.235,48
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	659.853,00
Novas DOCC	659.853,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	2.294.382,48

LOURENÇO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

**Decreto N° 10.630/13**

DECRETO N° 10.630/13, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

Designa servidora para representar a Prefeitura Municipal de Videira junto à Secretaria Federal de Desenvolvimento Humano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo Administrativo nº 15.940/2013,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar a servidora ROSANI LUIZA SCHNEIDER, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Ação Social, para atuar como representante da Prefeitura Municipal de Videira, junto à Secretaria Federal de Desenvolvimento Humano, em todos os atos que se fizerem necessários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto N° 10.631/13**

DECRETO N.º 10.631/13, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

Revoga o Decreto nº 10.627/13, de 10 de outubro de 2013, e dá outras providências.

LOURENÇO BECKER, Prefeito Municipal Interino de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX, e considerando a comunicação interna nº 82/13 do Departamento de Contabilidade;

**DECRETA**

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 10.627/13, de 10 de outubro de 2013, que "Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0763/13**

PORTARIA N° 0763/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00016/10-3, nos assentos funcionais da servidora SÔNIA TERESINHA MARTINAZZO, detentora da matrícula funcional

nº 1627, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 15.681/13,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora SÔNIA TERESINHA MARTINAZZO, detentora da matrícula nº 1627 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00016/10-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0764/13**

PORTARIA nº 0764/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.826/13,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de outubro de 2013 até 30 de outubro de 2013, o gozo de férias da servidora GISELE PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 03 de novembro de 2011 até 02 de março de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2013.

Videira, 14 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Abertura Proposta TP 01/2013-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013-FMS

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 16 de outubro de 2013 às 16:00 horas para a abertura do envelope contendo a proposta do concorrente habilitado no processo licitatório em epígrafe cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, PERTENCENTES AOS GRUPOS A1 e A4 (RESÍDUOS INFECTANTES), GRUPO B (QUÍMICOS) E DO GRUPO E (PERFECUTANTES), CLASSIFICADOS CONFORME RDC Nº 306/2004 DA ANVISA, GERADOS NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Videira, 14 de outubro de 2013.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**Vitor Meireles**

**PREFEITURA**

### **Decreto N.º 054/2013**

DECRETO Nº 054/2013

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0835, de 21/12/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias pelo Superávit do Exercício Anterior:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2014 - Ações de Vigilância em Saúde  
33000000.00 - Outras Despesas Correntes  
33900000.00 - Aplicações Diretas  
0.3.6616 - Vigilância em Saúde - Epidemiologia  
R\$ 3.668,60

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 14 de Outubro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Xavantina**

**PREFEITURA**

### **Ata TP 03/2013**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2013 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO CONSTANTE NO ANEXO "E" DESTA EDITAL.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de licitações designada pelo Decreto nº 014/2013 com para dar continuidade ao Processo Licitatório nº 75/2013, modalidade Tomada de Preços nº 03/2013. Para a abertura dos envelopes de proposta, apenas a empresa SULBRINQUEDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA esteve presente, representada pelo Sr. CARLOS JUNIOR MUNIZ DA SILVA, e a empresa DOMINGOS MALAGUTTI EPP não mandou representante. primeiramente foram abertos os Envelopes nº 02 - Proposta Comercial, sendo que os mesmos estavam lacrados, em seguida as propostas foram rubricadas pela Comissão e pelo representante presente. A Comissão declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital. A empresa SULBRINQUEDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA apresentou o menor valor. Assim empresa SULBRINQUEDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA fica declarada vencedora do processo licitatório com o valor total de R\$ 63.321,00 (sessenta e três mil, trezentos e vinte e um reais). Fica aberto o prazo de cinco dias para as empresas apresentarem seus recursos referente as propostas de preços, tendo, até as onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e treze para apresentarem os mesmos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela presidente e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelo representante presente.

ARLINE CAON  
Presidente da CPLIzilde J. P. Fasolo  
Membro

TACIANE CAON  
Membro Joselino Luiz Nassinger  
Membro

SULBRINQUEDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
CARLOS JUNIOR MUNIZ DA SILVA

# Associações

## AMFRI

### Extrato de Contrato Amm/AMFRI N. 01/2013

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO AMM/AMFRI N. 01/2013

Objeto: O objeto do contrato é a locação dos equipamentos abaixo discriminados de propriedade/posse da LOCADORA, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, incluindo transporte e modificações para cumprir exigências do evento, mediante pagamento dos encargos no período compreendido entre 10/10/2013 à 03/12/2013 para o evento Aventura Pelos Mares do Mundo, a ser realizado em Itajaí/SC no período compreendido de 16/11/2013 a 01/12/2013.

Valor Global: R\$ 349.666,00 (trezentos e quarenta e nove mil e seiscentos e sessenta e seis reais)

Contratado: EVOLUTION REEFER LTDA - CNPJ - 07.610.772/0001-94.

Vigência: 20/09/2013 e término em 28/12/2013.

Itajaí/SC, 20 de Setembro de 2013

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Secretário Executivo - AMFRI

### Extrato de Contrato Amm/AMFRI N. 02/2013

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO AMM/AMFRI N. 02/2013

Objeto: O objeto do presente contrato consiste no fechamento de área com confecção e instalação de estrutura metálica com lona front starflex 280gr em sistema de impressão digital com acabamento em ilhós, perfazendo: I - 2.090 m<sup>2</sup> de confecção de estrutura em barra 5/16 para lona com acabamento em ilhós; II - 2.090 m<sup>2</sup> de confecção e instalação de lona front STARFLEX 280gr em sistema de impressão digital com acabamento em ilhós; III - confecção de estrutura em barra 5/16 para requadro de aberturas (portas e janelas/balcões); para o evento Aventura Pelos Mares do Mundo, a ser realizado em Itajaí/SC no período compreendido de 16/11/2013 a 01/12/2013.

Valor Global: R\$ 156.825,00 (cento e cinquenta e seis mil e oitocentos e vinte e cinco reais) Contratado: BM3 MÍDIA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - CNPJ - 09.494.181/0001-24.

Vigência: 12/09/2013 e término em 24/12/2013.

Itajaí/SC, 12 de Setembro de 2013

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Secretário Executivo - AMFRI

## EGEM

### Edital N° 79/2013 - Siops \_amunesc

EDITAL N° 79/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE – SIOPS

#### 1. OBJETIVO DO CURSO

Oferecer aos participantes subsídios para o preenchimento do

SIOPS conforme determina a Lei Complementar 141/2012.

- Dados informados de receitas e despesas com saúde, detalhados de acordo com o plano de contas da STN/MF;
- Indicadores que relacionam receitas e despesas, como o percentual da despesa financiada com recursos transferidos por outras esferas de governo e o percentual de recursos próprios aplicados em saúde (indicador da EC 29);
- Demonstrativo de cumprimento do limite mínimo estabelecido pela EC 29/2000 (desde 2002) previsto no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO - Anexo ), da LRF, de acordo com o modelo publicado anualmente por portaria normativa específica da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Gestores e técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, e demais interessados.

#### 3. CALENDÁRIO

##### QUADRO I

Cidade/Local	Joinville – SC Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina Rua Max Colin, 1843 - Caixa Postal, 670
Período das inscrições	16/10/2013 à 28/10/2013
Vencimento do boleto de cobrança	28/10/2013
Homologação das inscrições	30/10/2013
Período de realização	11 e 12/11/2013
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	50 vagas

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: “Dados

para a emissão da nota fiscal□.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia
8h30 às 12h
Recepção, credenciamento e entrega do material.
Apresentação dos participantes
Regulamentação EC 29/2000 – Lei 141/12
Metodologia de cálculo EC-29
13h30 às 17h30
CAUC – Cadastro Único de convênio
Conceitos do Orçamento Público
Preenchimento das planilhas do SIOPS
Execução Financeira por Bloco
Importação e exportação de dados
Segundo Dia
8h30 às 12h
Transmissão via internet
Comunicação de Usuário
Funcionalidade Restrita
Navegação no site do SIOPS
Avaliação do curso

#### 7. PALESTRANTES

Tatiana Pino Gomes

Contadora, formada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com especialização em Auditoria e Gestão de Contas Públicas no Sistema Único de Saúde pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILE) e Planejamento e Gestão da Informação em Saúde, pela Escola de Saúde Pública de Santa Catarina ESP/SC. É Chefe do Setor de Receitas Especiais e Executiva do Núcleo Estadual de Apoio do SIOPS da Secretária de Estado da Saúde. Tem atuado desde 2006 na elaboração de material didático para diversos cursos de capacitação do Planejamento.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

- O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.
- O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

- a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

#### REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

#### FIQUE ATENTO!

#### 7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.  
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.  
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

## Consórcios

### CIGA

#### Dispensa de Licitação Nº 14/2013

Ato de Dispensa nº 14/2013

Processo de Licitação nº 18/2013

Objeto: Impressão de 1.000 cartões de visita com as seguintes especificações: 9x5cm, 4x4 cores (cmyk) em Couche fosco 300g, bopp fosco 1x1, verniz UV localizado 1x1, 4 cantos arredondados.

Contratado: Rafael Fernando Buss-ME

CNPJ: 02.769.851/0001-29

VALOR: R\$ 698,50 (seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

Florianópolis, 15 de outubro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA



**Extrato Contrato 245 - Programa - Benedito Novo**

Extrato de Contrato n° 245/2013

Contrato de Programa - Benedito Novo

CONTRATANTE: Município de Benedito Novo

CNPJ: 83.102.780/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL N°: 106/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Benedito Novo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Benedito Novo no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Benedito Novo, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 03 de outubro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 246 - Rateio - Benedito Novo**

Extrato de Contrato n° 246/2013

Contrato de Rateio - Benedito Novo

CONTRATANTE: Município de Benedito Novo

CNPJ: 83.102.780/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL N°: 107/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Benedito Novo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 106/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de outubro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

---

**CIM-AMAVI**

---

**Ata N° 12 - CIM-AMAVI**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI DO DIA 05/07/2013

Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e treze, às 9h, no auditório da AMAVI, reuniram-se os senhores prefeitos e demais autoridades conforme consta do livro de presenças nº 01, folhas 020 e 021, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Apresentação de Tecnologias de Processamento do Lixo para definição da elaboração do projeto básico do Parque de Processamento e Tratamento; 2. Escrituração do Terreno do Parque de Processamento e Tratamento do Lixo; 3. Definição de estratégias para implementação dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos. Dando início a reunião, o Presidente do CIM-AMAVI, Prefeito Hugo Lembeck, saudou os presentes, agradeceu a presença de todos e abriu espaço para apresentação de tecnologias de processamento do lixo visando a definição da elaboração do projeto básico do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos. Ato contínuo o Engenheiro Mecânico, Marcos Stolf, representando o Instituto Dual de Educação, apresentou proposta de tecnologia. Na sequência, o Engenheiro Sanitarista e Ambiental da AMAVI, Gabriel Soldatelli Murara, fez exposição acerca das tecnologias para tratamento de resíduos sólidos que foram estudadas pela equipe técnica da AMAVI. O assunto foi amplamente discutido pelos prefeitos presentes, tendo-se deliberado pela formação de uma comissão que acompanhará a contratação de elaboração do projeto básico do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos, cujo custo girará em torno de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A comissão foi composta pelos Prefeitos dos Municípios de Presidente Getúlio, Ituporanga, Taió e Braço do Trombudo e ainda pelo Secretário Executivo da AMAVI, Agostinho Senem e pelos técnicos Gabriel Soldatelli Murara e Wilando Sérgio Kurth. Na sequência, o Presidente explicou que o terreno declarado de utilidade pública pelo Município de Trombudo Central para fins de desapropriação pelo CIM-AMAVI, visando a implantação do Parque de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos, apresentou metragem inferior à averbada na matrícula do imóvel, em estudo topográfico de campo efetuado por profissional contratado para tanto, cabendo portanto uma retificação de sua área de 20,7 hectares para 18,9 hectares, questionando aos prefeitos quanto à manutenção da intenção de desapropriação em vista da retificação da área, com os que os prefeitos se manifestaram favoráveis, deliberando pela desapropriação do imóvel. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Hugo Lembeck agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Milã Signori, assessora de imprensa, lavrei a presente ata.

## CINCO

### Prestação de Contas CINCO 2013 \_3T PRESTAÇÃO DE CONTAS 3º TRIMESTRE 2013 CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO

#### 1- INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, e com sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

Tem como finalidade a união dos municípios da região do contestado para a formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Atualmente estão consorciados os Municípios de ARROIO TRINTA, CAÇADOR, CALMON, FRAIBURGO, IBIAM, IOMERÊ, LEBON RÉGIS, MACIEIRA, MATOS COSTA, PINHEIRO PRETO, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, TIMBÓ GRANDE, TANGARÁ E VIDEIRA, que ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções, que autorizou o ingresso no CINCO.

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do 3º Trimestre do Exercício de 2013.

#### 2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por ser custeado com recursos oriundos de repasses municipais, adotam-se as normas de contabilidade pública para a elaboração dos demonstrativos contábeis.

#### 3 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas são registradas em obediência às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

As Disponibilidades compreendem os valores dos numerários depositados em conta corrente junto às instituições financeiras.

O Imobilizado está demonstrado pelo valor original de aquisição dos bens do consórcio.

As Despesas da instituição são apuradas através de documentos fiscais e contábeis, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

#### 4 - APLICAÇÃO DE RECURSOS

O CINCO, conforme os objetivos estabelecidos no protocolo de intenções, aplica os recursos da seguinte forma:

Custeio das Atividades - Pessoal, encargos, material de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica;

Investimentos - Quando há necessidade de fazer investimentos

em equipamentos, veículos, e outros, utilizam-se os recursos disponíveis para despesas com capital.

Para uma melhor transparência quanto à aplicação dos recursos dividimos os mesmos em Fontes de Recursos conforme demonstrado abaixo:

0.1.0200 Recursos Ordinários – São lançadas nesta fonte as arrecadações próprias feitas pelo CINCO;

0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos – São lançadas nesta fonte as transferências municipais estabelecidas pelo contrato de rateio.

#### 5 - SALDO BANCÁRIO

Em 30 de setembro de 2013 os saldos das contas bancárias apresentavam os seguintes valores:

Especificação	SALDO
B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	7.135,07
B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9	102.960,06
B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5	7.881,81
B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7	57.593,88
Total (R\$)	175.570,82

#### 6 – RECEITAS REALIZADAS

As Receitas da Instituição, para Custeio e Investimentos, são auferidas pelos repasses dos municípios estabelecidos no contrato de programa, contrato de rateio e contrato de prestação de serviços.

#### Receitas Arrecadadas até 30 de setembro de 2013

Receitas	Valor (R\$)
0.1.0200 Recursos Ordinários	51.267,90
Receita de Serviços	46.114,00
Remuneração Dep. Bancários	4.133,95
Taxas de serviços Administrativos	148,80
Outras receitas correntes	871,15
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	1.128.482,19
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. correntes)	1.069.500,69
Transferências a Consórcios Públicos, referente créditos a receber de 2012 transferido em 2013	24.181,50
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. de capital)	34.800,00
Total (R\$)	1.179.750,09

#### 7 – DESPESAS

##### 7.1 – Despesas realizadas

As despesas realizadas obedecem as rubricas estabelecidas no orçamento.

#### Despesas realizadas até 30 de setembro de 2013

Despesas	Valor (R\$)
2001 - Manutenção do CINCO	204.808,98
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	198.256,35
Pessoal e Encargos Sociais	147.194,17
Outras Despesas Correntes	48.292,83

Investimentos	2.769,35
0.1.0200 Recursos Ordinários	6.552,63
Outras Despesas Correntes	349,34
Investimentos	6.203,29
2008 - Desenv. Extensão Rural	77.174,88
0.1.0200 Recursos Ordinários	77.174,88
Pessoal e Encargos Sociais	12.747,97
Outras Despesas Correntes	64.426,91
Investimentos	
2004 - Desenv. InfraEstrutura Urbana	13.182,19
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	13.182,19
Pessoal e Encargos Sociais	7.709,51
Outras Despesas Correntes	5.472,68
2005 - Desenv. Serviços Urbanos	814.083,54
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	814.083,54
Outras Despesas Correntes	814.083,54
0300 - Contribuição ao Pasep	425,18
0.1.0200 Recursos Ordinários	425,18
Outras Despesas Correntes	425,18
Total (R\$)	1.109.674,77

## 8 – DIREITOS A RECEBER DOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS

Referente ao fechamento do exercício de 2012 do qual ficou registrado no ativo do balanço patrimonial um crédito a receber, em 30 de setembro permanece conforme quadro abaixo:

Município	Rateio	Valor
Caçador	Variável – Iluminação Pública	236.023,37
Matos Costa	Fixo – Iluminação Pública	3.247,62
Matos Costa	Variável – Iluminação Pública	15.499,22
Matos Costa	Fixo – Despesas Administrativas	2.895,24
Timbó Grande	Fixo – Iluminação Pública	1750,00
Timbó Grande	Variável – Iluminação Pública	41.445,51
Timbó Grande	Fixo – Despesas Administrativas	6.111,11
Total (R\$)		306.972,07

O valor de R\$ 306.972,07 (trezentos e seis mil, novecentos e setenta e dois reais e sete centavos), refere-se aos rateios fixos e ou variáveis ainda não transferidos ao consórcio.

Este valor permanece registrado na conta Devedores – Entidades e Agentes no Ativo Permanente, o qual será compensado na data da ocorrência dos créditos transferidos pelos Municípios.

## 10 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Nesta data temos na conta “Restos a Pagar processados”, a obrigação a pagar no valor de R\$ 292.968,10 referente empenhos do Fornecedor Conduvale Eletrificação Ltda.

## 11 - CERTIDÕES NEGATIVAS

Todas as certidões negativas da entidade estão vigentes. As

certidões referem-se a: INSS, FGTS, Receita Federal, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal.

## 12 – CONTROLE DE RECEBIMENTOS E APLICAÇÃO.

Em atendimento a Portaria 72 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal, mensalmente estão sendo repassadas informações aos Municípios Consorciados referente aos valores repassados através dos contratos de rateio, bem como sendo publicados os Demonstrativos Fiscais.

Segue anexo a esta prestação de contas cópias do controle de recebimentos e aplicação e dos Demonstrativos Fiscais referente ao primeiro trimestre.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2013.

**IVO BIAZZOLO**

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

ELÓI RÖNNAU	LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Executivo do CINCO	Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

## Extratos das Atas de Registro de Preços Pe 0009/2013

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de materiais de consumo, instrumentais, aparelhos e utensílios diversos utilizados na área ambulatorial ou hospitalar, pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Caçador, Ibiam, Lebon Régis, Salto Veloso e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 14 de outubro a 30 de novembro de 2013.

FORNECEDOR:

ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1782;

ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1783;

ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1784;

ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1785.

ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1786.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 018, de 29 de abril de 2013, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.10.2013 a 30.11.2013. PAL nº: 0011/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 14 de outubro de 2013.

**ELÓI RÖNNAU**

Diretor Executivo do CINCO

## Extratos das Atas de Registro de Preços Pe 0013/2013 - Medicamentos

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 00013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em

contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Caçador, Fraiburgo, Tangará e Videira, durante o período de 14 de outubro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

FORNECEDOR:

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1787;

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1788;

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1789;

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1790.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.10.2013 a 28.02.2014. PAL nº: 0016/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0013. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 14 de outubro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

### **Extratos das Atas de Registro de Preços Pe 0015/2013 - Aquisição de Toner**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2013

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de cartuchos, toners, cilindros, bobinas e fitas para uso em impressoras nos órgãos participantes: Consórcio Integrado do Contestado - Cinco, Caçador, Fraiburgo, Salto Veloso, Tangará, e Videira, durante o período de 11 de outubro a 31 de dezembro de 2013.

FORNECEDORES:

SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT13CINCO1766;

SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT13CINCO1767;

SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT13CINCO1768;

FINATTO - COM. IMPOR. E EXPORT. DE MAQ. E EQUIP. - L Ata nº AT13CINCO1769;

FINATTO - COM. IMPOR. E EXPORT. DE MAQ. E EQUIP. L- Ata nº AT13CINCO1770;

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1771;

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1772;

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1773;

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1774;

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1775;

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT13CINCO1776;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT13CINCO1777;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT13CINCO1778;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT13CINCO1779;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT13CINCO1780;

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT13CINCO1781.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 11.10.2013 a 31.12.2013. PAL nº: 0019/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0015. Registro de Preços nº: 0018.

Fraiburgo (SC), 14 de outubro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

## **CIS/AMUNESC**

### **Errata**

ERRATA Nº 01/2013

Ref.: PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CIS/AMUNESC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina.

O Presidente do CIS/AMUNESC, no uso de suas atribuições, comunica que foram feitas alterações no Protocolo de Intenções devido erros formais (pgs. 4 e 38), sem afetação substancial conforme abaixo:

Onde lê-se:

O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR, pessoa, inscrita no CNPJ sob nº 76.002.666/00001-40, com sua sede na Prefeitura Municipal de Piên, situada na Praça do Expedicionário, nº 104, Bairro Centro, CEP 83860 970, telefone (41) 3632-1136, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Dranka, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 5.396.234-4 e do CPF/MF nº. 017.768.369-44.

Substitui-se por:

O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sua sede na Prefeitura Municipal de Piên, situada na Rua Amazonas, nº 373, Bairro Centro, CEP 83860 000, telefone (41) 3632-1136, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Dranka, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 5.396.234-4 e do CPF/MF nº. 017.768.369-44.

Joinville, 9 de outubro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CIS/AMUNESC

### **Ata Assembléia Extraordinária**

ATA DA 2ª ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DE PREFEITOS DO CIS/AMUNESC

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões da AMUNESC, sito a Rua Max Colin, nº. 1843, América, reuniram-se em 2ª Assembléia Extraordinária, os seguintes representantes dos municípios consorciados: Claudemir Matias Francisco - Prefeito Municipal de Barra Velha; Rubens Blaszowski - Prefeito Municipal de Campo Alegre; Luiz Carlos Tamanini - Prefeito Municipal de Corupá; José Chaves - Prefeito Municipal de Garuva; Sérgio Ferreira de Aguiar - Prefeito Municipal de Itapoá; Mário Fernando Reinke - Prefeito Municipal de Massaranduba; Gilberto Dranka - Prefeito Municipal de Piên (Pr); Rovani Delmonego - Prefeito Municipal de São João de Itaperiú; Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal de Schroeder; Paulo Sérgio Conte Mendes Veloso - Vice-Prefeito de Guarimir; Aldo Packer - Vice Prefeito de Rio Negrinho, todos convocados dentro dos moldes estatutários. A presente reunião também contou com a participação do Dr. Edinando Luis Brustolin - Assessor Jurídico do CIS/AMUNESC e da equipe técnica do Consórcio: Ana Maria Groff Jansen - Coordenadora Técnica/Administrativa e Marcia Regina Ebert - Secretária Administrativa. O Presidente, Sr. Mário Fernando Reinke cumprimentou os presentes e de imediato conduziu para os assuntos de



pauta: 1º assunto: Aprovação das atas da 1ª Assembléia Geral de Prefeitos (6/03/2013) e da 1ª Assembléia Extraordinária de Prefeitos (8/05/2013): O Presidente, Sr. Mário Fernando Reinke perguntou se todos concordavam com as atas das duas reuniões anteriores. Como não houve manifestação contrária, as atas foram aprovadas por unanimidade dos presentes. 2º assunto: Análise e aprovação do Protocolo de Intenções do CIS/AMUNESC conforme a Lei Federal nº 11.107/2005 e o Decreto Federal nº 6.017/2007 - Lei dos Consórcios Públicos, com o objetivo de transformar o CIS/AMUNESC em um Consórcio Público: A Sra. Ana Maria Groff Jansen, Coordenadora Técnica/Administrativa do CIS/AMUNESC tomou a palavra dizendo que a minuta do Protocolo de Intenções do CIS/AMUNESC foi encaminhada via e-mail, a todos os Chefes do Poder Executivo dos dezessete municípios consorciados. Na sequência, o assessor jurídico do CIS/AMUNESC, Dr. Edinando Luis Brustolin tomou a palavra dizendo que o CIS/AMUNESC já vem adotando desde 2005 algumas ações dentro do que preconiza a Lei Federal nº 11.107/2005, porém, necessita-se da adequação dos estatutos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CIS/AMUNESC) ao regime jurídico de consórcios públicos estabelecido pela Lei Federal nº 11.107/05. Apresentou para análise dos presentes, o processo da transformação do CIS/AMUNESC em um Consórcio Público sendo: Premissas no processo de transformação: Adequação integral à Lei nº 11.107/05; Protocolo de Intenções em sintonia com as normas do SUS; Preservação, sempre que possível, das práticas exitosas; Projeção de curto e longo prazo das atividades do CISAMUNESC; Previsão geral de situações futuras para evitar alterações no Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público. Consorciamento e Constituição: Consórcio público de direito público; Sede pode ser alterada, desde que para endereço em município consorciado; Área de Atuação = área dos municípios consorciados; para os Municípios que não assinarem o Protocolo de Intenções ou aqueles que o ratificarem após 2 anos, precisarão da homologação da Assembléia Geral; Aquisição da nova personalidade jurídica após a ratificação de pelo menos 3 Municípios; Manutenção dos serviços aos municípios atualmente consorciados, que deverão ratificar o novo consórcio em até 2 anos, sob pena de exclusão. Objetivos: Realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de políticas de saúde pública, especialmente: representar os municípios em assuntos de saúde de interesse comum; realizar ações, regular e prestar serviços de saúde, ambulatoriais, hospitalares ou de auxílio-diagnóstico, diretamente ou através de terceiros; assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar; fomentar o estabelecimento de novos serviços de saúde nos municípios consorciados; estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas; criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população, inclusive mediante assessoria aos órgãos públicos; planejar, adotar e executar serviços e campanhas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde ou das secretarias municipais de saúde; planejar e realizar ações conjuntas de vigilância em saúde, em especial a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador; contratar ou administrar bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como medicamentos, serviços ou materiais da área da saúde; incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico; apoiar a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde; estabelecer relações de parceria com outros consórcios públicos de saúde. Forma de atuação: Para cumprir os objetivos o CIS/AMUNESC poderá: contratar ou receber em doação ou cessão de uso bens e direitos; firmar convênios, contratos, acordos ou outros instrumentos congêneres, e receber doações, auxílios, contribuições e subvenções; regular e prestar os serviços previstos neste artigo, direta ou indiretamente; realizar licitações em nome dos municípios consorciados; prestar serviços a instituições privadas, mediante cobrança de preços públicos; firmar contrato de

gestão ou termo de parceria com entidades do terceiro setor; instituir fundo público de saúde para as transferências do SUS. Documentos (estatutos): Protocolo de Intenções; Contrato de Consórcio (Protocolo de Intenções ratificado por lei, a ser assinado na 1ª Assembléia Geral); Regimento Interno (a ser elaborado futuramente e aprovado em Assembléia Geral); Contrato de Programa (é facultativo e regula as obrigações entre consórcio e consorciados); Contrato de Rateio (regula o valor do rateio dos custos administrativos); Contrato de Prestação de Serviços (regula os serviços contratados por cada município junto ao consórcio - cotas); Resoluções e Portarias - documentos internos do CIS/AMUNESC. Fluxo da transformação do CIS/AMUNESC: Assembleia Geral e assinatura do Protocolo de Intenções; Publicação do Protocolo de Intenções em cada município (extrato no jornal e íntegra na internet); Ratificação legal do Protocolo de Intenções em cada município; Publicação de cada lei de ratificação (mínimo de 3 leis); Assembleia Geral para assinatura do Contrato de Consórcio Público (redação igual ao Protocolo de Intenções) e eleição da Diretoria; Publicação do Contrato de Consórcio Público em cada município (extrato no jornal e íntegra na internet); Registro da transformação do CIS na Receita Federal do Brasil; Adequação na estrutura interna (empregados); Celebração dos contratos de programa e de rateio. Receitas do CIS/AMUNESC: A entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio; a remuneração dos serviços prestados aos consorciados, de acordo com os contratos de prestação de serviços; as transferências de valores realizadas no âmbito do SUS; a receita da cobrança de preços públicos pela prestação de serviços a terceiros; os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas; os saldos do exercício; as doações e legados; o produto de alienação de seus bens livres; o produto de operações de crédito; as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira. Estrutura do CIS/AMUNESC: O CIS/AMUNESC terá a seguinte estrutura: Assembleia Geral; Conselho Administrativo; Conselho Fiscal; Colegiado de Saúde; Diretoria Executiva. Empregados: Até 8 comissionados (livre admissão e demissão); 1 Diretor Executivo; 1 Assessor Jurídico; 2 Coordenadores (Administrativo e Financeiro; Assistência à Saúde); 4 Gerentes (Financeiro; Controle e Avaliação; Assistencial; Regulação); Até 49 permanentes (concurso público); 9 área administrativa e financeira: Contador, técnico em contabilidade, controlador interno, Apoio logístico, auxiliar administrativo, assistente administrativo, administrador, zelador, motorista; 40 área de saúde: Médico, enfermeiro, farmacêutico, técnico em enfermagem, videofonista. Regime jurídico dos empregados: Autorização para contratar depende de aprovação do Conselho; Regidos pela CLT e filiados ao INSS; Não têm estabilidade; Jornada de trabalho pode ser reduzida, com redução proporcional de salário; Avaliação periódica de desempenho, a ser definida em Regimento Interno; Possibilidade de contratação de empregado temporário, para atendimento de excepcional interesse público (máximo de 1 ano); Possibilidade de concessão de estágios a alunos. Salários iniciais definidos no PI; Revisão geral anual em maio de cada ano, pelo INPC; Aumento real deliberado em Assembleia Geral mediante comprovação da necessidade; Tabela de referências salariais; Progressão na tabela de duas formas (apenas para empregados permanentes); Tempo de serviço (2 referência a cada 3 anos); Nova titulação (aumento de referência conforme o tipo de titulação, desde que superior àquela exigida para o emprego); Gratificação de 30% para exercício de funções de outro emprego do consórcio (desde que vago). Regras de transição: Prazo da transformação: 2 anos manutenção dos empregados atuais, sendo facultada a rescisão dos contratos de trabalho e imediata recontração nos casos de empregos públicos em comissão; rescisão dos contratos de trabalho dos empregados exercentes de funções cometidas aos empregos permanentes, admitida a recontração em caráter temporário, devendo-se promover a realização de concurso público para seleção e contratação dos novos empregados; identificação do patrimônio e respectiva segregação aos atuais entes consorciados; admitida a instituição de



cota financeira a ser paga pelos novos entes federativos que vierem a se consorciar; manutenção das rotinas administrativas e de prestação de serviços aos entes consorciados. Após amplo debate e dirimida todas as dúvidas, o Protocolo de Intenções do CIS/AMUNESC foi aprovado por unanimidade dos presentes. Definido que os chefes do poder executivo dos municípios consorciados aos CIS/AMUNESC ausentes à Assembleia Geral poderão subscrever o Protocolo de Intenções de transformação do consórcio a qualquer tempo, condição necessária para o posterior envio do mesmo para ratificação legal e celebração do novo Contrato de Consórcio Público. Em virtude dos municípios da região da AMVALI e Piên (Pr) fazerem parte do Consórcio, os presentes deliberaram pela alteração da sigla para CISNORDESTE/SC. A íntegra do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina (CISNORDESTE/SC) será publicada no site [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br). 3º assunto: Entrega de relatório ref. a compilação de valores pagos aos profissionais da ESF e médicos das UPA's (conforme definido na 1ª Assembléia Extraordinária): Foi entregue aos presentes o relatório contendo a compilação dos valores pagos aos profissionais da ESF e médicos das UPA's. O Presidente, Sr. Mário Fernando ressaltou sobre a importância deste levantamento pois o mesmo objetiva subsidiar os municípios a manter uma média de salário a ser praticado na região evitando as constantes trocas dos profissionais de um município para outro. Também voltou a recomendar aos prefeitos e conforme o Ministério Público sobre o cumprimento da carga horária e controle do cartão ponto dos profissionais médicos. 4º assunto: Outros Assuntos: O Prefeito Municipal de Barra Velha, Sr. Claudemir Matias Francisco tomou a palavra para solicitar apoio dos municípios no sentido do CIS/AMUNESC para aprovação junto ao Ministério da Saúde de recursos para a construção de uma UPA- Unidade de Pronto Atendimento em seu município com o objetivo de atender a população sazonal principalmente a de verão em substituição ao Pronto Atendimento existente que não possui capacidade física adequada. O prefeito explicou que durante o verão a população de Barra Velha aumenta consideravelmente e o município vem encontrando diversas dificuldades para atender e prestar serviços de urgência e emergência decorrentes da população sazonal na área existente. Diante do exposto, todos concordaram com o pleito que será apresentado em resolução. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Mário Fernando Reinke, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Marcia Regina Ebert, lavrei a presente ata.

## CIS/AMURC

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Rateio N° 02/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO N° 02/2013

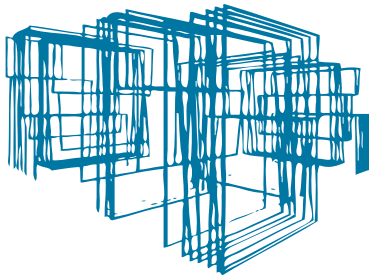
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE PAPANDUVA OBJETO: constitui o objeto do presente a alteração do valor global sendo que alterado para o valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), podendo ser parcelada em 12 vezes, sendo as 06 primeiras parcelas no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e a partir do mês de julho o valor mensal será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que deverão ser repassada até o dia 20 de cada mês, conforme demonstra a Tabela de Gastos Administrativos que compõe o Anexo I do presente contrato. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Rateio N° 05/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO N° 05/2013

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS; OBJETO: constitui o objeto do presente termo o acréscimo no valor de R\$ 31.413,24. VALOR GLOBAL: R\$ 199.413,34, sendo que o acréscimo será pago até 31 de dezembro de 2013. Os demais dispositivos seguem inalterados. 15 de outubro de 2013.



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)